

Universidades Lusíada

Cândido, Cláudia Valdete da Cunha, 1992-

Arquitectura e urbanismo : o Bairro Residencial de Nova Oeiras

<http://hdl.handle.net/11067/5132>

Metadados

Data de Publicação

2020

Resumo

Esta dissertação apresenta uma pesquisa sobre arquitetura e urbanismo dentro do contexto do Movimento Moderno focando-se no Bairro Residencial de Nova Oeiras como caso de estudo. Este bairro representa hoje, um inquestionável valor patrimonial contemporâneo. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a originalidade desta unidade residencial no contexto nacional e o seu valor através da aplicação dos conceitos do Movimento Moderno. Este bairro residencial, pela sua originalidade, é um exemplo emble...

This dissertation presents a research about architecture and urban development within the context of the Modern Movement, focusing on the residential neighborhood of Nova Oeiras. Nowadays, this neighborhood is undoubtedly known for its remarkable contemporary heritage value. The aim of this research is to demonstrate the originality of this residential unit in the national context and its conceptual value with regards to the Modern Movement. This residential neighborhood, for its originality, ...

Palavras Chave

Movimento moderno (Arquitectura) - Portugal, Planeamento urbano - Portugal, Arquitectura de habitação - Portugal, Silva, Luís Cristino da, 1896-1976 - Crítica e interpretação, Silva, Luís Cristino da, 1896-1976 - Projectos e plantas, Oeiras (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-FAA] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2023-05-04T16:36:55Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
FACULDADE DE ARQUITECTURA E ARTES
Mestrado Integrado em Arquitectura

**Arquitectura e urbanismo:
o Bairro Residencial de Nova Oeiras**

Realizado por:
Cláudia Valdete da Cunha Cândido

Orientado por:
Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis Moreira Soares

Constituição do Júri:

Presidente:	Prof. Doutor Horácio Manuel Pereira Bonifácio
Orientadora:	Prof. ^a Doutora Arqt. ^a Maria João dos Reis Moreira Soares
Arguente:	Prof. ^a Doutora Arqt. ^a Maria de Fátima Silva

Dissertação aprovada em: 31 de Janeiro de 2020

Lisboa

2019



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE ARQUITECTURA E ARTES

Mestrado Integrado em Arquitectura

Arquitectura e urbanismo: o Bairro Residencial de Nova Oeiras

Cláudia Valdete da Cunha Cândido

Lisboa

Outubro 2019



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

FACULDADE DE ARQUITECTURA E ARTES

Mestrado Integrado em Arquitectura

**Arquitectura e urbanismo:
o Bairro Residencial de Nova Oeiras**

Cláudia Valdete da Cunha Cândido

Lisboa

Outubro 2019

Cláudia Valdete da Cunha Cândido

Arquitectura e urbanismo: o Bairro Residencial de Nova Oeiras

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada para a obtenção do grau de Mestre em Arquitectura.

Orientadora: Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis
Moreira Soares

Lisboa

Outubro 2019

Ficha Técnica

Autora Cláudia Valdete da Cunha Cândido
Orientadora Prof.^a Doutora Arqt.^a Maria João dos Reis Moreira Soares
Título Arquitectura e urbanismo: o Bairro Residencial de Nova Oeiras
Local Lisboa
Ano 2019

Mediateca da Universidade Lusíada - Catalogação na Publicação

CÂNDIDO, Cláudia Valdete da Cunha, 1992-

Arquitectura e urbanismo: o Bairro Residencial de Nova Oeiras / Cláudia Valdete da Cunha Cândido ; orientado por Maria João dos Reis Moreira Soares. - Lisboa : [s.n.], 2019. - Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada.

I - SOARES, Maria João dos Reis Moreira, 1964-

LCSH

1. Movimento moderno (Arquitectura) - Portugal
2. Planeamento urbano - Portugal
3. Arquitectetura de habitação - Portugal
4. Oeiras (Portugal) - Edifícios, estruturas, etc.
5. Silva, Luís Cristino da, 1896-1976 - Crítica e interpretação
6. Silva, Luís Cristino da, 1896-1976 - Projectos e plantas
7. Universidade Lusíada. Faculdade de Arquitectura e Artes - Teses
8. Teses - Portugal - Lisboa

1. Modern movement (Architecture) - Portugal
2. City planning - Portugal
3. Architecture, domestic - Portugal
4. Oeiras (Portugal) - Buildings, structures, etc.
5. Silva, Luís Cristino da, 1896-1976 - Criticism and interpretation
6. Silva, Luís Cristino da, 1896-1976 - Designs and plans
7. Universidade Lusíada. Faculdade de Arquitectura e Artes - Dissertations
8. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. NA9226.C36 2019

A Deus, à família, aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ser a minha força, e à minha família pelo apoio incondicional que sempre me deu e pela confiança que têm em mim.

Um especial agradecimento a minha orientadora Professora Doutora Maria João Soares pelo acompanhamento e pelo conhecimento que me transmitiu, e pela motivação durante todo o desenvolvimento desta dissertação.

Ao Arquiteto José Manuel Fernandes pela disponibilidade e paciência desde o primeiro contato.

Aproveito também para agradecer a todos os docentes da Universidade Lusíada pelo conhecimento transmitido durante o meu percurso académico, que fez aumentar o meu interesse pela arquitetura.

Um agradecimento, ainda, à Catarina Graça pela paciência e pela gentileza com que me auxiliou e à equipa do Arquivo Municipal de Oeiras pela disponibilidade em ajudar-me sempre que precisei.

“Se a arquitectura é boa, pode mudar a vida das pessoas e da cidade”

GRAÇA, João Luís Carrilho da (2016) – “Se a arquitectura é boa, pode mudar a vida das pessoas e da cidade”. Entrevista realizada por Ana Sousa Dias. Diário de Notícias. (11 agosto 2016) 6.

APRESENTAÇÃO

Arquitetura e urbanismo: o bairro residencial de Nova Oeiras

Cláudia Valdete da Cunha Cândido

Esta dissertação apresenta uma pesquisa sobre arquitetura e urbanismo dentro do contexto do Movimento Moderno focando-se no Bairro Residencial de Nova Oeiras como caso de estudo. Este bairro representa hoje, um inquestionável valor patrimonial contemporâneo. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a originalidade desta unidade residencial no contexto nacional e o seu valor através da aplicação dos conceitos do Movimento Moderno.

Este bairro residencial, pela sua originalidade, é um exemplo emblemático da arquitetura moderna portuguesa dos anos 1950, enquanto conjunto arquitetónico e urbanístico. Foi construído com o intuito de ser um bairro autossuficiente ou independente, com oferta de equipamentos urbanos além das diversas tipologias habitacionais.

O Bairro Residencial de Nova Oeiras foi assinado por Luís Cristino da Silva, cujo percurso profissional como arquiteto e as suas influências no desenvolvimento deste bairro residencial, tido como património arquitetural e urbanístico, são também explanados nesta dissertação.

Palavras-chave: Unidade Residencial, Movimento Moderno, Património Arquitetural e Urbanístico, Valor Patrimonial.

PRESENTATION

Architecture and urbanism: the residencial district of Nova Oeiras

Cláudia Valdete da Cunha Cândido

This dissertation presents a research about architecture and urban development within the context of the Modern Movement, focusing on the residential neighborhood of Nova Oeiras.

Nowadays, this neighborhood is undoubtedly known for its remarkable contemporary heritage value. The aim of this research is to demonstrate the originality of this residential unit in the national context and its conceptual value with regards to the Modern Movement.

This residential neighborhood, for its originality, represents an emblematic illustration of the modern Portuguese architecture of the 50s, as an architectural and urban development cluster.

It was built with the aim of being a self-sufficient or independent neighborhood, offering urban equipment in addition to the various housing typologies.

The residential district of Nova Oeiras, considered an architectural and urban heritage, was signed by Luis Cristino da Silva. His influence on the development of this project and his professional career as an architect are also explored in this dissertation.

Keywords: Residential Unit, Modern Movement, Architectural and Urban Heritage, Heritage Value.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Vista de Londres 1851. Casas e fábricas misturadas em ambas as margens do rio. (Benevolo, 1987, p. 149).	30
Ilustração 2 - Nascimento da indústria (Howard, 1962, p. 160).....	32
Ilustração 3 – Habitações numa cidade industrial (Portella, 2014, p. 49).	33
Ilustração 4 - Plano de Owen. (Benevolo, 1987, p. 54).	36
Ilustração 5 - Falanstério de Fourier. (Portella, 2014, p.50).....	37
Ilustração 6 - Familistério de Godin (Benevolo, 1987, p. 81).	38
Ilustração 7 - Interior do pátio do familistério de Godin em Guisa (Benevolo, 1987, p. 156).	39
Ilustração 8 – Diagrama que sintetiza as ideias de Howard para a cidade jardim (Portella, 2014, p. 52).....	42
Ilustração 9 – Plano de Letchworth (Portella, 2014, p. 53).	44
Ilustração 10 - Imagem de uma rua da cidade jardim de Letchworth (Gomes, 2017, p. 11).	44
Ilustração 11 – Unidade de vizinhança de Clarence Perry. (Lamas, 2000, p. 319).	47
Ilustração 12 - Uma das ruas de Radburn, mostrando as passagens dos pedestres e automóveis em diferentes níveis (Portella, 2014, p.56).	48
Ilustração 13 - Praça do Areeiro, Arquivo Municipal de Lisboa. (Benoliel, 195).	55
Ilustração 14 – Alçados da Torre Central da Praça do Areeiro. (Tostões, 2002, p. 123).	57
Ilustração 15 – Torre central da Praça do Areeiro. (Ilustração nossa, 2019).	58
Ilustração 16 - Casa de Sousa Pinto, de Keil do Amaral. (Tostões, 1997, p. 266).	67
Ilustração 17 - Pavilhão da Feira das Indústrias Portuguesas (FIP), de Keil do Amaral (Tostões, 1997, p. 319).	67
Ilustração 18 – Planta da casa de Férias em Ofir de Távora (Tostões, 1997, p. 275).68	
Ilustração 19 – Alçado da Casa de Férias em Ofir, de Távora (Tostões, 1997, p. 275).	68
Ilustração 20 – Casa de Férias em Ofir, de Távora. (Tostões, 1997, p. 275).	69
Ilustração 21 – Casa de Matosinhos e vista de pormenor de Álvaro Siza Vieira. (Tostões, 1997, p. 272).	70
Ilustração 22 – Planta, perfil e implantação da Casa de Matosinhos de Álvaro Siza Vieira. (Tostões, 1997, p. 272).....	70
Ilustração 23 – Conjuntos habitacionais modernos. A esquerda os Superblocos Soviéticos. A direita Superquadras em Brasília. (Lamas, 2000, p. 301).	72
Ilustração 24 - Hotel Palácio no Estoril, inaugurado em 1930. (Henriques, 2011, p. 240).	76
Ilustração 25 – Casino Estoril inaugurado em 1916. (Henrique, 2011, p. 269).	77
Ilustração 26 – Pormenor do PUCS, 1948. (Quaresma, 2009, p. 82).....	80

Ilustração 27 – Estrada marginal na praia do Estoril. Anos 1940. (Lobo, 2009, p. 75).	81
Ilustração 28 – Planos de remodelação para os aglomerados da Costa Sol do plano de Donalt-Alfred Agache, ilustrados por fotomontagem. (Mendes, 2009, p.100).	83
Ilustração 29 – Plano de remodelação de Carcavelos, Agache. (Lôbo, 2009, p. 52).	84
Ilustração 30 – Fotomontagem dos planos de urbanização de Etienne De Groer, para os núcleos costeiros. (Mendes, 2009, p. 100).	86
Ilustração 31 - Ilustração dos espaços verdes atuais e os espaços verdes indicados nos planos parciais do PUCS, na visão de Etienne De Groer. Em cima o estado atual e embaixo o previsto no PUCS. (Mendes, 2009, p. 104).	88
Ilustração 32 – “Quinta Real de Caxias como um dos vazios protegidos por Etienne De Groer através do PUCS” (Mendes, 2009, p. 117-120).	89
Ilustração 33 – Palácio da Quinta do Marquês de Pombal. (Oeiras. Câmara Municipal. Divisão de Sistemas Aplicacionais, 2017).	91
Ilustração 34 – Jardins do Palácio da Quintal do Marquês de Pombal. (Oeiras. Câmara Municipal. Divisão de Sistemas Aplicacionais, 2017).	92
Ilustração 35 – Vestígios do Canal de Oeiras, junto ao INATEL. (Rocha, 1996, p. 39).	93
Ilustração 36 – Hotel do Parque, junto as termas do Estoril, inaugurado em 1929. (Henriques, 2011, p. 240).	95
Ilustração 37 – Estação de Oeiras no início do século XX. (Pinheiro, 2017, p. 21)....	96
Ilustração 38 - Bairro Residencial de Nova Oeiras. Pode se verificar a proximidade ao bairro da linha de comboio marcada a azul. A vermelho a Alameda Conde de Oeiras que circunda o bairro. ([Adaptado a partir de:] Google Inc., 2019).	101
Ilustração 39 - Bairro Residencial de Nova Oeiras. (Fernandes, 2015, p. 46).	101
Ilustração 40 – Luís Cristino da Silva. (Couchinho, 2017).	104
Ilustração 41 – Luís Cristino da Silva entre amigos, em Paris (Rodolfo, 2002, p. 49)	105
Ilustração 42 – Luís Cristino da Silva em Paris, com os colegas e Victor Laloux (Rodolfo, 2002, p. 45)	106
Ilustração 43 - Domus Liviae. Trabalho escolar de Cristino da Silva, em Roma. Reconstituição arqueológica (Rodolfo, 2002, p. 56).	108
Ilustração 44 – Domus Liviae. Trabalho escolar de Cristino da Silva, em Roma. Reconstituição arqueológica (Rodolfo, 2002, p. 56).	108
Ilustração 45 – Bourse Maritime. Trabalho escolar de Cristino da Silva, em Paris, 1922 (Rodolfo, 2002, p. 52).	108
Ilustração 46 – Maqueta do Capitólio (Rodolfo, 2002, p. 75)	110
Ilustração 47 – Perspetiva do interior do Capitólio (Rodolfo, 2002, p. 74)	111
Ilustração 48 – Praça do Areeiro. (Ilustração nossa, 2019).	113
Ilustração 49 - Desenho de urbanismo do Bairro CUF, plano de 1948 (Fernandes, 2015, p. 87)	114
Ilustração 50 – Desenho do Bairro CUF, plano de 1951 (Fernandes, 2015, p. 87) .	114

Ilustração 51 – Exemplo de uma moradia do Bairro CUF, 1950. (Rodolfo, 2002, p. 145).	115
Ilustração 52 – Anteplano do projecto de Nova Oeiras. Processo de Obra 660-1954. Requerimento/Registo 685-1955 Página 4 (Sá, 2019)	117
Ilustração 53 - Plano paisagístico assinado por Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Sampaio Fontes, 1953 (posteriormente aperfeiçoado). (Fernandes, 2015, p. 108) ..	118
Ilustração 54 – (Ilustração nossa, 2019).	119
Ilustração 55 - Anteplano de urbanização de Nova Oeiras, de 1952. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian (Fernandes, 2015, p. 136).	120
Ilustração 56 - Alteração do plano em 1962. Arquivo municipal de Oeiras (Sá, 2019).	120
Ilustração 57 - Átrio/Centro Comercial. Aonde se pode ver inclusive o painel de azulejos de autoria de Rogério Ribeiro de 1962. (Ilustração nossa, 2019).	122
Ilustração 58 - Caminhos pedonais ao redor de uma das torres. (Fernandes, 2015, p. 38).	123
Ilustração 59 – Roxo espaço destinado a igreja e ao núcleo escolar que hoje em dia funciona como centro paroquial e o centro de juventude. Azul espaço destinado as instalações desportivas (CETO que é o clube de ténis). ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 81).	124
Ilustração 60 – Planta de localização dos blocos do centro comercial. Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959 Página 4 (Sá, 2019)	125
Ilustração 61 – Maqueta da Centro Comercial, actual Átrio Comercial. Maqueta da Sociedade de Nova Oeiras, cf. catálogo Luís Cristino da Silva Arquitecto, 1998. (Fernandes, 2015, p. 137).	126
Ilustração 62 – Bloco A. (Ilustração nossa, 2019).	127
Ilustração 63 – Planta da intervenção para a junção de duas lojas do bloco B, para aumentar o espaço do supermercado. Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 4-1962 Página 3 (Sá, 2019)	128
Ilustração 64 – Fachada do bloco B após a alteração. Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 4-1962 Página 4	128
Ilustração 65 -Planta da intervenção para a junção das lojas do bloco B e do bloco C. Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 2689-1971 Página 4 (Sá, 2019)	129
Ilustração 66 – Planta da intervenção para a junção das lojas do bloco A ao bloco B Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 5157-1989 Página 5 (Sá, 2019)	129
Ilustração 67 – Projeto de ampliação do Bloco F do Centro Comercial Nova Oeiras. Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 273-1987, p. 11. (Sá, 2019).	130
Ilustração 68 – Projeto de ampliação do bloco F do centro comercial de Nova Oeiras. Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 273-1987 Página 15 (Sá, 2019)	131
Ilustração 69 – Projecto de ampliação do bloco F do centro comercial de Nova Oeiras. Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 273-1987 Página 16 (Sá, 2019)	131
Ilustração 70 – Desenho da ampliação do bloco F do centro comercial (Pinheiro, 2017, p. 83).	132

Ilustração 71 - Ampliação do edifício da antiga estalagem. (Ilustração nossa, 2019).	133
Ilustração 72 – Planta de localização do novo edifício da antiga estalagem. Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 748-1967 Página 3 (Sá, 2019)	133
Ilustração 73 – Desenho da ampliação do Centro Nuno Belmar da Costa, Processo 1642:1959. (Sá, 2019).	134
Ilustração 74 – Ampliação do Centro Belmar da Costa (Sá, 2019).	135
Ilustração 75 –Ampliação do Centro Nuno Belmar da Costa. (Ilustração nossa, 2019).	136
Ilustração 76 - Lote 39 (Ilustração nossa, 2019).	137
Ilustração 77 - Lote H (Ilustração nossa, 2019).	137
Ilustração 78 – Bloco do impasse (Ilustração nossa, 2019).	137
Ilustração 79 – Vermelho as quatro torres previstas inicialmente. Amarelo os blocos residenciais que compõem o centro comercial. Azul os blocos residenciais paralelos entre si. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 81).	139
Ilustração 80 – Vermelho as seis torres do plano definitivo. Amarelo os blocos residenciais que compõem o centro comercial. Azul os blocos residenciais paralelos entre si. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 81).	139
Ilustração 81 – Caixa de escadas. (Ilustração nossa, 2019).	140
Ilustração 82 - Entrada da torre I após a porta principal. Semelhante as outras torres. (Ilustração nossa, 2019)	140
Ilustração 83 - Entrada da torre F após a porta principal. Semelhante as outras torres. (Ilustração nossa, 2019)	140
Ilustração 84 – Marcação dos fogos das torres D, E, F, H, com as tipologias T3 simples e T3 duplex. Laranja, azul, verde e amarelo representam os apartamentos T3. Vermelho e roxo representam os fogos da zona central os duplex. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 127)	142
Ilustração 85 – Marcação dos fogos da torre G. Azul e verde representam os T3. Amarelo e vermelho representam os fogos da zona central os T1 geminados. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 128)	143
Ilustração 86 – Marcação dos fogos da torre I. Verde representa o fogo T3. Laranja representa o T4. Vermelho representa o fogo da zona central T3. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 128)	143
Ilustração 87 – Alçados e plantas das torres D, E, F e H (Fernandes, 2015, p. 127).	145
Ilustração 88 – Alçado e planta final da torre G (Fernandes, 2015, p. 128).	146
Ilustração 89 – Alçado e planta da torre I (Fernandes, 2015, p. 128).	147
Ilustração 90 – Torre I. (Ilustração nossa, 2019).	148
Ilustração 91 – Torre I. (Ilustração nossa, 2019).	148
Ilustração 92 – Planta da alteração no 5º direito da torre I. Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo 6175-1993 Página 4 (Sá, 2019).	149

Ilustração 93 – Fachada da torre I após a alteração do 5º direito da torre I. Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo 6175-1993 Página 5. (Sá, 2019)	149
Ilustração 94 – Representação dos fogos dos blocos C e D. Vermelho representa o T2. Laranja, azul e roxo representam os T4. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 134)	150
Ilustração 95 – Marcação dos fogos do bloco A. Roxo representa o T6. Azul, vermelho e laranja representam os T4. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 134)	151
Ilustração 96 - Plantas e alçados, blocos A, B e C (Fernandes, 2015, p. 134).....	152
Ilustração 97 – Alçado bloco A. Vermelho guarda alterada – as zonas abertas foram fechadas. Verde guarda original com zona central fechada. (Ilustração nossa, 2019).	153
Ilustração 98 – Alçado bloco B. Maior parte dos muretes no estado original. (Ilustração nossa, 2019).	153
Ilustração 99 - Bloco A. (Ilustração nossa, 2019).	154
Ilustração 100 - Bloco C. (Ilustração nossa, 2019).	154
Ilustração 101 - Bloco B. (Ilustração nossa, 2019).	154
Ilustração 102 – Um dos acessos ao bloco B. Semelhante aos outros blocos. (Ilustração nossa, 2019).	155
Ilustração 103 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Memória descritiva do Bloco A. (Sá, 2019).	195
Ilustração 104 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Planta do Rés-do-chão com indicação dos acessos. (Sá, 2019).	196
Ilustração 105 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo. Planta dos pisos. (Sá, 2019).	196
Ilustração 106 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Alçada nascente. (Sá, 2019).	197
Ilustração 107 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Alçado poente. (Sá, 2019).	197
Ilustração 108 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Memória descritiva do bloco B. (Sá, 2019).	201
Ilustração 109 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Planta do Rés-do-chão com indicação dos acessos. (Sá, 2019).	202
Ilustração 110 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Planta dos pisos (Sá, 2019).	202
Ilustração 111 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Alçado nascente. (Sá, 2019).	203
Ilustração 112 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Alçado poente. (Sá, 2019).	203
Ilustração 113 - Processo de Obra 660-1954. Requerimento/Registo 685-195. Plano urbano com o centro comercial ainda de base curva de base curva. (Sá, 2019).	207
Ilustração 114 - Processo de Obra 87-1953. Requerimento/Registo 757-1960. Plano urbano após a alteração do centro comercial. Ainda quatro torres. (Sá, 2019).	208

Ilustração 115 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta do Rés-do-chão. (Sá, 2019).....	209
Ilustração 116 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta dos pisos um, três, cinco e sete. (Sá, 2019).	210
Ilustração 117 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta dos pisos dois, quatro e seis. (Sá, 2019).....	211
Ilustração 118 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta do piso nove. (Sá, 2019).....	212
Ilustração 119 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta do piso oito. (Sá, 2019).....	213
Ilustração 120 - Processo de Obra 1016-1957. Requerimento/Registo 1016-1957. Plantas dos pisos. (Sá, 2019).....	214
Ilustração 121 - Processo de Obra 1016-1957. Requerimento/Registo 1569-1958. Corte A - B e corte C - D. (Sá, 2019).....	215
Ilustração 122 - Processo de Obra 1016-1957. Requerimento/Registo 1569-1958. Alçado norte-poente, alçado sul e alçado norte. (Sá, 2019).....	216
Ilustração 123 - Processo de Obra 1088-1962. Requerimento/Registo 1088-1962. Planta dos pisos e planta de cobertura. (Sá, 2019).	217
Ilustração 124 - Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo DF5749-1966. Alçado norte-poente, alçado sul e alçado norte-nascente. (Sá, 2019)	217
Ilustração 125 - Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo DF5749-1966. (Sá, 2019).	218
Ilustração 126 - Processo de Obra 1088-1962; Tipo de Projecto ARQ ; Volume 1 ; Requerimento/Registo 1088-1962 - Parte Plantas; Página 6 — Planta da torre I original, ainda com os dois T1 geminados no corpo central e o T4 na ala lateral. (Sá, 2019). 219	
Ilustração 127 - Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 80-1959. Planta de localização do centro comercial. (Sá, 2019).	223
Ilustração 128 - Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 80-1959. Memória descritiva do bloco B. (Sá, 2019).	224
Ilustração 129 - Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 80-1959. Planta primeiro piso, segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).	225
Ilustração 130 - Processo de Obra 80-1959; Tipo de Projecto ARQ ; Volume 1 ; Requerimento/Registo 80-1959. Alçado Nascente, alçado poente, alçado sul e corte A e B. (Sá, 2019).....	225
Ilustração 131 - Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959. Memória descritiva do bloco C. (Sá, 2019).	226
Ilustração 132 - Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959. Planta do primeiro piso, planta do segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).	227
Ilustração 133 - Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959. Alçado nascente, alçado poente, alçado sul, corte A-B. (Sá, 2019).....	227
Ilustração 134 - Processo de Obra 82-1959. Requerimento/Registo 82-1959. Memória descritiva do bloco D. (Sá, 2019).	228

Ilustração 135 - Processo de Obra 82-1959. Requerimento/Registo 82-1959. Alçado norte, alçado sul e corte A-B. (Sá, 2019).	229
Ilustração 136 - Processo de Obra 82-1959. Requerimento/Registo 82-1959. Planta do primeiro piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).	230
Ilustração 137 - Processo de Obra 83-1959. Requerimento/Registo 83-1959. Memória descritiva do bloco E. (Sá, 2019).	231
Ilustração 138 - Processo de Obra 83-1959. Requerimento/Registo 83-1959. Planta do primeiro piso, planta do segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).	232
Ilustração 139 - Processo de Obra 83-1959. Requerimento/Registo 83-1959. Alçado sul, alçado poente, alçado norte e corte A-B. (Sá, 2019).	232
Ilustração 140 - Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 84-1959. Memória descritiva do bloco F. (Sá, 2019).	233
Ilustração 141 - Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 84-1959. Planta do primeiro piso, planta do segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).	234
Ilustração 142 - Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 84-1959. Alçado sul, alçado norte e corte A-B. (Sá, 2019).	234
Ilustração 143 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Memória descritiva do bloco G. (Sá, 2019).	235
Ilustração 144 - Processo de Obra 85-1959. Registo 85-1959. Memória descritiva do bloco G. (Sá, 2019).	235
Ilustração 145 - Processo de Obra 85-1959. Registo 85-1959. Planta do primeiro piso onde é possível ver a marcação dos pilotis. (Sá, 2019).	236
Ilustração 146 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Planta do segundo piso. (Sá, 2019).	236
Ilustração 147 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Planta do terceiro piso. (Sá, 2019).	237
Ilustração 148 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Planta de cobertura. (Sá, 2019).	237
Ilustração 149 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Alçado poente e alçado nascente. (Sá, 2019).	238
Ilustração 150 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Alçado norte, alçado sul e corte A-B. (Sá, 2019).	238
Ilustração 151 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Memória descritiva do bloco H. (Sá, 2019).	239
Ilustração 152 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Planta do Rés-do-Chão. (Sá, 2019).	240
Ilustração 153 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Planta do primeiro andar. (Sá, 2019).	240
Ilustração 154 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Planta de cobertura. (Sá, 2019).	241
Ilustração 155 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Corte A-B, corte C-D, corte E-F e corte G-H. (Sá, 2019).	241

Ilustração 156 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Alçado sul, alçado norte, alçado nascente e alçado poente. (Sá, 2019).....	242
Ilustração 157 - Pág. 20. Data: 1964 - Agosto - 13. Publicação: O século – Lisboa. Código de referência: PT/MOER/CULT-HL/01/ADMPUB/21563. (A pequena, 1964).	245
Ilustração 158 - Pág. 22. Data: 1965-Outubro-30. Publicação: Jornal do Comércio. Referência: PT/MOER/MO/CULT-HL/01/AMB/22611. (Nova, 1965).	246
Ilustração 159 - Pág. 23. Data: 1965-Março-22. Publicação: Diário do Norte- Porto. Referência: PT/MOER/MO/CULT-HL/01/tur/23064. (Nova, 1965).	247
Ilustração 160 - Pág. 23. Data: 1965-Maio-31. Publicação: Século. Referência: Referência: PT/MOER/MO/CULT-HL/01/ADMPUB/23215. (A cidade-jardim, 1965).	248
Ilustração 161 - Pág. 23. Data: 1965-Maio-25. Publicação: Diário de Notícias. Referência: Referência: PT/MOER/MO/CULT-HL/01/AMB/23512. ("Nova Oeiras", 1965).	249

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

APPC	-	Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral
BRNO	-	Bairro Residencial de Nova Oeiras
CETO	-	Clube Escola de Ténis de Oeiras
CIAM	-	Congrés Internationaux d'Architecture Moderne
CML	-	Câmara Municipal de Lisboa
CMO	-	Câmara Municipal de Oeiras
CTT	-	Correios Telégrafos e Telefones
CUF	-	Companhia da União Fabril
DGSU	-	Direcção Geral dos Serviços de Urbanização
ENBA	-	École Nationale Des Beaux-Arts
ESBAL	-	Escola Superior de Belas Artes de Lisboa
ESBAP	-	Escola Superior de Belas Artes do Porto
ICAT	-	Iniciativas Culturais Arte e Técnica
ODAM	-	Organização dos Arquitetos Modernos
PUCS	-	Plano de urbanização da Costa do Sol
SNBA	-	Sociedade dos Portugueses Arquitetos
SNBA	-	Sociedade Nacional de Belas Artes
SNOL	-	Sociedade de Nova Oeiras Limitada
UNESCO	-	United Nations Educational Scientific and Cultural Organizations

SUMÁRIO

1. Introdução	27
2. Enquadramento urbanístico na Europa entre o século XIX e o século XX	29
2.1. As utopias urbanas após a revolução industrial	33
2.2. A cidade jardim	40
2.3. Unidade de vizinhança	46
3. Enquadramento arquitetónico e urbanístico em Portugal: da revolução industrial ao Modernismo.	51
3.1. Início do século XX: os impactos do Estado Novo.	52
3.2. Transição do pensamento arquitetónico em Portugal: Do I Congresso de Arquitetura ao Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa	59
3.2.1. Urbanismo moderno: Bairro de Alvalade e Bairro das Estacas.	71
4. Costa do Sol	75
4.1. A intervenção de Donald Alfred Agache	80
4.2. A intervenção de Etienne de Groer	85
4.3. Costa do Sol e a integração do concelho de Oeiras: panorama desta região entre o século XVII e o século XX.....	90
5. O caso de estudo: bairro residencial de Nova Oeiras	99
5.1. Arthur Brandão, Nova Oeiras e a Sociedade de Nova Oeiras Limitada (SNOL)	102
5.2. O autor	103
5.3. O arquiteto Luís Cristino da Silva	103
5.4. Conceito e caracterização	115
5.5. O plano urbano	116
5.5.1. Praça central. O centro comercial.	125
5.5.2. As torres	138
5.5.3. As bandas/blocos	150
5.6. Conclusão	155
6. Considerações finais	157
Referências	161
Apêndices	167
Lista de apêndices	169
Apêndice A	171
Apêndice B	181
Anexos	189
Lista de anexos	191

Anexo A	193
Anexo B	199
Anexo C	205
Anexo D	221
Anexo E	243

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação “*Arquitectura e urbanismo: O Bairro Residencial de Nova Oeiras*”, visa mostrar a importância do plano urbano para o Bairro Residencial de Nova Oeiras, do arquiteto Luís Cristino da Silva – caso de estudo deste trabalho –, no que diz respeito à arquitetura e ao urbanismo, no panorama português do século XX.

Este bairro residencial foi desenvolvido nos arredores de Lisboa, em Oeiras, numa altura em que havia ainda bastante espaço para se explorar devidamente novas práticas da arquitetura e do urbanismo que surgiram na época. Deste modo, encontramos no desenho deste bairro uma implementação clara de conceitos internacionais Modernistas.

Pretende-se mostrar, com esta dissertação, que a arquitetura e o urbanismo impactam, positivamente ou negativamente, na vida das pessoas, ou seja, no seu quotidiano, através da organização dos espaços com o objetivo de satisfazer as suas necessidades.

Esta dissertação é composta por cinco capítulos, contando este como primeiro, onde fazemos uma breve introdução aos temas nela abordados.

No segundo capítulo abordamos o contexto histórico europeu, entre o século XIX e XX, de modo a contextualizar a evolução das cidades, percebendo como foi possível desenvolver técnicas e teorias para resolver os problemas urbanos e arquitetónicos das cidades.

No terceiro capítulo procuramos entender o desenvolvimento arquitetónico e urbanístico em Portugal. Neste capítulo abordamos questões relativas à evolução histórica do país durante a primeira metade do séc. XX – sobretudo a ascensão do regime político dito Estado Novo – procurando entender o impacto de questões políticas no panorama da arquitectura e do urbanismo. Panorama este que se reveria complexo devido à chegada do Movimento Moderno a Portugal. Procuramos ainda entender, neste mesmo capítulo, como é que este panorama vai influenciar Luís Cristino da Silva e a sua arquitetura.

No quarto capítulo falamos sobre a expansão da cidade de Lisboa, devido ao elevado número de habitantes, para a zona oeste – faixa costeira de Lisboa a Cascais designada por Costa do Sol – e os dois grandes fatores que permitiram essa expansão: a linha ferroviária Lisboa-Cascais; e a linha rodoviária – a estrada marginal e a autoestrada. É

nesta faixa que se localiza o concelho de Oeiras, concelho este onde se localiza o nosso caso de estudo.

No quinto capítulo abordamos o nosso caso de estudo, o Bairro Residencial de Nova Oeiras, destacando os conceitos Modernistas nele aplicados, fazendo uma breve referencia ao seu estado atual para mostrar como o bairro resistiu ao tempo. É neste capítulo que fazemos uma biografia do arquiteto autor do projeto. Luís Cristino da Silva, explicando as influências e as teorias que permitiram concretizar um projeto urbano e arquitetónico com valor reconhecido desde os seus primeiros anos até aos dias de hoje.

O trabalho de investigação associado a esta dissertação resulta da procura de fontes indirectas – levantamento de fontes nas bibliotecas de Oeiras, Algés, Carnaxide e da biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa – e de fontes diretas – Câmara Municipal de Oeiras e o Arquivo Municipal de Oeiras.

Para o desenvolvimento deste trabalho foi também fundamental o contato direto com o arquiteto José Manuel Fernandes, autor de bibliografia relativa ao bairro, morador e um dos responsáveis pela reabilitação do bairro. Ainda com o arquiteto José Manuel Fernandes, participamos numa das suas visitas guiadas ao bairro, visitas estas que se efetuam duas vezes por ano.

Para completar esta investigação tivemos ainda, acesso a recortes de imprensa da altura que retrataram o desenvolvimento do bairro nos seus primeiros anos.

2. ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO NA EUROPA ENTRE O SÉCULO XIX E O SÉCULO XX

Este capítulo destina-se a contextualizar o modo como as cidades evoluíram entre o século XIX e o século XX. Desta forma, é necessário entender que a mudança nas cidades começou praticamente com a revolução industrial e consequentemente com as evoluções dos meios de transporte, comunicação e as novas ideias económicas e sociais (Goitia, 2008, p. 144).

A revolução industrial teve o seu início em Inglaterra, entre o final do século XVIII e início do século XIX, principalmente com a indústria têxtil, cujas fábricas eram inicialmente movidas a energia hidráulica, que se localizavam ao longo das correntes fluviais onde se pudesse construir moinhos. Posteriormente, com o surgimento da máquina a vapor¹, estas fábricas passaram a ser agrupadas em locais determinados, originando os centros fabris constituindo assim as “grandes cidades industriais” (Goitia, 2008, p. 146). Esta evolução da indústria deu origem ao crescimento demográfico acelerado das grandes cidades em Inglaterra. Temos o exemplo da cidade de Manchester “que tinha em 1760 trinta a quarenta mil habitantes, e cresceu em 1800 graças à utilização da máquina a vapor, até setenta mil habitantes, dez mil dos quais eram imigrantes irlandeses atraídos pelo grande desenvolvimento industrial da grande cidade” (Goitia, 2008, p. 146).

Num contexto urbano, estes centros industriais não eram organizados segundo uma lógica orgânica, pois considerava-se que tudo o que fosse necessário para promover a indústria era aceite, e “as fábricas tornaram-se donas e senhoras do solo urbano e suburbano”. (Goitia, 1982, p. 148) Sendo assim, os centros fabris, eram instalados em locais que fossem favoráveis ao seu serviço, mesmo que isso significasse destruir áreas naturais de grande importância e que o fumo produzido pelas fábricas afetasse as áreas residenciais, como aconteceu com “as centrais térmicas de Nova Iorque e Londres”. (Goitia, 1982, nota p. 148)

¹ Este modelo de máquina a vapor teve a sua origem no século XVIII, no entanto, demorou um tempo “a entrar e a generalizar-se em Portugal. As primeiras só seriam instaladas em 1821. Por outro lado, a sua utilização prolongou-se até tarde no século XX.” (Rádio e Televisão de Portugal, 2014)



Ilustração 1 - Vista de Londres 1851. Casas e fábricas misturadas em ambas as margens do rio. (Benevolo, 1987, p. 149).

Para o desenvolvimento desses grandes centros fabris, a evolução dos transportes foi essencial, pois permitiu a expansão do mercado económico, tanto para levar matéria-prima para as fábricas como para distribuir o produto final (Goitia, 1982, p. 146). Em Inglaterra, o aparecimento dos caminhos de ferro começou no início do séc. XIX, sendo construídos os primeiros ramais para serviço público, alterando o funcionamento das cidades. Deste modo, o comboio passou a representar um valor urbanístico global, e a sua expansão fez com que lei de expropriação² entrasse com maior vigor, o que era cada vez mais favorável para o Estado, por ter de ser aplicada em larga escala (Benevolo, 1987, p. 94).

Contudo, para a produção em massa das fábricas, era de elevada importância que se tivesse uma grande equipa de trabalho humano, porém os contratos eram mais

² Lei que protegia os direitos dos proprietários fundiários que na altura era mais favorável ao estado. Em Inglaterra o processo de expropriação passou a ser disciplinado de modo explícito em 1842 e 1845.

favoráveis aos patrões, uma vez que os salários eram baixos e os operários tinham poucas condições de trabalho, para que os proprietários obtivessem o máximo dos lucros dos produtos finais. Sob estas condições, muitas vezes o trabalho era feito por troca de comida, sem se levar em consideração se eram adultos ou crianças (Goitia, 1982, p. 147).

Como foi referido, a revolução industrial desencadeou um crescimento demográfico descontrolado nas cidades inglesas, o que provocou carências na população de forma desenfreada e as condições higiénicas tornaram-se insuportáveis (Benevolo, 1987, p. 33). As famílias que trocavam o campo pelas cidades industriais, amontoavam-se em bairros precários, e muitas alojavam-se em espaços vazios disponíveis, ou, em outros casos, encontravam alojamentos de baixa qualidade, o que era difícil de suportar, acrescentando os horários alargados de trabalho também sem condições (Benevolo, 1987, p. 34).

O campo em comparação com as cidades, tinha espaço suficiente entre as casas, portanto, algumas atividades diárias eram realizadas com mais facilidade, o tráfego dos peões e carros não era caótico, as crianças tinham espaço para brincarem, e principalmente os detritos eram eliminados facilmente (Benevolo, 1987, p. 35). Enquanto que nos bairros operários das cidades industriais, que estavam atoladas, havia vários amontoados de lixo por todos os cantos, e não havia separação entre os espaços para peões, carros e espaço para as crianças brincarem. Estes bairros eram construídos perto dos locais de trabalho (fábricas na maior parte das vezes) e consequentemente perturbavam-se mutuamente. O fumo das fábricas invadia as casas e o tráfego industrial era tolhido pelo tráfego residencial, e quando as oficinas eram ampliadas, destruía-se as casas necessárias, e consequentemente os limites da cidade avançavam para o campo (Benevolo, 1987, p. 36).

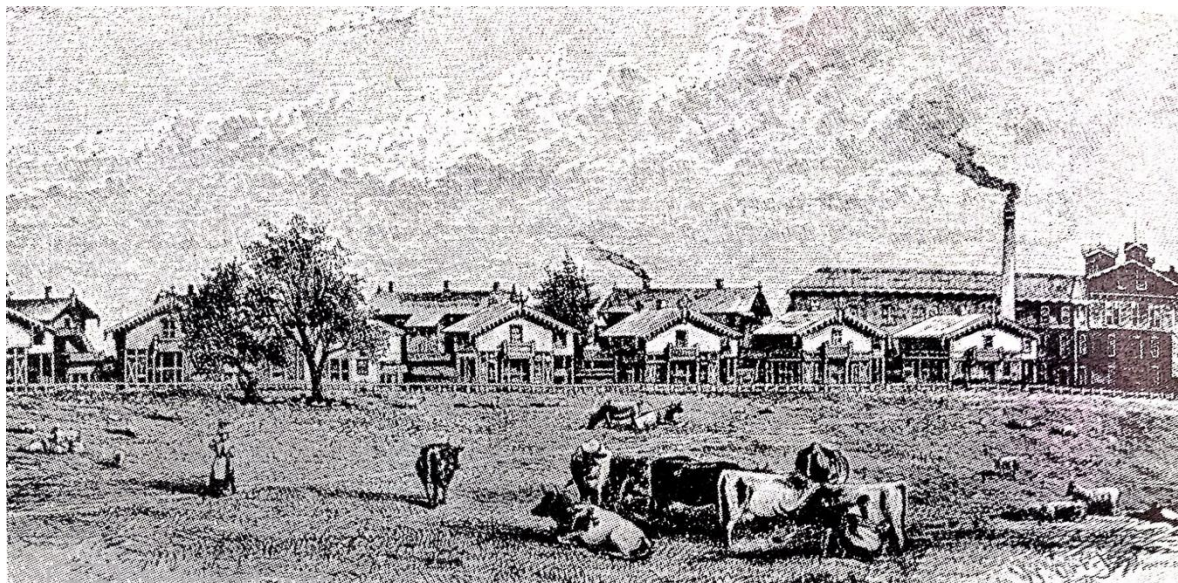


Ilustração 2 - Nascimento da indústria (Howard, 1962, p. 160).

Estes bairros operários que se formaram a propósito das indústrias, em condições precárias, marcaram negativamente a estrutura das cidades:

São uma das marcas que mais desfeiam a cidade industrial, uma página autenticamente sinistra nos anais da habitação do homem; um constante pesadelo para filantropos e reformadores sociais. Tomaram formas e características diferentes nos vários países, mas todos tinham em comum uma regularidade fria e atroz, e uma grande densidade no que se refere ao aproveitamento do terreno. (Goitia, 2008, p. 150)

Deste modo, esses bairros tornaram-se densos, pois não havia preocupação com a ocupação dos espaços, prescindindo de espaços livres e pátios, e muitas habitações tinham poucas janelas o que não permitia uma fácil ventilação. Consequentemente, estas condições provocaram assustadoramente o aumento da taxa de mortalidade (Goitia, 2008, p. 150). Como podemos ver nas ilustrações a seguir, as casas eram compactas e sempre lotadas:

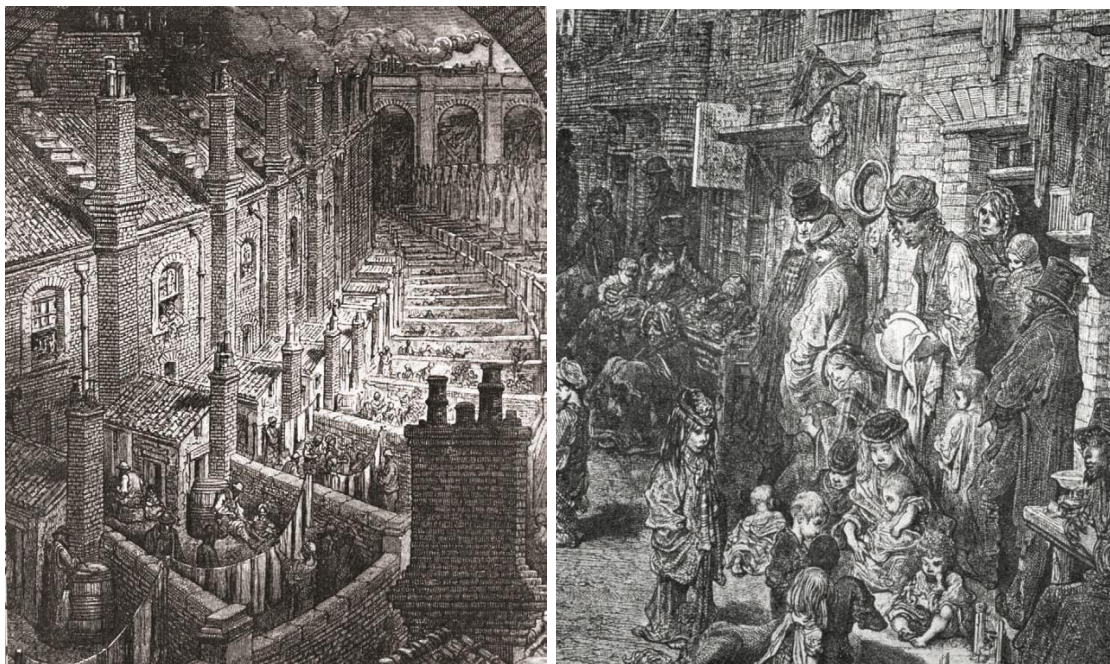


Ilustração 3 – Habitações numa cidade industrial (Portella, 2014, p. 49).

Apesar desta apropriação invasiva das indústrias ter originado uma catástrofe na estrutura urbana, devemos refletir que esta época foi vítima do rápido avanço tecnológico, e que estas questões em relação as condições de higiene e salubridade destas cidades industriais passaram a ser consideradas temas a se refletir apenas numa época posterior, como observa, o arquiteto Fernando Chueca Goitia (1911-2004):

Está claro que também não podemos censurar uma época por uma falta de visão que só a posteriori pode ser considerada como tal. Podemos estar agora, e certamente que estamos, a cometer outros erros que serão verificados quando se derem acontecimentos que se darão depois de nós e que, neste momento, somos incapazes de avaliar. (Goitia, 2008, p. 149)

2.1. AS UTOPIAS URBANAS APÓS A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Como vimos anteriormente, a revolução industrial teve o seu início em Inglaterra, modificando drasticamente o panorama das suas cidades. No entanto, o seu impacto abrangeu também as principais cidades europeias, trazendo consequências para o funcionamento destas. Muitas dessas consequências se devem a grande concentração demográfica nas cidades e a falta de sanidade, mas também ao facto de a cidade industrial no princípio não apresentar ainda um sistema para controlar a sua evolução e o impacto na sociedade. No entanto, veremos que mesmo sendo a revolução industrial a causar esta realidade, também será ela a mudar-lhe o curso (Benevolo, 1987, p. 43).

A baixa qualidade de vida provocada pela revolução industrial, que além de constituir progresso originou cidades com condições atroz, originou reivindicações sociais impulsionadas pelos Sindicatos e pelas Trade Unions³, que permitiram uma mudança nas cidades sob condições atroz por outras mais benignas (Goitia, 2008, p. 152).

Neste contexto, verificamos que alguns industriais esclarecidos, naquela época, se dispuseram a buscar soluções para resolver os males das cidades industriais, pois faziam parte da origem dos problemas que eram sobretudo industriais. Como exemplo temos o caso de Robert Owen (1771-1858), que, como veremos, em 1816 planeou uma cidade que julgava ser ideal, onde “se combinava a atividade industrial com a agricultura, e que se bastava economicamente a si própria” (Goitia, 2008, p. 152). Destacamos também “o caso da família Krupp que em 1865 começou a construir junto as suas fábricas de aço, a primeiras das suas povoações-modelo”; bem como “o exemplo do fabricante de chocolate George Cadbury, que em 1879 construiu a cidade de Bourneville, “com objetivos industriais e filantrópicos”” (Goitia, 2008, p. 152).

No presente capítulo destacaremos a intervenção dos socialistas utópicos, cujas experiências para mudar o curso em que se desenvolviam as cidades, foram realizadas século XIX, que apesar de serem assim chamados, os seus objetivos não eram utópicos e mesmo com diferentes propostas, todas elas eram idealizadas a fim de se construir cidades higiénicas, com alojamentos dignos, construção de escolas, aumento dos salários, redução de horas de trabalho, entre outros.

Dentre os vários modelos desenvolvidos pelos socialistas utópicos, destacaremos na presente dissertação os casos de Robert Owen; Charles Fourier (1772-1837) com o falanstério; e Jean Baptiste Godin (1817-1889) com o familistério.

Um dos primeiros socialistas utópicos a propor uma solução foi o já mencionado Robert Owen, que começou a trabalhar desde tenra idade em Londres. Em 1791 conseguiu abrir uma indústria têxtil e, com o sucesso que teve, comprou, dez anos mais tarde com a parceria de alguns sócios, as fiações de New Lanark na Escócia. Em 1793, tornou-se membro da Sociedade literária e filosófica de Manchester, onde provavelmente sofreu influência de um dos primeiros promotores, John Perceval, da legislação sobre as fábricas (Benevolo, 1987, p. 51).

³ Sociedades formadas por operários que defendiam os seus direitos como trabalhadores.

Owen, preocupado com o modo como as cidades industriais evoluíam e, ao mesmo tempo, reconhecendo as vantagens da máquina, afirmava que:

“Se a invenção de tantas máquinas multiplicou o rendimento do trabalho em muitos campos, para a vantagem imediata de alguns homens, piorando as condições de muitos outros, esta máquina destina-se a multiplicar a eficiência física e o bem-estar de toda a sociedade de modo ilimitado, sem prejudicar ninguém, por mais rápida que seja a sua difusão”. (Owen *apud* Benevolo, 1987, p. 58)

Para Owen a população não deveria continuar a viver isolada em massa, deste modo propôs que se organizassem em grupos entre quinhentas e mil e quinhentas pessoas ou uma média de mil e duzentas pessoas. Portanto, a sua proposta consistia numa cidade funcional para todos, que se desenvolvia num agregado de edifícios formando uma planta quadrangular suficientemente grande para albergar mil e duzentas pessoas, estando os edifícios públicos divididos em sectores. Esta proposta continha um edifício central com uma cozinha e despensa pública. Adjacente, estaria outro edifício destinado a uma escola no piso térreo e no outro piso uma sala de oração e uma sala de leitura. Também neste núcleo, estaria outro edifício para a escola, a sala de reunião no piso térreo, e no piso superior uma biblioteca e salas para os mais adultos. A área livre desta planta quadrangular era destinada para as atividades físicas e para o recreio, com limites demarcados e devidamente arborizada. As casas para as famílias ocupariam três lados das construções periféricas e no centro estariam os alojamentos para os vigilantes do agregado, a enfermaria e uma hospedaria para os visitantes. Num dos lados estariam os armazéns para guardar todos os produtos que serviriam o agregado. E a circundar o terreno estariam as hortas e jardins que separariam do agregado as oficinas e as indústrias (Benevolo, 1987, p. 55). Owen previu “uma escola primária para crianças de dois a seis anos e uma secundária para os jovens de seis a doze” (Benevolo, 1987, p. 58).

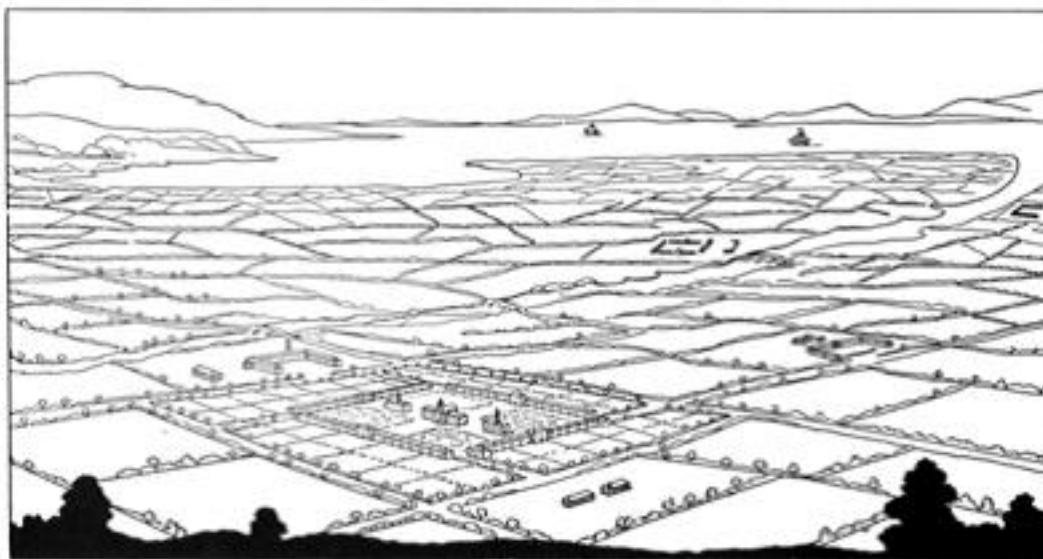


Ilustração 4 - Plano de Owen. (Benevolo, 1987, p. 54).

“Esta proposta de Owen é o primeiro plano urbanístico moderno desenvolvido em cada uma das suas partes, desde as premissas político-económicas ao programa de construção e ao orçamento financeiro” (Benevolo, 1987, p. 59). Este plano foi importante pois entendeu os problemas que advêm do processo industrial, e representou o começo da linha de pensamento virada para o bem-estar e organização da cidade até chegar na urbanística moderna (Benevolo, 1987, p. 59).

Sem sucesso na Europa, Owen mudou-se para os Estados Unidos da América, acompanhado por oitocentos seguidores que acreditavam na sua proposta, onde conseguiu pôr em prática o seu plano urbanístico no Estado de Indiana. Porém, a implementação da sua teoria não durou muito tempo devido a situação económica e discórdias internas (Benevolo, 1987, p. 61).

O segundo caso a ser mencionado é o do socialista francês Charles Fourier (1772-1837), que desprovido do entusiasmo cívico realizou uma proposta baseada num “engenhoso sistema filosófico-político”. Sendo contra uma sociedade baseada na “competição dos interesses individuais ou de classe”, propôs a “união de esforços para alcançar um estado de harmonia universal” (Benevolo, 1987, p. 65).

A sua cidade, a qual chamou Falanstério, era dividida em três cinturas separadas por cercas, sebes e plantações, mas sem obstruir a visibilidade. A primeira destinada a “*cité*” ou “cidade”, a segunda destinada aos subúrbios e as fábricas, e a terceira destinada as “*avenues*” e a periferia (Benevolo, 1987, p. 66). Todas as casas do projeto deveriam ter

espaços livres para pátios e jardim, sendo as da segunda faixa um espaço duplo e as da terceira um espaço triplo. Todas as casas, tal como o resto dos edifícios deveriam estar separadas por uma distância mínima, que seria igual a metade da altura da fachada mais próxima. Fourier propôs que não se fizessem casas pequenas, mas sim casas “colectivas que favorecerão a concentração dos serviços e por isso as relações mútuas” (Benevolo, 1987, p. 66).

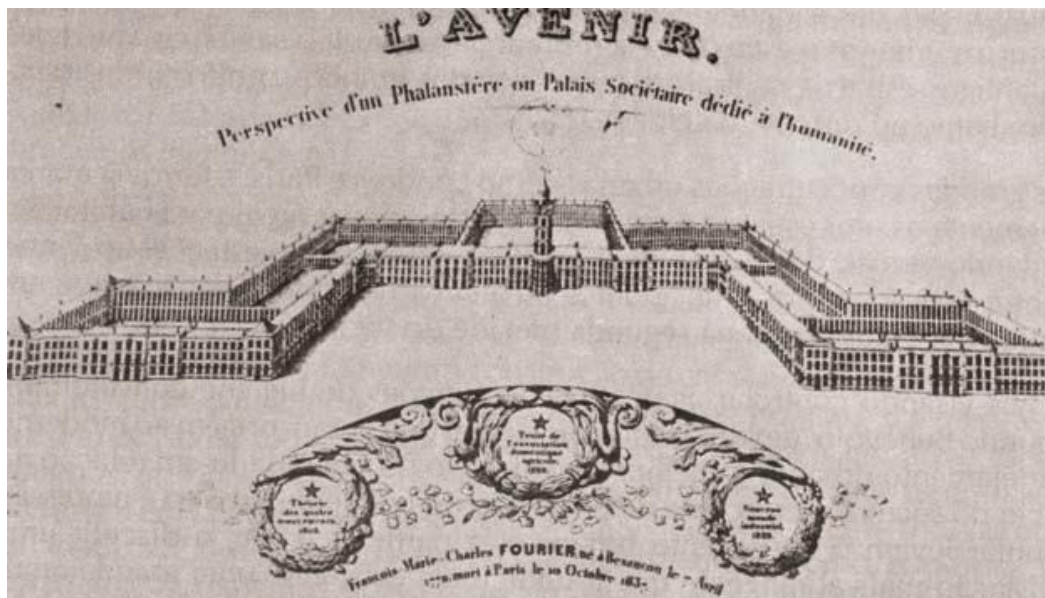


Ilustração 5 - Falanstério de Fourier. (Portella, 2014, p.50).

Em relação à estrutura urbana, as ruas eram curvas para evitar a uniformidade e todas teriam sempre como fundo uma vista campestre ou um momento de arquitectura – contrariando o monótono tabuleiro em xadrez de Owen – e arborizadas com diferentes espécies. A sua largura era de nove braças⁴ e, no caso das vias simples para os peões, poderia ser três braças – porém conservando as outras seis com canteiros (Benevolo, 1987, p. 66).

Esta proposta de Fourier, antecipa os regulamentos da construção oitocentista, e constitui o contributo mais importante deste para a prática urbanística que veio a seguir (Benevolo, 1987, p. 67).

⁴ Unidade de comprimento usada antigamente como medida, e usada frequente em meio rural. Equivale aproximadamente aos braços entendidos de um homem. Uma braça corresponde aproximadamente a 1.8 metros.

Em França, em 1832, a tentativa de se construir um falanstério não teve sucesso por falta de capital, porém funcionou nos Estados Unidos, onde foram construídas quarenta e uma comunidades experimentais, entre 1840 e 1850. (Benevolo, 1987, p. 70)

Ainda sobre os socialistas utópicos, o terceiro caso a ser apresentado será o familistério de Jean Baptiste Godin. Godin que foi um jovem industrial que se instalou em Guise, França, em 1846, onde fundou uma metalúrgica. Sem se ter esquecido as condições em que viveu durante a época em que trabalhava como simples operário, propôs o Familistério, inspirado nos falanstérios de Charles Fourier (Benevolo, 1987, p. 72).



Ilustração 6 - Familistério de Godin (Benevolo, 1987, p. 81).

A sua proposta consistia numa redução do Falanstério de Fourier, mantendo o edifício composto por três blocos, porém os pátios eram menores e cobertos por vidro, como podemos ver na ilustração 7. Neste núcleo urbano havia também os serviços gerais “creche e o jardim-escola [...], as escolas, o teatro [...], os banhos e a lavandaria [...]” (Benevolo, 1987, p. 72).



Ilustração 7 - Interior do pátio do familistério de Godin em Guisa
(Benevolo, 1987, p. 156).

Até aqui, verificamos, que estes urbanistas do século XIX, limitam-se na maioria dos casos ao “traçado da quadrícula, com uma aridez e monotonia desesperante, consequência de um espírito estritamente utilitário” (Goitia, 2008, p. 156). Ao contrário destes exemplos mencionados, temos ainda o exemplo da Cidade Linear de Arturo Soria y Mata (1844-1920) em Espanha, localizado a sete quilómetros do centro de Madrid, que se desenvolveria numa rua contínua, ao longo de cinco mil e duzentos metros. Este plano de Arturo representa uma grande contribuição ao urbanismo e “é considerada a mais original de Espanha do século XIX”, por ser:

[...] Uma formula que permite que todas as habitações gozem de oportunidade de circunstancias analógicas; que resolve o problemas das comunicações por meio de uma única via (deve ter-se em conta que a concepção de Soria é anterior ao automóvel); que permite um prolongamente indefinido; e que põe a cidade em contacto estreito com o campo visto que a sua característica linear não permite a concentração de edifícios que lhe voltem as costas. (Goitia, 2008, p. 156)

É claro que hoje em dia esta proposta de cidade linear não é aplicável, mas é de se admitir que foi um orgulho e grande contribuição para o urbanismo do século XIX (Goitia, 2008, p. 156).

Estas propostas foram válidas para o período em que foram desenvolvidas, e apesar de não terem resolvido todos os problemas, fazem parte de um processo que veio a instigar outras soluções e formas de pensar sobre as cidades, a fim de se encontrar um modelo

que se adequa às transformações que as sociedades vivem ao longo do tempo. É necessário entender que, na altura da industrialização, as cidades iam mudando de carácter conforme o desenvolvimento tecnológico:

A cidade, [...] não é um facto novo. Onde há qualquer coisa de novo é na transformação verificada ao longo do século passado, e no que já decorreu do presente, que teve como consequência que uma população mundial predominantemente rural se vá convertendo noutra predominantemente urbana. (Goitia, 2008, p. 162)

Diante disso, observa-se que as utopias nunca deixaram de ser desejáveis. Sociológica e historicamente, a realidade do imaginário reside na sua própria existência, na diversidade das funções que exerce, assim como na intensidade desse exercício. As utopias ganham em “realidade” e “realismo” na medida em que se inscrevem no campo das expectativas de uma época ou de um grupo social e, sobretudo, na medida em que se impõem como ideais orientadores e mobilizadores de esperanças coletivas por uma melhor qualidade de vida (Portella, 2014, p. 48).

2.2. A CIDADE JARDIM

Como já foi mencionado, o descontentamento com a poluição e a falta de higiene levou a que socialistas, teóricos e urbanistas desenvolvessem modelos utópicos para as cidades, cujos princípios fundamentaram o surgimento da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1850-1928). Os princípios fundamentais para o modelo desta cidade-jardim eram o aperfeiçoamento dos aspetos idealizados pelos utopistas anteriores a Howard, para alcançar a possibilidade de se criar habitações individualizadas, envolvidas por um ambiente saudável com áreas verdes, ao contrário do cenário caótico das cidades industriais (Portella, 2014, p. 51). Pode-se atribuir também ao movimento Arts & Crafts⁵ um papel influenciador para o surgimento dos primeiros modelos das cidades-jardim. Este movimento opunha-se à fabricação em série, valorizando, a produção artesanal bem como as condições de vida das cidades de pequeno porte, que estavam “directamente ligadas ao ambiente rural” (Portella, 2014, p. 52). Esta visão associada à “tradição inglesa de valorização de natureza” persuadiu os integrantes deste movimento, Arts & Crafts, a “defenderem a formação de comunidades urbanas com tamanhos limitados e ligadas a áreas de preservação ambiental, em contrapartida às grandes cidades industriais” (Portella, 2014, p. 52).

⁵ Movimento Arts and crafts surgido em Inglaterra na segunda metade do século XIX, é o movimento que contraria a produção em massa devido a baixa qualidade estética e enfatiza a produção artesanal.

Neste contexto, Ebenezer Howard expressou na sua obra Tomorrow: A Peaceful Path to Real Reform (1898), que era necessário transformar o sistema urbano existente pois gerava um crescimento populacional desproporcional. Defendia que tanto a cidade como o campo apresentavam vantagens e desvantagens: a cidade oferecia oportunidade de trabalho, porém o ambiente não era saudável; enquanto que o campo oferecia um ambiente salutar, mas havia falta de emprego. Com este cenário, Howard pretendia conjugar as vantagens de ambos. Para tal seria necessário descentralizar as habitações e as zonas de trabalhos das cidades industriais (Mendes, 1990, p. 44). O modelo para esta cidade, baseava-se então no seguinte critério:

As grandes cidades [deveriam ser] substituídas por novos aglomerados, económica e socialmente independentes. Rodeados por uma cintura agrícola, com uma população inferior a 30.000 habitantes, atraindo população e atividades, estes novos núcleos, com habitação e custos de produção baixos e um ambiente agradável, iriam provocar o aparecimento das grandes cidades. Quando um novo aglomerado atingisse uma certa dimensão, deveria deixar de crescer, e o excedente populacional deveria ser transferido para um novo núcleo. O povoamento estrutura-se assim por células, que se iam adicionando, e este complexo policêntrico foi designado por Howard por “cidade social”. (Mendes, 1990, p. 44)

Na ilustração 8, podemos verificar como funcionava o desenho concêntrico desta proposta, cuja planta desenvolve-se numa estrutura radial, de onde partem boulevards estruturais com dimensões maiores do que as restantes não estruturais, tendo 125 metros de largura por mais de 5 quilómetros de comprimento, formando um anel verde. Quanto a disposição das habitações e dos espaços públicos, deveriam obedecer uma hierarquia que defendia uma boa circulação pedonal (Gomes, 2017, p. 10).

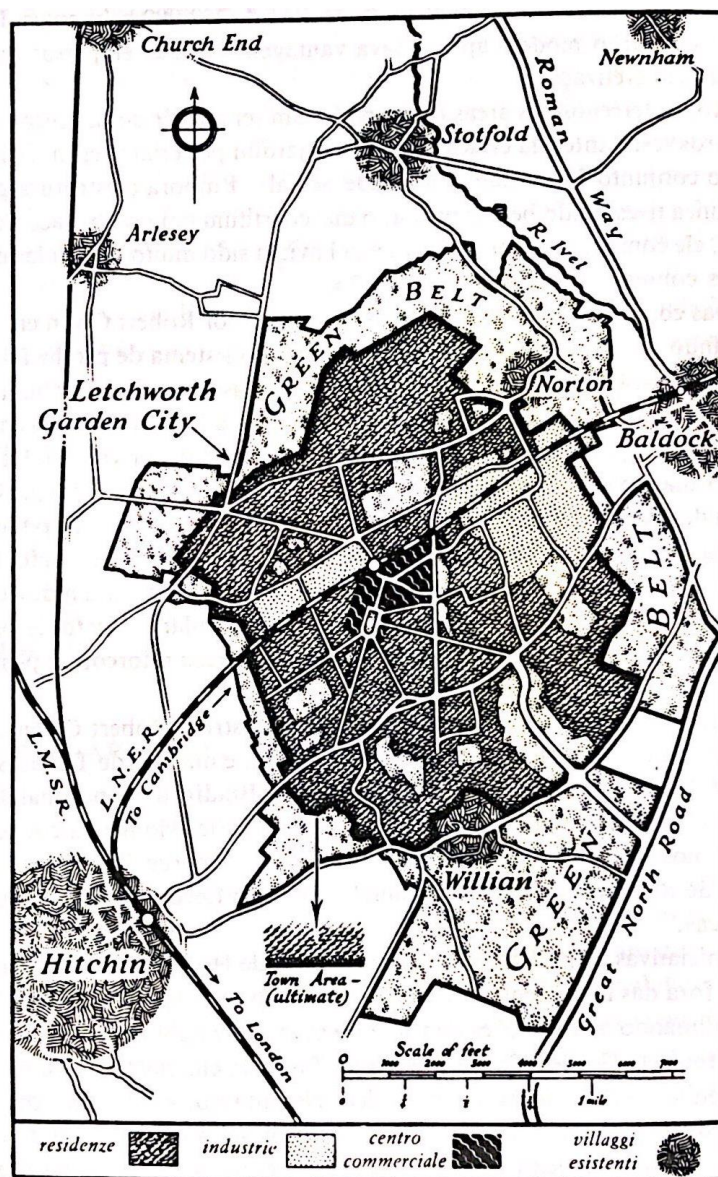


Ilustração 8 – Diagrama que sintetiza as ideias de Howard para a cidade jardim (Portella, 2014, p. 52).

O conceito da cidade de Howard visava ainda suportar o crescimento urbano – sendo que uma das grandes preocupações das cidades, diga-se de passagem, até aos dias de hoje, ser a migração das pessoas do campo para as cidades –, junto das zonas de espaços verdes, permitindo o desenvolvimento de novas cidades com acesso entre ambas. Nesta proposta de Cidade Jardim, a maior preocupação era a questão social, funcional, económica e territorial, portanto, a implementação do desenho não era rígida, podendo adaptar-se a diferentes circunstâncias, e defendeu apenas que o plano deveria estar composto por seis avenidas partindo de um centro de uma circunferência que dividiria a cidade em bairros e onde estariam apenas os edifícios públicos que faziam parte do funcionamento cidade (Gomes, 2017, p. 9).

Neste contexto por volta de 1904, surgem os primeiros modelos concretizados seguindo os princípios de cidade-jardim de Ebenezer Howard: Letchworth (1904), Hampstead (1909) e Welwyn (1919) (Lamas, 2000, p. 311). Neste capítulo, será brevemente avaliado o caso de Letchworth, Inglaterra, desenvolvido por Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947), e o caso de Radburn (1929) desenvolvido por Clarence Samuel Stein (1882-1975) e Henri Wright (1878-1936) em New Jersey, Estados Unidos da América.

Em Letchworth, localizado nos arredores de Londres, os urbanistas Unwin e Parker, desenvolveram o seu modelo através de uma cidade pré-existente, sem a modificar em demasiado. O primeiro desafio foi a questão da colocação de limites ou não, pois a existência dos muros da cidade, herança da cidade medieval, dificultava o seu crescimento. Portanto, a solução seria utilizar cinturões verdes para diferenciar a cidade do campo e para permitir a repetição de núcleos. Segundo a historiadora Françoise Choay⁶ (n.1925) o mais importante era que o centro estivesse bem estruturado, com os edifícios principais aproximados entre si, para se valorizarem mutuamente. Podemos observar na ilustração 6 a sua organização:



⁶ Françoise Choay, francesa, é historiadora das teorias e formas urbanas e arquitetónicas e também professora de urbanismo, arte e arquitetura na universidade de Paris VIII.

Ilustração 9 – Plano de Letchworth (Portella, 2014, p. 53).

Unwin e Parker valorizaram a construção de baixa densidade, o que lhes permitiu construir um grande quarteirão com edifícios na periferia e espaços coletivos e sociais no interior, que seriam acessíveis por vários pontos, substituindo as tradicionais ruelas e reinventando a relação do quarteirão com a cidade (Gomes, 2017, p. 10). Esta situação é ainda referida por José Manuel Ressano Garcia Lamas (1948-2003):

Antecipando a unidade de vizinhança, Unwin procura constituir pequenas comunidades humanas, pesquisando novas tipologias urbanas como *close*, ou o *impasse* – agrupamento de edifícios-vivenda que envolvem um terminal que parte da rua. Este sistema obriga à abertura do interior do quarteirão, “reinterpretando” o pátio de quinta anglo-saxónico como espaço de convivência e estrutura das construções que o envolvem. As práticas sociais e algumas funções da rua como local de convívio e de acesso aos edifícios deslocam-se para o *impasse*. A rua, vai tornar-se apenas lugar de circulação. O *impasse* ou o *close* cria uma categoria intermedia entre o espaço público da rua e o espaço privado da habitação, oferecendo um espaço semipúblico para as relações sociais de “vizinhança”. (Lamas, 2000, p.312)

Verificamos, assim, que, com a criação desses *impasses* interiores, os quarteirões deixam de ter um carácter fechado (Lamas, 2000, p. 312). Neste modelo, o desenho das ruas era informal e “as casas foram pensadas isoladas no lote, recuadas do alinhamento predial, com jardins frontais, as calçadas com grama arbustos e árvores, assim como um sistema de ruas secundárias [...]” (Portella, 2014, p. 53). Aqui, também foi enfatizado um dos princípios de Howard que prestigia a ideia de convívio com a natureza e a combinação entre indústria, cidade e campo (Portella, 2014, p. 53).



Ilustração 10 - Imagem de uma rua da cidade jardim de Letchworth (Gomes, 2017, p. 11).

O segundo caso a ser apresentado brevemente será o caso de Radburn. Este propunha uma inovação: “[...] a total separação entre a circulação de automóveis e de peões e a redução ao mínimo do logradouro privado em favor de um espaço livre público ou parque coletivo no qual se dispõem as habitações agrupadas a duas” (Lamas, 2000, p.312). Esta inovação toma a designação de “implantação de Radburn”, cujos princípios são:

A substituição dos quarteirões por blocos habitacionais, não cortados por vias; a hierarquização das ruas; separação da circulação de peões da circulação automóvel, criando uma rede de caminhos pedonais que se cruzam em desníveis com as ruas; orientação dos espaços principais das casas para jardins; criação de faixas de verdura formando um parque ramificado a toda a cidade. A superfície dos jardins individuais é reduzida ao mínimo em proveito de vastas áreas livres para a utilização pública e os desportos. (Lamas, 2000, p. 312)

Estes princípios resolviam a questão da “utilização dos automóveis, permitindo-lhes acesso direto à habitação mas protegendo os habitantes dos seus perigos e inconvenientes”, como também “assegurava o isolamento na habitação e favorecia o aproveitamento coletivo de espaços livres e instalações desportivas” (Lamas, 2000, p.316). Este exemplo tornou-se referência pois, seguiu já uma linha de pensamento mais consentânea com o pensamento mais Modernista (Portella, 2014, p. 55). Entretanto, esta proposta não foi concluída devido a crise económica, tendo sido construídas apenas “quatrocentas habitações que testaria os princípios do projectos” (Lamas, 2000, p. 312).

Mais tarde, o arquiteto Le Corbusier⁷ (1887-1965) viria a criticar os conceitos de Howard devido ao aproveitamento das dimensões territoriais, ainda que seja possível identificar ligações entre os princípios da cidade moderna e as cidade-jardim. Sendo assim, Le Corbusier defendia a conceção de cidades-jardim verticais em vez da baixa densidade, e atingia assim cem habitantes por hectare. Entretanto, tanto Howard como Le Corbusier, defendiam o zonamento “como forma de gerar melhores condições de moradia, em combinação com a prosperidade industrial, bem como vinculavam seus estudos urbanos à manutenção das áreas verdes e às formas de trabalho coletivo (Portella, 2014, p. 55)”. Estas divergências devem-se principalmente as transformações

⁷Le Corbusier foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês em 1930, considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX. Entre as suas contribuições podemos destacar a criação dos cinco pontos da nova arquitectura sendo estes: terraço jardim, construção sobre pilotis, planta livre da estrutura, fachada livre, janela em fita. Conceitos que permitiram maior liberdade de criação, pois tornaram os elementos construtivos do projeto independentes uns dos outros. E como um dos exemplos, temos a Villa Savoye em Paris concluída em 1928, onde se aplicou estes cinco pontos.

históricas e sociais geradas pelo movimento moderno nos padrões tradicionais de vida (Portella, 2014, p. 55).

Contudo, é necessário reconhecer a importância que os preceitos da Cidade Jardim trouxeram para repensar a urbe, que na época tentava resolver questões impostas pela revolução industrial. Neste contexto, o arquiteto Leonardo Benevolo (1923-2017) explica que:

A cidade-jardim demonstra ter condições de viabilidade, diversamente das utopias precedentes, porém afinal, reduz-se a uma cidade como as outras, sujeita à atração da metrópole, de tamanho não estável e com uma ordenação fundiária não dissemelhante da normal. Resta a marca agradável da conceção originária na elegância dos traçados das ruas, na uniformidade das construções, na distribuição do verde. (Gomes, 2017, p. 11)

2.3. UNIDADE DE VIZINHANÇA

No início do século XX, com o crescimento rápido das cidades, alguns sociólogos americanos como Robert Park (1864-1944), Ernest Burgess (1886-1966) e Horton Cooley (1864-1929) constataram que esse crescimento enfraquecia as relações sociais nas cidades, de tal modo que pretendiam que o conceito de Unidade de Vizinhança recriasse as relações sociais entre os vizinhos, através da planificação urbana (Lamas, 2000, p.317). Este conceito foi explorado nos anos 1920 por Clarence Artur Perry (1872-1944), sociólogo americano, que o teoriza aquando da reflexão do conjunto habitacional onde residia, chamado Forest Hills Gardens, EUA. O seu interesse baseava-se principalmente nos aspectos sociais da vida urbana, encorajando o convívio entre a população (Gomes, 2017, p. 16). Perry considerava que o desenvolvimento da vida social estava interligado aos serviços comuns, tanto que a estrutura do seu conceito previa: “[...]desde escola primária a lojas, terrenos de jogos e, em zonas mais ricas, a igreja, salas de reuniões e de teatro, clube e piscinas. Na cidade de 10 000 habitantes preconiza ainda um pequeno museu, teatro e outros edifícios de utilização social.” (Lamas, 2000, p. 317)

Tendo estudado sobre a relação entre habitantes e equipamentos, Perry propõe que os equipamentos devem situar-se próximo das habitações (Lamas, 2000, p. 317). Segundo Ricardo Carvalho (n.1971), Perry pretendia dividir a cidade em núcleos urbanos dentro de um raio não superior a oitocentos metros, para que fosse possível o acesso pedonal a qualquer parte da unidade habitacional, e que tivesse um centro da comunidade, onde estaria a escola primária, parque infantil e jardim, e determinou também uma separação clara da circulação pedonal da automobilizada (Gomes, 2017, p.16). A circulação

automóvel não deveria cortar os acessos aos espaços públicos para que não afetasse a vida comunitária (Lamas, 2000, p. 317). Perry propunha, ainda, que a zona de comércio se localizasse no cruzamento dos núcleos urbanos, para dinamizar a interação social e evitar que se criassem isolamentos entre as unidades habitacionais (Gomes, 2017, p.16).

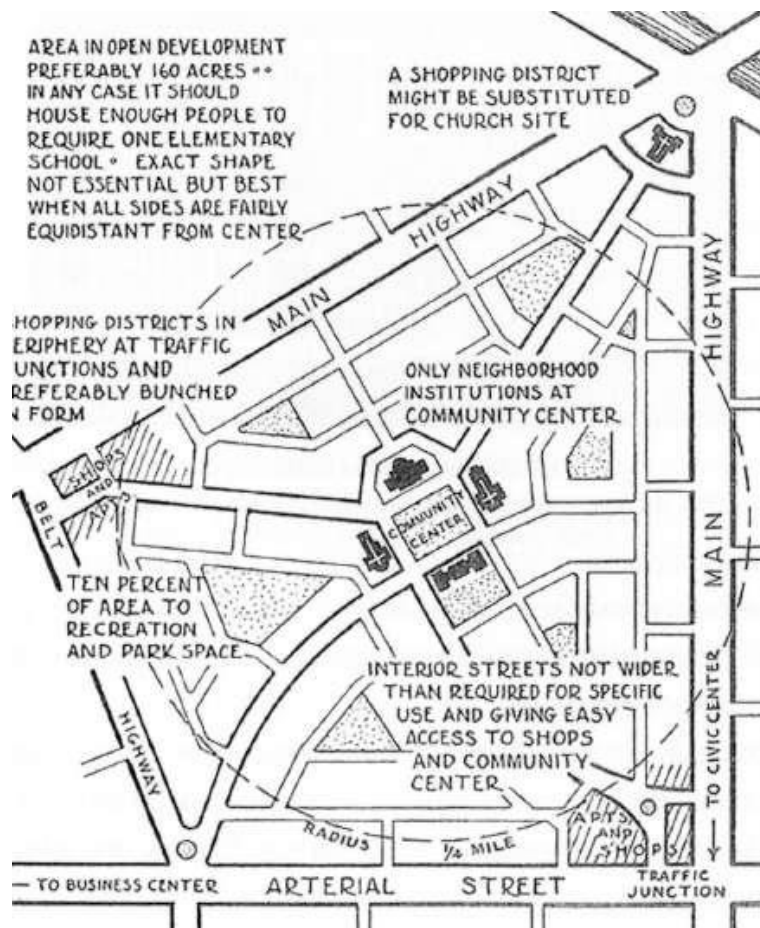


Ilustração 11 – Unidade de vizinhança de Clarence Perry. (Lamas, 2000, p. 319).

Enquanto Perry articulava o seu conceito sobre a teoria das unidades de vizinhança, os urbanistas Clarence Samuel Stein (1882-1975) e Henri Wright (1878-1936), construíam em New Jersey o conjunto habitacional Radburn – que foi citado no subcapítulo anterior desta dissertação – com princípios semelhantes ao conceito de Perry (Lamas, 2000, p. 317). Para Clarence Stein, a unidade de vizinhança define-se como:

“[Uma] área residencial que deve fornecer locais de habitação que tem geralmente necessidade de uma escola elementar. [...] A superfície depende da densidade utilizada. [...] Deve incluir um sistema de pequenos parques e áreas recreativas. Deve ser arranjada com um sistema espacial de vias destinadas a facilitar a circulação no interior, desencorajando o trânsito de passagem.” (Stein *apud* Lamas, 2000, p. 317)

Segundo Ricardo Carvalho, a diferença entre ambos os conceitos era que o plano de Radburn previa a constante presença do automóvel, revelando-se a primeira reflexão sobre o impacto do automóvel nas cidades, e o começo da aceitação da inevitabilidade do mesmo (Gomes, 2017, p. 17). A propósito dos automóveis as vias que delimitavam a unidade de vizinhança deveriam ser suficientemente largas, de forma a possibilitar o trânsito e sem atravessar a cidade (Lamas, 2000, p. 317).



Ilustração 12 - Uma das ruas de Radburn, mostrando as passagens dos pedestres e automóveis em diferentes níveis (Portella, 2014, p.56).

No contexto da unidade de vizinhança, José Lamas, no livro *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (2000), estabelece a relação deste conceito com o plano urbano, do urbanista Ildefons Cerdà⁸ (1815-1876) para Barcelona, que apesar da diferença de cultura, espaço e tempo, o desenvolveu baseado “na relação entre as áreas de habitação e os equipamentos como meio de estabelecer igualdade nas oportunidades sociais e na vida de bairro”, para demonstrar que tanto este plano em Barcelona, da segunda metade do século XIX, e o exemplo das unidades de vizinhança na América, no primeiro quartel do século XX, refletem a idêntica consciência dos problemas sociológicos e comunitários das cidades (Lamas, 2000, p. 318).

A teoria de Unidade de Vizinhança, pela clareza do seu conceito baseado no estímulo da relação entre os vizinhos através da planificação urbana e o resultado edificante das

⁸ Ildefons Cerdà foi um engenheiro e urbanista espanhol, responsável pela transformação urbana de Barcelona face as condições precárias na época.

primeiras experimentações, influenciou a organização das áreas habitacionais a partir dos anos 1920, fazendo com que os urbanistas de todos os países, independentemente “do sistema político-ideológico ou económico social” acabassem “por aderir aos conceitos da unidade de vizinhança e utilizá-los indiscretamente”. Esta teoria foi determinante na estruturação e desenho da cidade moderna (Lamas, 2000, p. 318).

Aproximadamente entre os anos 1950 e 1960, existiram duas correntes que adotaram os conceitos de unidade de vizinhança. Uma delas corresponde à corrente de origem anglo-saxónica, que se desenvolve essencialmente num “modelo sociológico de comunidade habitacional” (Lamas, 2000, p. 320). As primeiras realizações deste modelo concretizaram-se no Plano da Grande Londres entre 1944-1945 de Patrick Abercrombie, e as cidades novas inglesas da primeira (1947-58) e da segunda geração (1958-1965). No Plano da Grande Londres, o conceito de unidade de vizinhança é o princípio elementar da organização urbana e do planeamento da cidade (Lamas, 2000, p.320). Este modelo anglo-saxónico desenvolve-se segundo o princípio de baixa densidade e da ideia de cidade jardim (Lamas, 2000, p. 320).

A outra corrente, incluiria as realizações do racionalismo europeu, com o caso da unidade de habitação de Le Corbusier, entre outros exemplos semelhantes: as superquadras do plano piloto (1957) de Lúcio Costa em Brasília, Alton Estate (1952-1955) em Inglaterra, Lake Meadows⁹ em Chicago, e admitia a possibilidade de construção de edifícios em altura (Lamas, 2000, p. 320). Sobre as duas correntes mencionadas, Lamas refere que:

Ambas as correntes consideram o alojamento como a unidade de base, que agrupada e integrando equipamentos e serviços, constituirá a unidade habitacional. Ambas supõem que a vida social ou coletiva se polariza essencialmente nos equipamentos e serviços, e, como tal, pode ser planificada a partir dos parâmetros urbanísticos. (Lamas, 2000, p. 320)

O conceito de unidade de vizinhança apesar de ter dominado quatro décadas do urbanismo devido ao seu processo simples de expansão urbana, que permitia “o crescimento [...] por agregação de unidades autónomas em unidades maiores, e assim sucessivamente”, após alguns anos de experimentação, verificou-se que o objetivo social do conceito não tinha sido cumprido, e este fracasso foi devido a dois aspetos (Lamas, 2000, p. 322):

⁹ Data e arquiteto desconhecido.

[O] primeiro, da própria desagregação dos conceitos utilizados, ficando clara a impossibilidade de impor a constituição de grupos sociais através do planeamento. As relações sociais nas cidades tendem a matrizes mais alargadas e complexas que a proximidade dentro do bairro; os transportes e as comunicações alargam os horizontes dessas relações, onde também pesam outros meios de comunicação, como a rádio, a televisão, etc; o segundo é a desadequação das formas urbanas utilizadas, que impossibilitavam a evolução, integrando outras funções, nomeadamente postos de trabalho no terciário, a pequena indústria e o artesanato. (Lamas, 2000, p. 322)

Todavia, permaneceram alguns métodos de planificação dos equipamentos em meio urbano, como processo para igualar a oferta e o acesso aos serviços para toda a população. Nesse contexto, verificou-se que parte das teorias de unidade de vizinhança foram utilizadas pela urbanística formal como no plano do Rio de Janeiro de Alfred Agache (1875-1959) ou do Bairro de Alvalade de João Faria da Costa (1906-1971). Portanto é interessante ter presentes os aspetos das relações entre equipamentos e a população, que ainda hoje podem ser utilizados (Lamas, 2000, p. 322).

Sendo assim, a missão dos urbanistas e arquitetos — como vimos no desenvolvimento deste capítulo —, era planificar a cidade de forma a articular os eixos de tráfego fundamentais e a localização das diversas funções que também caracterizam a cidade mercados, zonas de recreio, zonas verdes, centros comerciais, as indústrias, etc. de modo a evitar a situação de zonificação, que sofriam as zonas puramente residenciais (Goitia, 2008, p. 184).

Era urgente a zonificação das indústrias, pois estas acarretavam problemas de tráfego, ruídos, maus cheiros, emanação de fumos e gases, que prejudicam gravemente a saúde pública. Portanto, a ocupação das indústrias foi o que mais alarmou os urbanistas e governantes. Esta situação levantou dois pontos de vista, os que consideram necessário o isolamento dos complexos industriais e os que defendem que estes devem estar localizados próximo das zonas residenciais operárias para que o uso dos meios de comunicação diminua (Goitia, 1982, p. 185).

Contudo, ficou provado que é melhor para as cidades que os grandes complexos industriais não estejam tão próximos as residências, mas sim as pequenas indústrias que eram mais conveniente e representavam vitalidade para as cidades e eram a base da economia (Goitia, 1982, p. 186).

3. ENQUADRAMENTO ARQUITETÓNICO E URBANÍSTICO EM PORTUGAL: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO MODERNISMO.

A revolução industrial em Portugal não teve grande impacto como no resto da Europa. A partir dos anos 1850, sob a orientação de António Maria de Fontes Pereira de Melo¹⁰ (1819-1887), começa um período de regeneração em Portugal, em busca de novos materiais, construção de infraestruturas viárias, modernização das indústrias, criação de rede telegráfica, caminhos de ferro, para compensar o seu atraso em relação ao resto da Europa. Este período, que perdurou até o início da I Guerra Mundial, foi o começo da política das obras públicas que evoluiriam o sistema económico do país, e como consequência, também o aumento demográfico das grandes cidades (Rodolfo, 2002, p. 19).

Esta fase de regeneração desencadeada por Fontes Pereira de Melo que promove o desenvolvimento da indústria e das novas infraestruturas, exigia processos rápidos de construção e eficazes na sua função (Rodolfo, 2002, p. 21). Para as atividades industriais, mercados, pavilhões, entre outras estruturas, necessitava-se de grandes vãos, estruturas resistentes a grandes cargas, bem como espaços amplos com poucos apoios estruturais, o que incita o uso do ferro, material resistente a esforços de tração, para responder estas questões, principalmente nos casos de maior carácter utilitário (Rodolfo, 2002, p. 21).

No panorama arquitetónico português, ainda no século XIX, podemos destacar as seguintes obras, que privilegiam o ferro na sua conceção: Palácio de Cristal (1865), de José Carlos Loureiro (n.1925), Mercado Ferreira Borges (1888), de João Carlos Machado (1885-1888), Mercado Central de Lisboa (1880) obra que não chegou a ser concluída, de José Luís Monteiro¹¹ (1848-1942) que mais tarde projetaria também a Estação Central do Rossio (1888). Podemos ainda referir, já no século XX, o caso do Mercado da Ribeira (1902), de João António Piloto¹² (1880-1956) (Rodolfo, 2002, p. 22).

É de referir ainda que a partir dos anos 1890, o ferro passa a ser utilizado em habitação numa posição funcional, nas traseiras, marquises, galerias, escadas de serviço e

¹⁰ Político português da segunda metade do século XIX. Encarregado do primeiro ministério das obras públicas, responsável pelo aumento do número de estradas, primeira linha de ferro que ligava Lisboa e Carregado e criou a primeira linha telegráfica.

¹¹ Um dos professores de Luís Cristino da Silva – sobre o qual falaremos mais tarde – na escola de Belas Artes.

¹² Um dos professores de Luís Cristino da Silva – que será referido mais tarde nesta dissertação – na escola de Belas Artes.

varandas e posteriormente passa a ter um carácter mais simbólico e não funcional, com a aplicação do ferro fundido em capitéis, mísulas e em ornamentações de fachadas no período de Arte Nova em Portugal (Rodolfo, 2002, p. 22).

No entanto, com o avanço da tecnologia e o surgimento do betão armado – material que conferia mais vantagens por ter resistência a tração e compressão, resistência ao fogo e maior durabilidade sem precisar de manutenção, grande rapidez de execução, e plasticidade para se executar tanto formas do passado como formas esteticamente inovadoras –, a utilização do ferro perde popularidade no mercado arquitetónico. Em Portugal as primeiras obras onde se utilizaram o betão armado foram a Fábrica de Moagem A.J. Gomes e Cº em 1896 e a ponte de Vale de Meões de Bernardo Gomes de Moura e Bernardo Moreira de Sá, em 1904 (Rodolfo, 2002, p. 23).

Com a crise financeira da I Guerra Mundial e o aumento demográfico das cidades, foi necessário aumentar as construções, porém com uso reduzido de ornamentação para manter um baixo custo das construções. Nesta fase o betão armado, passou a responder então a estas necessidades (Rodolfo, 2002, p. 23).

3.1. INÍCIO DO SÉCULO XX: OS IMPACTOS DO ESTADO NOVO.

Em Portugal, o século XX ficou marcado pelas atividades e domínio do regime do Estado Novo que, para além do seu impacto político e social, influenciou diretamente o panorama arquitetónico do país, que aderiu tardiamente aos dogmas do Movimento Moderno, que durante este período atingia o seu auge no resto da Europa.

No entanto é necessário ressaltar que Portugal experimentou no início do século XX um período de inovação na linguagem arquitetónica, devido a uma geração de arquitetos – conhecidos também como a primeira geração dos arquitetos modernistas – dos quais destacamos: Luís Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969), Pardal Monteiro (1897-1957), Cassiano Branco (1897-1970), Jorge Segurado (1898-1990), Rogério de Azevedo. Deste modo, a produção arquitetónica desenvolvida entre os anos 1920 e 1930, não seguiu um padrão organizado, sendo palco de uma exposição clara de uma expressão geracional (Rodolfo, 2002, p. 66). Sendo assim, o período Modernista, conhecido como o Modernismo radical, começou em 1925 com o capitólio de Cristino da Silva, o Instituto superior Técnico (1927), de Pardal Monteiro, a Garagem de comércio do Porto (1928), de Rogério de Azevedo, o Cinema Eden (1930), de Cassiano Branco (Rodolfo, 2002, p. 67). É evidente em alguns edifícios deste período,

a simplificação plástica/estética trazida pelo estilo *Art Déco*¹³, onde podemos citar como paradigma: a moradia na Avenida 5 de Outubro (1926-1929), do arquiteto Pardal Monteiro (1897-1957), a Agência Havas (1922-1931), do arquiteto Carlos Ramos (1897-1969), o Quartel dos Bombeiros de Alcobaça, do arquiteto Jacobetty Rosa (1901-1970), entre outros (Rodolfo, 2002, p.66).

No ponto de vista urbano, em Portugal, esta primeira fase do século XX ficou marcada por modelos da corrente progressista¹⁴ – defendido por Ressano Garcia¹⁵ (1847-1911) –, e culturalista¹⁶. A primeira corrente pretendia que Lisboa fosse “monumental e futurista, com abundância de arcos triunfais, sedes prestigiantes do poder, viadutos e pontes” (Rodolfo, 2002, p. 27). No entanto, o modelo culturalista prevalecia, devido ao nacionalismo crescente fruto das convulsões políticas. Este grupo conservador e descrente do progresso, apoiava a revalorização do tecido urbano da Lisboa antiga, caracterizado por um crescimento orgânico formado por sinuosas vielas e inesperadas praças, entre a combinação da construção popular e edifícios monumentais (Rodolfo, 2002, p. 28).

A partir dos anos 1930, com a eclosão do Estado Novo, a arquitetura portuguesa sofreu um retrocesso, assumindo uma linguagem tradicionalista e revivalista. Deste modo, os mencionados arquitetos da primeira geração Modernista perante este cenário político, são obrigados a abandonar “os seus ideais de vanguarda” e passam a fazer projectos apenas de carácter regionalista, com ideais defendidos pelo Estado (Pereira, 1993).

Nesta época, a instabilidade política e social na Europa levava ao aparecimento de regimes totalitários em vários países europeus, e em Portugal esta fase coincide com o endurecimento do regime do Estado Novo. Este regime foi instituído formalmente em 1933, por António de Oliveira Salazar¹⁷ (1889-1970), atingindo o seu apogeu entre 1934-1940, sendo o “seu período de maior estabilidade e prestígio” (Rodolfo, 2002, p. 97).

¹³ Estilo artístico de carácter decorativo, com origem na Europa no início do século XX. Usado nas artes visuais, cinema, moda, design de interiores e bastante aplicada na arquitetura.

¹⁴ Esta classificação é aqui empregada no sentido que lhe é dado por Françoise Choay, in *L'Urbanisme: Utopies et Réalités. Une Anthologie*, Paris, 1965.

¹⁵ Engenheiro e professor de engenharia, política e administrador que se notabilizou por ter dirigido a expansão e renovação urbana da cidade de Lisboa no último quartel do século XIX.

¹⁶ Esta classificação é aqui empregada no sentido que lhe é dado por Françoise Choay, in *L'Urbanisme: Utopies et Réalités. Une Anthologie*, Paris, 1965.

¹⁷ Uma das personalidades mais marcante do século XX em Portugal. Dirigiu Portugal de forma ditatorial como Presidente do Conselho de Ministros até 1968 quando foi destituído do cargo. Deteve os cargos de Ministro das Finanças (1928 a 1940), Ministro das Colónias (1930), Ministro da Guerra (1932 e 1936 a 1944), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1936 a 1947) e Ministro da Defesa Nacional (1961 a 1962). Fora também docente catedrático de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social na Universidade de Coimbra, onde se formou em direito em 1914.

Para Salazar o poder não poderia se descuidar da vida pública, e por essa razão, era necessário que a cidade transmitisse uma imagem que convergia com os interesses do regime. De forma a controlar diretamente o espaço construído, Salazar, em 1938, contrata Duarte Pacheco¹⁸ (1900-1943) para “os cargos de Presidente Municipal da Câmara de Lisboa e de Ministro das Obras Públicas” (Rodolfo, 2002, p. 98).

O regime criticava todos os signos que se identificavam como Modernistas, como: “o terraço, em vez do telhado; os grandes envidraçados em vez das janelas de peito ou sacadas com balaústres; os volumes puros integralmente rebocados, sem acusar arestas, molduras ou cornijas; o abandono das regras básicas e composição clássica” (Rodolfo, 2002, p. 98). Deste modo, era defendido uma arquitetura que valorizasse a “autoridade, disciplina e a ordem, a nacionalidade, a família e a terra” (Rodolfo, 2002, p. 98). “Abre-se então um período em que os dogmas do “ser português” na Arquitetura e de uma monumentalidade retórica são assumidos autoritariamente pelo regime” (Pereira, 1993). O arquiteto Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) acrescenta ainda que o estado utilizava “” a arquitectura como veículo de propaganda ideológica e meio de condicionamento do comportamento individual e colectivo”” (Pereira *apud*, Rodolfo, 2002, p. 98).

Deste modo, a “arquitetura dita portuguesa” foi imposta nas obras do Estado, aparecendo por todo o país “palácios de Justiça, edifícios dos CTT, liceus, escolas primaras (o célebre Plano dos Centenários) e outros edifícios públicos” (Pereira, 1993). Estas obras possuíam uma combinação de diversos estilos, “que iam desde elementos do barroco joanino, aos telhados com beirados múltiplos e a uma monumentalidade retórica de uma clara inspiração nazi, e portanto estrangeira” (Pereira 1993). Dentre as obras promovidas pelo Estado Novo, podemos destacar: a Praça do Areeiro (1938-1948), em Lisboa, e o edifício da Caixa Geral de Depósitos (1937), em Leiria, ambos projetados por Cristino da Silva. Nestes edifícios, podemos verificar a linguagem

¹⁸ Duarte Pacheco formado em engenharia eletrotécnica, foi professor de Matemática Gerais no Instituto Superior Técnico e posteriormente diretor dessa mesma instituição. Com 26 anos de idade foi nomeado Ministro da Instrução Pública, posição que lhe deu poder de convidar Salazar para ingressar no governo. Entre 1932 e 1936, exerceu o cargo de Ministro das obras Públicas, vindo a ocupar o mesmo cargo posteriormente e juntamente com o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de 1938 a 1943 que foi o ano da sua morte.

arquitetónica defendida pelo regime, desencadeando o surgimento do estilo “Português Suave¹⁹”, que se define entre os anos 1940 e 1950.

Um dos paradigmas deste estilo foi sem dúvida a Praça do Areeiro, que constituiria a praça emblemática de Lisboa nos meados do século XX, representando a arquitetura do Estado Novo. Aqui o arquiteto apesar de ter a intenção de projetar uma praça moderna, foi-lhe imposto oficialmente por Duarte Pacheco um traçado completamente tradicionalista que fosse lisboeta (Fernandes, 2015, p. 77).



Ilustração 13 - Praça do Areeiro, Arquivo Municipal de Lisboa. (Benoliel, 195).

O Areeiro fazia parte da operação da remodelação urbana de Lisboa. Cristino da Silva na memória descritiva do projeto, descreveu que a praça como ponto de chegada de uma direção e de partida para quatro outras: “”A Praça do Areeiro, encontra-se situada no extremo norte da extensa Avenida Almirante Reis, servindo de remate a esta

¹⁹ José Manuel Fernandes define este estilo como a “arquitetura que se produziu em Portugal entre 1940 e 1955 de carácter neotradicionalista representativa dos valores ideológicos do regime, nacionalista e conservador” (Ucha, 2015, p. V)

importante artéria e de partida a quatro novas avenidas, que em sentidos opostos se dirigem aos extremos da Capital”” (Rodolfo, 2002, p. 117).

Neste projeto, Cristino da Silva assumiu claramente um urbanismo tradicional de feição nacionalista, que se pode verificar na planta da praça simbolicamente idêntica ao escudo nacional de cinco quinas constituindo-se a praça, por um quarteirão fechado com prédios de lote a lote e traseiras com logradouros privados. Os edifícios destinados a habitação – somente após a morte de Duarte Pacheco, em 1943, foi prevista a inclusão do comércio no piso térreo – são compostos por rés de chão e mais cinco andares, tendo o primeiro andar o pé direito maior e janelas de sacada, e o quinto andar constituindo o andar ático com janelas sobre cornija e um pé direito menor (Rodolfo, 2002, p. 119). Situação que é diferente nos torreões que marcam a entrada da Avenida Almirantes Reis, onde não existe andar ático e foi acrescentado o sexto andar acima da cornija com janelas de sacada e um sétimo andar em mansarda, e por fim o telhado piramidal elevado e coroado com um cata vento monumental (Rodolfo, 2002, p. 119). Os materiais usados nas fachadas, revelam prestígio e gosto neotradicionalista, sendo a pedra, marmorite e ferro (Fernandes, 2015, p. 78).

O projeto evoluiu sempre à volta da peça fundamental que é a torre central (Fernandes, 2015, p.79). Com doze pisos no seu corpo central, e os corpos laterais e posteriores – que desempenham a função transição para a cércea da praça e de acentuar a verticalidade da torre – com dez e seis pisos respetivamente. Na fachada do corpo central até ao nono piso é aplicada a fórmula geral dos edifícios de habitação citados acima, porém com supressão do andar ático, os dois pisos acima com planta reduzida unidos por três arcos monumentais e um último andar em mansarda com um telhado em pirâmide e um cata vento (Rodolfo, 2002, p. 121).



Ilustração 14 – Alçados da Torre Central da Praça do Areeiro. (Tostões, 2002, p. 123).

Todos os edifícios possuem embasamento em pedra aparelhada com alhetas horizontais, e as cores que dominam a composição são o rosa nas paredes, o branco/loz nas cantarias, a cor de tijolos nos telhados e o verde claro nas persianas e aros (Rodolfo, 2002, p. 121).



Ilustração 15 – Torre central da Praça do Areeiro. (Ilustração nossa, 2019).

O Estado Novo preocupava-se ainda com o funcionamento das cidades, uma vez que Lisboa defrontava um crescimento desordenado, surgiu a necessidade de reorganizar a urbe da cidade capital (Rodolfo, 2002, p. 63). Deste modo, Duarte Pacheco, que em 1938 passou a possuir os cargos de Presidente Municipal da Câmara de Lisboa e Ministro das Obras Públicas, desempenhou um papel importante no planeamento de Lisboa. Em 1938, começou um plano de urbanização para esta cidade sob a orientação de urbanista francês Etienne De Groer (1882-1952), que expressava a sua ideia de cidade, baseada “[n]uma rede básica de radiais partindo do centro da cidade para a periferia (...) e uma sé de quatro circulares concêntricas (França *apud* Rodolfo, 2002, p. 63). A ação urbanizadora de Duarte Pacheco não se limitou a Lisboa, promovendo planos urbanísticos também no Porto, Beja, Faro, entre outros (Rodolfo, 2002, p. 63).

Durante o seu percurso profissional, Duarte Pacheco promoveu o desenvolvimento de Lisboa com qualidade estética e “expansão ordenada e monumental da capital do país”

Rodolfo, 2002, p. 64) pondo os arquitetos no topo da hierarquia da construção. (Rodolfo, 2002, p. 64)

Em entrevista a Revista *Arquitectos*, Pacheco expõe as suas preocupações sobre a intervenção nas cidades e o papel dos arquitetos:

“Quem é que por definição pode intervir nas construções? É o arquitecto, o engenheiro e o construtor. Em primeiro lugar o arquitecto, visto que uma edificação urbana e fundamentalmente uma obra de arquitectura (...) É necessário velar pela estética da cidade entregando a quem de direito, aos arquitectos, a orientação geral das construções.” (Pacheco *apud*, Rodolfo, 2002, p. 64)

Entre muitos arquitetos, Duarte Pacheco trabalhou com: Luís Cristino da Silva, Cotinelli Telmo (1897-1948), Carlos, Keil do Amaral (1910-1975) e Raul Lino (1879-1974) (Rodolfo, 2002, p. 64).

3.2. TRANSIÇÃO DO PENSAMENTO ARQUITETÓNICO EM PORTUGAL: DO I CONGRESSO DE ARQUITETURA AO INQUÉRITO À ARQUITETURA POPULAR PORTUGUESA

O fim da II Guerra Mundial, o desenvolvimento das democracias e a oposição revigorada pela derrota do fascismo na Europa, desencadeia um tempo de mudanças culturais que torna o final da década de 1940 significativa na reflexão da arquitetura Modernista em Portugal. Essa libertação aproximou as pessoas e proporcionou uma consciência de geração que marcou os jovens de então, tanto no domínio estético como cívico (Tostões, 1997, p. 20).

A partir de 1945 – com o crescente pensamento democrático em Portugal –, Salazar teve de rever os seus conceitos e mudar algumas estratégias para manter o seu poder. Este período ficou ainda marcado por uma crise social e política – consequência do impacto da segunda guerra mundial – que levou o estado a rever as suas políticas de repressão, pois não seria suficiente para a manutenção do seu poder, precisando assim de uma imagem nova para regime, e que abrangia a arquitetura – já que a linguagem conservadora e regionalista anterior à guerra não se adequava. Precisavam então de uma imagem que transmitisse o conceito de um país “moderno, industrializado e virado para o futuro” (Rodolfo, 2002, p. 150).

Deste modo, os dogmas do Movimento Moderno, bem como a influência “corbusiana”²⁰ passam a ser tema na arquitetura portuguesa, principalmente num ambiente escolar entre jovens arquitetos, propriamente na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) e na Escola Superior de Belas Artes do Porto (ESBAP). Estas duas escolas apresentavam situações pedagógicas muito diferentes “em relação a arquitetura moderna e urbanismo ligado às novas teorias internacionais” (Fernandes, 2009, p. 14).

O contraste era evidente entre o tipo de ensino liderado em Lisboa por Cristino da Silva [...], secundado depois por Paulino Montez [1897-1998] e por Luís Cunha [1933-2019] – que obrigavam a uma prática de tipo académico, classicizante e tradicionalista – e o ensino da escola nortenha, liderado por Carlos Ramos [...] muito mais aberto às novas correntes e modelos. (Fernandes, 2009, p.14)

A contestação à arquitectura do regime era unanime, e com o fim da II Guerra Mundial, e a realização do I Congresso Nacional de Arquitectura de 1948, ganharam repercussão as teses que defendiam a arquitectura moderna (Rodolfo, 2002, p. 151). Sem dúvidas, um dos acontecimentos que marcou o período de transição do pensamento dos arquitetos portugueses para uma linguagem mais Modernista, foi o I Congresso Nacional de Arquitectura em Portugal. Neste congresso pretendia-se expor os ideais dos profissionais que estavam insatisfeitos e buscavam uma arquitectura não dogmática. Os temas que organizariam o debate seriam “A Arquitectura no Plano Nacional” e “O Problema Português da Habitação (Rodolfo, 2002, p. 152)”. O congresso realizou-se em Lisboa na Sociedade Nacional de Belas Artes, sendo organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos e contou com a participação de importantes arquitetos como: Cotinelli Telmo – sendo este o presidente deste congresso –, Paulo de Carvalho Cunha²¹ (n. 1909), Miguel Jacobetty Rosa, João Guilherme Faria da Costa (1901-1977), Pardal Monteiro, Keil do Amaral, Conceição Silva (1922-1982), Huertas Lobo (1914-1987), entre outros (Correia, 2018, p. 78).

Como referimos, esta é uma época de transição, em que a democracia tornou-se urgente num sistema político ditatorial, sendo necessário resolver os problemas sociais a partir de novas abordagens e métodos de trabalho – na arquitetura –, “servindo-se da inovação técnica, das estruturas arrojadas, [ou seja] momento de exprimir o novo código da funcionalidade e da verdade dos materiais” (Tostões, 1997, p. 37).

²⁰ Le Corbusier (1887-1965) definiu os cinco princípios do Movimento Moderno que modificaram a organização da “casa tradicional”, estes são: a casa assente em pilotis, planta livre, alçado livre, janela em comprimento e cobertura em terraço.

²¹ Data de morte desconhecida.

Sendo assim, neste congresso os arquitetos discutiram sobre o significado do seu trabalho e as condições da sua produção, e nesse momento se situou a urgência de uma nova racionalidade urbanística e arquitetónica tendo sido crucial a referência a Le Corbusier (1887-1967) e à Carta de Atenas (Tostões, 1997, p. 38). Cottinelli Telmo procurava a caracterização da época, reconhecendo que o “portuguesismo não podia impor-se através da imitação do passado”. Por sua vez, o arquiteto João Simões (1908-1993) apelava para a necessidade do artista começar a pensar na casa do trabalhador, porque o novo quadro social exigia simplificação e racionalização de programas para responder à vida moderna. António Pereira e Costa Martins, expuseram ainda o conceito de unidade de vizinhança²², que definirá explicitamente outras dimensões simbólicas da arquitectura do quotidiano (Tostões, 1997, p. 37).

Deste modo, a arquitectura passou a ser entendida como um veículo eminente de transformação da vida e da sociedade, não se podendo limitar a servir um reduzido número de pessoas como se fazia até então, mas toda uma população, abrangendo desde a intimidade do quarto ao desenho das cidades (Tostões, 1997, p. 36). Neste contexto, o arquiteto Lobão Vital (1911-1978) afirma que “a arquitectura terá de estar ao alcance do maior número [de pessoas]” (Vital *apud* Tostões, 1997, p. 36).

Na época, constatou-se que os arquitetos tinham a tarefa de construir racionalmente habitações, porém, mantendo o equilíbrio com a sociedade, sendo conveniente a utilização dos princípios da Carta de Atenas — que foi apresentada em Portugal no Congresso de 1948. Documento discutido no CIAM de 1933, redigido por Le Corbusier, e apenas publicado oito anos depois. José-Augusto França²³ (n. 1922) afirmou que através dela se desencadeou “[...] uma atitude política de resistência; daí o seu efeito moral que, no imediato pós-guerra, em que mundialmente se divulgou, a tornou documento fundamental do urbanismo progressista” (Cunha *apud* Tostões, 1997, p. 36). Foi nesta carta que Le Corbusier estabeleceu que a cidade deveria ser dividida por zonamentos, que são: habitação, trabalho, lazer, transporte, sendo ainda admitida uma última categoria destinada aos edifícios históricos.

Acredita-se que a partir do I Congresso Nacional de Arquitectura, emerge uma nova geração de arquitetos em Portugal, e uma vontade coletiva de mudança, e de recusa

²² Veremos mais a frente que a aplicação deste conceito em Portugal, começou apenas nos anos 1950 com o plano dos Olivais, implantado nos Olivais.

²³ Historiador, sociólogo e crítico da arte portuguesa. Professor catedrático da Universidade Nova de Lisboa.

consciente, da arquitetura que, por essa altura, era mais alicerçada aos princípios promovidos pelo Estado Novo. Este momento marcou a reconquista da liberdade de expressão dos arquitetos, apoiada pela atividade dos dois primeiros grupos profissionais organizados – Iniciativas Culturais, Arte e Técnica (ICAT) e a Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM) – e na tomada de consciência coletiva da necessidade de produzir obras verdadeiras e atuais, sem obrigatoriamente “se perder o vector da tradição e das raízes da arquitectura portuguesa” (Tostões, 1997, p. 33). No final “o congresso resultava numa retumbante vitória das teses modernas, pugnando, no seu conjunto, por uma racionalidade urbanística e arquitetónica (Rodolfo, 2002, p. 153)”.

Em suma, neste congresso defendia-se:

[...] os princípios dos C.I.A.M. e da Carta de Atenas, construção em altura como meio mais eficaz e racional para a estruturação da nova cidade, o fim do divórcio cidade-campo, enquadra-se o problema da habitação numa perspectiva mais vasta, cita-se Le Corbusier, critica-se o ensino da Arquitectura. (Rodolfo, 2002, p. 152)

Mais de vinte anos depois, em entrevista, Keil do Amaral, em relação a participação dos profissionais no congresso, reconheceu que:

“Nunca tínhamos tido oportunidade de falar em arquitectura, de maneira que dissemos tudo que considerávamos importante, de uma maneira caótica, mas cheia de vida e de intenções generosas, ... acreditávamos que havia um mundo novo em gestão, mais belo e equitativo e que tínhamos um papel importante a desempenhar nele: uma função social.” (Amaral *apud* Tostões, 1997, p. 39)

Apesar de as reflexões deste congresso terem sido positivas para o processo de mudança do panorama arquitetónico em Portugal, o regime do Salazar procurou sempre usar a arquitetura de forma propagandista e demonstração de poder, passando uma imagem de progresso e mostrando o esforço do país na reconstrução do pós-guerra como faziam os outros países europeus (Rodolfo, 2002, p. 154).

Devemos ainda ressaltar que, na altura deste congresso, o Movimento Moderno no resto da Europa atingia o seu auge. Verificamos então, que o Modernismo chega tardiamente e filtrado em Portugal, e, entre outros motivos, podemos atribuir este atraso a condição periférica e distância cultural de Portugal em relação à Europa (Tostões, 1997, p. 201). Deste modo, os cânones do Movimento Moderno e “corbusianos” consolidam-se neste território apenas nos anos 1950. Nesta década, revelam-se inovações no domínio da habitação, quer no âmbito dos programas quer na sua conceptualização espacial (Tostões, 1997, p. 51).

Neste movimento os conceitos que vigoram são por exemplo, a máquina e o progresso, que sintetizam o radicalismo moderno, no que ele significa de rutura com o passado, anunciando um futuro otimista e uma mudança radical na conceção do espaço e na percepção do tempo (Tostões, 1997, p. 202). Segundo as premissas do Movimento Moderno, que seguiam fielmente o conceito da máquina, “o habitat deverá conter as formas e as máquinas adequadas ao homem-tipo e à casa-tipo, ao utente-tipo e às necessidades-tipo, que reduzam ao mínimo os esforços diários inúteis, concebido afinal ele próprio como uma máquina” (Tostões, 1997, p. 202).

No domínio da habitação unifamiliar os profissionais experimentam novas espacialidades e materiais, mas é sobretudo na habitação coletiva que vão para além dos jogos plásticos, das novas formas de agrupamento, da organização interna dos fogos, da distribuição dos acessos (Tostões, 1997, p. 51). Neste domínio, acreditavam que a arquitetura tinha o poder de transformar o quadro de vida quotidiano contemporâneo, respondendo com eficácia, às solicitações de uma vida moderna (Tostões, 1997, p. 51). Por isso, a habitação é na arquitetura um dos programas que melhor revela a estrutura das sociedades em que se integra (Tostões, 1997, p. 51).

Na arquitetura dos anos 1950, enquanto se revelam conceitos ligados a “questão da habitação” revelam-se também conceitos ligados ao “problema da cidade”, sendo estes afinal, os grandes temas de discussão do decénio. E é em torno destas questões que aparecem os princípios do urbanismo moderno, interpretados à luz da Carta de Atenas²⁴ (Tostões, 1997, p. 131).

Na conclusão desse congresso ficou claro que os arquitetos que se auto dominavam como “arquitetos modernos” tinham a responsabilidade e a função social de manter o equilíbrio da sociedade. Como afirmou Jorge Segurado “quanto maior for a técnica e a indústria mais prazer sentiriam em ser artistas e mostrar em prática útil à sua sensibilidade” (Segurado *apud* Tostões, 1997, p. 38).

Entretanto, após a aplicação dos princípios decididos no congresso, levantou-se algumas questões, pois Salazar, como já foi dito, utilizou como estratégia de controlo de poder, tornou imperioso mudar de uma imagem ruralista para uma imagem que

²⁴ No próximo subcapítulo aprofundaremos sobre os planos urbanos construídos em Portugal sob a influência da Carta de Atenas.

representasse um país em desenvolvimento, ao nível dos seus congéneres europeus, durante a reconstrução pós-guerra (Rodolfo, 2002, p. 153):

“tratar-se-ia de uma liberdade criadora conquistada pela nova geração, que contamina os centros de decisão? Ou, pelo contrário, de uma liberdade consentida, em nome de uma aparência de abertura política, para consumo interno e externo? Ou tratar-se-ia de utilizar novamente a arquitectura como fachada do regime, significando agora progresso, desenvolvimento, industrialização, modernidade, eficácia, racionalidade e bem-estar social? (Rodolfo, 2002, p. 153)”

Contudo, não demorou muito para que as certezas e convicções em relação ao Movimento Moderno, dessem lugar a um momento de desencanto. A euforia do orgulho ingénuo da arquitectura moderna foi confrontada, a partir dos anos 1950, por uma tomada de consciência impregnada de dúvidas e inquietações. Perante esta situação, o arquiteto Manuel Tainha (1922-2012) em 1953, expôs as suas preocupações:

A arquitectura foi desligada dos seus fins autênticos, considerada um fim, uma actividade em si, o que subverte o facto arquitectural, e a torna cada vez mais distante das preocupações do Homem (...) deste enredo actual que tende a separação da arquitectura em facto técnico e em facto social, ressalto (...) o aumento de destreza técnica, o manejo hábil, quase pueril dos materiais da arquitectura, desde o seu aspecto construtivo à ilusão plástica, como processo de adestramento, o único possível aberto pelo nosso mercado. (Tostões, 1997, p. 203)

No processo de revisão da arquitectura moderna, nos meados da década de 1950, é abandonado “as utopias sociais, a crença mitificadora na máquina e no papel de condensador social da arquitectura”, e a produção arquitectónica progride sobretudo entre “interpretação de modelos e a sensibilidade contextual” (Tostões, 1997, p. 204). Perante esta mudança de consciência nos meados do decénio de 1950, as obras tendem para uma contextualização dos sítios onde se inserem, em busca de uma autenticidade que se inspira nas raízes da tradição (Tostões, 1997, p. 140). Posto isto, esta década, representou um período riquíssimo de produção arquitectónica portuguesa, com obras exemplares e também reflexões disciplinares, que revelam uma classe profissional, ordenadores do espaço e comprometida com uma consciência de pólis e de urbanidade civilizada (Tostões, 1997, p. 205).

A arquitectura portuguesa no período entre 1951 e 1958, encara-se numa posição arquitectónica entre a modernidade e a consciência do lugar: “a arquitectura portuguesa seguiu até a uma certa extensão, as tendências modernas, sem no entanto deixar de traduzir o carácter e as condições do país onde foi criada (...), de ser verdadeiramente representativa” (Tostões, 1997, p. 166).

Perante este novo quadro de renovado interesse pela realidade da cultura autêntica portuguesa, pelas tradições locais e pela integração do ambiente, dá-se início em 1956 a um levantamento de campo da arquitetura tradicional do país — Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa —, realizado por arquitetos que viajaram por Portugal durante dois anos (Tostões, 1997, p. 159).

O objetivo da realização deste inquérito era de obter meios para se alicerçar a arquitetura na altura em tradições regionais vivas, e para isto era necessário saber como e que esta tradição levava a construção e adoção de certas técnicas, elementos, como solucionaram os problemas do clima, dos materiais disponíveis, economia e condições de vida de cada região, e como é que estas soluções se mantinham adequadas funcional e economicamente, para assim evitar-se a simples imitação ou cópia de preceitos internacionais relativos ao Movimento Moderno (Tostões, 1997, p. 160).

Este inquérito, teve como principais impulsionadores José Henriques Lobo () e Keil do Amaral (1910-1975) e seguiu diretrizes que foram definidas de igual forma para todos os grupos de trabalho, sendo estas segundo “a análise da ocupação do território, da estruturação urbana, da expressão e valor plástico dos edifícios e dos aglomerados urbanos, dos materiais e processos de construção, das influências do clima, das condições económicas, da organização social, dos costumes e hábitos das populações.” (Tostões, 1997, p. 160)

Definidas estas diretrizes, a aldeia é ponto de partida da equipa de Octávio Lixa Filgueiras em Trás-os-Montes para o entendimento das formas urbanas e da vida nos sítios. Já Keil do Amaral, opta por uma panorâmica das Beiras, centrado sobretudo no arquitectura rural. No caso de Nuno Teotónio Pereira, Francisco da Silva Dias e António Pinto Freitas, focam nos povoamentos litorais com as construções em madeira. Frederico George, no Alentejo, enfatiza a questão das construções abobadadas e o território algarvio ficou por conta de Pires Martins, Celestino de castro e Fernando Torres, que revelaram a pureza cúbica e plástica das construções meridionais (Tostões, 1997, p. 163).

Resumidamente, este inquérito tratava de estudar e esclarecer o problema da arquitetura regional portuguesa, e era urgente desfazer as falsas ideias que surgiram sobre tal questão, que “[...] reduziram a arquitectura regional portuguesa quase a uma colectânea de elementos típicos [...]” e assim, os arquitetos poderiam se libertar dos falsos regionalismos e as suas obras ganhariam “um valor humano mais acessível à

gente portuguesa e um enraizamento mais sólido em realidades nacionais”, evidenciando que ao contrário de um estilo genuinamente português, havia afinal tantas tradições e que a expressão do edifício dependia do local onde se inseria (Tostões, 1997, p. 160-161).

O resultado deste inquérito foi publicado em 1961 no livro intitulado *Arquitectura Popular em Portugal*, e mais do que um inventário de formas e técnicas construtivas, propõe uma aproximação da arquitectura à paisagem, ao lugar, às formas de povoamento e às formas de vida (Tostões, 1997, p. 163). Nas conclusões distinguem-se a arquitectura popular da erudita, “assinalando-se a existência de constantes na história da arquitectura portuguesa que não derivam de modelos, de tipo ou de elementos arquitectónicos comuns ao território nacional, mas sobretudo de um traço de carácter intemporal dos homens do nosso país” (Tostões, 1997, p. 163).

Das figuras mais importantes que fizeram parte do inquérito podemos citar Keil do Amaral, que seguia uma posição arquitetónica baseada no desejo de continuidade da tradição e não de uma constante reinvenção, preocupava-se com a estreita relação com o sítio e o envolvimento, recorrendo aos sistemas tradicionais, valorização da ideia do utente, aspetos estes, que caracterizavam a simplicidade e autenticidade dos seus trabalhos. Das suas obras podemos citar: Casa Sousa Pinto (1950), em Lisboa e o Pavilhão da Feira das Indústrias Portuguesas (c.1950), em Lisboa (Tostões, 1997, p. 176).

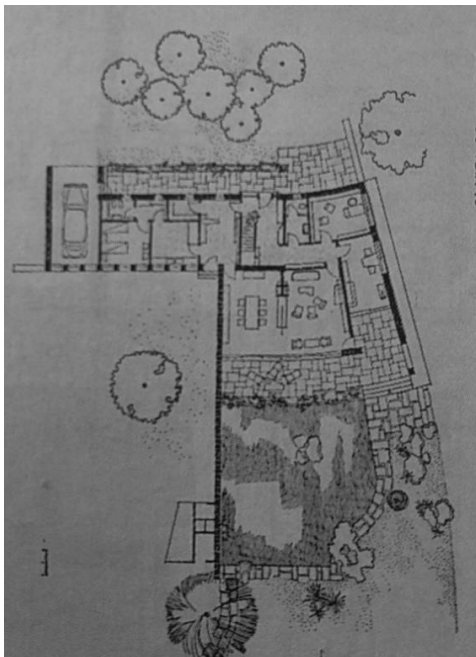


Ilustração 16- Casa de Sousa Pinto, de Keil do Amaral. (Tostões, 1997, p. 266).

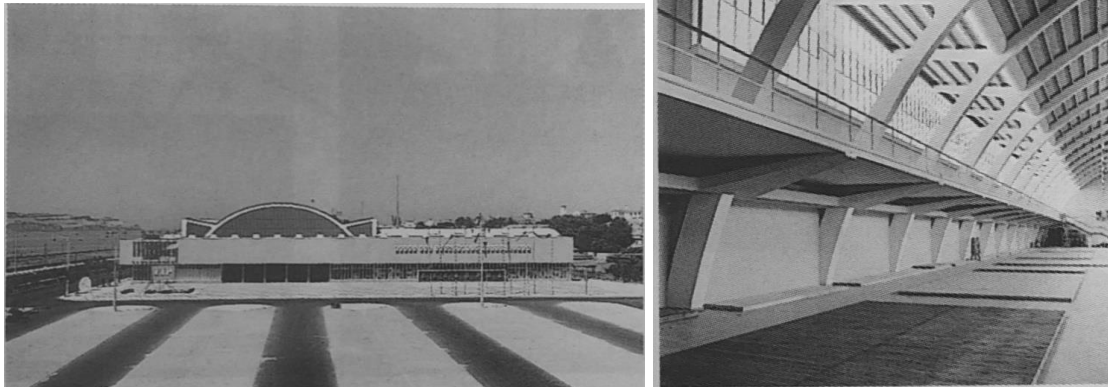


Ilustração 17 - Pavilhão da Feira das Indústrias Portuguesas (FIP), de Keil do Amaral (Tostões, 1997, p. 319).

Referimos ainda, o arquiteto Fernando Távora (1923-2005). Pra ele, o Modernismo “[valia] na medida em que pode resolver os problemas e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão” (Tostões, 1997, p. 179). Deste arquiteto podemos citar as seguintes obras: escola de Cedro (1957-1961), em Vila Nova de Gaia e Casa de Ofir (1957-1958) em Ofir, na Casa Sobre o Mar²⁵ na Foz do Douro entre 1951-1952 ou no plano da Unidade de Vizinhança de Ramalde no Porto entre 1952-1960, com recurso à Carta de Atenas e um forte sentido de humanismo, visível nos caminhos para os peões e nos ambientes que propõe, que seguiam precisamente o espírito moderno.

²⁵ Fernando Távora realizou este projeto para a obtenção do diploma de arquiteto. Não foi construído.

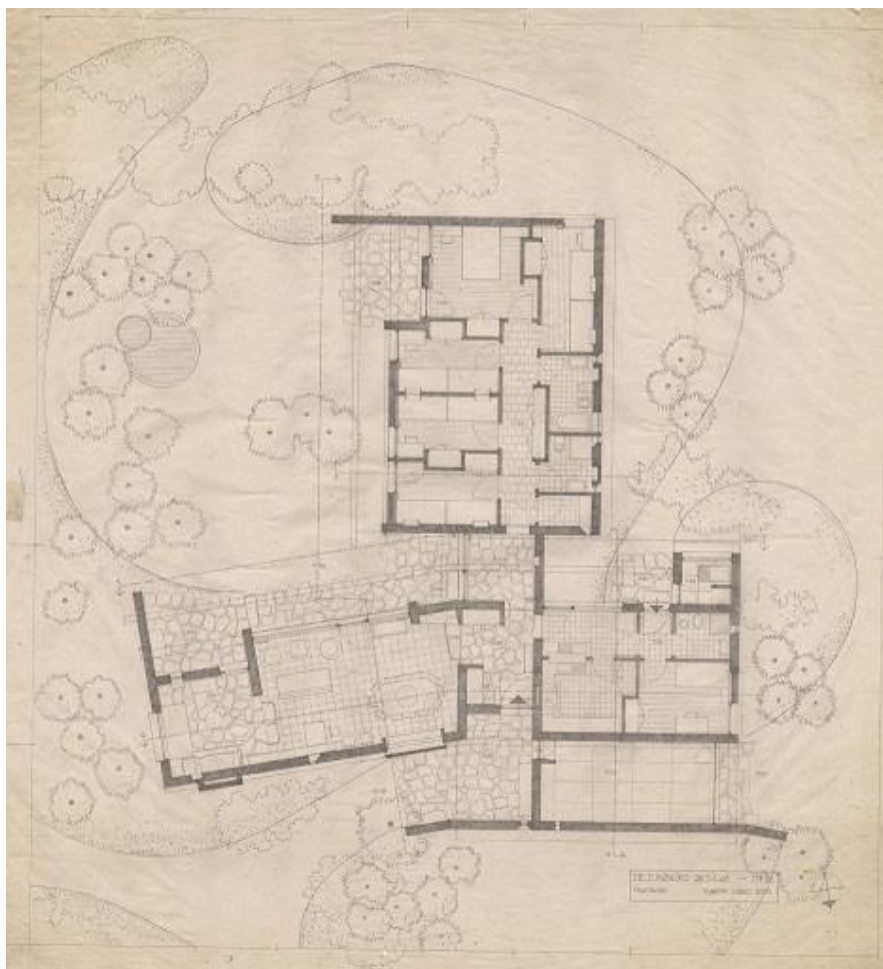


Ilustração 18 – Planta da casa de Férias em Ofir de Távora (Tostões, 1997, p. 275).



Ilustração 19 – Alçado da Casa de Férias em Ofir, de Távora (Tostões, 1997, p. 275).



Ilustração 20 – Casa de Férias em Ofir, de Távora. (Tostões, 1997, p. 275).

Mais tarde, surgiu uma geração – já nascida nos anos 1930 – que deu continuidade a esta linha de pensamento arquitetónico defendido pelos arquitetos anteriormente citados. Sem dúvida, Álvaro Siza Vieira (n.1933) é um dos protagonistas de relevo desta geração, na medida em que fomenta um diálogo revelando admiravelmente a arquitetura da relação “casa-paisagem” (Tostões, 1997, p. 183).

Siza, no seu percurso propõe o uso de materiais tradicionais na arquitetura portuguesa, e a preocupação com o sítio, promove uma arquitetura livre e baseada na articulação dos edifícios adaptados organicamente, com a finalidade de valorizar as potencialidades da morfologia existente, sem ignorar as novas tecnologias (Tostões, 1997, p. 183). Podemos citar as suas obras desde as Casas de Matosinhos à Casa de Chá da Boa Nova em Leça da Palmeira 1958-1963, sem excluir a Piscina das Marés em Leça da Palmeira 1965, que Siza era intuitivamente sensível, e estabelece ligações entre o lugar existente e a nova criação arquitetónica (Tostões, 1997, p. 184).

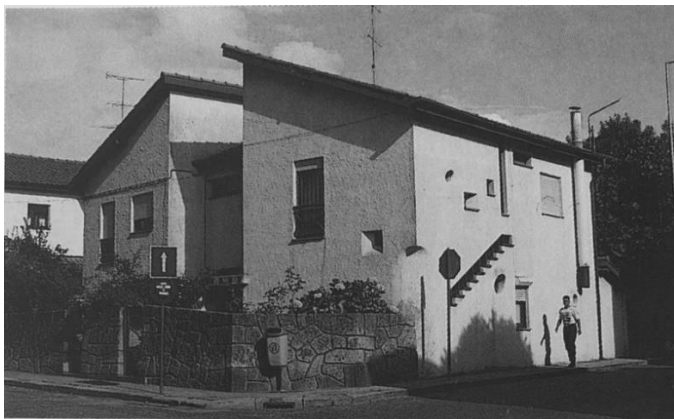


Ilustração 21 – Casa de Matosinhos e vista de pormenor de Álvaro Siza Vieira. (Tostões, 1997, p. 272).

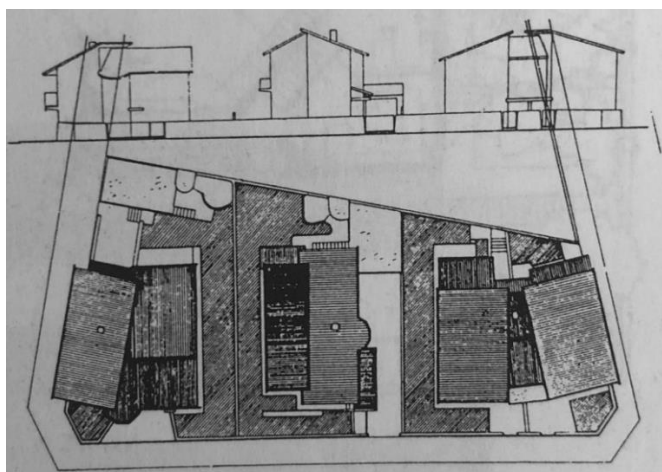
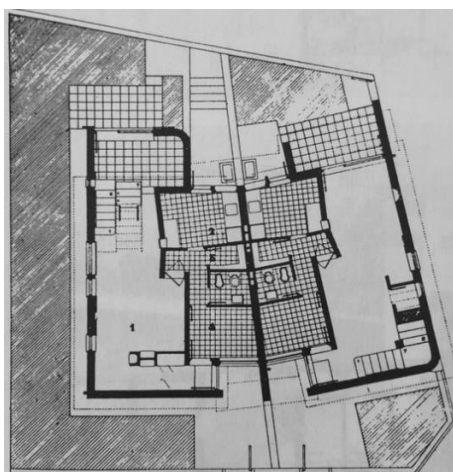


Ilustração 22 – Planta, perfil e implantação da Casa de Matosinhos de Álvaro Siza Vieira. (Tostões, 1997, p. 272).

Segundo Alexandre Alves, Keil do amaral, Fernando Távora e Siza Vieira representam a tomada de consciência, sendo as suas obras uma procura de regras não estabelecidas a priori sendo desta forma q deverão ser julgadas e não pela aplicação de categorias conhecidas (Tostões, 1997, p. 184).

É perante este quadro de renovação e busca de novos valores, que se conjuga a vontade de conciliar as novas tendências para se construir a originalidade da arquitectura portuguesa, mostrando a intenção de se tornar possível a inclusão da modernidade na tradição, conferindo-lhe desta forma um novo sentido diferente do original (Tostões, 1997, p. 184).

O resultado deste trabalho traduz uma nova visão da arquitectura, questionando-se o moderno no seu próprio seio, e revela que a arquitectura popular também é racional e fonte de inspiração para a prática profissional nos meados da década de 50. Reaprendeu-se o valor da harmonia entre território, arquitectura e a vida dos habitantes, promovendo a relação entre as propostas de transformação e a paisagem existente. (Tostões, 1997, p. 204)

Deste modo podemos dizer que: “o debate do anos 50 nos seus dois lustres se centra entre a modernidade e a tradição, que a geração formada ao longo da década protagonizará como reacção a um moderno enfraquecido e já desvirtuado, indo ao encontro das verdadeiras raízes plurais da arquitectura popular fixada não sem nostalgia no inquérito, como que desejando parar um tempo sem televisão” (Tostões, 1997, p. 204).

3.2.1. URBANISMO MODERNO: BAIRRO DE ALVALADE E BAIRRO DAS ESTACAS.

O ambiente da reconstrução do pós-guerra proporciona as condições que permitirão a implementação generalizada dos princípios modernos, cuja avaliação dos resultados foi possível somente depois das propostas realizadas (Lamas, 2000, p. 297).

É em torno da questão da habitação e do problema da cidade que aparecem os princípios do urbanismo moderno interpretados à luz da Carte de Atenas, tomando a atenção dos profissionais durante a década de 1950 (Tostões, 1997, p. 131). Nesse contexto, o modelo moderno das cidades causa uma rutura “na estrutura, na forma, na organização distributiva e nos conteúdos e propósitos da urbanística e da cidade” (Lamas, 2000, p. 297).

Para Lamas “a cidade moderna [é] o resultado das experimentações e formulações teóricas que, na primeira metade do século XX, irão repudiar a cidade tradicional e substituí-la por um novo modelo” (Lamas, 2000, p. 297).

O urbanismo moderno, de início, está mais ligado à vertente habitacional devido a urgência do alojamento – causado em parte pela destruição da II Guerra Mundial –, proporcionando a invenção de novas tipologias construtivas: “o bloco, a torre, o conjunto” (Lamas, 2000, p. 300).

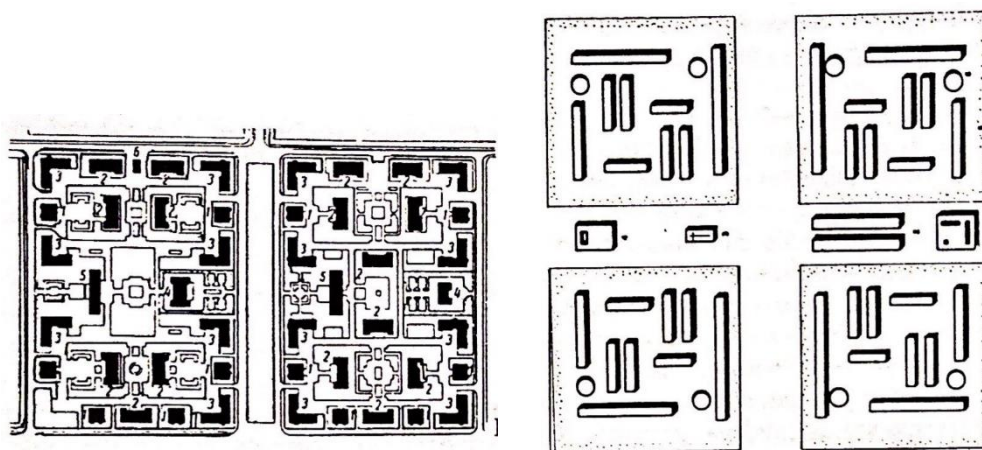


Ilustração 23 – Conjuntos habitacionais modernos. A esquerda os Superblocos Soviéticos. A direita Superquadras em Brasília. (Lamas, 2000, p. 301).

Nesse contexto, Lamas refere que o arquiteto e urbanista italiano, Leonardo Benevolo (1923-2017) *et al.* (1969) resumem²⁶ os três vetores fundamentais dos modelos da cidade moderna: o primeiro é o vetor relacionado com a estrutura interna e as formas de agrupamento dos fogos nos edifícios, que estudará as suas áreas *standard* e organização distributiva, e simultaneamente considera o alojamento como “a célula-base da organização da cidade” que através dessa agregação levará ao aparecimento da torre, do bloco, do complexo habitacional e da vivenda unifamiliar; o segundo vetor considera o bairro como unidade urbana onde acontece a vida comunitária e social, abordando, portanto, a dimensão ideal do bairro como unidade de vida urbana bem como a sua organização funcional, e assim, o que proporcionará a produção de variantes da unidade vizinhança; o último vetor aborda a cidade como unidade urbana de dimensão máxima, como organismo vivo e devidamente organizado. Esta pesquisa conduzirá à concretização das “cidades novas” e dos *grands ensembles* (Lamas, 2000, p. 302).

²⁶ Benevolo e outros autores resumem os vetores num texto famoso em: BENEVOLO, Leonardo ; GIURA LONGO, Tommaso ; MELOGRANI, Carlo – I modelli di progettazione della città moderna : tre lezioni. Vicenza : Edizioni Cluva, 1969.

O espaço urbano Moderno vai-se dispor em função das necessidades higiénicas, da orientação solar, do arejamento e de acesso, contrariando assim a organização das cidades tradicionais. Nessa linha de pensamento os edifícios desligam-se do quarteirão e autonomizam-se, da mesma forma que as ruas se desvinculam das relações físico-espaciais da cidade e reduzem-se a traçados de circulação e serviço. Em suma a implantação dos edifícios deixa de responder a regra do quarteirão, para responder a melhores condições para a habitação e desta forma toda a cidade será desenvolvida em função da unidade-base que é o alojamento. (Lamas, 2000, p. 300)

No ponto de vista da organização da cidade, a ideia da salubridade, a ideia de organizar a vida de forma a que tenha contacto com a natureza, a ideia de exposição ao sol, define novos conceitos, como por exemplo “a separação das vias de tráfego das pedonais” (Tostões, 1997, p. 131).

Esta ideia é diretamente impulsionada pela lógica do funcionalismo, que como podemos ver, exerce grande influência no urbanismo moderno, pois segundo a Carta de Atenas, as cidades devem ser organizadas separando as funções principais: habitar; trabalhar; lazer. A cidade deveria ser confortável para a realização destas atividades, contrariando a cidade tradicional setecentista e oitocentista, onde se misturavam estas funções causando numerosos problemas (Lamas, 2000, p. 303). Esta separação resulta na criação de sistemas independentes entres si: “o sistema de circulações; o sistema habitacional; o sistema de equipamentos; o sistema de trabalho; o sistema do recreio; etc.” (Lamas, 2000, p. 303), criando-se, inclusive, representação independente dos desenhos, como por exemplo: “a planta do sistema viário; a planta dos equipamentos; a planta das estruturas verdes; e assim por diante” (Lamas, 2000, p. 303).

Os edifícios muitas vezes impõem-se pela sua escala em altura e assentes sobre pilotis que os elevam do solo, afirmando-se com convicção na cidade. Nesta altura foi bastante frequente um dos princípios de Le Corbusier que foi referido nesta dissertação, mudando a implantação das construções, separando-as do solo (Tostões, 1997, p. 132).

Das primeiras obras modernas feitas sob a influência da Carta de Atenas, foi “o Bairro das Estacas de Ruy Athougua [1917-2006] e Formosinho Sanches [1922-2004] (1949-1955), o Conjunto Habitacional da Avenida Estados Unidos da América, de João Simões [1908-1993], Hernâni Gandra [1914-1988], Francisco Castro Rodrigues [1920-2015], Celestino de Castro [1920-2007] e Huertas Lobo [1914-1987], o Conjunto Habitacional da Infante Santo, de Alberto Pessoa [1919-1985], Hernâni Gandra [1914-1988] e João

Abel Manta [n. 1928] (1955), os planos Olivais Norte (1955) e Sul (1959), respectivamente, de Guimarães Lobato, Sommer Ribeiro [1924-2016] e Pedro Falcão e Cunha, e de José Rafael Botelho [n. 1923] e Carlos Duarte [...]” (Rodolfo, 2002, p. 153).

No entanto, um dos principais bairros a ser alvo de experiências racionalistas, foi o Bairro de Alvalade projetado entre 1940 e 1945, com o plano de Faria da Costa (1906-1971), que começavam a aplicar os princípios da Carta de Atenas, como no exemplo do Bairro das Estacas (1949-1955) (Tostões, 2004, p. 131). O Bairro das Estacas em Lisboa, é um dos bairros onde foi possível a utilização direta desses conceitos no desenho urbano, devido a este se estabelecer numa área de intervenção que permitiu aos arquitetos ensaiar “uma solução de placa verde contínua onde quatro blocos de habitação se distribuem paralelamente suspensos em pilotis, libertando em jardim/natureza o terreno” (Tostões, 1997, p. 131).

Em outros casos não foi possível aplicar diretamente os conceitos por serem situações urbanas mais isoladas e pontuais, porém recorria-se a artifícios engenhosos que conciliatoriamente, reinterpretavam a ideia, por exemplo, o bloco da Carvalhosa no Porto, do arquiteto Arménio Taveira Losa (1908-1988), que recuou os edifícios ganhando com isso mais um piso para conseguir oferecer um pequeno troço de jardim ao domínio público, que servia de elemento de transição entre o automóvel e o peão (Tostões, 1997, p. 132).

O Bairro de Alvalade, nos anos 1940, fez parte de um programa de habitação — com base nos trabalhos de De Groer — utilizando ainda o quarteirão, mais tarde, as novas avenidas, que delimitam o Bairro, vão ser palco de outro tipo de experiências.

O planeamento e edificação deste bairro no decorrer do tempo, mudou por completo o modo de produzir a cidade, contrariando os sistemas de quarteirão e avenida que tinham se instaurado em Lisboa, marcando a passagem para a concretização de modelos previstas na Carta de Atenas, que foi bastante implantada ao longo da década 1950 para uma nova conceção urbana, sendo assim “da cidade arejada, preenchida pelo edifícios em altura, isolado e virada ao sol, envolvido por generosos espaços verdes e distantes vias automóveis...” (Fernandes, 1994, p. 505).

4. COSTA DO SOL

A faixa costeira de Lisboa a Cascais, denominada Costa do Sol, é constituída pelos aglomerados urbanos existentes do longo da costa e os núcleos rurais no interior. Devido à sua proximidade à capital, começa a ser valorizada e frequentada para banhos terapêuticos que entraram na moda na vilegiatura aristocrática portuguesa desde o séc. XVII²⁷. O interesse do rei D. Carlos I (1863-1908), pela vila de Cascais, que era o seu lugar de descanso e que lhe permitia desfrutar das prospeções marítimas, influenciou a valorização dessa faixa costeira, pois, a corte e a burguesia, adquiriram este costume e passaram a investir tempo nessa região. Como consequência, com o tempo, a orla costeira entre o Estoril e Cascais, começou a ter uma utilização sazonal, com casas de veraneio e hotéis (Costa, 2009, p. 17).

Ao longo da história a valorização da faixa costeira na sua totalidade está associada, também, a dois acontecimentos: o primeiro deve-se ao aparecimento da Estrada Real tendo o primeiro troço a ligar Lisboa e Oeiras, encomendado pelo Marquês de Pombal²⁸ (1699-1782) no século XVIII, e o segundo troço a ligar Oeiras e Cascais, inaugurado em 1864; e o segundo acontecimento está ligado ao surgimento da Linha Férrea de Cascais²⁹, que em 1889 chega a Pedrouços e só depois em 1895 ao Cais do Sodré. O aparecimento do comboio a vapor foi crucial para a caracterização deste território, que ele próprio se identifica com a infraestrutura ferroviária: a Linha (Lobo, 2009, p. 68).

Com o tempo um outro fator viria a contribuir para a crescente apreciação desta região, mas desta vez a nível permanente e não sazonal. Fausto Cardoso de Figueiredo (1880-1950) membro do conselho de administração da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, após vivências e experiências que teve no estrangeiro, propôs a implementação do turismo em Portugal, e escolheu a zona do Estoril para a criação de uma estância turística, propondo em 1915 o projeto “Sociedade Estoril”. Esta sociedade inicia assim, o planeamento do Casino Estoril, da autoria do arquiteto Filipe Nobre de Figueiredo (1913-1989), em 1916, inaugurado em 1931, e mais tarde inaugurou também o hotel mais importante do país na altura, o Hotel Palácio, de autoria dos arquitetos Henri Martinet (1867-1936) e Silva Júnio (1868-1937), no Estoril em 1930. Entretanto, a

²⁷ Embora a primeira brochura publicitária da estância termal do Estoril ter sido apenas em 1832.

²⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo, sendo Marquês de Pombal e também Conde de Oeiras, foi um nobre, diplomata e estadista português.

²⁹ Esta linha serviu os principais aglomerados urbanos costeiros dinamizando o aparecimento de novos núcleos de vilegiatura “(Cascais, Monte Estoril, Estoril, S. João do Estoril, Parede, Carcavelos, Oeiras, Paço de Arcos, Caxias, Cruz Quebrada, Algés e Pedrouços)”.

Sociedade Estoril, obteve em 1918 a autorização dos Caminhos de Ferro Portugueses³⁰, para exploração e eletrificação da linha de comboio que ligava Cascais-Lisboa. Após iniciarem os trabalhos, eletrificação da linha Cascais-Lisboa ficou concluída em 1926, e em 1928 inaugura-se estação do Cais do Sodré, dando assim fim a obra (Costa, 2009, p. 17).



Ilustração 24 - Hotel Palácio no Estoril, inaugurado em 1930. (Henriques, 2011, p. 240).

³⁰ Empresa portuguesa responsável pelos transportes ferroviários, fundada a 11 de maio de 1860 pelo espanhol José de Salamanca Y Mayol. Outrora chama Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses, mudou o nome a 5 de Outubro de 1910, após a implantação da República Portuguesa.



Ilustração 25 – Casino Estoril inaugurado em 1916. (Henrique, 2011, p. 269).

A população que residia ou frequentava a Costa do Sol nessa altura, era uma população de elite tanto financeira como política. Desfrutavam de dias de lazer nos seus palacetes ou nos hotéis que iam surgindo, aproveitavam os longos passeios pelos parques e pela orla marítima ou se divertiam com os prazeres do Casino Estoril, sem esquecer que tinham também o objetivo de se proporcionar um bem estar com as características terapêuticas dos balneários (Costa, 2009, p. 18).

É nesse contexto, que em 1933 o estado resolve intervir na Costa do Sol sob o pretexto da valorização da faixa costeira (Costa, 2009, p. 18), e decreta neste mesmo ano o Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS), como um documento político, com a intenção da valorização da região da Costa do Sol, com distintas intervenções e visões urbanísticas (Costa, 2009, p. 17). O PUCS é um plano vanguardista, elaborado na década de 1940, aprovado em 1948 e revisto em 1959 (Costa, 2009, p. 6). É dos primeiros Planos Gerais de Urbanização, instituídos em 1934 a ser lançado por Duarte José Pacheco (1900-1943), no recém-criado Ministério das Obras Públicas e Comunicações (Lobo, 2009, p. 68). Neste contexto o estado afirmava:

Tempo é de fazer delinear por mão de urbanista já consagrado neste difícil género de trabalhos, em que raros são as especialistas, a traça a que hão-de obedecer no futuro todos os elementos de aproveitamento e valorização da magnífica faixa marginal que será servida pela nossa primeira estrada de turismo, por forma a que das suas excepcionais condições se tire melhor partido. (Costa, 2009, p. 18)

Estes Planos Gerais de Urbanização, instituídos por Duarte Pacheco introduzem um novo tempo na prática da urbanística moderna com novo entendimento da cidade e a nova ordem territorial, consolidando-se em torno de “três vectores fundamentais — Urbanização (infra-estrutura), Embelezamento (equipamentos) e Extensão (habitação) — condensados, assim, num único instrumento de actuação: o plano” (Lobo, 2009, p. 66).

Esta mudança de paradigma acontece em 1937, devido aos novos valores socioculturais, que correspondem a “crescente valorização do tempo livre e do lazer na vida quotidiana”, que ocorre no período entre guerras (Lobo, 2009, p. 66). Nesse contexto, a Costa do Sol é definida como área estratégica de intervenção do poder público que buscava assumir maior controlo sobre a transformação do território e da gestão da sua imagem urbana por ser uma zona de vilegiatura da capital e pela sua ascensão internacional (Lobo, 2009, p. 68).

O PUCS, serviu para salvaguardar, com medidas drásticas, as características desta faixa costeira, enquanto “estância turística e área residencial de qualidade”, que estava em risco devido ao aumento de construção que se verifica nesta região durante a década de 1920³¹, motivado pela evolução do comboio elétrico da Linha de Cascais concluída em 1926 e “pela reforma da contribuição predial urbana, introduzida em 1928” (Lobo, 2009, p. 72). Os objetivos desta intervenção na Costa do Sol baseiam-se em:

Definir os elementos de aproveitamento e valorização da faixa marginal que seria servida pela primeira estrada de turismo do país e traduziu-se em termos propositivos no Plano Geral de Urbanização da Costa do Sol (PUCS). Este projecto corresponde a um projecto com duas dimensões territoriais: o conjunto da faixa litoral e cada aglomerado de per si. (Pereira, 2009, p. 26)

Para a Costa do Sol a intenção era obter, uma estância turística e uma área residencial de grande qualidade (Pereira, 2009, p. 31). Para isso, o plano tinha como objetivos:

- assegurar a ligação da Costa do Sol aos principais centros funcionais de Lisboa (Terreiro do Paço e Marquês de Pombal);
- criar uma via panorâmica de fruição ao longo da costa;
- dar orientações para o futuro crescimento dos aglomerados;
- valorizar a função turística e balnear;

³¹ De 29 746 habitantes, em 1920, passa para 45 488, em 1930.

- definir um programa de arborização, de terrenos livres e de áreas non aedificandi;
- enquadrar os edifícios interessantes. (Pereira, 2009, p. 31)

Da leitura do documento oficial que decreta o PUCS, em 1933, constam duas conclusões: “só um urbanista consagrado teria competência para o executar; por outro lado seria traçar os elementos de aproveitamento e valorização da primeira estrada de turismo” (Costa, 2009, p. 18). Contudo, em Portugal não havia técnicos³² especializados em urbanismo, portanto, perante este quadro, a elaboração do Plano de Urbanização da Costa do Sol, envolveu dois urbanistas estrangeiros – sobre os quais aprofundaremos no encadeamento desta dissertação –, Donald-Alfred Agache (1875-1960) e Etienne De Groer (1882-1952). Estes urbanistas foram fundamentais, embora com desempenhos diferenciados, no processo de desenvolvimento deste plano. Agache foi determinante na conceção de um projeto integrado para o eixo, e De Groer focou-se na solução urbanística à escala urbana (Pereira, 2009, p. 26).

³² Existiu ainda a intervenção para esta zona do arquiteto Paulino Montez (1897-1988) e do Faria da Costa (1906-1971), que não eram estrangeiros. Paulino Montez membro da Comissão Executiva do Gabinete do Plano de Urbanização da Costa do Sol, que coordenou a partir de 1936 os estudos urbanísticos elaborados para cada aglomerado da costa, propondo para as diferentes localidades um traçado mais formalista e unitário. Faria da Costa realiza projectos parciais “o desenho da alameda central de Miraflores, o arranjo da frente marítima de paço de Arcos, e a proposta para a zona envolvente da Estação de Santo Amaro de Oeiras [...]” (Lobo, 2009, p. 74).



Ilustração 26 – Pormenor do PUCS, 1948. (Quaresma, 2009, p. 82).

4.1. A INTERVENÇÃO DE DONALT ALFRED AGACHE

Donalt-Alfred Agache³³, parisiense, arquiteto-urbanista já conceituado e premiado — com trabalhos urbanos realizados inclusive no Rio de Janeiro —, foi então chamado para desenvolver o estudo preliminar relativo à urbanização da zona da Costa do Sol, por Duarte Pacheco (Rodolfo, 2002, p. 170).

Agache foi o primeiro urbanista estrangeiro a intervir no plano, e começou por apresentar um estudo preliminar com dois níveis de intervenção: a primeira intervenção é o desenvolvimento do Plano Regional (Plano Diretor) entre 1933 e 1934, que estabelece a área de incidência do plano, dividindo a costa em quatro grupos sociais “praias populares junto a Lisboa, praias destinadas à classe média, praias de saúde e praias de luxo”, e também resolve as ligações aos centros vitais de Lisboa e entre o

³³ Membro da secção de Higiene Urbana e Rural do Museu social, contempla interesse desde o início da sua carreira pelo conceito da cidade-jardim do inglês Ebenezer Howard. Em 1912, foi classificado em terceiro lugar no concurso para a concessão de uma nova capital para a Austrália e ainda neste ano ganhou o concurso para o plano de Dunquerque. E foi um dos membros fundadores da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU), em 1913. (Lôbo, 2009, p.46)

litoral e o interior através da Auto Estrada e da Estrada Marginal, sobre as quais abordaremos mais à frente; a segunda intervenção baseia-se nos planos locais (planos de pormenor) desenvolvidos entre 1935 e 1936 cujo objetivo é a remodelação dos aglomerados existentes e a delimitação das respetivas áreas de extensão (Lobo, 2009, p. 72).

Com a análise preliminar desta região e da sua articulação com Lisboa, Agache, verifica a ausência de ordenamento para a ocupação de um território, onde “indústria, hangars e armazéns escondem edifícios históricos, habitações encantadoras ou sumptuosas, jardins refinados, pontos de vista notáveis sobre o rio ou sobre o mar...” (Agache *apud* Lôbo, 2009, p.46). Para além disso, também sublinhou “a desvalorização do cordão de praias entre Lisboa e Cascais pelo corte de acesso à costa originado pela linha de caminho de ferro e pela poluição das praias pelos esgotos” (Lôbo, 2009, p.46). Contudo, após essa análise e com o reconhecimento ambiental desta região, determinou que se trataria de uma expansão que estava diretamente dependente da capital o que tornava uma expansão naturalmente residencial. Entretanto, acidentes geográficos, como alguns vales perpendiculares à costa, dificultaram os trabalhos de expansão, porém, o aumento do uso do automóvel e o desenvolvimento da técnica de construção de estradas permitiram encontrar uma solução elegante e eficaz para a expansão de Lisboa para a Costa do Sol, que seria a construção da Estrada Marginal (Lôbo, 2009, p.46).



Ilustração 27 – Estrada marginal na praia do Estoril. Anos 1940. (Lobo, 2009, p. 75).

Foi-lhe então pedido o estudo da Estrada Marginal à costa, no sentido Lisboa-Cascais, onde o urbanista afirmaria em 1936 no preâmbulo desse estudo o seguinte:

“(…) a primeira intenção do governo foi de valorizar as praias ao longo da Costa do Sol, por modo a rectificar a antiga estrada costeira, estreita e incómoda, que ele (governo) desejava transformar em estrada marginal, mas o Ministro das Obras Públicas compreendeu e encorajou o nosso entendimento quando, com o relatório preliminar, nós demonstrámos a importância para o futuro do país, que se examinasse o problema sob uma perspectiva mais vasta.” (Agache *apud* Costa, 2009, p. 19)

Essa Estrada Marginal, concluída em 1942, permite a ligação rodoviária de Lisboa à Costa do Sol, mais precisamente entre o Terreiro do Paço e a faixa costeira até Cascais, e para este efeito, Agache desenhou uma via panorâmica ao longo de toda costa. Para além desta estrada, o urbanista propôs a construção de uma Autoestrada³⁴ que assegurava a ligação da Costa do Sol com outro ponto funcional de Lisboa que era a Praça Marquês de Pombal (Costa, 2009, p. 20). Esta, teve o seu primeiro troço concluído em 1942 (Pinheiro, 2017, p. 24). Tal proposta teve a aprovação de Duarte Pacheco que aceitou desde o início a intervenção estrutural no território (Costa, 2009, p. 20).

A sua proposta incluía ainda eixos viários secundários e interiores, que segundo os mesmos, originariam aglomerados urbanos planeados ligados entre si por estes mesmo eixos. Acrescentou também ao plano áreas não edificáveis, um centro desportivo, enquadramento de edifícios históricos, áreas florestais e rurais de proteção entre os aglomerados de orla costeira (Costa, 2009, p. 20).

Agache pensou no PUCS, para além do que lhe foi pedido, propondo um projeto numa perspectiva “vasta, transversal e perdurável no tempo” (Costa, 2009, p. 19). Com a sua visão estrutural, domínio na escala local e regional, e influenciado pela corrente “city beautiful” criou um desenho urbano formal que valorizava o espaço público e contrariou o plano inicial que abrangia apenas as zonas costeiras que bordejavam a Estrada Marginal, e com a sua vasta experiência propôs que se alargasse os limites do plano a fim de “incluir uma sub-região estruturada por dois eixos” as já mencionadas Autoestrada (a norte), e a Estrada Marginal (a sul) (Lôbo, 2009, p.44).

Essa iniciativa estava em sintonia com o preconizado por Patrick Geddes (1854-1932) no seu livro *Cities in Evolution*³⁵ (1915), que tinha implícito os “princípios da impossibilidade de controlar com eficácia o crescimento das cidades e o seu impacto

³⁴ O primeiro troço da autoestrada inicialmente ia apenas até à zona do Estádio Nacional. Este troço, em 1944, tornou-se na principal Autoestrada Nacional (uma das primeiras autoestradas mundiais). O segundo troço foi inaugurado em 1991.

³⁵ Livro de Patrick Gueddes, publicado em 1915, onde fala sobre a visão das cidades como entidades em crescimento.

sobre a envolvente se apenas considerado o espaço urbano, dado a vida da cidade estender-se muito para lá dos seus limites” (Pereira, 2009, p. 29). Perante este quadro o projeto foi redimensionado para uma intervenção mais vasta, englobando o território urbano e rural, tendo em conta os inúmeros fatores que influenciam o crescimento das cidades, no ponto de vista micro e macro (Pereira, 2009, p. 29).

Sendo assim, o problema ganha outra dimensão, deixando de ser apenas uma intervenção local, centrada na qualificação dos aglomerados balneares, e é convertida numa abordagem sub-regional do território a oeste da capital e, sobretudo, da sua inserção urbana com Lisboa (Pereira, 2009, p. 30).



Ilustração 28 – Planos de remodelação para os aglomerados da Costa Sol do plano de Donald-Alfred Agache, ilustrados por fotomontagem. (Mendes, 2009, p.100).

Agache vai ainda mais longe prevendo a implementação de raiz de um novo centro balnear “Carcavelos-Praia”, com um modelo urbanístico inspirado em experiências americanas contemporâneas sob o princípio de “separação da circulação automóvel da de peões”, com o objetivo de “diminuir os gastos públicos na infra-estruturação viária da estância e aumentar a área reservada a espaços verdes e colectivos” (Lobo, 2009, p. 76).

Para a expansão dessa área, o urbanista recorreu ao conceito aplicado em Redburn — o qual já referimos nesta dissertação —, que valoriza a separação da via de circulação dos automóveis da via de circulação dos pedestres. Este plano constituía-se por uma alameda central rodeada por espaços verdes, de onde partem caminhos para o interior, no seu plano a circulação dos pedestres é separado dos automóveis como já foi dito, o que permitiu o acesso a praia sem a barreira do caminho de ferro (Lôbo, 2009, p.50).



Ilustração 29 – Plano de remodelação de Carcavelos, Agache. (Lôbo, 2009, p. 52).

Esta proposta vai ao encontro do objetivo principal do plano da Costa do Sol que privilegia a construção de uma “zona residencial de qualidade, privilegiando a habitação unifamiliar como tipologia dominante” (Lobo, 2009, p. 76).

Em relação ao zonamento Donald Agache distingue duas categorias: a zona rural com dimensões mínimas para as parcelas edificáveis (habitação ou equipamentos colectivos passíveis de instalação em meio rural) e determina a separação das habitações através de faixas rurais “preservando a sua identidade e evitando a soldagem de aglomerados [residenciais]”; e a zona urbana com estrutura geral dos aglomerados residenciais cuja prioridade é dada aos espaços verdes, dando especial atenção a localização, qualidade e dimensão, estabelecendo para cada aglomerado uma área de reserva para espaços livres com uma dimensão mínima de dez por cento (Lôbo, 2009, p. 48).

Para cada aglomerado residencial da Costa do Sol, Agache propõe uma remodelação ligada a rede viária principal, e reestrutura os aglomerados existentes integrando-os simultaneamente nas áreas de expansão. Cria novas praças ligadas às frentes edificadas em pontos focais, que se estendem até as vias adjacentes, formando pequenos centros cívicos. É comum as praças em “U” ou semicirculares, como o exemplo da ligação do Casino Estoril com a autoestrada. Em relação às praças rodeadas por moradias, com baixo tráfego e partilhadas maioritariamente por vizinhos,

envolvidas por jardins e habitações em edifício isolado ou geminado e com baixo tráfego, constituíam um ambiente urbano inovador (Lôbo, 2009, p. 50).

Para facilitar a execução dos trabalhos propõe uma legislação específica para orientar os loteamentos novos e a remodelação dos loteamentos irregulares, definindo parâmetros para o dimensionamento dos quarteirões nas zonas industriais e nas zonas residenciais, e para complementar, propõe também que se crie um gabinete para o controlo do “planeamento, supervisão da aplicação dos regulamentos, controle dos loteamentos e construções e prestação de informações e conselhos” (Lôbo, 2009, p. 48-50).

A participação de Agache na proposta da valorização da Costa do Sol durou até ao fim do primeiro mandato de Duarte Pacheco em 1936. Depois disso quando Duarte Pacheco retornou a sua posição de Primeiro Ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1938, Agache encontrava-se no Brasil a realizar o trabalho no Plano de Urbanização da Cidade do Rio de Janeiro, e assim o urbanista recusou-se a voltar para a Europa, por estar a decorrer a segunda guerra mundial (Costa, 2009, p. 20).

Entretanto na impossibilidade da comparência de Agache para a retoma do plano da Costa do Sol, Duarte Pacheco convida para a revisão do plano, Etienne De Groer (1882-1952) (Costa, 2009, p. 21). Como veremos no próximo subcapítulo, De Groer, dará seguimento ao plano, sem colocar entraves ao processo já em curso, com a diferença de que Agache interveio a uma escala regional aglutinando a Costa do sol e, De Groer, focou-se na malha dos aglomerados urbanos, onde utilizou a influência do conceito de cidade jardim (Costa, 2009, p. 21).

4.2. A INTERVENÇÃO DE ÉTIENNE DE GROER

Etienne De Groer, nasce em Varsóvia, conclui o liceu em Nice, França, e ingressa no curso de arquitetura na Academia Imperial de Belas-Artes em S. Petersburgo. Nesta cidade inicia a sua vida profissional no Gabinete Municipal de Urbanismo. Assiste na Rússia à difusão do conceito cidade-jardim e “dentro duma visão culturalista defende a manutenção das construções unifamiliares existentes, ameaçadas pela renovação e densificação urbana nas grandes cidades russas (Costa, 2009, p. 55)”. Devido à invasão bolchevique³⁶ regressa a França em 1920, onde leciona no Instituto de Urbanismo de

³⁶ Revolução Russa em Outubro de 1917, que derrubou a monarquia Russa e levou ao poder o Partido Bolchevique.

Paris a teoria da cidade-jardim (Costa, 2009, p. 55). Defensor desse conceito e das pequenas altimetrias, considera que:

Os arranha-céus “fruto de uma especulação fundiária desenfreada”, de resultados duvidosos. [...] Partindo de uma postura higienicista, critica a enorme área ensombrada criada por estes edifícios, em detrimento da conveniente insolação dos edifícios localizados na sua envolvente e considera a construção em altura como uma experiência ultrapassada. (Costa, 2009, p. 55)

Convidado por Duarte Pacheco, De Groer – que já havia sido colaborador de Agache, e urbanista-conselheiro técnico da Câmara Municipal de Lisboa de 1938 a 1940 para a elaboração do Plano Geral de Urbanização e Extensão da cidade – foi contratado para proceder entre 1944 e 1946 à revisão do PUCS, aprovado em Dezembro de 1948 (Lobo, 2009, p. 74).



Ilustração 30 – Fotomontagem dos planos de urbanização de Etienne De Groer, para os núcleos costeiros. (Mendes, 2009, p. 100).

Etienne De Groer inspirado na imagem do paradigma da cidade-jardim, surgido na passagem do século XIX para o século XX, reestrutura os aglomerados urbanos preexistentes e propõe áreas de expansão com um novo desenho. Sendo assim, para as áreas existentes visa preservar o seu carácter mantendo as pequenas altimetrias, e melhora o desenho do espaço público no centro dos aglomerados urbanos, e para as áreas de expansão propõe “um tecido apoiado em vias sinuosas de desenho variado, ladeadas por edifícios unifamiliares isolados ou geminados rodeados por jardins privados”, e os regulamentos determinam que se deve manter a baixa densidade e área reservada para construção de equipamentos e instalação de espaços verdes (Lôbo, 2009, p. 56). Os equipamentos escolares, por exemplo, seguiam as normas francesas, que asseguravam espaços verdes amplos e livres, localizados preferencialmente em lugares que permitissem a ampliação quando necessário (Lôbo, 2009, p. 56). Já as novas áreas de habitação, integravam uma nova tipologia que seria “a moradia recuada

em relação ao limite da parcela e rodeada por um logradouro ajardinado que em muitos locais se substituiu à construção em ordem contínua” (Lôbo, 2009, p. 56).

Segundo a vontade de De Groer, a Costa do Sol devia conservar as suas características de “aglomerado residencial espaçado, mantido num envolvimento de verdura” (De Groer *apud* Lôbo, 2009, p. 58). O plano era constituído por cinco zonas habitacionais, com lotes cujas dimensões poderiam variar entre dois mil metros quadrados nas zonas “HA” aos quatrocentos metros quadrados nas zonas “HE” e para as moradias geminadas as áreas seriam entre oitocentos e trezentos metros quadrados, sendo essa oferta acessível para todas as classes. Admite-se também edifícios coletivos com três pisos, podendo os hotéis apresentar alturas superiores (Lôbo, 2009, p. 58).

A fim de prever a dimensão da população da Costa do Sol para o horizonte do plano De Groer alarga a análise da evolução demográfica às diversas sub-zonas da região de Lisboa, ao longo de quatro décadas, considerando portanto a dinâmica de uma área mais alargada que Agache (Lôbo, 2009, p. 56).

Assim, Etienne De Groer introduz no PUCS um carácter mais ruralista e provinciano, que fica claro na prioridade que dá às zonas rurais de proteção aos aglomerados urbanos, no traçado orgânico das extensões urbanas preconizadas, e na maior rigidez do regulamento que estipula para as zonas residenciais, onde se faz apologia da moradia unifamiliar como arquétipo residencial para todas as classes sociais. Segundo este urbanista ““as futuras habitações da Costa do Sol devem ser construídas de harmonia com as tradições locais: moradias unifamiliares, isoladas ou agrupadas, seja qual for a classe de pessoas que se destina”” (De Groer *apud*, Lobo, 2009, p. 76).

Sobre a intervenção do urbanista Etienne De Groer, é importante referir os espaços vazios³⁷ que o próprio destinou para espaços verdes. Esta preocupação deve-se ao interesse de De Groer em que o PUCS não se restringisse unicamente aos planos de urbanização, mas que, também, integrasse uma estrutura verde contínua, que segundo os seus textos, contornaria a Costa do Sol e se remataria no Parque Monsanto. Essa estrutura verde, para além de delimitar as áreas edificadas, era destinada ao “lazer, o recreio, a produtiva, a biofísica [...]” (Mendes, 2009, p. 102). Na ilustração a seguir podemos verificar a diferença do contínuo verde, entre o previsto no PUCS e o estado atual:

³⁷ Referência aos espaços verdes, na visão de Etienne De Groer (Mendes, 2009, p. 102).

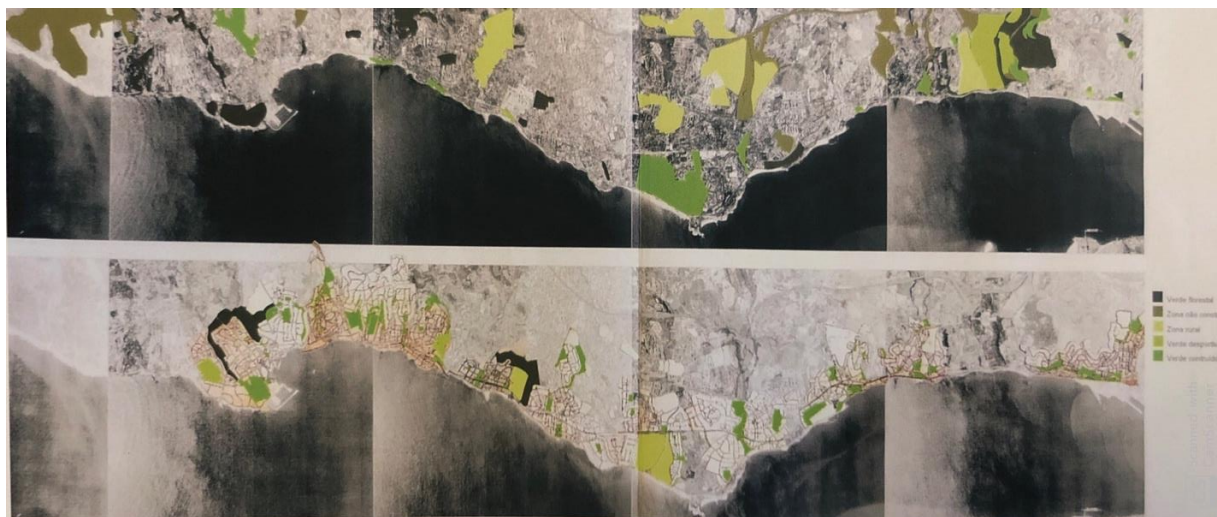


Ilustração 31 - Ilustração dos espaços verdes atuais e os espaços verdes indicados nos planos parciais do PUCS, na visão de Etienne De Groer. Em cima o estado atual e embaixo o previsto no PUCS. (Mendes, 2009, p. 104).

O plano, que segundo de De Groer, sugeria um contínuo verde que entrelaçava “com as áreas de fundo de vales, zonas húmidas, quintas, entre outras [...]”, foi interrompido inúmeras vezes por edificações urbanas, e atualmente “caracteriza-se por um conjunto de áreas verdes, que não se interligam, e é portanto uma estrutura verde desfragmentada” (Mendes, 2009, p. 103).

A preocupação para ocupação da estrutura verde, denota o respeito de De Groer em preservar o cariz e o preexistente no território “como as quintas, os sistemas de regadio, os processos de condução de água como os canais e os aquedutos [...] libertando-as uma possível demolição. Para além disso, demonstra a influência do conceito de cidade jardim de Ebenezer Howard [— conceito já abordado anteriormente nesta dissertação —]”, que preconiza a existência de espaços verdes nas cidades para garantir a qualidade de vida dos habitantes (Mendes, 2009, p. 103). De Groer defendia que Ebenezer “preconizou a construção das cidades jardins, teoria que foi seguida e aplicada na prática, e que deu resultados excelentes [...]” (De Groer *apud* Mendes, 2009, p. 105).

Nesse contexto, De Groer, em relação as zonas rurais, determina que é “proibido edificar construções, salvo aquelas que servem os agricultores [...]. Se fosse autorizado construir na Zona Rural tudo o que se quisesse, a cidade perderia pouco a pouco a sua coroa verde, com grande prejuízo dos seus habitantes, e mesmo do município [...]” (De Groer *apud* Mendes, 2009, p. 105).



Ilustração 32 – “Quinta Real de Caxias como um dos vazios protegidos por Etienne De Groer através do PUCS” (Mendes, 2009, p. 117-120).

Verificamos até este momento da dissertação que, o Plano de Urbanização da Costa do Sol, revela-se nos seus dois momentos, tanto o de Agache como o de De Groer, muito importante no âmbito das obras públicas na primeira metade do século XX português, e serve como documento testemunhal e determinante no arranque do urbanismo na forma como hoje o entendemos, ou seja, “como estudo planeado dos elementos estruturantes de uma região, como documento de trabalho aberto, mas normativo à expansão ordenada do território e como documento de apoio a um planeamento maior, à escala das grandes regiões”. (Costa, 2009, p.22)

O plano da Costa do Sol, por sua vez, “precedendo o decreto que instituiu a necessidade de existência de planos de urbanização das cidades portuguesas em expansão, permitiu o reconhecimento político da necessidade de planejar antes de intervir no terreno”. (Costa, 2009, p.22)

“Mais do que construção de uma imagem, o PUCS apresenta-se assim, como um guião para a definição de uma política urbanística regional e sua gestão”, contudo e infelizmente cometeu-se erros na concretização do plano “o desfaseamento entre o

modelo urbanístico proposto e a realidade do processo de urbanização de território”. (Lobo, 2009, p. 78)

Contudo, é um facto, que durante o Estado Novo o PUCS foi o único plano de urbanização a obter aprovação incondicional do Poder. Curioso é que tendo sido feito numa época em que o País busca afirmar a sua identidade, recorreu-se à colaboração de urbanistas estrangeiros para “o planeamento urbanístico das suas mais importantes zonas balneares turísticas e as estâncias com maior visibilidade no exterior” (Lobo, 2009, p. 78).

4.3. COSTA DO SOL E A INTEGRAÇÃO DO CONCELHO DE OEIRAS: PANORAMA DESTA REGIÃO ENTRE O SÉCULO XVII E O SÉCULO XX

Constatamos até aqui, que a região da Costa do sol ao longo do tempo passou por um processo evolutivo na estrutura urbana, que consequentemente viria a influenciar a inclusão/incremento/consolidação dos bairros que constituem esta região. Como mencionado, apresentaremos como caso de estudo o bairro de Nova Oeiras que pertence ao concelho de Oeiras, localizando-se este entre Cascais e Lisboa. Este subcapítulo pretende ser uma antevisão do caso de estudo, estabelecendo as principais relações desta importante linha, Costa do Sol, com Oeiras.

Este concelho está rodeado “pelos concelhos de Sintra e Cascais a Norte e a Poente, pelos concelhos de Amadora³⁸ ... e Lisboa a Nascente, pelo rio Tejo a Sul” e atualmente é constituído por nove freguesias “Oeiras, Paço de Arcos, Porto Salvo, Barcarena, Queijas, Cruz Quebrada/Dafundo, Linda-a-Velha, Carnaxide e Algés [...]” (Rocha, 1996, p. 17).

Entre muitos motivos que resultaram na preferência das pessoas por Oeiras, desde a pré-história, podemos referenciar principalmente as excelentes condições naturais “clima ameno, abundância de água, bons solos agrícolas, rede hidrográfica favorável à circulação de pessoas e produtos, etc” (Rocha, 1996, p. 17). Por estes motivos, Oeiras, atraiu durante séculos as populações para se dedicarem ao amanho da terra usufruindo dos solos férteis e da abundância da água, sendo assim, durante os séculos XVII e XVIII a região era formada maioritariamente por quintas de recreio, jardins, cascatas, áreas de exploração agrícola constituídas por vinhedos, entre outros (Fernandes, 2015, p. 47).

³⁸ Amadora esteve integrado no Concelho de Oeiras até 1979.

Alguns dos melhores exemplos dessas quintas do século XVIII, são: as “Quintas do Marquês de Pombal, Quinta Real de Caxias, Quinta do Torneiro em Porto Salvo, as Quintas do Egípto, da Arriaga, etc”. Dentre essas quintas podemos destacar as Quintas do Marquês de Pombal, que se constituíam por três quintas: Quinta do Marco, Quinta de Cima e Quinta de Baixo – ou Quinta Grande, da qual falaremos mais tarde, pois dará origem à urbanização que é o nosso caso de estudo, projetada no século XX como veremos no próximo capítulo (Rocha, 1996, p. 33). Nesta quinta, encontravam-se os “jardins, o palácio³⁹ [do Marquês de Pombal], a adega/celeiro e também a parte de exploração agrícola” (Rocha, 1996, p. 34).



Ilustração 33 – Palácio da Quinta do Marquês de Pombal. (Oeiras. Câmara Municipal. Divisão de Sistemas Aplicacionais, 2017).

³⁹ Palácio do Marquês de Pombal, construído na segunda metade do século XVII, projeto de arquiteto húngaro Carlos Mardel (1695-1763) (Rocha, 1996, p. 34).



Ilustração 34 – Jardins do Palácio da Quintal do Marquês de Pombal. (Oeiras. Câmara Municipal. Divisão de Sistemas Aplicacionais, 2017).

Além de quintas, no século XVIII também se construíram neste concelho, outros conjuntos com importância arquitetónica e cultural, como “quarteirões urbanos de pequenas e singelas casas, com um ou dois pisos, com pátios, que se disseminavam ao longo de ruas íngremes e estreitas”, cujos moradores conseguiram perdurar a relação de vizinhança (Rocha, 1996, p. 37). Foram também construídas inúmeras capelas, igrejas, e para aproveitamento dos recursos hídricos construiu-se também “numerosos chafarizes e aquedutos (Rocha, 1996, p. 37), também podemos falar dos moinhos, noras e azenhas, que constituem “peças de arquitetura popular” (Rocha, 1996, p. 37).

Podemos destacar também, “O Canal Novo de Oeiras”, um dos projetos do Marquês de Pombal, cujo primeiro documento encontrado é uma carta de “Canal Novo de Oeiras 25 de Julho de 1770” do coronel Luís D’ Alincourt (1787-1841). Esta infraestrutura visava um canal que ligaria a costa e a vila, tornando possível o “tráfego entre marítimo e o transporte de mercadorias desde o rio Tejo, passando pela ribeira da Laje, até chegar ao centro da vila (Rocha, 1996, p. 37). Esta obra não foi concluída, ficando apenas alguns vestígios, devido ao exílio de Marquês de Pombal em 1777 e a falta de recursos financeiros (Rocha, 1996, p. 39).

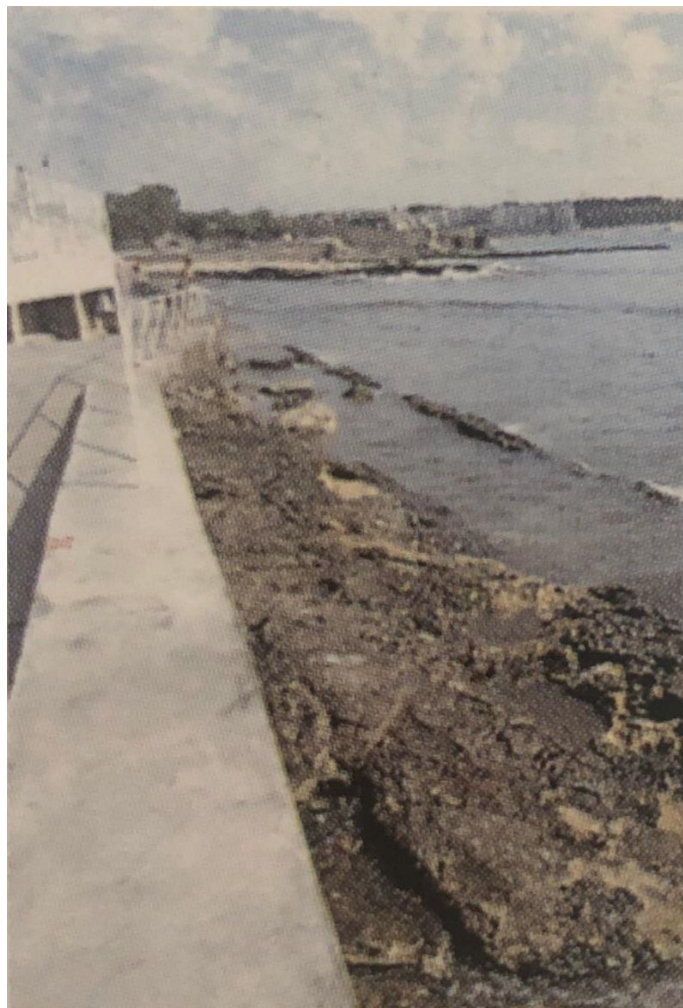


Ilustração 35 – Vestígios do Canal de Oeiras, junto ao INATEL. (Rocha, 1996, p. 39).

Entretanto nas primeiras décadas do século XIX, Oeiras passou por um período de declínio económico, devido às epidemias que causaram a quebra da produção agrícola, afetando as videiras e os cereais e também o desuso da moagem. Esta crise, provocou o surgimento de indústrias, que construíram um novo tecido económico na segunda metade do século XIX. Assim, Oeiras foi perdendo a sua imagem “bucólica e [...] [de] plácida vila” (Rocha, 1996, p. 40). Alguns dos equipamentos industriais eram: a fábrica de lacticínios (1864), a fábrica de sapatos de trança; a fábrica de fósforos (1889-1890), entre outras (Rocha, 1996, p. 41).

Com o passar do tempo, entre o século XIX e o início do século XX, apareceram novos valores, o ritmo e o tempo de trabalho melhoraram. Isto levou a que nesse ambiente se comesse um novo tempo e uma nova forma de estar, resultando assim, nas recorrentes “férias de verão -, para a burguesia, e a prática do passeio dominical ou em

dia santificado, para as classes menos privilegiadas - os trabalhadores. Fugia-se da cidade para o campo” (Rocha, 1996, p. 43).

O reconhecimento dos banhos terapêuticos – referenciados desde o século XVII – na região, continuou a ser um fator que influenciou o aumento de população a frequentar o concelho de Oeiras, pois os médicos recomendavam as praias para tratamentos medicinais. Como refere Ana Gaspar: “os banhos de mar são recomendados por médicos e higienistas que se esgotam em inúmeras campanhas em prol da higiene tanto individual como pública [...]” (Gaspar *apud* Rocha, 1996, p. 43). Porém, um hábito que no início era mais frequente entre a elite portuguesa que se dirigia para Oeiras por indicação médica (Pinheiro, 2017, p. 17).

Entretanto surgiram também outras atividades de lazer para a população como os campos de ténis no parque D. Manuel que atualmente é denominado Parque Almirante Gago Coutinho, a Associação Desportiva de Oeiras fundada em 1905 com um ringue de patinagem e o Casino Éden fundado nos anos 1920 em Santo Amaro (Pinheiro, 2017, p. 17).

De um modo geral a população que maioritariamente frequentava a Costa do Sol, era população de elite financeira e política. O objetivo na altura era desfrutar das águas terapêuticas no balneário Hotel do Parque (1929), passar dias de lazer nos seus palacetes de veraneio ou nos hotéis que iam surgindo, fruir de passeios pelos parques e pela orla marítima ou passar horas nos Casino Estoril (Costa, 2017, p. 18). Com o passar do tempo este quadro altera perante a evolução dos acessos, ou seja, das estradas e dos caminhos de ferro.



Ilustração 36 – Hotel do Parque, junto as termas do Estoril, inaugurado em 1929. (Henriques, 2011, p. 240).

Sendo assim, após a construção da linha de comboio e a sua eletrificação em 1926, — já mencionada no capítulo anterior —, que ligava Lisboa-Cascais, e ainda mais tarde a Estrada Marginal que ficou concluída em 1942 e o primeiro troço da Autoestrada que também foi concluído neste mesmo ano — já mencionadas no capítulo anterior —, revolucionaram este quadro tornando possível esse lazer abranger a mais classes sociais, acentuando a dinâmica balnear e turística de cariz mais popular e desencadeando a expansão dos centros urbanos na linha da costa. A princípio construíam-se as casas para férias, que com o tempo foram se tornando moradias permanentes e consequentemente expandiram-se os centros urbanos na costa (Pinheiro, 2017, p. 18).

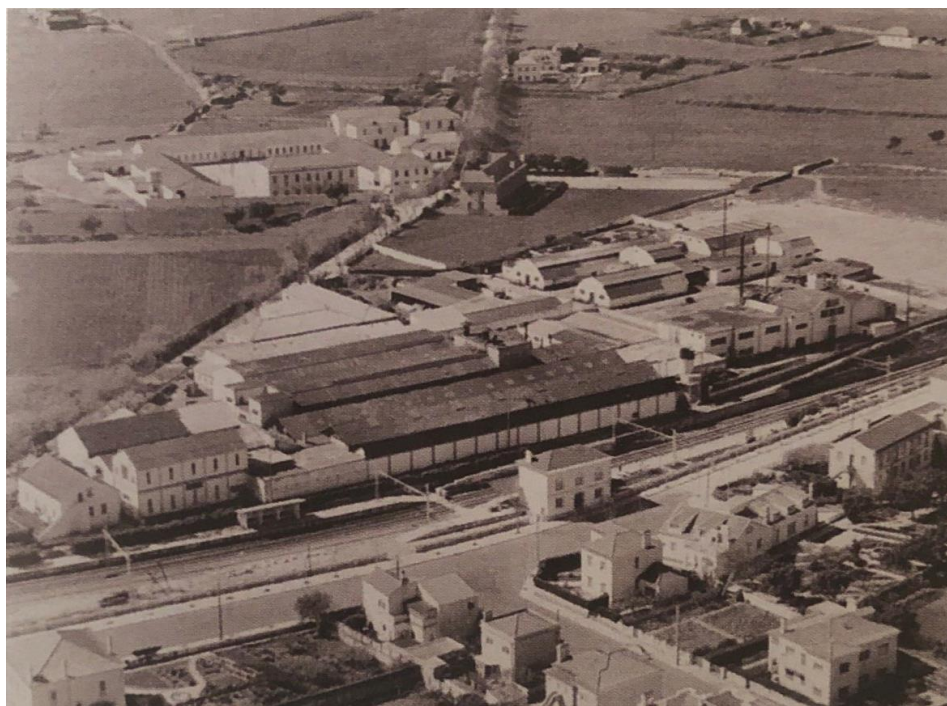


Ilustração 37 – Estação de Oeiras no início do século XX. (Pinheiro, 2017, p. 21).

É importante referir que esta evolução dos transportes e da rede viária no final do século XIX e no início do século XX, foi crucial para o aumento e desenvolvimento das zonas habitacionais do Concelho de Oeiras. A faixa litoral começou a ser ocupada por pequenos “chalets” e “vivendas cosmopolitas”. Algumas destas obras perduraram até aos nossos dias, embora com algumas alterações (Rocha, 1996, p. 46).

Essa melhoria das acessibilidades fez com que a sociedade nesse território aumentasse quando passou a ser também local de residência e consequentemente desafogando a região de Lisboa, porque a evolução do comboio – já referido no capítulo anterior – permitiu que as pessoas mesmo trabalhando em Lisboa, pudessem adquirir residências na linha de Cascais. Ou seja: “o comboio, e a consequente democratização das acessibilidades, promovem o preenchimento dos antigos vazios rurais” (Fernandes, 2015, p. 114), surgem diversas atividades económicas e a população se torna mais heterogénea com a diversidade de habitações (Fernandes, 2015, p. 114).

Uma das instituições a beneficiar-se do caminho de ferro, foi o Liceu Nacional de Oeiras. Apesar de ter ainda poucos estudantes, por insistência de Arthur Brandão⁴⁰, o Liceu foi construído no lado sul da linha de comboio, em 1952. Na altura era o único Liceu na

⁴⁰ Responsável pela gerência e coproprietário da livraria Bertrand. Amigo de Caeiro Mata, ministro da educação na altura da construção do Liceu Nacional de Oeiras.

linha de Algés a Cascais, até ser construído o Liceu de São João em 1968, portanto era essencial que estivesse nas imediações da linha férrea (Pinheiro, 2017, p. 23).

A Linha Férrea de Cascais foi crucial para a expansão urbanística e consolidação de Oeiras, estando para norte da linha da estação de Oeiras, a Quinta Grande onde seria a projetada Nova Oeiras e a Quinta dos Lombos, a Oeste a Quinta das Palmeiras e a Norte a urbanização da Quinta do Marquês (Pinheiro, 2017, p. 23).

Contudo, verificamos que Oeiras, por um lado, devido à sua proximidade privilegiada e à Lisboa e evolução dos transportes beneficiou em termos de crescimento urbano, financeiro, adquirindo independência, porém, por outro lado, este concelho durante as últimas décadas tem vindo a perder o seu cariz rural, com o aumento da expansão dos aglomerados urbanos (Rocha, 1996, p. 17).

5. O CASO DE ESTUDO: BAIRRO RESIDENCIAL DE NOVA OEIRAS

Em sequência do que já foi dito, é introduzido agora o caso de estudo “O Bairro Residencial de Nova Oeiras” (BRNO), localizado em Oeiras que apresenta, simultaneamente, valor arquitetónico e urbanístico. Pretendemos com este trabalho de investigação falar sobre a sua história, e o seu plano urbanístico.

Como já foi referido anteriormente, Oeiras era constituída maioritariamente por quintas, sendo a Quinta Grande escolhida para a implantação do BRNO (Fernandes, 2015, p. 15). No seu projeto, é visível, as pretensões urbanísticas do século XX, que prevêem novas cidades construídas sem os constrangimentos históricos que se viveu até então. Ou seja, neste tempo, procurava-se cidades liberadas da pressão do crescimento demográfico — fato que se vivia em toda Europa nas décadas no século XIX e XX —, e resguardadas da agitação das cidades industriais, poluição dos automóveis e que possuam uma relação equilibrada com a natureza (Milheiro, 2015, p. 111).

Neste contexto, nasce Nova Oeiras — num território onde outrora era constituído pela função de vilegiatura, e que, com o tempo, perdeu progressivamente esta função, transformando-se num ambiente residencial — que constitui um projeto arquitetónico e urbanístico, seguindo os “novos modelos e aspirações internacionais, onde o trabalho, o lazer e as relações sociais se articulam seguindo princípios de optimização” (Milheiro, 2015, p. 111). A construção desta urbanização enquadra-se numa época de aumento demográfico na cidade de Lisboa e um aumento na procura de habitação na linha de Cascais (Rocha, 2017, p. 61).

Nova Oeiras integra no seu conceito, uma ideologia inovadora, num território privilegiado, constituindo-se com uma arquitectura moderna, com técnicas inovadoras e novas formas de habitar. Esta visão corresponde às pretensões da nova classe social que surgia — classe média — que se afirma no pós-guerra, com meios para adquirir uma casa própria (Catarino, 2015, p. 112). O sol, o verde e o ar são os elementos deste modernismo, que é fruto do avanço tecnológico do pós-guerra e a revolução industrial, que permitiu a arquitectura libertar-se dos seus antigos constrangimentos e superar limites, resolvendo questões com as construções em altura (Catarino, 2015, p. 112).

O BRNO, foi implantado num terreno amplo, desafogado, com um suave declive orientado para sul, que recebe os ares da corrente da nortada (Catarino, 2017, p. 96). Sem rejeitar a história do lugar, o bairro integra-se e respeita os limites, mantendo

ligação com a envolvente. Deste modo, estabeleceu-se uma ligação equilibrada, e visualmente coerente, com a Vila de Oeiras, situada no lado nascente do vale e com o Palácio e Jardins do Marquês de Pombal (Fernandes, 2015, p. 24). Hoje, o BRNO é limitado “a Norte pela Avenida da República; a Sul pelo Largo da Estação (Largo Paiva Couceiro) e pela Estrada de Santo António, que corre paralela à linha de comboio; a leste pela Rua desembargador Faria, que segue em direção à Vila; a oeste pela Avenida D. José I, cortando pela Rua José Carlos Moreira e pelo trecho final da Rua Carlos Mardel, fazendo fronteira com o bairro das Palmeiras” (Pinheiro, 2017, p. 41).

A linha de comboio que une Lisboa a Cascais também foi relevante para a determinação da localização do BRNO, pois trata-se de um elemento determinante no “processo de transformação que altera profundamente a ocupação urbana e territorial do litoral que se estende a Ocidente da capital portuguesa” e Nova Oeiras é um dos exemplos que faz parte desse “contínuo urbano linear” configurando um aglomerado urbano melhor estruturado (Milheiro, 2015, p. 113).

É importante referir a relação do BRNO e o Plano de Urbanização da Costa do Sol (PUCS) de Agache e De Groer, já mencionado no capítulo IV desta dissertação. Como já foi dito o Plano de Urbanização da Costa do sol reuniu princípios do urbanismo moderno, nesse contexto foi determinante para o desenvolvimento do plano de Nova Oeiras, cuja implementação vai seguir igualmente os princípios do Movimento Moderno (Rocha, 2015, p. 51). Este plano, da Costa do Sol, elaborado nos anos 1940 “previa já, a Norte da linha ferroviária e a Oeste da área urbana de Oeiras e de Santo Amaro, uma expansão, com traçado em retícula, destinado a lotes de habitação e uma área central de serviços” e assim nasce Nova Oeiras “introduzindo uma nova noção de lugar e uma nova consciência de urbanidade” (Milheiro, 2015, p. 114). Sendo assim, Nova Oeiras, localiza-se na zona poente do PUCS, destinado a residências do tipo “unifamiliar geminadas, isoladas ou em banda” (Quaresma, 2008, p. 84).



Ilustração 38 - Bairro Residencial de Nova Oeiras. Pode se verificar a proximidade ao bairro da linha de comboio marcada a azul. A vermelho a Alameda Conde de Oeiras que circunda o bairro. ([Adaptado a partir de:] Google Inc., 2019).



Ilustração 39 - Bairro Residencial de Nova Oeiras. (Fernandes, 2015, p. 46).

5.1. ARTHUR BRANDÃO, NOVA OEIRAS E A SOCIEDADE DE NOVA OEIRAS LIMITADA (SNOL)

Arthur Brandão (1876-1960), empresário, político e jornalista em 1939, adquiriu a Quinta dos Marqueses de Pombal, que continha um conjunto de quintas, entre elas a Quinta Grande — onde foi construído o BRNO — e a Quinta de Baixo, adquirindo inclusive o palácio e os jardins (Pinheiro, 2017, p. 26). Proprietário de várias empresas, envolvido em vários negócios, Arthur Brandão, era um empresário virado para a rentabilidade rápida dos capitais, qualidade que explica a dinâmica de compra e venda das propriedades de Oeiras (Pinheiro, 2017, p. 28).

A parte da Quinta Grande que correspondia as terras de cultivo e a vinha, foi dada por Arthur Brandão à Sociedade Nova Oeiras Limitada (SNOL) a 25 de Setembro de 1941 (Pinheiro, 2017, p. 30). A SNOL começou inicialmente com José Maria Pedroso⁴¹, que foi o gerente principal da sociedade, e mais tarde, em 1950, associou à gestão o seu genro Luís Adão, e tinha o objetivo de promover a urbanização de Nova Oeiras (Pinheiro, 2017, p. 33).

De acordo a versão oficial veiculada pelos historiadores a SNOL foi criada em 1940, e somente registada a 3 de outubro de 1941, com o objetivo de “compra e venda de terrenos, construção de ruas e propriedades urbanas”, que se começou a concretizar a 24 de Setembro deste mesmo ano, cuja sede era no Palácio do Marquês (Pinheiro, 2017, p. 31). A SNOL era integrada por José Marques de Sousa, José Maria Pedroso e José Ribeiro do Espírito Santo Silva (Pinheiro, 2017, p. 30). Arthur Brandão também fez parte dos integrantes da SNOL, porém, em 1952 desligou-se da sociedade para se dedicar a outros projetos:

“Arthur Brandão terá estado na origem da ideia de Nova Oeiras, mas cedo se desligaria da sociedade. Se é certo que muito justamente existe uma rua com o nome de Arthur Brandão, ladeando o Centro Comercial, igualmente se justificariam ruas que homenageassem a memória de José Maria Pedroso e de Luís Adão, esses sim os verdadeiros promotores do Bairro Residencial de Nova Oeiras (Pinheiro, 2017, p. 34)”.

Nessa mesma altura, José Marques de Sousa, também se desligou da SNOL, fazendo com que em Maio de 1956 José Maria Pedroso e José Ribeiro do Espírito Santo Silva,

⁴¹ “[Esteve] sempre ligado à actividade bancária, primeiro no Banco Borges e Irmão, depois no Banco de Portugal, onde ocupou vários cargos” (Pinheiro, 2017, p. 33).

associassem à sociedade o genro e o filho, respetivamente Luís Afonso da Cunha Magalhães de Sousa Adão e José Maria Espírito Santo Silva (Pinheiro, 2017, p. 30)

5.2. O AUTOR

O Plano de Urbanização da Unidade Residencial de Nova Oeiras, é de autoria e coordenação do arquiteto Luís Cristino da Silva, tendo como colaborador e coautor o arquiteto Pedro Falcão e Cunha e o arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles⁴² (n. 1922). O seu desenvolvimento durou cerca de vinte anos, sendo o antepiano de 1953, o plano definitivo de 1962-1965, e algumas das propostas de alterações de 1974 (Fernandes, 2015, p. 15). A escolha de Cristino da Silva para arquiteto do plano surgiu por já ser, na altura, um arquiteto famoso e simultaneamente amigo de José Maria Pedroso, que como já vimos era acionista da Sociedade de Nova Oeiras (Pinheiro, 2017, p. 37).

Reconhece-se aos autores do projeto, uma atitude de busca de inovação e acompanhamento das novas técnicas, com o devido apoio financeiro dos donos de obra que possuíam capacidade financeira e apoio político. Esta urbanização representou, na altura, inovação nas propostas do viver urbano, conferida pela qualidade estética das construções, equilibrada com os espaços verdes, valorizando a natureza na cidade. (Catarino, 2015, p. 97)

5.3. O ARQUITETO LUÍS CRISTINO DA SILVA

Luís Ribeiro Cristino da Silva, filho de João Ribeiro Cristino da Silva (1858-1948) e de Maria Antónia Augusta de Almeida Carvalhosa e Silva, nasceu em Lisboa, no dia 21 de Maio de 1896, na freguesia de Santa Isabel. Cresceu num meio familiar de tradição artística, tendo sido o seu pai pintor e professor do Instituto Industrial, e o seu avô João Cristino da Silva (1820-1877), pintor romântico, condições que lhe influenciariam para um futuro ligado às artes (Rodolfo, 2002, p. 31). A herança plástica e artística que recebeu de seu pai e de seu avô, claramente permitiu que desenvolvesse uma sensibilidade no mundo das artes, aquarelista e desenhador sempre “cultivou a ligação [...] da Arquitectura à pintura e à escultura” (Fernandes, 2015, p. 42).

⁴² Único autor vivo do Bairro Residencial de Nova Oeiras (Fernandes, 2015, p. 17).



Ilustração 40 – Luís Cristino da Silva. (Couchinho, 2017).

Cristino da Silva, viveu os seus primeiros anos no bairro de Santo Amaro onde, a título de curiosidade, foi vizinho de José Ângelo Cottinelli Telmo (1897-1848), que disse que Cristino foi o seu primeiro amigo de infância (Rodolfo, 2002, p. 32). Iniciou os seus estudos preparatórios na escola do seu bairro, a Escola Industrial Marquês de Pombal e com catorze anos, em 1910, começou o curso preparatório de Arquitectura Civil na Escola de Belas-Artes de Lisboa, onde adquiriu o seu diploma em 1919, simultaneamente participou nas aulas de Desenho Geral na Academia de Belas-Artes de Lisboa, tendo se mudado posteriormente para Paris em 1920, onde ingressou na École Nationale Des Beaux-Arts (E.N.B.A) (Rodolfo, 2002, p. 34).

Esta mudança para Paris ocorre porque, desde 1836, depois da fundação das Academias de Belas-Artes de Lisboa e do Porto, o percurso académico artístico em Portugal não conseguia articular-se com a realidade sócio-cultural, havendo até protestos, porém, as reformas não foram muito inovadoras, o que desmotivou muitos alunos fazendo-os mudarem-se para Paris, para obterem o diploma (Rodolfo, 2002, p. 35).

Quando ingressou na E.N.B.A. em Paris, para além do diploma almejava com esta mudança adquirir, experiência. Cristino da Silva, em entrevista explicou que o que o

levou a realizar esta mudança “ (...) foi o anseio de estudar mais, de aprender, de ter os conhecimentos que me permitissem exercer a minha profissão com a mobilidade e a facilidade necessárias” (Silva *apud* Rodolfo, 2002, p. 43). Luís Cristino quando chega a capital francesa, depara-se com um panorama de progresso e civilização, onde já se começavam a praticar novas correntes arquitetónicas, ao contrário de Lisboa, onde era praticada maioritariamente, uma arquitetura de vertente classicizante ou neoclássica (Rodolfo, 2002, p. 47)

Após o concurso de admissão, os alunos inscreviam-se nos ateliers a sua disposição, e foi num dos ateliers mais conceituados, dirigido por Charles Lemaire (1870-1972) e Victor Laloux (1850-1937) que Cristino foi recebido (Rodolfo, 2002, p. 44).



Ilustração 41 – Luís Cristino da Silva entre amigos, em Paris (Rodolfo, 2002, p. 49)



Ilustração 42 – Luís Cristino da Silva em Paris, com os colegas e Victor Laloux (Rodolfo, 2002, p. 45)

Entretanto, à semelhança com Portugal, em Paris não era preciso diploma para exercer a profissão. Portanto, aqueles que criticavam a linha pedagógica decorrente — considerada fortemente ligada aos estilos clássicos — desistiam do curso e começavam a profissão livremente. Estes estudantes não diplomados, mais interessados nas inovações tecnológicas e no progresso, constituíram “o meio propício ao aparecimento de novos valores na arquitectura” ou seja novos valores estéticos, como consequência dos novos programas com a utilização dos materiais que surgiram na época e das novas técnicas construtivas, tendo em conta também as novas condições sociais, surgindo assim como consequência dessa libertação do clássico, a corrente moderna (Rodolfo, 2002, p. 47). Sendo assim, Cristino vivia os dois ambientes, ou seja, entre os programas oficiais classicizantes e a influência dos artistas que buscavam o progresso, nesse contexto Cristino exprime que: “(...) quando cheguei a Paris tive este choque: é que já se esboçava uma corrente muito pequena, pequeníssima, que apenas era apreendida por aquelas que tinham o desejo de evoluir e de sair dessa espécie de rotina” (Silva *apud* Rodolfo, 2002, p. 47).

Sempre atento as novas experiências estéticas, Cristino estabeleceu um ritmo de trabalho, o um dinamismo e uma capacidade de resposta, que lhe permitiram fazer mais de vinte projectos para Victor Laloux entre 1920 e 1923, o que fez também, com que começasse a ser estimado e disputado por outros arquitetos (Rodolfo, 2002, p. 48).

Em 1923, Luís Cristino, termina o seu estágio na E.N.B.A., de onde levou um louvor escrito por Victor Laloux, como reconhecimento do trabalho que produziu. Com os

meses que lhe restavam como bolseiro, foi-lhe concedida uma autorização para prosseguir os seus estudos em Roma, comunicando a sua chegada a 23 de fevereiro de 1923, onde inicia o seu estágio na Villa Médicis⁴³, a Academia Francesa instalada em Roma, um privilégio acessível a um número restrito de alunos (Rodolfo, 2002, p. 53-55). Para ingressar nesta escola era necessário passar no Grand Prix de Rome⁴⁴ (G.P.R.) ao qual Cristino não foi submetido por ter sido recomendado pelos seus mestres de Paris, o que conferia uma das condições de ingresso (Rodolfo, 2002, p. 53-54).

Em Roma, Cristino da Silva na companhia de alguns de seus colegas da E.N.B.A. “investiga ruínas, imagina espaços e formas de outrora, que traduz em desenhos aguarelados, que constituem verdadeiras obras de arte” (Rodolfo, 2002, p. 55). Enquanto esteve em Itália, aproveitou para viajar pelas cidades do Sul e pela Sicília, prosseguindo os estudos arqueológicos. (Rodolfo, 2002, p. 56). Em 1924, volta a Paris para realizar trabalhos profissionais com o arquiteto francês Léon Azéma (1888-1978), que se mantêm desconhecidos (Rodolfo, 2002, p. 56). Entretanto nesse regresso, que seria o seu último ano em Paris, aproveita a sua estadia para participar no Salon des Artistes Français⁴⁵, onde apresenta o trabalho “Domus Liviae”, com o qual obtém a medalha de bronze na secção de Arquitectura (Rodolfo, 2002, p. 56).

Depois de toda a experiência vivida em Paris e em Roma, quando Cristino voltou para Portugal em 1924, realizou uma exposição de alguns de seus trabalhos, na Sociedade Nacional de Belas-Artes (S.N.B.A.) (Ferandes, 2015, p. 37). Destes trabalhos expostos podemos citar a “Bourse Maritime” elaborado em 1922 Durante a sua estadia em Paris “e um conjunto de aguarelas e guaches, postos a venda” (Rodolfo, 2002, p. 68). O prestígio reconhecido em Portugal, através dos trabalhos realizados em Paris e Roma, ainda que sem obra construída, fez com que Cristino da Silva, fosse convidado, em 1923, a representar a Sociedade dos Architectos Portugueses (S.A.P.) como júri do Prémio Valmor, juntando-se a José Luís Monteiro (1848-1942), que representava a Câmara Municipal de Lisboa (C.M.L.) (Rodolfo, 2002, p. 56).

⁴³ Academia onde “os architectos formavam-se em antiguidades clássicas, fazendo levantamentos e restituições gráficas de monumentos antigos” (Rodolfo, 2002, p. 54)

⁴⁴ Concurso mais prestigiado na altura. Os vencedores tinham acesso direto a um estágio na Villa Médicis, Academia Francesa em Roma (Rodolfo, 2002, p. 46).

⁴⁵ Academia francesa instalada em Roma, instalada na Villa Médicis.

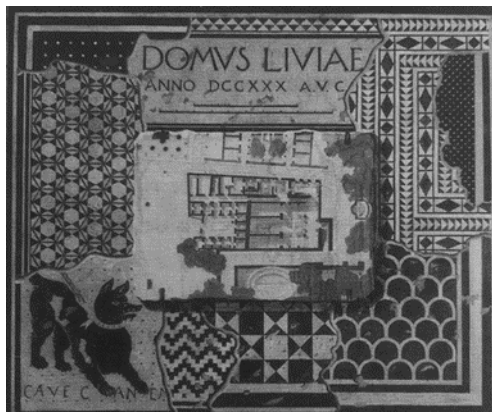


Ilustração 43 - Domus Liviae. Trabalho escolar de Cristino da Silva, em Roma. Reconstituição arqueológica (Rodolfo, 2002, p. 56).



Ilustração 44 – Domus Liviae. Trabalho escolar de Cristino da Silva, em Roma. Reconstituição arqueológica (Rodolfo, 2002, p. 56).

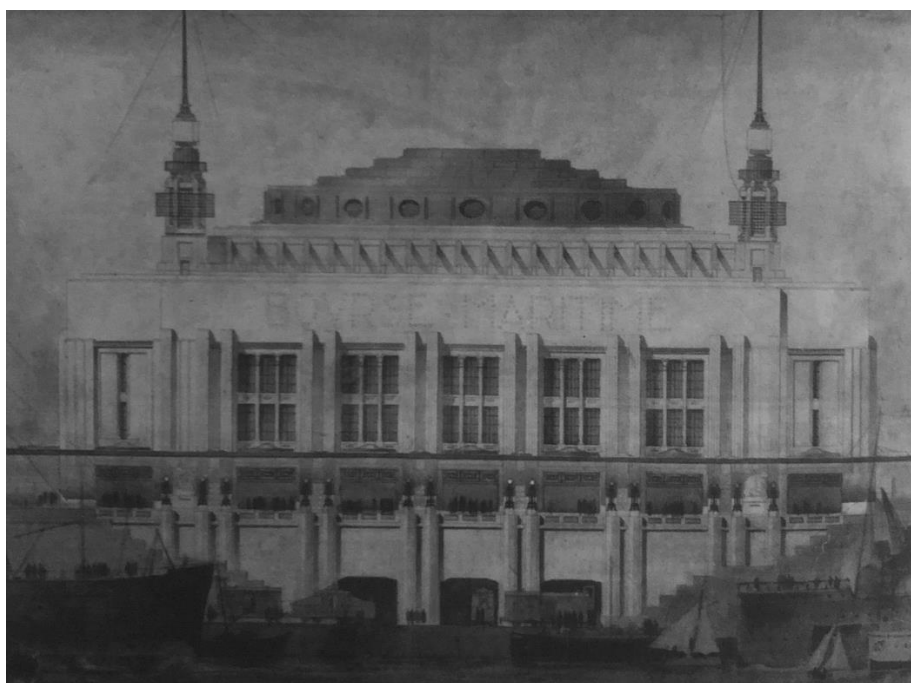


Ilustração 45 – Bourse Maritime. Trabalho escolar de Cristino da Silva, em Paris, 1922 (Rodolfo, 2002, p. 52).

Luís Cristino da Silva, deu assim os primeiros passos na sua carreira profissional em Portugal, tornando-se desde logo um arquiteto mediático (Rodolfo, 2002, p. 68). As suas primeiras experiências profissionais em Portugal, foram em colaboração com o arquiteto Tertuliano Lacerda Marques (1882-1942) e Carlos Ramos (1897-1969), na realização de obras nacionais modernizadas, e realizaram em conjunto os projectos: “de uma casa em S. Vicente em Cabo Verde, dos Hospitais da Misericórdia de Arraiolos e de Vila Franca de Xira e de uma habitação na Rua Santos Dumont, nº 71” (Rodolfo, 2002, p. 68).

Durante este período do século XX, surgiram as primeiras obras marcadamente modernas em Portugal, onde se pode verificar, por um lado, a influência de Tony Garnier (1869-1948), Auguste Perret (1874-1954) e, por outro lado, a depuração da Art Deco não obstante a influência das obras puristas de Le Corbusier e de Mallet Stevens, que alternarão com outras obras assumidamente regionalistas onde se nota um cruzamento de ideias com Raul Lino “na defesa do lugar como determinante no espaço e da forma construídos” (Rodolfo, 2002, p. 68).

A obra arquitetónica de Cristino da Silva, revela um percurso exemplar na primeira metade do século XX em Portugal. Vista em conjunto exprime a contradição que viveu entre a evolução do moderno e o apelo da tradição (Fernandes, 2015, p. 37). O surgimento do Modernismo internacional coincide com a primeira fase de formação de Cristino, sobretudo em Paris e com os primeiros anos da sua carreira profissional em Lisboa entre 1925 e 1939. (Fernandes, 2015, p. 57)

Neste contexto, é importante referir que Cristino junto com outros arquitetos — Carlos Ramos (1897-1969), Pardal Monteiro (1897-1957), Cassiano Branco (1897-1970), Jorge Segurado (1898-1990), Rogério de Azevedo (1898-1983) — fez parte da geração considerada a primeira geração de modernista em Portugal, como já foi elucidado anteriormente nesta dissertação (Rodolfo, 2002, p. 66).

Cristino sempre foi recetivo ao Modernismo e ao iniciar a sua carreira, sentiu, por um lado, a presença e a força das tecnologias construtivas e os novos materiais que dela advinham, por outro lado, sentiu a forte resistência dos mentores dos valores tradicionais que se opunham ao Modernismo e prezavam pela persistência do uso de técnicas e modelos do passado, com o apoio incondicional do Estado Novo, que se consolidava nesta mesma época (Fernandes, 2015, p. 95).

Nesta sua primeira fase modernista, no início da sua carreira, destacamos três obras, embora em décadas e tempos sociais diferentes, que são também grandes exemplos de diversidade de programas: o Capitólio (1925-1931) o Liceu Diogo de Gouveia em Beja (1930-1934) e o Café Portugal no Rossio (1937-1938) (Fernandes, 2015, p. 57).

O Capitólio, construído no Parque Mayer, foi projetado por Cristino em 1925, onde todos os signos ligados ao modernismo estavam ali presentes: “a cobertura em terraço, a superfície lisa e totalmente isenta de decoração, aresta viva, o grande vão envidraçado, as rampas rolantes, os volumes puros e a luz elétrica” (Rodolfo, 2002, p. 73). Este

edifício é considerado um marco na arquitetura sobretudo na primeira metade do século XX:

É constituído por um conjunto de paralelepípedos agregados, formando o seu todo um paralelepípedo maior, com eixo de simetria central, organizando a fachada principal e o espaço interno, sendo marcado, naquela, por um prisma de vidro, interiormente iluminado no topo, do qual era colocado o *letteering* com a designação do imóvel (Rodolfo, 2002, p.74).

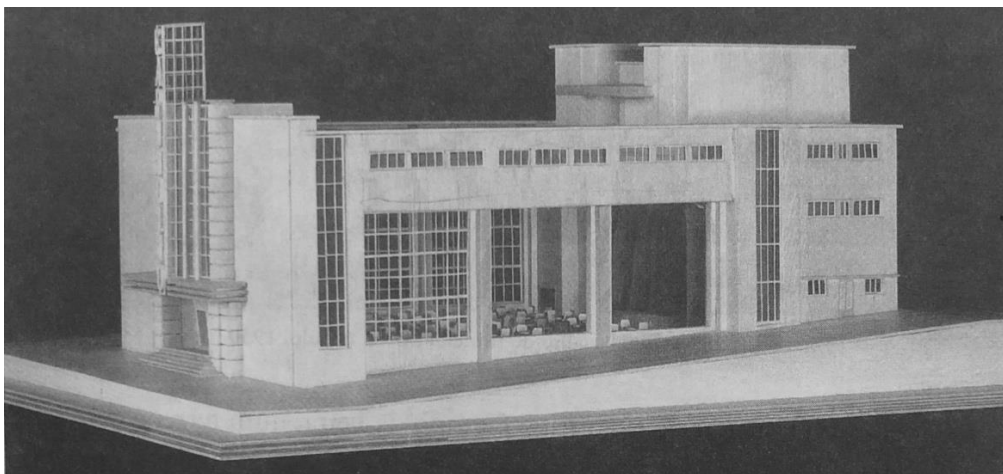


Ilustração 46 – Maqueta do Capitólio (Rodolfo, 2002, p. 75)

A sua estrutura é de betão armado, o que permitia que “o grande vão da sala de espetáculos fosse coberto sem necessidade de apoios intermédios, bem como a cobertura de três gigantescas janelas envidraçadas de cada lado, através das quais se estabelecia uma relação dentro/fora inovadora” (Rodolfo, 2002, p. 74). Esta sala tem o teto ondulante “que ocultava as lâmpadas, proporcionando uma iluminação indirecta” (Rodolfo, 2002, p. 75). As rampas e as escadas que ligam ao terraço são abrigadas por dois corpos fechados salientes da fachada, que “abrem envidraçados para cada lado das empenas laterais” (Fernandes, 2015, p. 60).

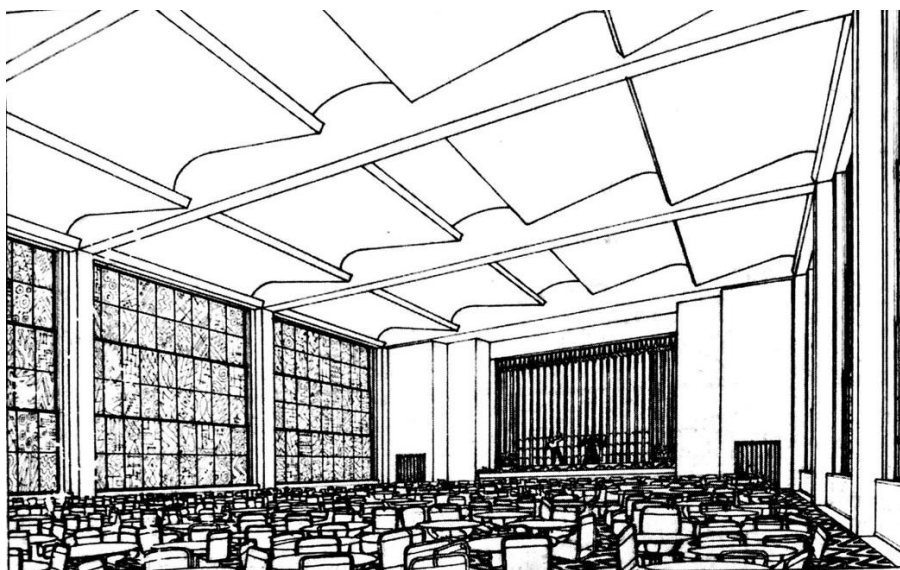


Ilustração 47 – Perspetiva do interior do Capitólio (Rodolfo, 2002, p. 74)

Em suma, Cristino quando chegou a Portugal encontrou um ambiente que proporcionou o “aparecimento do Movimento Moderno”, o uso recorrente do betão armado e deparou-se com “uma geração eclética, para quem a utilização de uma linguagem, ou estilo, dependia do programa, da localização ou do gosto pessoal, havendo uma óbvia abertura à invenção de novas sínteses formais [...]”; o que foi favorável para a concretização do Capitólio (Rodolfo, 2002, p. 66). Entretanto como já vimos anteriormente no capítulo II, entre as décadas de 1920-1930 acontecia uma mudança no regime, tendo se consolidado em 1933 o Estado Novo, e com isso, a arquitetura passou a ser alicerçada nas ideologias do regime (Rodolfo, 2002, p. 98). Nesse contexto, “começava a surgir então a necessidade de a ideologia do regime se reflectir na produção arquitectónica [...]”; sendo um dos principais exemplos a Praça do Areeiro (Rodolfo, 2002, p. 67). Na altura, a arquitetura era uma forma de mostrar o poder do estado, sobretudo a partir de 1938, sendo os seus valores essencialmente “autoridade, a disciplina e a ordem, a nacionalidade, a família e a terra (Rodolfo, 2002, p. 98). Esta demonstração de poder pressupunha a construção de um ambiente urbano com cariz genuinamente nacional e também abrangia a construção privada (Rodolfo, 2002, p. 99). Neste contexto, Cristino foi nomeado pela C.M.L., em 1927, para fazer parte da comissão delegada para elaborar um plano de melhoramentos para a cidade de Lisboa que estava em constante crescimento, e assim começou a realizar estudos urbanísticos (Rodolfo, 2002, p. 169).

Nesta posição, o arquiteto realizou alguns trabalhos para o regime, como por exemplo, o estudo para o Parque Eduardo VII em 1928, cuja primeira proposta abrangia a entrada

do parque, em 1930 apresentou outra proposta para o Parque onde defendeu o prolongamento da Avenida da Liberdade. Em entrevista Cristino afirmou que este projeto:

“harmonizava (...) os dois planos até [aí] defendidos, Avenida com casaria ou parque fechado, constituía uma composição formal, marcada por uma perspectiva de grande efeito, rematada por uma praça monumental, fechada em três dos seus lados por uma majestoso Palácio da Justiça e destinada a receber o monumento glorificando a República.” (Silva *apud* Rodolfo, 2002, p. 179)

A proposta teve grande divulgação “contribuindo, decisivamente, para a construção da imagem de especialista em questões de urbanismo, que, ao longo dos anos, Cristino conquistaria” (Rodolfo, 2002, p. 181). Este projeto sofreu várias alterações entre 1932 e 1961, ano que elaborou a proposta final que, entretanto, não foi construída (Rodolfo, 2002, p. 182).

Assim podemos perceber que Cristino, durante a sua carreira profissional, alternou entre a arquitetura tradicional e a arquitetura moderna, e vice-versa, projetando várias obras inclusive conjuntos urbanos residências, que são o foco desta dissertação.

Neste contexto, Cristino com a sua clara noção de escala, dimensão e composição, e grande capacidade de planejar e estruturar território urbano e periurbano, elaborou conjuntos urbanos. Destes podemos destacar três grandes conjuntos urbanos residenciais, que mostram o seu percurso que vai do tradicional ao Modernismo, e que foram realizados em três tempos e espaços-programa distintos: “o arranjo arquitectónico da Praça do Areeiro (entre 1938 e 1955); o Projecto de Urbanização para o Novo Bairro Operário do Barreiro para a CUF (Companhia de União Fabril), entre 1945 e 1951; e o Plano de Urbanização da Unidade Residencial denominada Nova Oeiras (entre 1953-1955 e 1960-1970)” o qual aprofundaremos no próximo subcapítulo (Fernandes, 2015, p. 77).

A Praça do Areeiro, — já descrita no segundo capítulo — conotada como a peça mais marcante da considerada arquitetura do Estado Novo, que tem na sua génese a determinação de Duarte Pacheco, sendo antes de tudo o Areeiro um projeto seu. Contudo, o seu projeto arquitetónico é de Cristino Da Silva, e desenvolve-se entre 1941 e 1956, e os códigos formais utilizados neste projeto, refletem a expressão da arquitetura urbana dessa época (Rodolfo, 2002, p. 113). O projeto dos Areeiros coincide com a época em que o regime começa a impor que se faça uma arquitectura clássica que representasse a nacionalidade portuguesa com estilo português, “baseado

no pombalino e no joanino”, porém houve uma certa dificuldade em se encontrar uma arquitectura que “representasse a nacionalidade, que simbolizasse o -ressurgimento cultural- do país, a sua terceira glória” (Rodolfo, 2002, p. 132). Esta imposição que buscava uma arquitectura portuguesa e de feição clássica foi imposta e aceite pelos arquitetos modernistas, que voltaram a usar aspetos clássicos nos seus projectos como: embasamento, janelas de sacada, eixo de simetria, maior carga decorativa na entrada e o uso da pedra calcária branca.



Ilustração 48 – Praça do Areeiro. (Ilustração nossa, 2019).

Quanto ao Novo Bairro Operário do Barreiro, conhecido também como Bairro CUF, pelos estudos — não executados na totalidade — de Cristino, podemos ter a percepção da evolução dos conceitos de urbanismo e habitação coletiva na obra deste arquiteto, tendo sido o seu desenvolvimento e estudos intermédios, entre a Praça do Areeiro e o Projeto urbano para Nova Oeiras. Entendido como espaço residencial suburbano, localiza-se à volta da estação ferroviária e se desenvolve em células com tipologias e programas habitacionais diversos (Fernandes, 2015, p. 86).

Este projeto representa a “charneira relativa aos conceitos de arquitectura e urbanismo, que o Congresso de 1948 representou” (Rodolfo, 2002, p. 143). No início a preferência era de “moradia unifamiliar, isolada ou geminada, inserida numa malha urbana do tipo rua/prça”; a simetria das composições, o embasamento, as fachadas e o ritmo das janelas, constituem uma ligação ao modelo dos Areeiros (Rodolfo, 2002, p. 143).

Entretanto, foram feitas alterações no antepiano deste projeto em 1949, influenciadas claramente pelos princípios da Carta de Atenas, exibidos e aderidos no Congresso de 1948 — mencionado no capítulo II —, ou seja, foram adicionadas “habitação colectiva em banda, de quatro ou seis pisos, com implantações independentes da estrutura viária e uma linguagem mais urbana” (Silva *apud* Rodolfo, 2002, p. 143). Estas bandas e também as habitações unifamiliares, eram constituídas por terraços em vez de telhados, e já não apresentavam as cantarias nos vãos (Rodolfo, 2002, p. 146-147). Nos estudos de 1952, é notável a influência do Congresso Nacional de Arquitetura de 1948, — onde Cristino desempenhou um papel marcante —, no Bairro CUF com as bandas de habitação coletiva de base retangular, paralelas entre si,— embora sem os pilotis de Le Corbusier como era frequente na altura —, e também no sistema das galerias nos acessos horizontais para os fogos “ex-líbris da arquitetura moderna de habitação social” (Fernandes, 2015, p. 88).

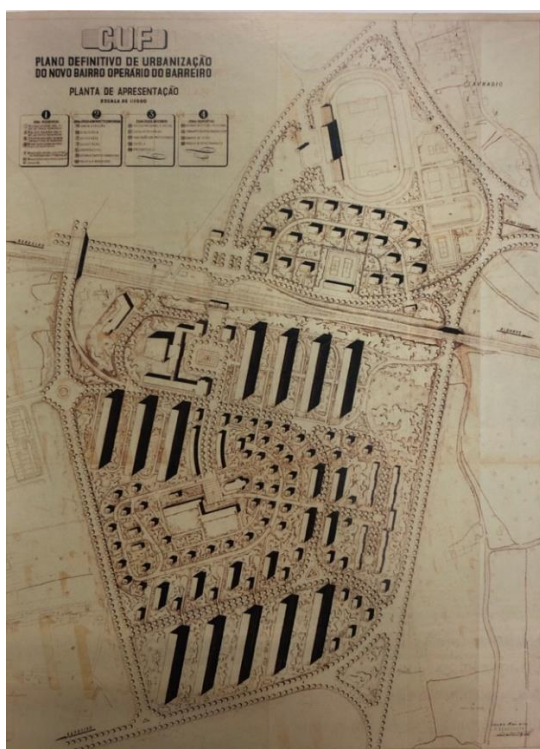


Ilustração 49 - Desenho de urbanismo do Bairro CUF, plano de 1948 (Fernandes, 2015, p. 87)



Ilustração 50 – Desenho do Bairro CUF, plano de 1951 (Fernandes, 2015, p. 87)



Ilustração 51 – Exemplo de uma moradia do Bairro CUF, 1950. (Rodolfo, 2002, p. 145).

Vimos então que o arquiteto Cristino da Silva, durante o seu percurso elaborou projetos com cariz influenciado pelo Movimento Modernismo e também mais ligados ao tradicionalismo do Estado Novo. Sendo assim é de suma importância perceber os conjuntos urbanos referidos nesta dissertação por antecederem o caso de estudo que será aprofundado no próximo capítulo, e assim explanar a sua evolução profissional.

5.4. CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO

O BRNO tem um valor excecional e universal, com aspetos fundamentais relacionados com o urbanismo, a arquitetura e a paisagem, representando a modernidade do século XX. Está integrado num plano paisagístico inovador, com percursos rodoviários e pedonais distintos e bem separados, com um núcleo central caracterizado por uma praça ajardinada, envolvido por blocos, torres e moradias unifamiliares, centro comercial, tudo num conjunto arborizado (Fernandes, 2015, p. 19).

Representando a modernidade do século XX, integra no seu plano os conceitos já anunciados nessa dissertação: Cidade-jardim, com o objetivo de impedir que a cidade cresça desordenadamente, dando lugar a cidades de pequena e definida dimensão; a unidade de vizinhança, que preza para que os equipamentos estejam próximos das habitações ou seja, a uma distancia confortável a pé e para se evitar o cruzamento dos caminhos pedonais com as rodovias; e por último, a Carta de Atenas e o Movimento Moderno, que extingue os quarteirões fechados que se tornam insalubres, e dando primazia aos espaços verdes que promovem melhor insolação e exposição climática, reforçando a separação da via pedonal da viária com o fim de garantir a segurança (Fernandes, 2015, p. 21). Sendo assim Nova Oeiras reúne no seu conjunto as quatro

funções ideológicas modernas do século XX: habitar, trabalhar, recrear e circular (Fernandes, 2017, p. 55).

Nas palavras do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles:

“O plano (do bairro Residencial de Nova Oeiras) compreendia um vasto espaço central onde surgiam algumas torres integradas numa área onde grupos de pinheiros mansos e sobreiros envolviam um extenso prado. Caminhos de passeios circundavam este prado separando-os dos maciços mais densos de rvores. Entre as torres delineava-se um espaço de recreio e de equipamento local mais consistente. No topo dominante do prado previa-se a construção de uma igreja. Circundando este conjunto, um anel de moradias segundo a velha ideia da cidade-jardim, limitava a área abrangida pelo plano.” (Telles *apud* Fernandes, 2015, p. 17)

5.5. O PLANO URBANO

Como já vimos, o BRNO, faz parte de um plano desenvolvido qualificadamente na sua contemporaneidade. A rea destinada para a sua implementação era de 43 hectares, e na memória descritiva do antepiano, Luís Cristino da Silva diz que tinha a intenção de “estabelecer o conveniente equilíbrio entre as superfícies destinadas à construção e os espaços livres, de modo a evitar-se uma demasiada saturação de edificações e a monótona repetição de elementos rectilíneos e idênticos distribuídos por todo o bairro” (Silva *apud* Rodolfo, 2002, p. 218).

Segundo a memória descritiva escrita pelo arquiteto Cristino da Silva em Março de 1953, a implantação do BRNO “estava condicionado ao plano já existente da Quinta dos Lobos em carcavelos, ao acesso vindo da Estrada Marginal e ao traçado de arruamentos já construídos junto da estação do caminho de ferro de Oeiras”, portanto com base nesses dados, procurou-se ocupar o território disponibilizado, de modo a construir um bairro residencial com capacidade para satisfazer a comunidade (Silva, 1953). Nesta memória descritiva, Cristino da Silva refere tmbm sobre o cuidado na ocupação dos espaços, pois era imprescindível o equilíbrio entre as áreas construídas e os espaços livres com o objetivo de se evitar “uma demasiada saturação de edificações e a monótona repetição de elementos rectilíneos e idênticos distribuídos por todo o bairro” (Silva, 1953).

O plano do BRNO, previa a criação de um espaço com grande qualidade ambiental composto por duzentos e quarenta lotes, sendo que duzentos e trinta e três estavam “destinados a residências unifamiliares e 7 a unidades de habitação colectiva”, que

serviriam para as famílias de classe média que ambicionavam viver na Costa do Sol, porém, não tinham condições financeiras para construir uma moradia nos lotes destinados para as moradias unifamiliares (Rodolfo, 2002, p. 219).

Este projeto teve aprovação do Ministério da Obras Públicas⁴⁶ a 1 de Abril de 1954 (Rodolfo, 2002, p. 222). Contudo o seu antepiano é de 1953 e o plano definitivo de 1962-1965, e ainda com alterações propostas no decorrer do seu desenvolvimento (Fernandes, 2015, p. 15). A proposta inicial previa “a construção de quatro torres com sete pisos, com três inquilinos por piso, e de três unidades de habitação dispostas em ordem contínua, com quatro pisos, sendo o inferior vazado, ou destinado a garagens” e uma praça central destinada ao comercio e também residências (Rodolfo, 2002, p. 219). Entretanto este plano não se concretizaria exatamente como foi previsto no seu antepiano, como veremos no desenvolvimento deste capítulo.

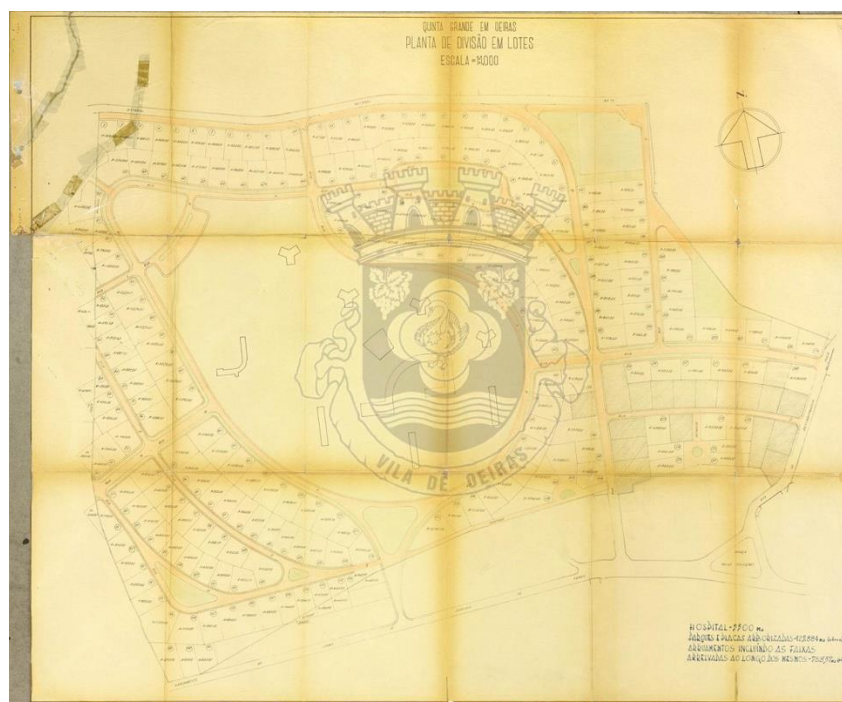


Ilustração 52 – Antepiano do projecto de Nova Oeiras. Processo de Obra 660-1954. Requerimento/Registo 685-1955 Página 4 (Sá, 2019)

Este plano urbano, em forma de raquete, contempla um espaço verde de tal forma estruturado que “funciona como uma edificação viva, sendo complemento natural e parte integrante, da urbanização”, constituindo uma marca forte da urbanização. O enquadramento verde é claramente visível em todo o plano, e “reforçam a

⁴⁶ Aprovado pelo Ministro José Frederico Ulrich, um dia antes de se afastar do cargo (Pinheiro, 2017, p. 41).

interdependência funcional das várias tipologias de habitação” marcando até mesmo a rede de percursos pedonais e viários (Catarino, 2015, p. 98). Temos o exemplo marcante da Alameda que circunda toda a urbanização e que está devidamente delimitada por diversas espécies de árvores e arbustos; os acessos as torres e as bandas a partir dessa alameda compõem bolsas de estacionamento igualmente marcadas e separadas por jardins e referimos ainda o caso das torres que vistas de cima parecem surgir do meio da copa das árvores (Catarino, 2015, p. 104).

O desenho formal do bairro procurou articular:

“aspectos e formas da arquitectura e do urbanismo modernos, influenciados pelo norte da Europa (séries de grandes edificações isoladas, envolvidas por vegetação), com tipologias da tradição urbana do sul (o pátio claustral quadrado, bordejado por pórticos-galerias, no centro do conjunto) enquadrado por um conjunto paisagístico constituído por espécies vegetais próprias do espaço mediterrânico (influência da Escola de paisagística alemã de Hannover [...]) Gonçalo Ribeiro Telles, estudada nas suas viagens do pós II Guerra Mundial” (Fernandes, 2017, p. 17).

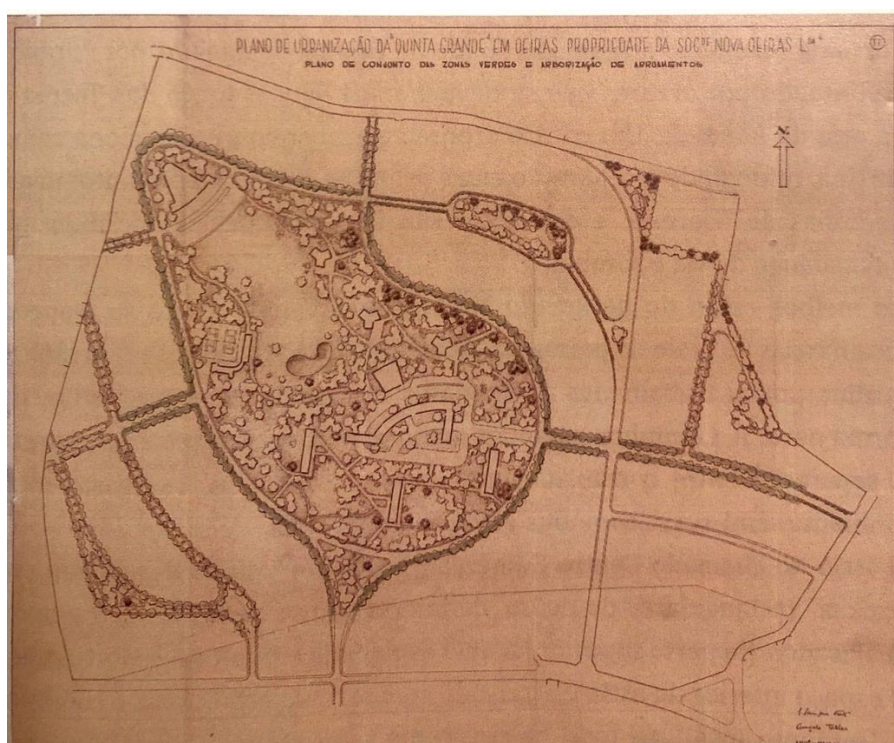


Ilustração 53 - Plano paisagístico assinado por Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Sampaio Fontes, 1953 (posteriormente aperfeiçoado). (Fernandes, 2015, p. 108)



Ilustração 54 – (Ilustração nossa, 2019).

A urbanização do BRNO, é constituída por três tipologias: “as moradias unifamiliares, torres de planta triangular (na altura já com nove pisos) e os blocos duplex de habitação, construídas com amplas e bem expostas varandas”, os blocos são sobre pilotis, libertando o piso térreo para as viaturas e maior contacto com a natureza envolvente (Rocha, 2015, p. 56). É importante referir que para este projeto o importante era a habitação coletiva, ou seja, o núcleo central, e é sobre este núcleo que vamos abordar nesta dissertação.

Este projeto residencial, foi construído mediante as modernas tecnologias de construção, com o uso do betão armado (Rocha, 2015, p. 57). A paleta de cores escolhida, baseia-se nos tons primários, em que para as torres se elegeu a magenta, o azul para as bandas paralelas entre si e para o centro comercial o amarelo (Rocha, 2015, p. 125).

Os blocos que constituem o centro comercial tinham originalmente uma forma autónoma resultante de “uma planta em L, ligeiramente curvado”. Entretanto, com o decorrer da construção do bairro, verificou-se que o centro comercial não deveria ter uma forma autónoma, mas deveria acompanhar os edifícios envolventes. Assim, passou a ter a volumetria paralelepípedica idêntica a das bandas formando “uma praça quadrada, aberta no lado sul” possuindo uma pérgula em todo o seu perímetro (Milheiro, 2017, p. 136) e um espelho de água, de base retangular e ligeiramente desfasado (Pinheiro, 2015, p. 52).



Ilustração 55 - Antepiano de urbanização de Nova Oeiras, de 1952. Arquivos da Fundação Calouste Gulbenkian (Fernandes, 2015, p. 136).



Ilustração 56 - Alteração do plano em 1962. Arquivo municipal de Oeiras (Sá, 2019).

Este espaço central é arrelvado, com uma esplanada que funciona até aos dias de hoje, e que incorpora uma azulejaria moderna abstrata, do artista plástico Rogério Ribeiro (1930-2008), feita em 1962 (Rocha, 2015, p. 57).





Ilustração 57 - Átrio/Centro Comercial. Aonde se pode ver inclusive o painel de azulejos de autoria de Rogério Ribeiro de 1962. (Ilustração nossa, 2019).

A estrutura viária deste bairro, segue uma hierarquização com diferentes níveis funcionais:

- a Alameda Conde de Oeiras, via distribuidora principal, limita o perímetro da zona central da urbanização obrigando o trânsito a circundar o parque central;
- os lotes de moradias são servidos por vias ladeadas de passeios com faixas que reforçam a separação entre peões e trânsito;
- as vias de ligação entre a alameda e a zona verde central, para acessos às habitações e equipamentos, terminam usualmente em impasses com as respectivas bolsas de estacionamento. (Quaresma, 2008, p. 86)

A rede de percursos pedonais, projetadas pelos paisagistas⁴⁷ Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Sampaio, também é determinada por um carácter funcionalista, de acordo a sua localização. Assim sendo:

- a Zona central, denominada no projecto por prado, consiste num vasto relvado, percorrido por caminhos pedonais de desenhos orgânico em saibro e ponteados por algumas árvores;

⁴⁷ Gonçalo Ribeiro Telles e Edgar Sampaio foram apresentados a Cristino da Silva por Pedro Falcão e Cunha (Pinheiro, 2015, p. 51).

- na zona comercial o desenho é mais geométrico, com relvados contidos, canteiros e um tanque rectangular, sendo os percursos desenrolados por meio das galerias cobertas;
- junto as torres e ao longo de toda a alameda a vegetação é densa, fazendo a separação habitantes/tráfego automóvel;
- caminhos pavimentados de desenho orgânico ligam entre si os pontos mais importantes do bairro e do bairro ao exterior;
- ao longo da alameda e das vias de habitação unifamiliar os passeios, em calçada portuguesa, acompanham de modo mais convencional a rede viárias e, as faixas relvadas com árvores e arbustos, reforçam a separação peão/automóvel. (Quarema, 2008, p. 86)



Ilustração 58 - Caminhos pedonais ao redor de uma das torres. (Fernandes, 2015, p. 38).

Entretanto, o plano inicial continha espaços vagos, que na memória descritiva eram destinados “a uma pequena igreja [...], instalações desportivas constituídas por vários campos de jogos, balneários, etc.” (Silva, 1953). Estes espaços, mais precisamente a norte da urbanização, conferem ao bairro a capacidade de se atualizar funcionalmente, e assim, com o tempo foram ocupados, com equipamentos para benefício do bairro (Catarino, 2015, p. 104).

O núcleo escolar, na Rua Monsenhor Ferreira de Melo desde 1966, dividido em dois edifícios destinados a escola preparatória e a escola secundária até meados dos anos 1980 (Pinheiro, 2015, p. 101), por volta dos anos 1990 deu lugar ao Centro Paroquial e ao Centro de Juventude que funcionam até hoje (Fernandes, 2015, p. 42). O clube de ténis, designado Clube Escola de Ténis de Oeiras (CETO) também não previsto no plano inicial, ocupou um desses espaços vagos. Este clube, fundado em Novembro de 1977 e encontrando-se em completo funcionamento até hoje, é composto atualmente por nove campos de ténis (Filipe, 2015, p. 175).



Ilustração 59 – Roxo espaço destinado a igreja e ao núcleo escolar que hoje em dia funciona como centro paroquial e o centro de juventude. Azul espaço destinado as instalações desportivas (CETO que é o clube de ténis). ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 81).

Em síntese, as qualidades do urbanismo moderno, destacadas em Nova Oeiras são: a promoção da ampla escala tanto em espaços públicos como privados contrariando as cidades congestionadas e assim orientando os edifícios para receberem melhor “exposição solar e climática”; a procura de obtenção de uma “distribuição funcional dos espaços e edificações”; o princípio de que todos os bairros deveriam ser rodeados de zonas verdes, “com percursos arborizados e arrelvados, separando os peões dos carros”; e até comportar uma zona central com equipamentos públicos para uso dos

residentes e as habitações deveriam estar suficientemente afastadas entre si (Fernandes, 2015, p. 91).

5.5.1. PRAÇA CENTRAL. O CENTRO COMERCIAL.

A construção dos blocos que constituem o centro comercial, decorreu entre os 1959-1962, sendo constituído por “pequenos blocos ligados entre si que vão de “A” a “H” (Pinheiro, 2017, p. 80). Os blocos **B C E F** possuem dois pisos sendo o térreo destinado a lojas e o superior para habitação com dois fogos por bloco (Pinheiro, 2017, p. 80). O bloco **D** com apenas o piso térreo é destinado a lojas, onde originalmente eram 9, que, entretanto, em 1972 por junção de duas lojas passaram a 8 (Pinheiro, 2017, p. 80). Os blocos **A** e **G** é assente sobre pilotis, possui dois pisos e é exclusivo a habitação com fogos em duplex (Pinheiro, 2017, p. 80)

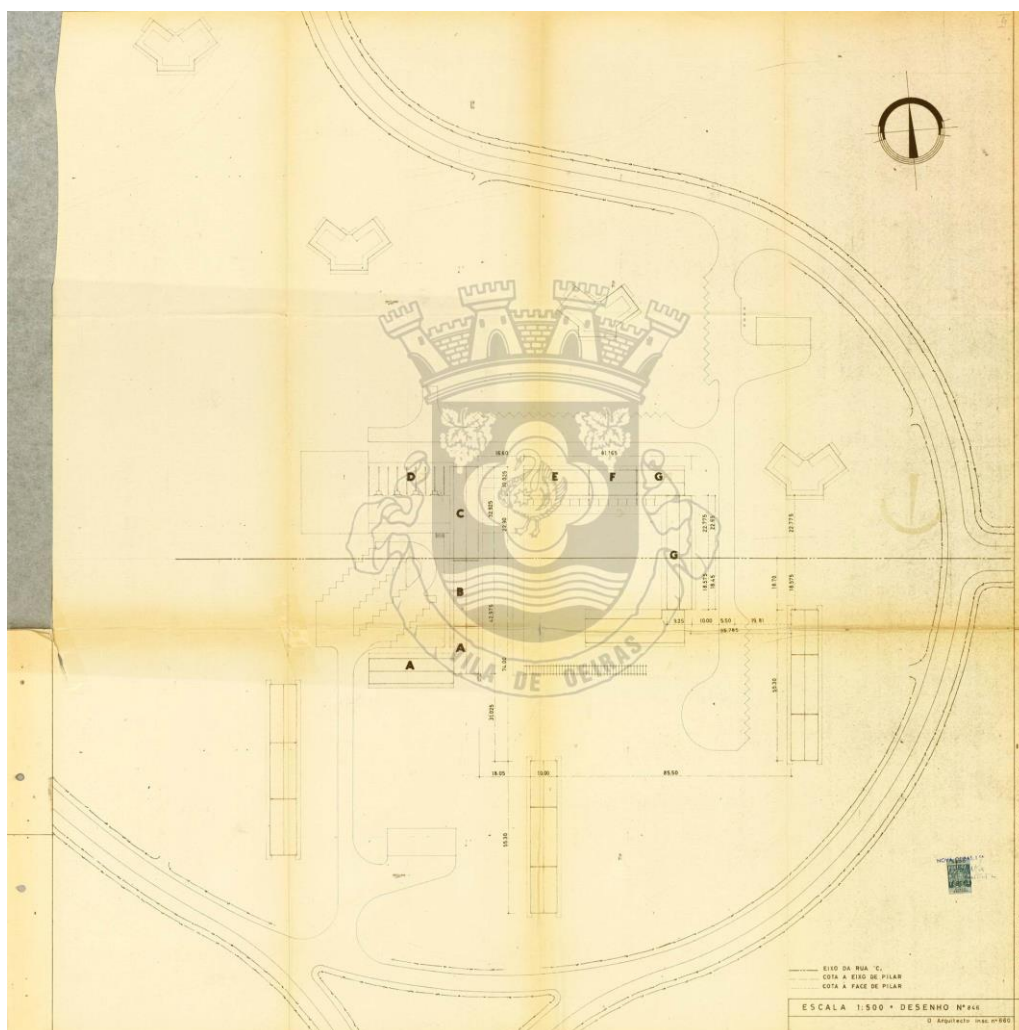


Ilustração 60 – Planta de localização dos blocos do centro comercial. Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959 Página 4 (Sá, 2019)



Ilustração 61 – Maqueta da Centro Comercial, actual Átrio Comercial. Maqueta da Sociedade de Nova Oeiras, cf. catálogo Luís Cristino da Silva Arquitecto, 1998. (Fernandes, 2015, p. 137).

De um modo geral a concretização decorreu sem grandes problemas, no entanto, houve algumas alterações questionáveis “ou por contrariarem o espírito do projecto inicial, ou porque a utilização dos espaços determinou desvios funcionais com impacto negativo na volumetria do Centro Comercial” (Pinheiro, 2017, p. 81).

Os proprietários do bloco A — que era sobre pilotis aspeto que “constitui uma imagem de marca do bairro” para garantir a transparência de vistas —, fizeram um requerimento para fechar estes espaços abertos transformando-os em garagens alegando “que já se destinava a estacionamento das viaturas, que assim ficariam mais bem protegidas”, perante essa justificação a CMO aprovou essa alteração por não existir nenhum “regulamento que juridicamente impedisse tal alteração” (Pinheiro, 2017, p. 84). Assim, este bloco deixou de apresentar a transparência dos pilotis e passou a existir as ditas de garagens com “portas esverdeadas em metal canelado” (Pinheiro, 2017, p. 84).



Ilustração 62 – Bloco A. (Ilustração nossa, 2019).

O bloco B também sofreu alterações, e sucederam-se com o objetivo de ocupar os espaços para comércio, mais precisamente um minimercado, que precisava de mais espaço. Entre os anos de 1961 e 1969 as transformações abrangiam apenas o bloco B, que tinha espaço para duas lojas. Primeiramente, juntou-se as duas lojas do bloco B para que o espaço fosse mais amplo, e com o tempo, houve necessidade de se juntar também as lojas do bloco C e do bloco A. Assim, o espaço destinado ao supermercado do bloco B, foi aumentando até que em 1990 ocupava quase todas as lojas, o que apesar de aumentar a funcionalidade do estabelecimento também provocou impedimento na diversificação do comércio (Pinheiro, 2017, p. 81). Abaixo podemos ver alterações dessa ampliação, do ano de 1962 referente apenas ao bloco B, e depois em 1971 referente a junção dos blocos B e C e mais tarde em 1989 ao bloco A. Em anexo temos mais alterações que foram feitas para a ampliação da loja.

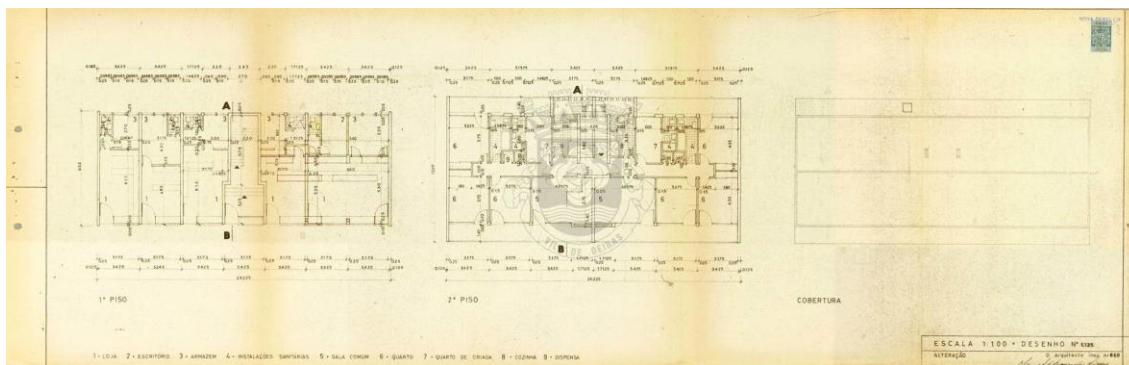


Ilustração 63 – Planta da intervenção para a junção de duas lojas do bloco B, para aumentar o espaço do supermercado. Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 4-1962 Página 3 (Sá, 2019)

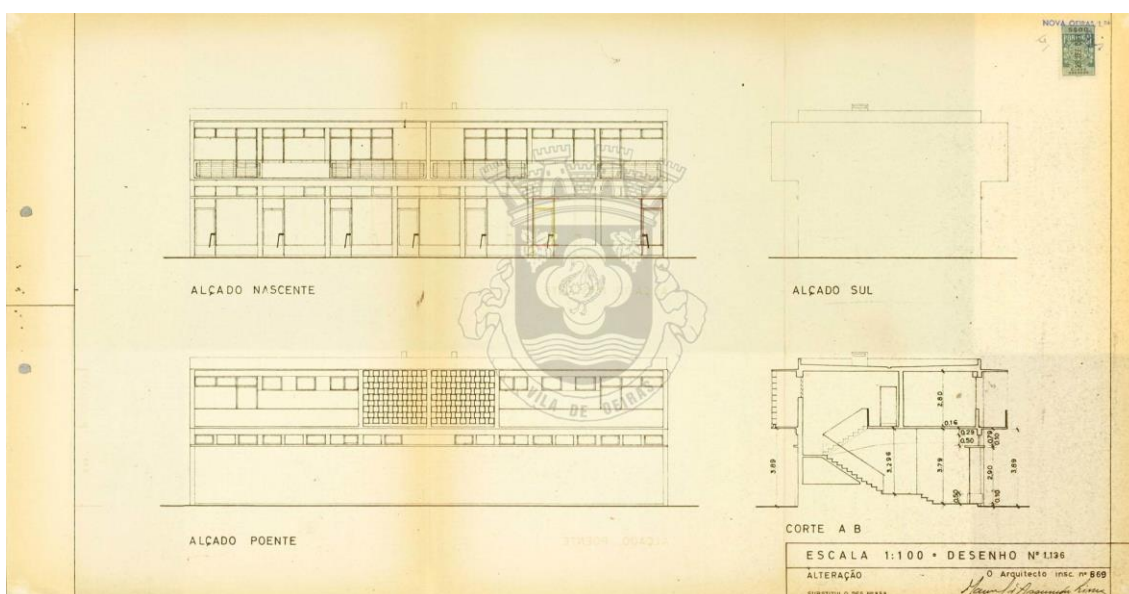


Ilustração 64 – Fachada do bloco B após a alteração. Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 4-1962 Página 4

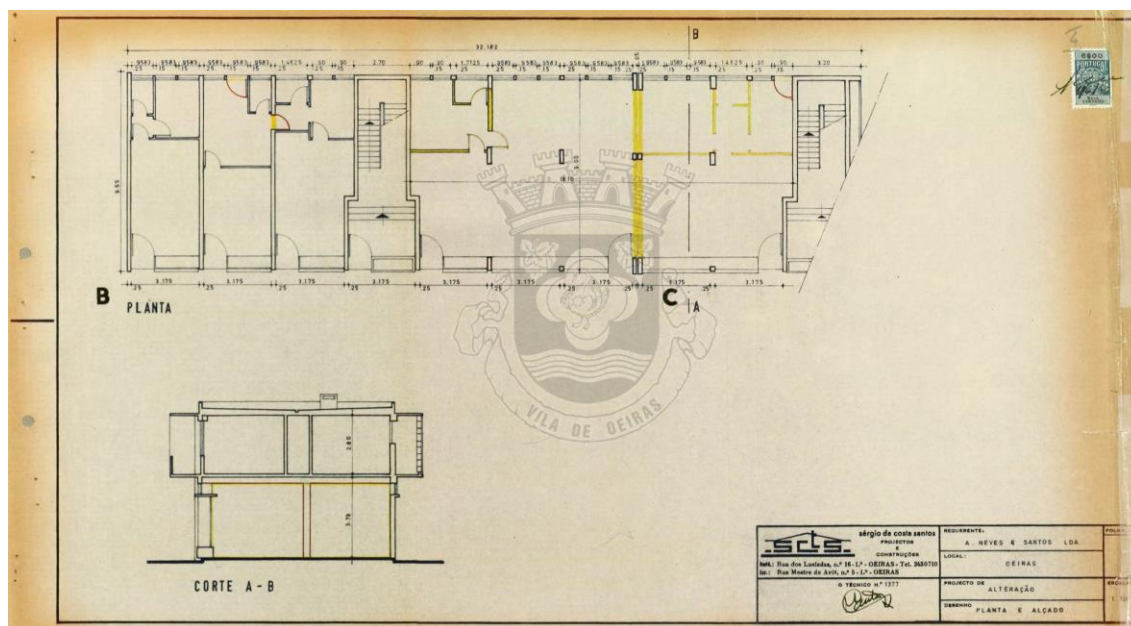


Ilustração 65 -Planta da intervenção para a junção das lojas do bloco B e do bloco C. Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 2689-1971 Página 4 (Sá, 2019)

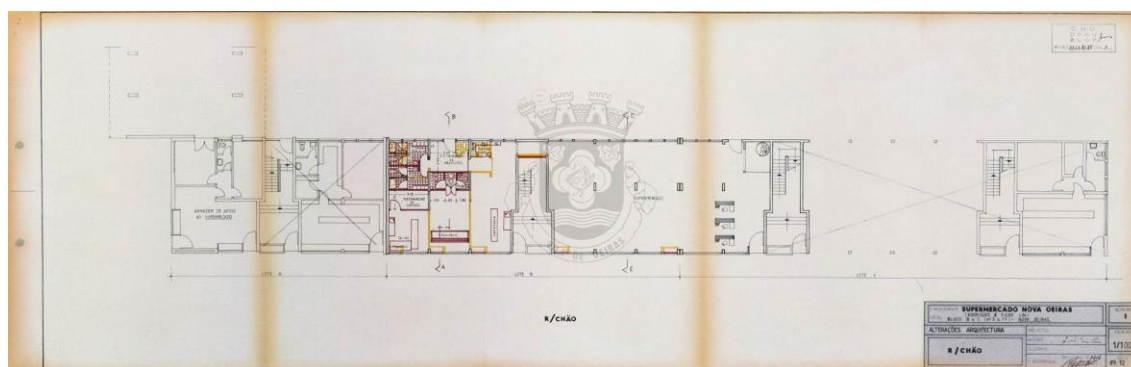


Ilustração 66 – Planta da intervenção para a junção das lojas do bloco A ao bloco B Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 5157-1989 Página 5 (Sá, 2019)

Em 1972 foi pedida a junção das lojas 30 e 31 dos blocos G e F para a instalação dos CTT, inaugurada a 13 de Julho de 1973, que passou a chamar-se Estação de Santo Amaro, até a sua saída em 2013. Esta alteração foi aprovada pela CMO, pois a parede que as dividia não afetava a estrutura do projeto, contudo foram feitas remodelações em 1997 que alteraram a fachada sul — “destruição do murete e vãos” (Pinheiro, 2017, p. 82).

A 3 de Julho de 1981, os moradores do bloco F fizeram um requerimento à CMO, para se aumentar mais um piso, ou seja, tornar os blocos em duplex, alegando que os fogos eram exíguos e não comportavam o aumento das famílias (números de filhos). Os Serviços e Planeamento da CMO analisaram este pedido declarando que não existia

nenhum inconveniente e afirmaram que “alteração não prejudica o contexto nem a imagem urbana do local em que se insere” (Pinheiro, 2017, p. 82-83). Assim, a 11 de Novembro de 1981, a CMO, autorizou esta ampliação do bloco F, com a condição de que teria de haver concordância entre os condóminos e que fosse “[...] um projecto de conjunto, evidenciando a relação com os blocos contíguos e a eventualidade de no bloco E vir a ser pedida uma alteração semelhante”. O projeto ficou a cargo do arquiteto José Manuel Fernandes a partir de janeiro de 1987, tendo sido premiado pela CMO em 1992 (Pinheiro, 2017, p. 83). Em Julho de 1990, foi feito um outro requerimento que veio a ser indeferido — em Novembro desse ano —, assinado pelos oito proprietários das lojas, para se aumentar um piso no bloco D, com a justificação de que era o único bloco com apenas um piso e referiram também que estava em construção um segundo andar no bloco F (Pinheiro, 2017, p. 82).

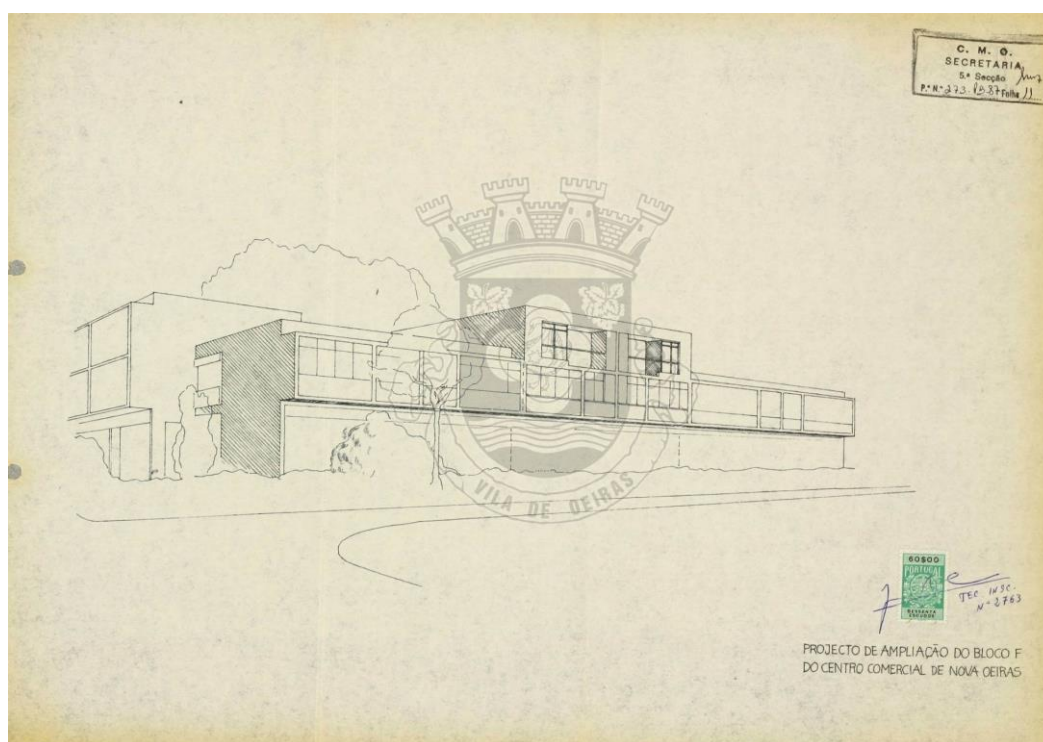


Ilustração 67 – Projeto de ampliação do Bloco F do Centro Comercial Nova Oeiras. Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 273-1987, p. 11. (Sá, 2019).

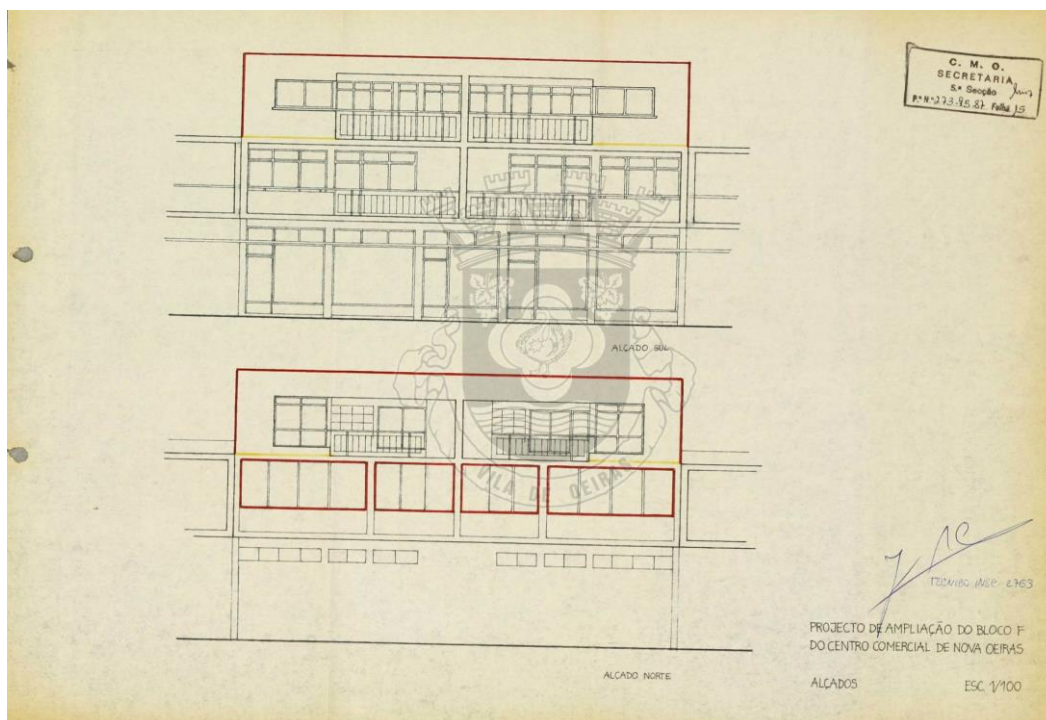


Ilustração 68 – Projeto de ampliação do bloco F do centro comercial de Nova Oeiras. Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 273-1987 Página 15 (Sá, 2019)

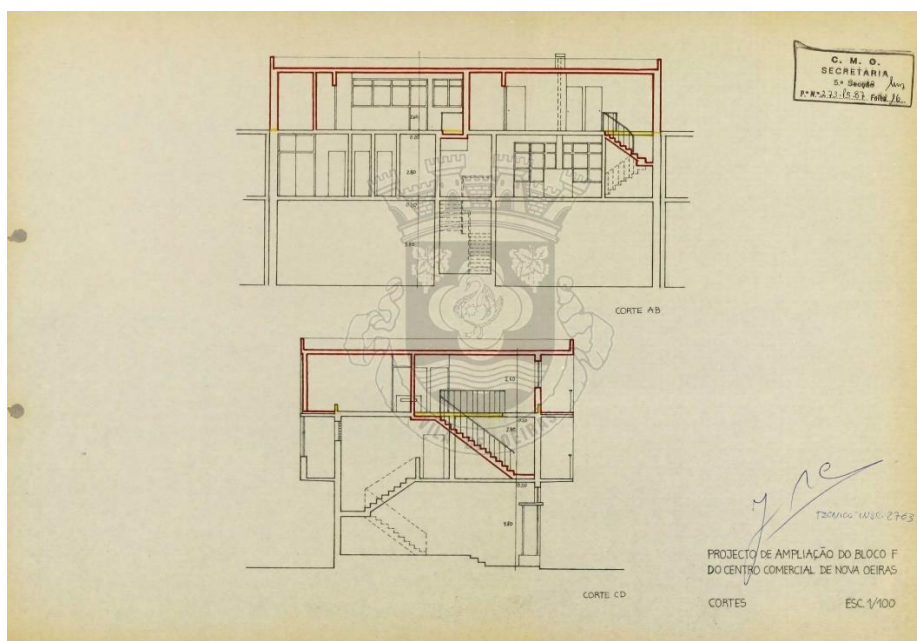


Ilustração 69 – Projecto de ampliação do bloco F do centro comercial de Nova Oeiras. Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 273-1987 Página 16 (Sá, 2019)

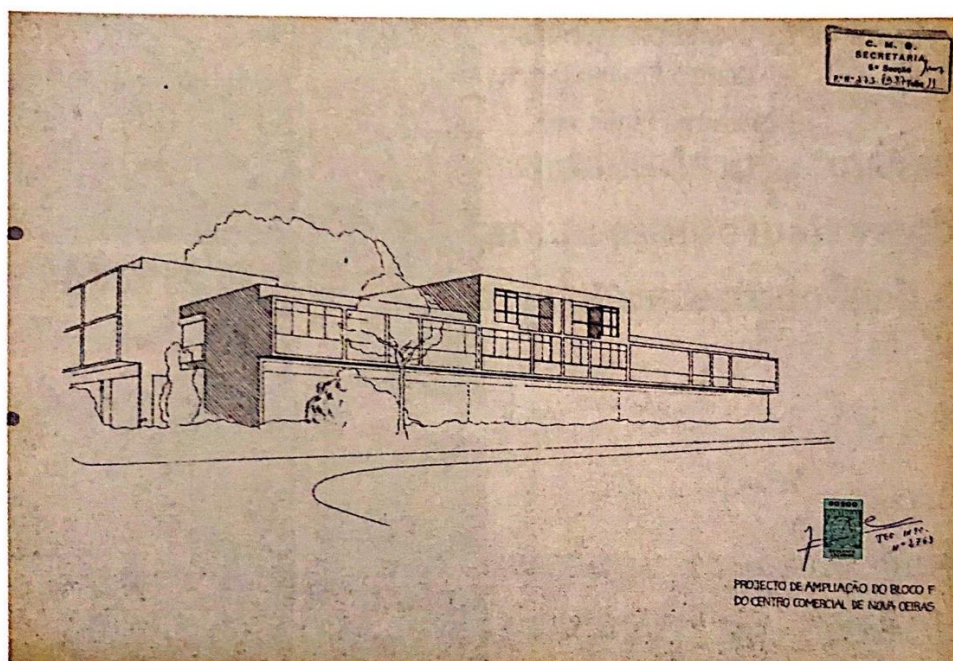


Ilustração 70 – Desenho da ampliação do bloco F do centro comercial (Pinheiro, 2017, p. 83).

O bloco H originalmente era destinado a “estabelecimento hoteleiro e café-restaurant” com o projeto do arquiteto Manuel d’Assunção Lima e conceção de Falcão e Cunha, que segundo a memória descritiva continha “cave de arrumos e equipamentos, rés-do-chão com vestíbulo, recepção, café-restaurant, copa e cozinha e 1º andar com 12 quartos com o wc privativo”. O projeto, designado inicialmente como Estalagem Conde de Oeiras e posteriormente alterado para Estalagem Nova Oeiras, foi apresentado em Dezembro de 1959 e aprovado em Setembro de 1960 e concluído em Dezembro de 1962 com a atribuição de 4 estrelas (Pinheiro, 2017, p. 85).

Entretanto, devido a insuficiência de quartos e a necessidade de se aumentar a rentabilidade da estalagem, em 1966 surge uma proposta de Pedro Falcão e Cunha, para se construir um pequeno edifício no extremo poente do bloco H (Pinheiro, 2017, p. 86) “que não perturbando o equilíbrio do conjunto comercial, permite dotar de mais nove quartos, zonas de estar e permite ainda, a utilização duma sala com boas proporções para festas, banquetes, etc” (Cunha, 1967). Esta proposta foi aprovada em Março de 1972 e a sua construção decorreu até 1978. Podemos ver o resultado desta ampliação nas ilustrações abaixo:



Ilustração 71 - Ampliação do edifício da antiga estalagem. (Ilustração nossa, 2019).

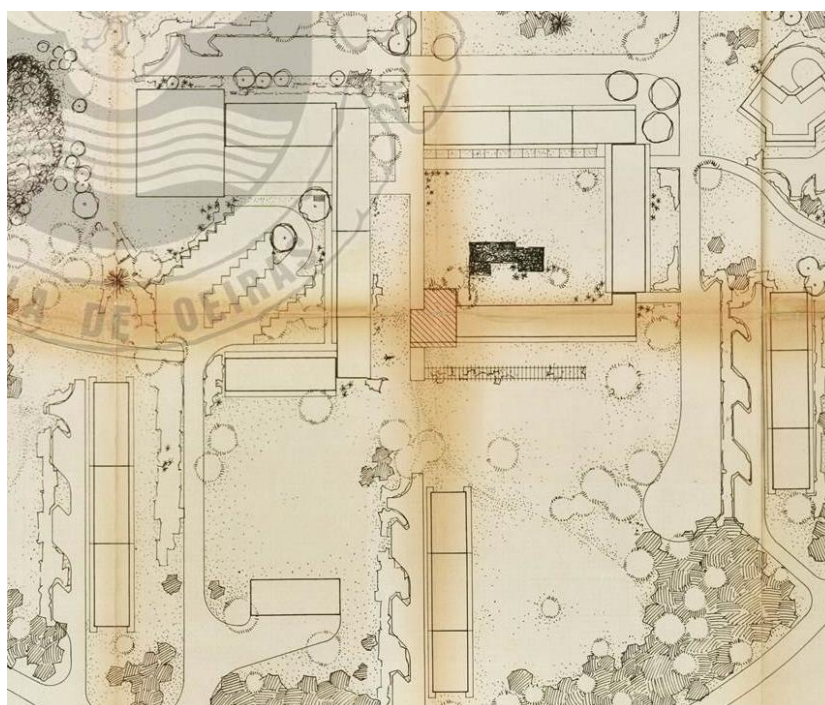


Ilustração 72 – Planta de localização do novo edifício da antiga estalagem. Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 748-1967 Página 3 (Sá, 2019)

Contudo, em 1981 a Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral (APPC) adquiriu a estalagem e instalou o Centro Nuno Belmar da Costa. Foi necessário fazer algumas adaptações às novas funcionalidades do edifício “destacando-se a instalação de outro elevador [...], podendo transportar mais uma cadeira e, também uma maca, em caso de necessidade” (Pinheiro, 2017, p. 88).

Assim, de alteração em alteração, em prol de se obter melhores condições para os utentes do centro, em 1999 o atelier dos arquitetos Pedro Araújo, António Costa Lima, Fernando Ho e Francisco Lobo, propõe ampliar o edifício para zona Norte, implicando “um avanço sobre a zona onde se situa o lago e a zona verde do Centro Comercial [...], a zona nobre do bairro” (Pinheiro, 2017, p. 89). Devido a essa ocupação na zona do lago, essa proposta não foi aceite.

Entretanto, este mesmo atelier em 2001, após estudar soluções, propuseram a ampliação para o lado sudeste, como podemos ver na memória descritiva “a opção por um acrescento no lado sul e no extremo Nascente do edifício, ligado perpendicularmente a este, é urbanisticamente mais ajustada à envolvente e a um possível crescimento da área edificada do Bairro de Nova Oeiras” (Lima, 2001) e ainda refere que “esta disposição volumétrica define um pátio na zona do patamar da estrada com a pérgula e a o alpendre existentes a Nascente. Assim, de certa forma cria-se um espaço exterior que fica resguardado da envolvente e da vizinhança que infelizmente requer algum distanciamento (Lima, 2001). Este corpo, possui na sua fachada um painel de mármore do artista plástico Carlos Nogueira (Pinheiro, 2017, p. 90).

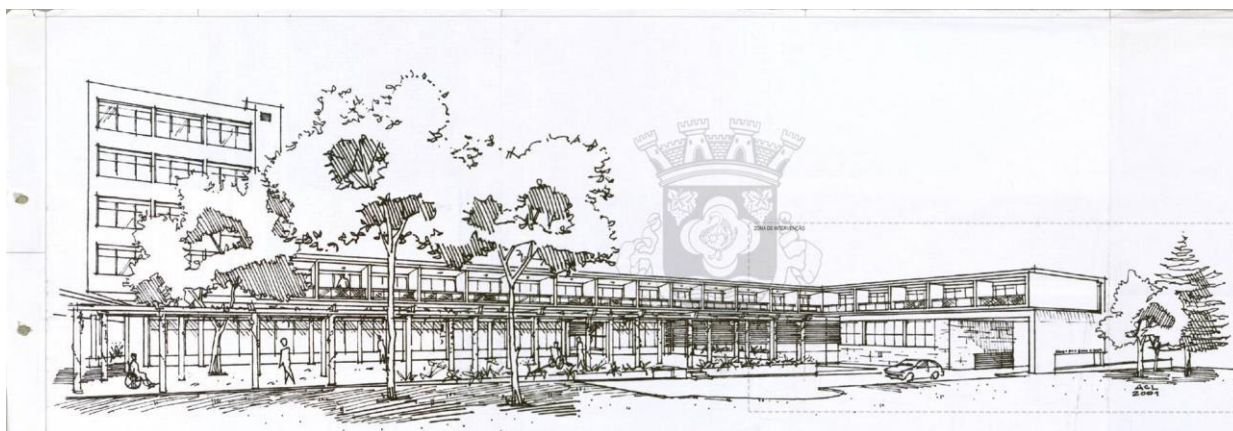


Ilustração 73 – Desenho da ampliação do Centro Nuno Belmar da Costa, Processo 1642:1959. (Sá, 2019).

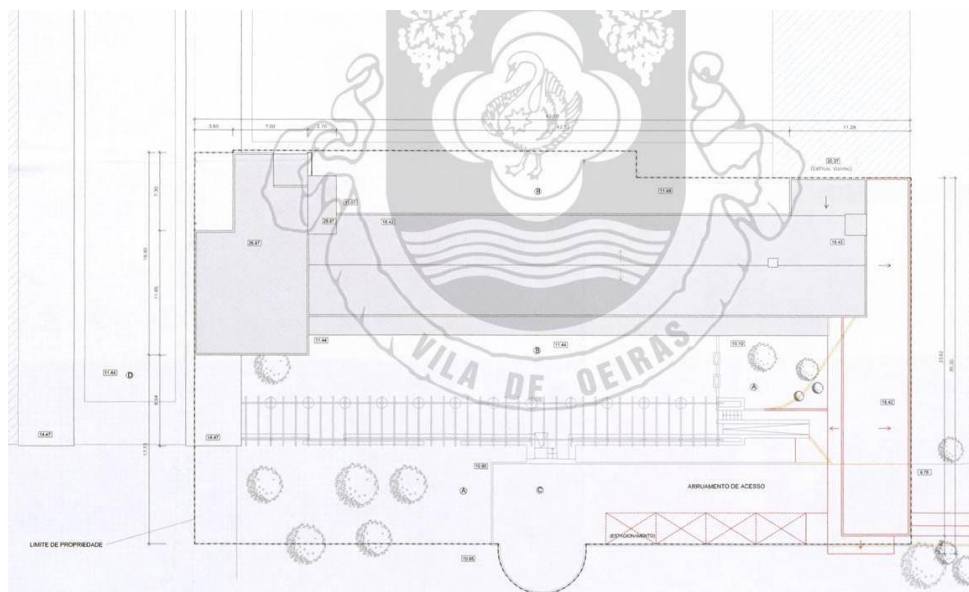


Ilustração 74 – Ampliação do Centro Belmar da Costa (Sá, 2019).



Ilustração 75 –Ampliação do Centro Nuno Belmar da Costa. (Ilustração nossa, 2019).

Além destas alterações feitas nesses edifícios, já previstos no antepiano, foram cedidas licenças para a construção de edifícios que não estavam previstos, provocando desequilíbrio no conjunto edificado.

Um dos exemplos, é o edifício construído na continuidade do bloco D, destinado a habitação com seis pisos, incluindo lugar para comércio e um estúdio de cinema, para aumentar a dinâmica desse lado da urbanização. O cinema não chegou a existir, passando a existir duas lojas para comércio (Pinheiro, 2017, p. 92). Outro exemplo que

não estava previsto, um bloco na rua Almirante Sousa Dias, com lojas no piso térreo e habitações no piso superior, construído entre 1976 e 1979, conhecido como bloco do impasse. Existe ainda, o caso do Lote H, entre as torres D e E, sendo um bloco com garagens no piso térreo e mais dois pisos destinados a habitação e escritório, construído nos anos 1990 (Pinheiro, 2017, p. 93)



Ilustração 76 - Lote 39 (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 77 - Lote H (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 78 – Bloco do impasse (Ilustração nossa, 2019).

5.5.2. AS TORRES

Como já foi referido, estavam previstas inicialmente quatro torres de sete pisos, mais tarde, no final de 1955, foi pedido que se alterasse o projeto das torres para dez pisos, contudo por não haver na memória descritiva nada que justificasse o acréscimo de pisos, não houve “concordância da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização [...]”, deste modo o Ministro das Obras Públicas Arantes e Oliveira (1907-1982) não aprovou os dez pisos, por um despacho a 18 de Junho de 1956 (Pinheiro, 2017, p. 58-59). Entretanto, no final de 1957 foi feita uma nova proposta por Pedro Falcão e Cunha⁴⁸ para que as torres passassem a ter oito pisos, e aí sim a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) aprova o acréscimo de pisos e ainda afirmou “que os 10 pisos anteriormente indeferidos até seriam sustentáveis face aos baixos índices de construção”. Por esta razão, o ministro comunicou a 18 de Outubro de 1958 à SNOL, que seria aprovado a alteração para torres com 10 pisos (Pinheiro, 2017, p. 59). Além deste aumento de número de pisos não previstos inicialmente, foram acrescentadas mais duas torres em 1962, nomeadamente as torres “H” e “I”, não previstas no plano original de 1953 (Pinheiro, 2017, p. 60).

⁴⁸ Podemos ver a memória descritiva desta proposta de alteração que está em anexo nesta dissertação. Processo de Obra 1016-1957; Requerimento/Registo 1016-1957.

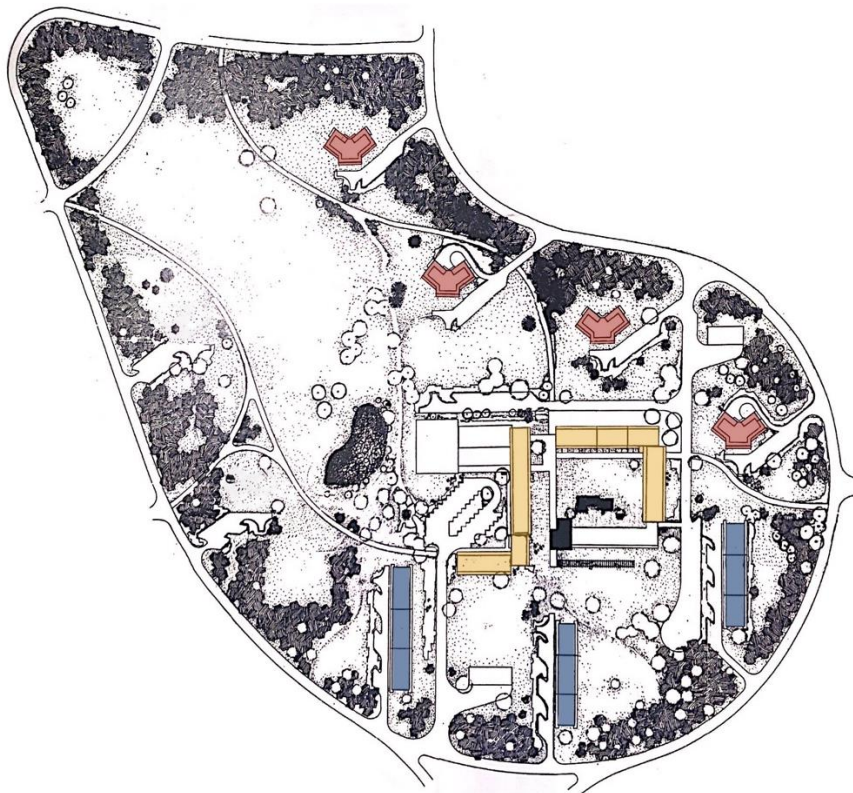


Ilustração 79 – Vermelho as quatro torres previstas inicialmente. Amarelo os blocos residenciais que compõem o centro comercial. Azul os blocos residenciais paralelos entre si. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 81)

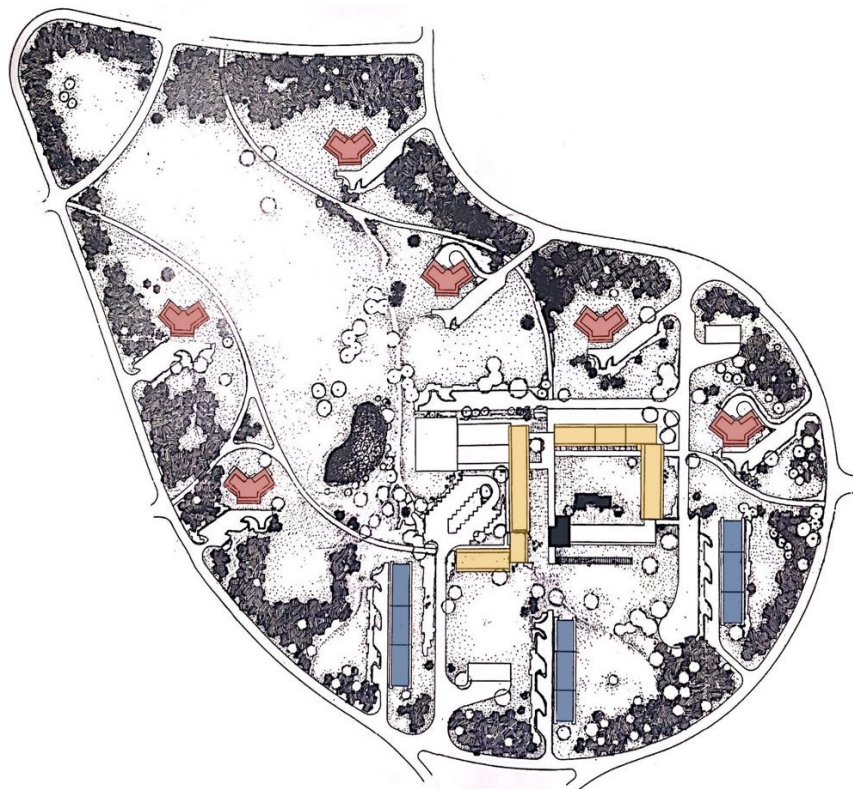


Ilustração 80 – Vermelho as seis torres do plano definitivo. Amarelo os blocos residenciais que compõem o centro comercial. Azul os blocos residenciais paralelos entre si. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 81)

A base de implantação das torres tem a forma de “Y”. Esta foi determinante na organização dos fogos onde “genericamente, a cada uma das alas do “Y” corresponde uma habitação, estando as suas frentes predominantemente viradas ao quadrante Sul” (Milheiro *apud* Fernandes, 2015, p. 125-126). O corpo central do “Y” possui dois fogos e as alas laterais — sudeste e sudoeste — possuem um único fogo e o ponto de cruzamento é destinado a caixa de escadas (Milheiro, 2015, p. 126). A caixa de escadas segue a forma triangular das torres. O acesso para as torres é feito por um lancil de escadas, e a entrada tem a separação de duas por portas, uma principal e outra que separa a zona dos elevadores e caixa de escadas.



Ilustração 81 – Caixa de escadas. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 82 - Entrada da torre I após a porta principal. Semelhante as outras torres. (Ilustração nossa, 2019)



Ilustração 83 - Entrada da torre F após a porta principal. Semelhante as outras torres. (Ilustração nossa, 2019)

Em relação à organização interna dos apartamentos, há uma certa constância, sendo as “zonas de serviço viradas a Norte – dispensa, cozinha, quarto privativo de criada [...], a zona familiar com a sala e um quarto a partilharem a frente sul e um segundo quarto colocado no topo (Nordeste ou Noroeste)”. É de referir que a eliminação do corredor⁴⁹ na organização interna dos apartamentos é um dos aspetos que demonstram a sua modernidade (Milheiro, 2015, p. 129).

As torres D, E F e H, estão compostas no corpo central por dois apartamentos T3 duplex e por um apartamento T3 em cada uma das alas laterais. Estas tipologias são notáveis devido as alternâncias nas grelhas das cozinhas, resultantes dos fogos duplex (Milheiro, 2015, p. 126).

Entretanto, houve uma alteração em relação as tipologias dos apartamentos das torre, nomeadamente na torre G e na torre I. Sendo assim, no corpo central abandona-se os dois apartamentos T3 duplex e assim, a torre G passa a ter dois T1 simplex geminados; e a torre I passa a ter apenas um apartamento T3. A torre I, além desta alteração possui outra diferença, sendo que possui numa das alas laterais um apartamento T4, diferente de das outras torres que possuem apartamentos T3 em cada uma das alas laterais (Milheiro, 2015, p. 129). Nas ilustrações 32, 33 e 34, podemos ver as diferentes tipologias dos fogos das torres, e em anexo podemos ver algumas plantas originais dos fogos das torres descritas acima.

⁴⁹ Elementos programático dominante a partir do século XIX (Milheiro, 2015, p. 129).

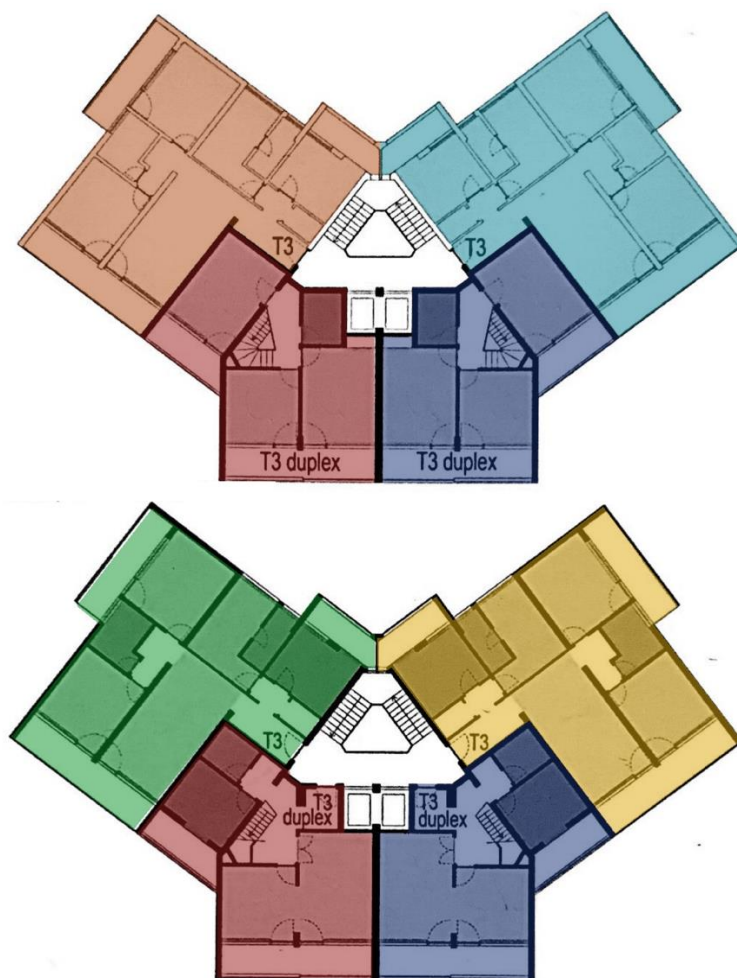


Ilustração 84 – Marcação dos fogos das torres D, E, F, H, com as tipologias T3 simples e T3 duplex. Laranja, azul, verde e amarelo representam os apartamentos T3. Vermelho e roxo representam os fogos da zona central os duplex. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 127)

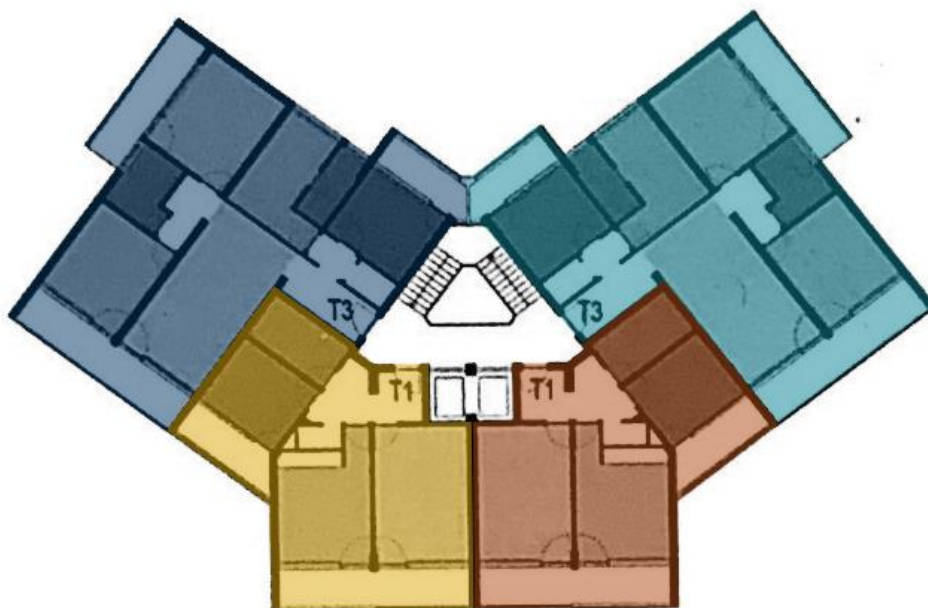


Ilustração 85 – Marcação dos fogos da torre G. Azul e verde representam os T3. Amarelo e vermelho representam os fogos da zona central os T1 geminados. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 128)

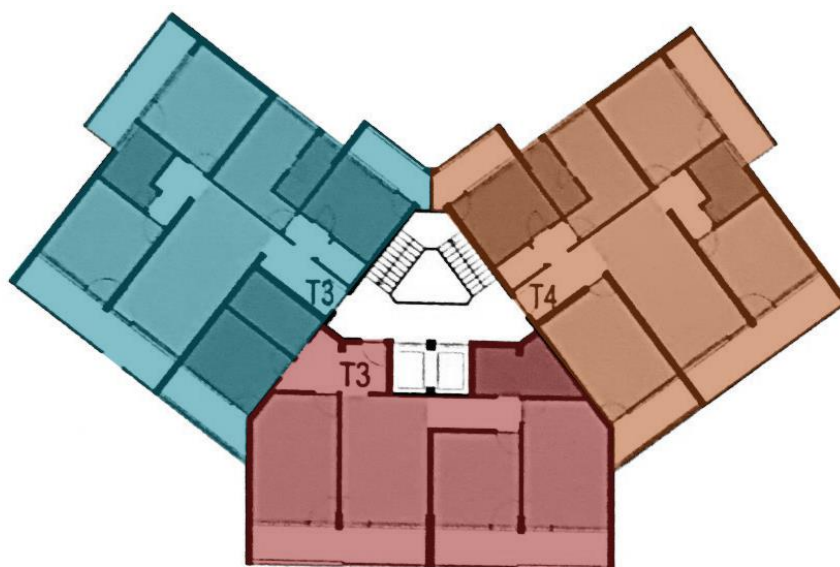


Ilustração 86 – Marcação dos fogos da torre I. Verde representa o fogo T3. Laranja representa o T4. Vermelho representa o fogo da zona central T3. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 128)

Os apartamentos duplex têm a cozinha e a sala no primeiro piso, e os quartos no piso superior, marcando assim a distinção entre os espaços comuns — no piso inferior — e os espaços privados — no piso superior (Milheiro, 2015, p. 126).

Em todas as tipologias pode se verificar que todos os compartimentos têm uma forte ligação com o exterior através das superfícies envidraçadas que separam os espaços

interiores dos exteriores, e também através de qualificadas varandas. É de destacar que todos os espaços possuem varandas, com a diferença de que em alguns apartamentos há quartos que partilham a varanda com a sala.

Outra característica de alguns dos apartamentos, especificamente nos T3 e nos T4 é o quarto de hóspede ou da empregada, que era muito usado no século XX para a classe média, fazendo parte da célula da casa mais perto da cozinha e com uma casa de banho privada. Esta organização, que corresponde na verdade a um T2+1 e T3+1, foi abandonada com o tempo por se tratar de uma condição periódica e adaptou-se a um uso mais quotidiano. A modulação segue um padrão de 3,5 metros “que organiza longitudinalmente os diversos elementos construtivos” de acordo ao sistema pilar/viga (Milheiro, 2015, p. 129).



Ilustração 87 – Alçados e plantas das torres D, E, F e H (Fernandes, 2015, p. 127).



Ilustração 88 – Alçado e planta final da torre G (Fernandes, 2015, p. 128).



Ilustração 89 – Alçado e planta da torre I (Fernandes, 2015, p. 128).

No decorrer dos anos foram feitas algumas alterações tanto no interior dos fogos como no exterior das torres, e sendo assim, escolhemos alguns casos para demonstrar essas alterações.

O fechamento das varandas com marquises, é o que mais altera a arquitetura, tanto nas torres como nos blocos, como iremos ver em alguns exemplos. Em alguns casos essas alterações foram aprovadas, noutros não foram e ainda há casos de proprietários que não pediram autorização. É possível ver alterações nas guardas metálicas que foram fechadas, nas caixilharias, nos panos de vidro, na introdução de ares condicionados, entre outras. Algumas alterações devem-se à falta de espaço nos apartamentos, principalmente nos quartos e nas cozinhas, onde os proprietários ampliaram o espaço transformando o interior dos fogos para que conseguissem ganhar mais espaço para arrumos no caso dos quartos e no caso das cozinhas, para comportarem as máquinas que foram surgindo com o desenvolver da tecnologia (Pinheiro, 2017, p. 117).,

Na torre I, em relação às alterações que afetam a fachada, foi criado um regulamento em 1973, que obriga a uniformização no fechamento das fachadas. Por esta razão a torre I conseguiu manter razoavelmente o desenho das fachadas — apesar de ter praticamente todas as varandas modificadas —, diferente das outras torres, que sofreram alterações sem seguir uma uniformização como por exemplo, alterações nos muretes e nas guardas, diferentes caixilharias, entre outras (Pinheiro, 2017, p. 116).

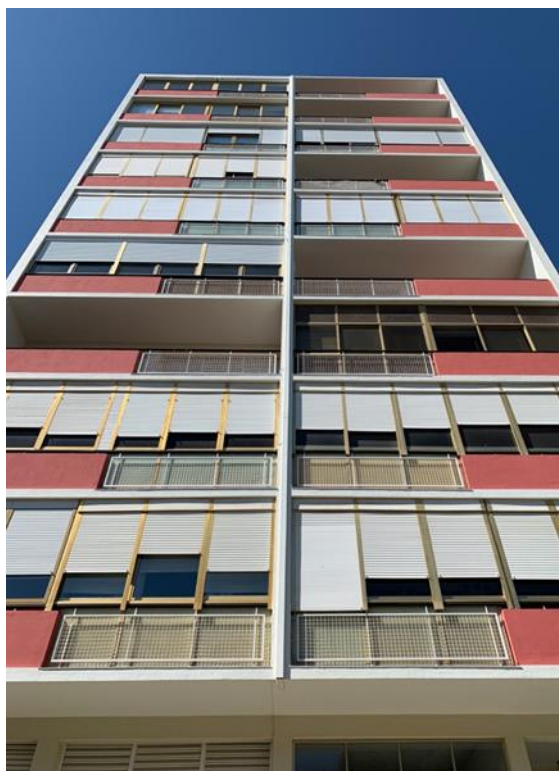


Ilustração 90 – Torre I. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 91 – Torre I. (Ilustração nossa, 2019).

Podemos referir um caso de alteração, que foi aceite, no interior desta mesma torre, do proprietário do apartamento 5º direito, tendo este introduzido as seguintes alterações⁵⁰: demolição da parede de separação entre a varanda e o quarto e também a parede de separação entre a varanda e a sala, aumentando assim o espaço do quarto e da sala; construção de um armário de parede no quarto; construção de um murete no corredor de acesso à sala, entre outras alterações.

⁵⁰ Memória descritiva e aprovação em anexo.

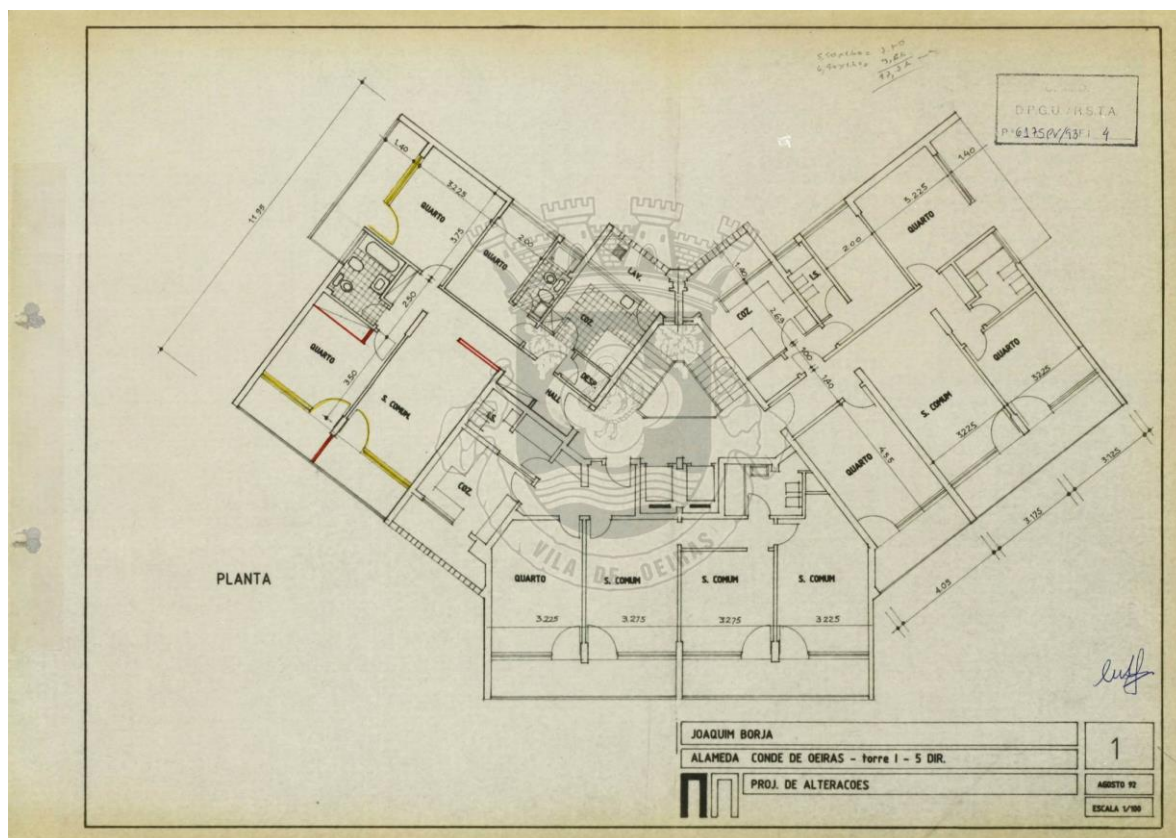


Ilustração 92 – Planta da alteração no 5º direito da torre I. Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo 6175-1993 Página 4 (Sá, 2019)

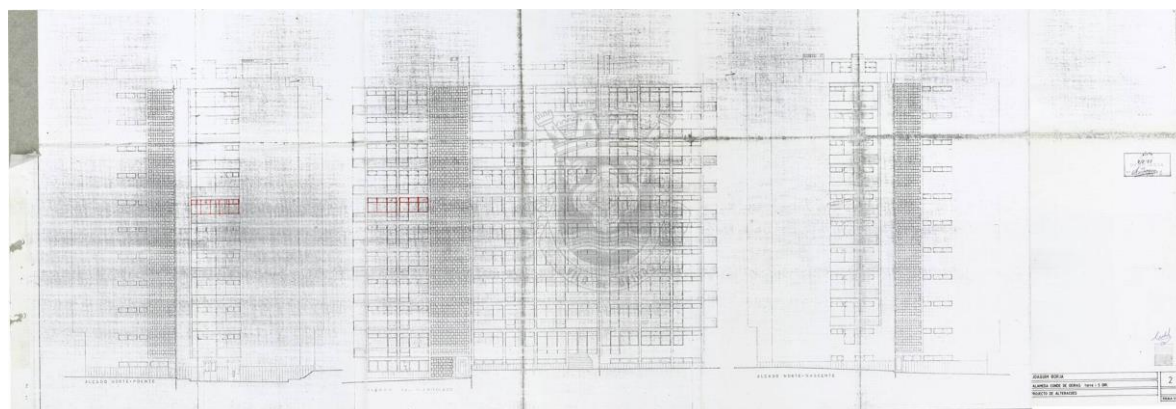


Ilustração 93 – Fachada da torre I após a alteração do 5º direito da torre I. Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo 6175-1993 Página 5. (Sá, 2019)

O BRNO, é uma urbanização que conseguiu concretizar muitos princípios do Movimento Moderno. Destacam-se nas tuas tipologias o princípio de zonamento, inclusive na conceção dos apartamentos, ou seja, na separação dos espaços mais comuns e mais privados, na circulação e distribuição das funções. Nesse contexto e tendo em conta os estandartes médios na altura, os quartos foram projetados exclusivamente para dormir, a cozinha com dimensões necessárias para desempenhar o seu papel utilitário e a sala

foi concebida com dimensões maiores para ser o espaço de lazer comum e com a possibilidade “de articulação em duas zonas – estar e comer – que se revela uma solução recorrente na habitação de standard médio depois de 1950” (Milheiro, 2015, p. 138).

5.5.3. AS BANDAS/BLOCOS

As bandas A, B e C, paralelas entre si, localizam-se a Sul e diferenciam-se da verticalidade das torres com a sua horizontalidade. Possuem três pisos assentes sobre pilotis, numa base paralelepipedica de cinquenta metros por dez metros. O espaço térreo, dos pilotis, permite a integração dos elementos naturais nas bandas, possuindo apenas as áreas fechadas e envidraçadas para os acessos, sendo uma referência a Carta de Atenas. Cada banda possui três caixas de escadas e cada uma delas dá acesso a dois apartamentos — esquerdo e direito — cada uma delas, totalizando seis habitações por banda (Milheiro, 2015, p. 135).

A tipologia varia entre T2, T4, e T6, cuja organização interior segue o mesmo padrão, onde um corredor central norte-sul, distribui os espaços em “linha a Poente e a Nascente, numa sucessão de áreas funcionais, que progride dos espaços de carácter social para os de maior intimidade, com a sala e a cozinha situadas junto à entrada, e depois os diferentes quartos” (Milheiro, 2015, p. 135). As varandas, permitem uma relação visual com o exterior tanto na fachada Nascente como na fachada Poente, e “a cor azul marca o ritmo das superfícies pintadas, entre grelhas e planos envidraçados”, e nelas se pode verificar a métrica utilizada — “inclusive usada na organização interna dos fogos” — de três metros e meio (Milheiro, 2015, p. 135).

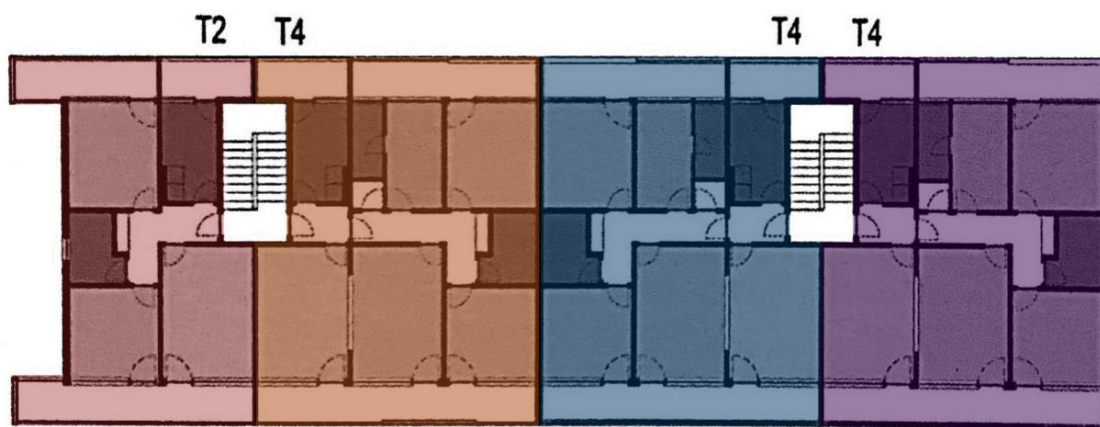


Ilustração 94 – Representação dos fogos dos blocos C e D. Vermelho representa o T2. Laranja, azul e roxo representam os T4.
([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 134)

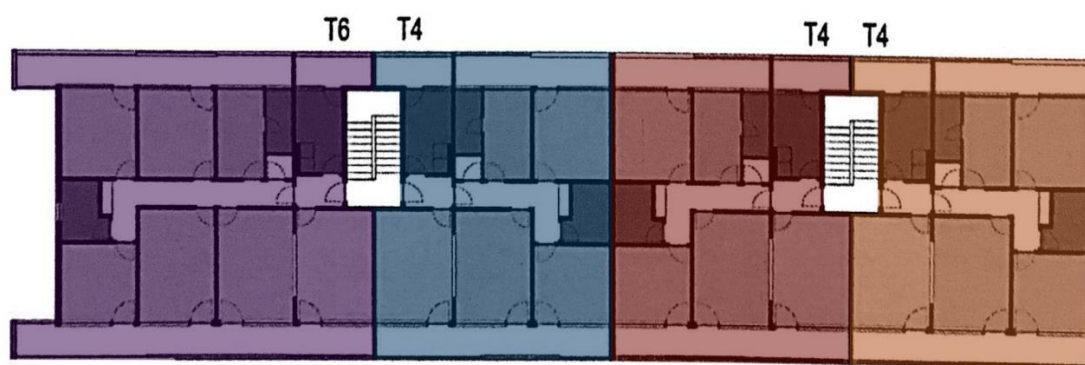


Ilustração 95 – Marcação dos fogos do bloco A. Roxo representa o T6. Azul, vermelho e laranja representam os T4. ([Adaptado a partir de:] Fernandes, 2015, p. 134)

Estes blocos também não resistiram às alterações, e como corrente, as fachadas são as que mais se destacam, após transformarem as varandas em marquises, porém, ainda é possível ver algumas varandas que mantiveram o desenho original. Nas ilustrações 45 e 46 é possível perceber essa diferença entre o original e as adaptações.

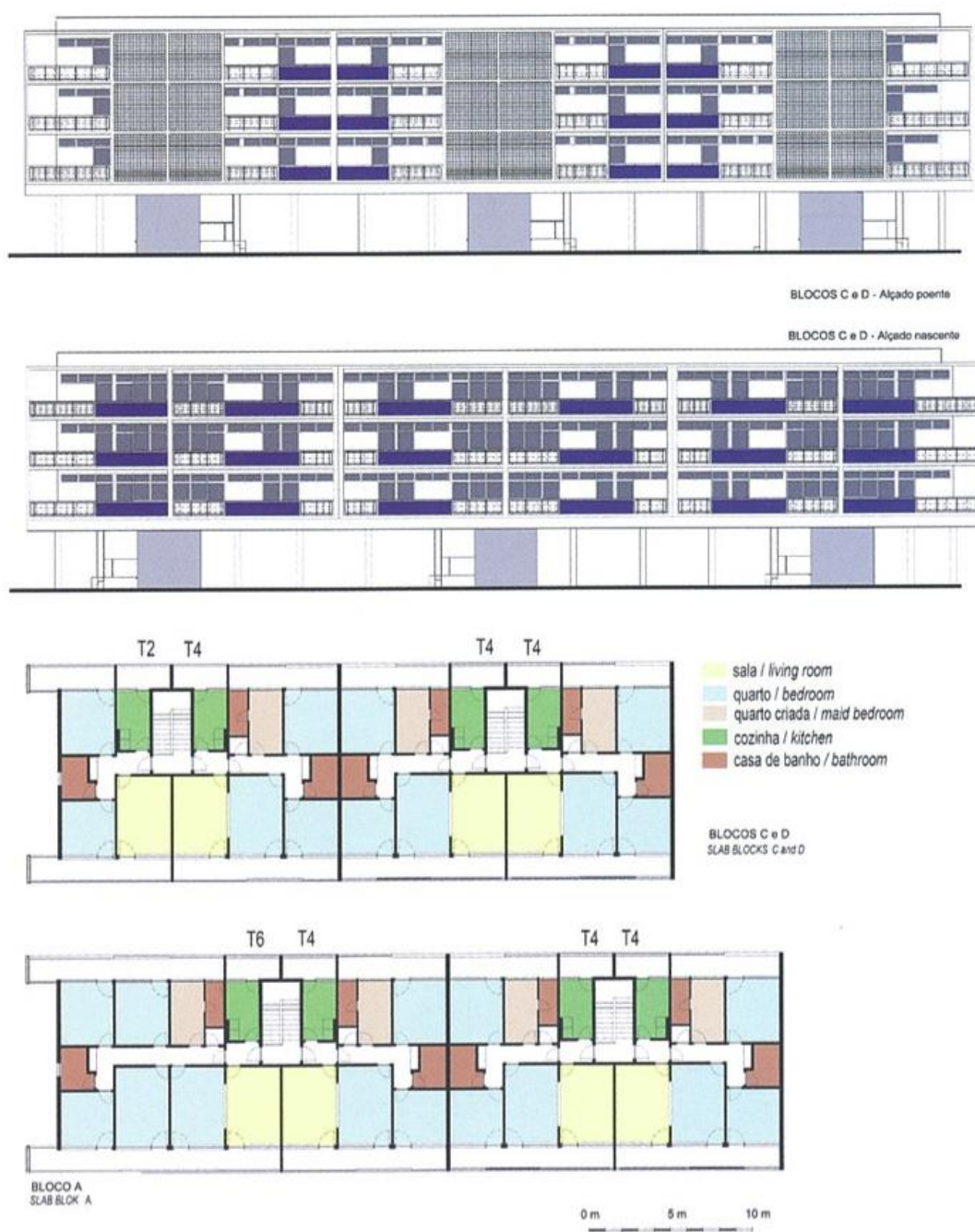


Ilustração 96 - Plantas e alçados, blocos A, B e C (Fernandes, 2015, p. 134).



Ilustração 97 – Alçado bloco A. Vermelho guarda alterada – as zonas abertas foram fechadas. Verde guarda original com zona central fechada. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 98 – Alçado bloco B. Maior parte dos muretes no estado original. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 99 - Bloco A. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 100 - Bloco C. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 101 - Bloco B. (Ilustração nossa, 2019).



Ilustração 102 – Um dos acessos ao bloco B. Semelhante aos outros blocos. (Ilustração nossa, 2019).

5.6. CONCLUSÃO

Por todos os aspetos citados no desenvolvimento do trabalho, o Bairro Residencial de Nova Oeiras, segundo José Manuel Fernandes no seu livro, apresenta três dos dez critérios definidos pelo UNESCO para classificação como Património Mundial, sendo os critérios I, III e o IV (Fernandes, 2015, p. 25):

“I – representar uma obra prima do génio criativo humano;

III – transmitir um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização existente ou desaparecida;

IV – representar um exemplo excepcional de um tipo de construção ou de um conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana (Fernandes, 2015, p. 25).”

Este projeto, constitui um dos planos residenciais urbanos mais bem-sucedidos e qualificados em Portugal, sendo um marco do percurso profissional de Luís Cristino da Silva, que, como refere João de Sousa Rodolfo, “ao longo do qual soube adaptar-se sempre aos novos contextos culturais liderando, na prática, os processos de transformação do pensamento da arquitetura e do urbanismo” (Rodolfo, 2002, p. 223).

Tem na sua essência os novos princípios da arte de projetar e as novas ideologias para as habitações do século XX, tão bem concebidos, que mantém, “passados mais de 50 anos, um espaço urbano de qualidade, um espírito de bairro, onde é aprazível viver e passear (Rocha, 2017, p. 56)”.

Hoje, Nova Oeiras destaca-se por ser uma urbanização que satisfaz as necessidades dos residentes proporcionando-os qualidade de vida. É uma urbanização com equilíbrio entre os espaços construídos e os espaços verdes, características favoráveis a um ambiente agradável para se viver (Rocha, 2017, p. 57). Na sua conceção global, sendo um projeto dos anos 1950-1960, o BRNO integrou de forma coerente os principais conceitos modernos, das ideologias urbanísticas da primeira metade do século XX (Fernandes, 2015, p. 21).

Todo este reconhecimento, resultou num interesse da CMO de recuperação e reabilitação do bairro, perante a decadência do bairro, e assim em 2000 iniciou um “plano de recuperação integrador, com regulamentação (implementado em 2001-2012), gabinete de apoio local (desde 2003), premiações aos melhores projectos de recuperação (desde 2007) e obras várias de reabilitação dos espaços públicos (a partir de 2004), acção que prossegue atualmente” (Fernandes, 2015, p. 90).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a elaboração deste estudo, é possível ver que o avanço e o desenvolvimento tecnológico, que já aconteciam no resto da Europa no início do século XX, impulsionaram mudanças tanto na arquitetura como no urbanismo em Portugal, embora tardiamente. Perante esta evolução tecnológica a vanguarda modernista marcou a mudança na obra arquitetónica e urbanística do país, porém a resistência do Estado Novo, impunha um conceito arquitetónico que conservasse uma imagem tradicional.

Essa transição entre o tradicional e o moderno influenciou o percurso de Cristino da Silva. Este arquiteto formou-se em Paris num ambiente onde já se ensaiavam obras de carácter modernista; mais tarde, Cristino da Silva, encontrou em Portugal um ambiente ainda austero e conservador, porém já com indícios de uma vontade de se experimentar os novos conceitos modernos. Perante este quadro, Cristino da Silva no início da sua carreira, realizou obras que oscilaram, entre o Modernismo – como por exemplo o Capitólio (1925) – e o tradicional que satisfazia a imagem do estado – por exemplo os edifícios na Praça do Areeiro nos anos 1940.

O plano urbano para o Bairro Residencial de Nova Oeiras, assinado pelo arquiteto Luís Cristino da Silva, ganhou reconhecimento nacional e internacional por se destacar na malha urbana nos arredores de Lisboa devido as premissas do Movimento Moderno nele implementadas: Unidade de Vizinhaça; Carta de Atenas; e Cidade-jardim.

Neste projeto residencial, o autor fez uso de materiais – betão armado – e tipologias urbanas modernas – torres e bandas sobre pilotis. As torres e as bandas assinadas pelo arquiteto Pedro Falcão e Cunha relacionam-se entre si de maneira qualificada devido ao distanciamento imposto pelo projeto urbano. Este distanciamento impede um desenvolvimento desordenado e permite vistas desafogadas. Todos os elementos do bairro foram previstos no plano para estarem rodeados de espaços verdes, de modo a permitirem uma forte ligação com a natureza. Para também garantir a segurança dos pedestres, o plano dá-lhes prioridade limitando o acesso do tráfego.

As bandas funcionam como elementos de continuidade em relação à praça através da sua posição, da sua cêrcea, e da utilização de pilotis, permitindo maior libertação de espaço e o consequente atravessamento, no plano térreo, de elementos naturais. As torres, por sua vez, organizam-se numa posição estratégica, afastadas o suficiente do

núcleo central, mas destacadas, com planta de base triangular para maior aproveitamento solar.

O plano desenvolve-se dentro de uma área quase de planta circular – comumente chamada de gota pela sua forma – sendo constituído por um núcleo central, com uma praça de distribuição, delimitado por blocos sobre pilotis onde se desenvolve numa galeria em pérgula, e o centro. Este núcleo central é também delimitado por um arranjo paisagístico muito particular da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles. De modo geral, todo o plano do bairro vive da relação entre os elementos arquitetónicos e o jardim.

É nesta praça, no bloco H, onde no início funcionou a Estalagem Nova Oeiras, que se encontra o Centro Nuno Belmar da Costa – Associação de Paralisia cerebral. Os utentes do centro, conseguem se locomover e aproveitar praticamente todos os espaços exteriores rodeados de jardins, devido à estruturação desse átrio comercial, onde não há tráfego, sendo destinado apenas a pedestres, sem esquecer que os espaços verdes proporcionam um ambiente calmo, com sombras e ar puro. Nas visitas feitas, vimos vários utentes a passearem sozinhos pelo jardim e a utilizarem a esplanada.

As habitações, na sua organização, satisfazem os moradores, mas casos há de alterações no interior dos fogos, para acompanhar a mudança de vida das pessoas que, com certeza, já não é como era no início de vida do bairro.

Na escala urbana é possível ver que, até aos dias de hoje a conjugação destes elementos continua a funcionar e o ênfase dado aos espaços verdes e à hierarquia da circulação, automóvel e pedonal, são valorizados pelos moradores, que reconhecem o quão raro é viver num bairro com esta qualidade urbana. Devemos perceber que este tipo de organização foi, também, possível pois havia ainda muito espaço em Nova Oeiras para se desenvolver projetos deste porte e com estas exigências urbanas.

Apesar de haver, infelizmente, situações de modificações nas habitações que interferem na imagem do bairro, sendo o exemplo mais marcante as marquises, o bairro de maneira geral conseguiu resistir ao teste do tempo. Os moradores reconhecem o bairro como um oásis a ser preservado. Há entre eles vontade de recuperar a imagem original do bairro repondo as fachadas, com o auxílio do regulamento do bairro criado em 2012 (estudado já desde 2001) e, mais ainda, manter ativo o conceito de unidade de vizinhança. Quanto a isso, durante as visitas que fizemos ao bairro, e durante algumas

tardes, foi possível notar que os vizinhos mantêm uma ligação relativamente próxima e que se sentem seguros.

Há de fato uma debilidade quanto ao comércio. O bairro já teve muito mais comércio do que há hoje em dia, e este fato é notado pelos moradores. O comércio de hoje constituiu-se por um café com esplanada, uma lavandaria, e uma mercearia, porém, se houvesse mais oferta, acredita-se que a dinâmica no bairro aumentaria consideravelmente. Houve também uma época em que os moradores realizavam feiras locais, porém deixaram de o fazer. Existem, ainda, alguns ateliers, de porta fechada, o que não contribui para uma maior dinâmica do bairro.

Os espaços verdes mantêm-se praticamente na sua estrutura base e são devidamente valorizados pelos moradores, que dizem sentir diferença no ar quando saem do bairro e depois regressam e, que revelam ainda, que o verde da natureza lhes proporciona paz. Na dissertação explicamos a mudança que fizeram nos passeios para limitar o acesso aos jardins, de modo a preservar o máximo os espaços verdes.

De um modo geral, o bairro é valorizado pelos moradores, que o reconhecem como uma boa combinação entre espaços arquitetónicos e urbanos, resultando numa vivência dinâmica e segura.

Estamos assim perante um exercício particular, dentro do contexto português, em que as premissas relativas ao planeamento urbano associadas ao Movimento Moderno foram ensaiadas resultando num bairro residencial, muito pouco alterado no tempo, que consegue devolver aos seus habitantes uma determinada qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

A PEQUENA cidade de Nova Oeiras implantada numa das mais belas e aprazíveis zonas da Costa do Sol é um modelo pelo seu carácter urbanístico, ao mesmo tempo funcional e encantador. O Século [Em linha]. (13-08-1964). Acessível no Arquivo Municipal de Oeiras. [Consult. 18 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=104784&type=PCD>>.

"NOVA OEIRAS" é já uma realidade de uma cidade-jardim. Diário de Notícias [Em linha]. (25-05-1965). Acessível no Arquivo Municipal de Oeiras. [Consult. 18 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=106688&type=PCD>>.

A CIDADE-JARDIM de Nova Oeiras é já maravilhosa realidade, de singular expressão no conjunto urbanístico português, pela sua admirável concepção e realização. O Século [Em linha]. (31-05-1965). Acessível no Arquivo Municipal de Oeiras. [Consult. 18 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=106407&type=PCD>>

BENEVOLO, Leonardo (1987) - As origens da urbanística moderna. 2.^a ed. Lisboa : Presença.

BENOLIEL, Judah (195-) - Praça do Areeiro, actual praça Francisco Sá Carneiro [Documento Icónico]. Lisboa : Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Municipal. 6x6 cm; negativo de gelatina e prata em nitrato de celulose. [Consult. 02 de fev. 2019]. Disponível em WWW: <URL: <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/Documento.aspx?DocumentoID=279898&AplicacaoID=1>>.

CHOAY, Françoise (2007) - A regra e o modelo sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo. Casal de Cambra : Caleidoscópio.

CHUECA GOITIA, Fernando (2007) - Breve história do urbanismo. 7.^a ed. Lisboa : Presença.

COSTA, Sandra Vaz (2009) – O Plano de Urbanização da Costa do Sol e a política urbana de Duarte Pacheco. In JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, 2008 - O

plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras. p. 10-23.

COUCHINHO, Raquel Amaro Pires (2016) - Arquitetura no Estado Novo : a Praça do Areeiro [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. Dissertação de Mestrado. [Consult 04 jun. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://hdl.handle.net/11067/2921>>.

COUCHINHO, Raquel Amaro Pires (2016) - Arquitetura no Estado Novo : a Praça do Areeiro [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. [Consult 04 jun. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<http://hdl.handle.net/11067/2921>>.

FERNANDES, José Manuel (1994) – Lisboa no século XX : o tempo moderno. In MOITA, Irisalva, coord. - O livro de Lisboa. Lisboa : Livros Horizonte. p. 493-519.

FERNANDES, José Manuel (2005) - Património arquitectónico moderno do contexto internacional ao Concelho de Oeiras. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras.

GOMES, Fábio Moreira (2017) - A cidade, a arquitectura e as relações sociais: o caso do bairro de Alvalade em Lisboa [Em linha]. Lisboa : [s.n.]. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura. [Consult 19 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <http://repositorio.ulusiada.pt/handle/11067/4473>>.

GOOGLE INC. (2019) – Nova Oeiras. In GOOGLE INC. – Google maps [Em linha]. Mountain View : Google Inc. [Consult. 12 Jun. 2019]. Disponível em WWW:<URL: <https://www.google.pt/maps/place/Nova+Oeiras,+2780-153+Oeiras/@38.691537,-9.3232004,16.75z/data=!4m5!3m4!1s0xd1ec8d6b515a189:0x81bd2b8d0c8be1c6!8m2!3d38.6919539!4d-9.3283758?hl=pt-PT>>.

GRAÇA, João Luís Carrilho da (2016) – “Se a arquitectura é boa, pode mudar a vida das pessoas e da cidade”. Entrevista realizada por Ana Sousa Dias. Diário de Notícias. (11 agosto 2016) 6.

HENRIQUES, João Miguel (2011) - Da Riviera Portuguesa à Costa do Sol : fundação, desenvolvimento e afirmação de uma estância turística : [Cascais, 1850-1930]. Lisboa : Colibri.

HOWARD, Ebenezer (1962) - L'idea della città giardino. Tradotto e annotato da Giorgio Bellavitis; e seguito de un saggio critico di Pier Luigi Giordani. Bologna : Calderini.

LAMAS, José M. Ressano Garcia (2000) - Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa : Fundação Gulbenkian.

LÔBO, Margarida Souza (2009) - O Plano de Urbanização da Costa do Sol face ao paradigma da Cidade-Jardim. In JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, 2008 - O plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras. p. 42-63.

LOBO, Susana (2009) – A Costa do Sol : planejar uma região de turismo nos anos 40. In JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, 2008 - O plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras. p. 64-79.

MARAT-MENDES, Teresa (2009) – O PUCS e os vazios planeados : novas oportunidades para o ordenamento sustentado da Costa do Sol. In JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, 2008 - O plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras. p. 92-119.

MENDES, Maria Clara (1990) - O planeamento urbano na comunidade europeia : evolução e tendências. Lisboa : Publicações D. Quixote.

OEIRAS. Câmara Municipal. Divisão de Sistemas Aplicacionais (2017) - Palácio Marquês de Pombal [Em linha]. Oeiras : Município de Oeiras. [Consult. 02 de fev. 2019]. Disponível em WWW: <URL: http://www.cm-oeiras.pt/pt/descobrir/Paginas/palacio_marques_de_pombal.aspx>.

PEREIRA, Margarida (2009) – O Plano de Urbanização da Costa do Sol : o pioneirismo de um plano sub-regional. In JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, 2008 - O plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras. p. 24-41.

PINHEIRO, Jorge (2017) - Nova Oeiras - memórias do bairro. Oeiras : Associação de Moradores de Nova Oeiras.

PORTELLA, Adriana Araújo(2017) – Analisando a trajetória das metrópoles industriais às cidades-jardins : os ideais utópicos transformados em cidades-dormitórios. Arquitetura revista [Em linha]. 10:2 (julho-dezembro 2014) 46-58. [Consult 19 set. 2019]. Disponível em

WWW:<URL:<http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/arq.2014.102.01>>.

QUARESMA, Cláudia (2009) - O Plano de Urbanização da Costa do Sol : o movimento moderno no âmbito do PUCS. In JORNADAS EUROPEIAS DO PATRIMÓNIO, 2008 - O plano de urbanização da Costa do Sol : uma visão inovadora para o território. Oeiras : Câmara Municipal de Oeiras. p. 80-91.

REIS, Câmara (1997) - Costa do Sol. Cascais : Câmara Municipal.

ROCHA, Filomena Isabel L.C. (1996) - Serrão Oeiras : o património - a história. Oeiras : CMO.

ROSAS, Fernando (2014) - História a história - a máquina a vapor [Em linha]. Lisboa : RTP / Garden Films. [Consult 04 jun. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<http://ensina.rtp.pt/artigo/maquina-a-vapor/>>.

SANTA-RITA, António José de ; FLORENCIO, Célia Garrett (2015) - A estrada marginal : Lisboa- Oeiras-Cascais : maravilha de sentido Atlântico. Curitiba : Editora CRV.

TOSTÕES, Ana (1997) - Os verdes anos na arquitetura portuguesa dos anos 50. Porto : Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

TOSTÕES, Ana, coord. ; COSTA, Sandra Vaz, coord. (2004) - Arquitectura moderna portuguesa : 1920-1970. Lisboa : Instituto Português do Património Arquitectónico.

NOVA estalagem em Oeiras. Diário do Norte [Em linha]. (22-03-1965). Acessível no Arquivo Municipal de Oeiras. [Consult. 18 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=106259&type=PCD>>.

NOVA Oeiras : cidade jardim. Jornal do Comércio [Em linha]. (30-10-1965). Acessível no Arquivo Municipal de Oeiras. [Consult. 18 set. 2019]. Disponível em WWW:<URL:<http://arquivo.cm-oeiras.pt/Result.aspx?id=105814&type=PCD>>.

EVORA, Maria Helena (3 out. 2019) – Fotografias da urbanização de Nova Oeiras [Mensagem em linha] para Cláudia Cândido. [Consult. 3 out. 2019]. Comunicação pessoal. Cedência de imagens dos processos.

SÁ, Mário Jorge de (4 out. 2019) – Serviço de Arquivo Municipal de Oeiras: pesquisa sobre Nova Oeiras [Mensagem em linha] para Cláudia Cândido. [Consult. 6 out. 2019]. Comunicação pessoal. Cedência de imagens dos processos.

APÊNDICES

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Entrevista ao Arqt.^o José Manuel Fernandes.

Apêndice B - Entrevistas a moradores do bairro residencial de Nova Oeiras

APÊNDICE A

Entrevista ao Arqt.º José Manuel Fernandes

José Manuel Fernandes

Arquiteto

Lisboa, 25 de Setembro 2019

Cláudia Cândido – Como relaciona os conceitos aplicados no BRNO?

José Manuel Fernandes - “O modelo de unidade de vizinhança, uma coisa já mais recente do que a cidade jardim, que foi inventada pelos americanos, no plano geral de Nova Iorque e de Chicago em 1920, que eles chamam *neighbourhood unit*, que é para digamos... é um aperfeiçoamento da cidade jardim, que eles tinham copiado dos ingleses para dar um coração às cidades, aos subúrbios. A zona nova tem por exemplo 500 moradias. Não pode ser só isso. Torna-se um sítio inóspito ter só casinhas privadas e mais nada, mesmo que tenha muitas árvores, então passa a ter um núcleo, no centro desse plano, dessa cidade nova, dessa *garden city*, um núcleo que tem as funções básicas comerciais, equipamentais, hmm... a escola primária, quartel de bombeiros, lojas de comida hmm... restaurantes... isso é que é o conceito de unidade de vizinhança. Esse conceito como os americanos inventaram vai fazer agora 100 anos, incrível, não é? Como eles inventaram... na altura eles usavam a matemática sociológica, portanto faziam uma escolha duma função importante, a função que eles escolheram para servir de padrão foi a escola primária, porque a escola primária, tem acesso a todas as crianças, a todas as famílias, a todas as casinhas à volta da cidade jardim. Então, a regra dizia, não pode ser mais longe do que 500 metros desde a escola primária. O tamanho dessa cidadezinha tem que permitir a uma criança de qualquer das moradias ir a pé da casa, por mais longe que esteja, até a escola primária, sem o perigo de ser atropelada hmm... e, portanto, não pode ter mais do que 500 metros. Isso torna-se desumano, se for maior. Isso é que é o tema da unidade de vizinhança. E se vir aqui segue um bocado o processo. Claro que já não é a escola primária, a escola primária aqui até era um bocadinho de fora quando existia. Portanto a unidade de vizinhança, como o nome indica, é para dar um sentido coletivo à comunidade. Os vizinhos são umas pessoas que se dão bem umas com as outras e que vivem umas ao lado das outras, não é? Quer dizer, todos somos vizinhos e todos os nossos filhos podem ter acesso ao núcleo central desta nova cidade. E a conformação disso chama-se centro comercial em mil novecentos e cinquenta e tal. O centro comercial em Portugal em 1958-59 não significava o que significa agora. O centro comercial era mesmo um centro com comércio, não era um conjunto de lojas e tal. O conceito da Carta de Atenas, portanto, a ideia do Le Corbusier que ficou consignada no documento da Carta de

Atenas em 1933. No fundo o que é que a Carta de Atenas faz? Introduz a variável da tecnologia moderna de betão armado, aço, grandes estruturas suspensas, torres com dez pisos, blocos sobre pilotis, terraços livres, tudo o que a tecnologia permite em vez das moradiazinhas, não é? E isto realmente é muito francês, os franceses têm cá uma ideia racional da organização coletiva dos falanstérios, não é? E o Corbusier inteligentemente interpretou isso na atualidade de há 100 anos. Portanto essas teorias que se seguem no tempo 1900, 1920, 1933, são esperanças na prática construída do bairro. E essa é que é, como a Cláudia escreve na conclusão, o grande valor do bairro de Nova Oeiras. Ter conseguido de uma maneira equilibrada juntar as grandes conceções urbanas de vida coletiva, das cidades do século XX. Se a Cláudia vai aos Olivais ou a Telheiras, só vê blocos coletivos, torres. Ok tudo bem, é bonito e é moderno. Portanto esse equilíbrio é uma qualidade rara do bairro. Isso é o que eu vejo como trunfo, que o distingue dos outros. A Cláudia não encontra um bairro destes em mais nenhuma parte de Portugal nem se calhar encontra em mais nenhuma parte do mundo. Eu ando à procura à 20 anos. Encontrei uma coisa vagamente parecida em um plano de ReiQuiavique na Islândia nos arredores da capital, mas é pequeno demais, não tem os equipamentos enfim, não é completo, mas de resto... Por exemplo Berlim, tem classificado como património mundial os bairros sociais do Walter Gropius do bairro Siemens da fábrica Siemens. São só blocos e tem os equipamentos, mas não tem esta diversidade, portanto é monótono. Brasília já tem unidades de vizinhança que eles chamam as superquadras, deste tipo, mas o valor de Brasília ultrapassa isso. O valor de Brasília é ser uma capital federal moderna construída de raiz como uma cidade de meio milhão, não é a escala de Nova Oeiras. Também é classificado como património mundial. Portanto nem oito nem oitenta.

É a qualidade do bairro que eu vejo, e é uma qualidade com futuro, porque as pessoas procuram... há muita gente que compra casas aqui, e compram moradias, blocos e torres, alugam lojas, compram lojas, tudo o que está em Nova Oeiras. Nova Oeiras ganhou uma espécie de prestígio recentemente. Não é só por causa do trabalho da Câmara e do regulamento, mas também ajuda não é? As casas agora valem o dobro do que valiam quando eu a comprei, mas também é bom que as coisas valham o que valem.

C.C.- Porque é que as pessoas escolhem Nova Oeiras? Ou porque é que as pessoas gostam de Nova Oeiras?

J.M.F. - Acho que isso também é uma confirmação de valores. Por exemplo, famílias com filhos reconhecem facilmente que as crianças podem brincar livremente no espaço

publico, sem precisar estarem num condomínio fechado, vigiado por televisões. Porquê? Porque o desenho publico desta área é um desenho que protege as crianças, os peões... há um conforto no espaço publico que é ... evidentemente as pessoas podem ser atropeladas, mas é muito menos provável que as pessoas sejam atropeladas aqui. Pronto a segurança é um problema em toda a parte, mas é um espaço relativamente seguro, portanto, também está mais natural, as pessoas sentem-se seguras quando estão acompanhadas pelos vizinhos. Portanto a questão da segurança, da segurança para as crianças, da segurança para os utentes, hmm... a questão da vida ao ar livre... quer dizer, eu da janela da minha casa... oh Cláudia eu só vejo árvores, tenho que me entortar todo para ver um bocadinho da torre. Quem é que tem este privilégio em qualquer parte? É difícil. Normalmente é um prédio em frente. Demasiado próximo, invasor. Outra coisa que a Cláudia não vê muito frequentemente nestes bairros, é a distância enorme entre as torres. Hoje em dia há torres destas, mas estão todas encostadas ou quase. Portanto esse respeito, que é o respeito pela privacidade de cada conjunto, uns em relação aos outros, sistema de vistas panorâmicas. Imagina as vistas fantásticas no sexto sétimo oitavo andar? São valores da arquitetura moderna, do urbanismo moderno... a intimidade, a salvaguarda da privacidade, hmm... as vistas para a natureza, e isso funciona muito bem na... é a Carta de Atenas a funcionar em Nova Oeiras. Ou seja, não são chavões, são sistemas inventados pela teoria urbana no século XX que funcionam aqui. Claro com defeitos, tudo tem defeitos. Isto não resistiu bem ao estacionamento selvagem, há carros a mais e Nova Oeiras também tem de pagar o preço disso. Mas mesmo assim, por exemplo, durante a execução do regulamento nos primeiros anos, nós reparámos que haviam muitos automóveis que saltavam para cima das zonas verdes. Estacionavam ali e iam para ao comboio, porque isto é uma zona de passagem para a estação. Então nós fizemos uma modulação no terreno, ao lado do passeio ... o terreno passou a ter cerca de meio metro, um metro de desnível, e plantámos arbustos na zona que era o flanco mais frágil, que estava mais perto da estação e conseguimos. As pessoas percebem que não é estacionamento não é terra de ninguém, portanto, limitamo-nos a valorizar aquilo que lá está.

C.C. - Características do bairro que funcionavam de acordo com os seus conceitos, mas que hoje em dia não é valorizado ou não funciona, tanto a nível urbanístico como na arquitetura?

J.M.F. - É uma questão curiosa. O que é não aguenta o teste do tempo. Já lá vão 60 anos. Bom, um problema de base na arquitetura é um problema no envelhecimento da

construção. Envelhecimento não só dos materiais das estruturas, mas da própria conceção dos espaços. Quando as pessoas compram as moradias agora, querem normalmente, não digo deitar abaixo, mas querem refazer quase tudo. Há 60 anos a vida era tao diferente. Querem mais espaço para automóveis, porque não já não têm um carro, têm três, hmm... querem ar condicionado, vidro duplo, os quartos têm de ser maiores, tudo mudou. A ideia de conforto hoje é outra. Portanto a arquitetura quer nas casas, quer nas torres, quer nos blocos, resiste relativamente mal, resiste com dificuldade aos modelos atuais de vida. O regulamento tenta fazer a ponte hmm... o regulamento autoriza vidros duplos, alteram o interior como quiserem, tenta manter apenas a dignidade da arquitetura exterior coletiva. Portanto há este problema, mas também há esta resposta do regulamento. Nós dizemos que a arquitetura moderna é adaptativa, aceita a transformação. Em relação ao urbanismo a resposta é talvez mais complexa. Há coisas que resistem bem, ainda há bocadinho estava a dizer, a relação com o espaço verde supostamente natural hmm... a ideia de liberdade de movimento no espaço publico nomeadamente as crianças e os deficientes, isso não envelheceu. Cada vez mais, é difícil encontrar espaços destes noutros sítios. O que é que poderá considerar-se envelhecido nos espaços públicos? Eu penso que o principal de tudo é o problema do estacionamento. As pessoas não se queixam dos espaços verdes, as pessoas acham fantástico ter essas árvores, e os prados, e as relvas e isso tudo, isso não é um parque isso é sítio de viver, não é? É um sítio de viver que também é um parque hmm... não se queixam disso. Queixam-se do estacionamento selvagem dos que não vivem lá e metem o carro para irem para a estação. Portanto a falta de espaço para estacionar, os que vão jogar ténis metem o automóvel no sítio dos moradores e os moradores ficam sem sítio. Portanto eu penso que o problema principal é o controlo de parqueamento e, portanto, da utilização dos espaços de estacionamento público. Por exemplo, nos projetos de restauro das torres, a obra que vi no outro dia, duplica ou mais que duplica a área de estacionamento. Passou de quinze para quarenta e cinco.

C.C. - É possível resolver essas questões sem afetar significativamente a arquitetura original?

J.M.F. - O regulamento, na nossa opinião... repare, isto começou há 20 anos, o regulamento só tem sete anos de aprovado, mas nos 13 anos de diferença, nós aperfeiçoámos o regulamento e começámos a pô-lo em prática clandestinamente, entre aspas, ou seja, começámos a testá-lo antes de ser aprovado em diário da República. Quando finalmente foi aprovado em 2012, já estava muito, muito afinado pela prática.

Já sabíamos o que é que funcionava bem e funcionava mal, e já tínhamos aperfeiçoado e alterado as normas, feito novos desenhos, novas regras. O regulamente exprime a ideia de que o valor deste bairro é ser arquitetura e urbanismo moderno, mas a arquitetura e o urbanismo modernos, por definição, por essência, são adaptativos e transformáveis, não são coisas fixas e rígidas, que é como dizer, que podemos alterar certas partes da arquitetura e do urbanismo, se for para melhorar, sem ter de fazer como era há 60 anos atrás; mas também sem desfigurar o bairro. Exemplo: as superfícies de vidro com persianas moveis em vez das grelhas para os tanques de lavagem. É um exemplo, mas há muitos outros. As pavimentações em granito nos espaços públicos para permitir usos polifuncionais, desencorajar a velocidade acelerada dos carros. Os arranjos à volta das torres não são a repetição do que estava há 60 anos, não tem sentido, só tinha 15 lugares para parquear e precisamos de 40. E muitas outras coisas, não é? As pessoas tendiam a estacionar os automóveis encostados às torres, faziam uma espécie de leque de carrinhos encostados às fachadas, que é horrível porque tem as caves e as pessoas respiram monóxido de carbono. A solução dos restauros é alterar o desenho original, fazer uma faixa verde de proteção às torres, evitando que os automóveis possam sequer aproximar-se e estacionar desse lado, só podem estacionar do lado oposto. Portanto há uma serie de regras. A solução para manter é alterar, enriquecendo com a adaptação a vida atual e depois com as críticas a que nos sujeitamos. O relatório da UNESCO nacional disse “ah não isto é demasiado permissivo”, não gostaram das persianas em vez das grelhas; “não restaura tudo como deve ser”, não perceberam que é arquitetura moderna, nós mantemos a nossa perspectiva inovadora porque se sabe autotransformar, é isso que é moderno, não é ficar igual ao que era. Portanto, em suma, a adaptação e transformação é a solução para salvar o bairro, para o transformar numa coisa atual. Claro que é uma transformação controlada, completamente controlada, se não estamos perdidos. A Cláudia não pode manter isto atual sem o adaptar ao mundo real de hoje, mas também não pode ir simplesmente deixando apagar e destruir o que esta porque se não, mata a galinha dos ovos de ouro.

C.C. - O que é mais difícil recuperar do projeto original?

J.M.F. - O principal problema é, de fato, os coletivos, principalmente as torres e principalmente a torre G, ou seja, mudar a cultura de alteração clandestina e selvagem das fachadas é a principal dificuldade que se nos coloca. Mudar a atitude das pessoas perante o que querem fazer, porque há muitas pessoas que dizem “isto é a minha casa

e eu faço o que quero”, nós explicamos que as fachadas da sua casa fazem parte de um conjunto de 30 e tal casas e são de domínio publico, são para serem apreciadas pelo coletivo, sua fachada não lhe pertence, pertence-lhe a casa, faça por dentro o que quiser, mas por fora não. Se virmos as alterações nos blocos, deve haver para aí 20 obras, em 20 anos, 20 obras positivas, aquilo já começou a virar para melhor claramente, basta olhar para as fachadas. As torres não. As torres ainda são minoritárias às obras positivas, ainda são maioritárias as alterações clandestinas dos anos 90. Portanto a principal dificuldade é reconfigurar as torres e recuperar as torres com uma arquitetura com qualidade, que fará finalmente com que a comissão da UNESCO diga “já resolveram o problema das marquises”.

C.C. - A dinâmica do bairro, hoje em dia, é a que se pretendeu inicialmente?

J.M.F. - Bem visto. Esse é um problema de fundo. A vida já não é como era há 100 anos, nem sequer temos a escola primária para as crianças irem a pé sem perigo hmm... o mundo mudou muito. Há um sentido de comunidade claro em Nova Oeiras, aliás a prova disso é a AMNO a associação de moradores que se constituiu livremente por iniciativa deles há 15 anos. Isto mostra que há um sentimento de pertença coletivo do bairro, os novos moradores acabam sempre por se integrar na associação e participar. Agora a maneira, as regras de comportamento coletivo, é que são muito diferentes de há 100 anos. As pessoas dão mais importância ao conforto interno das suas casas do que ao usufruto e ao uso dos espaços coletivos no exterior. No entanto, esse espaço coletivo tem uma oferta igual à que havia há 100 anos. Portanto as pessoas usam menos o espaço exterior e usam mais as casas, penso que há um bocadinho essa tendência, mas... por causa da oferta evidente do bairro de beleza, de qualidade de vida em diante hmm... estes valores contrariam esta ideia egoísta. Ajudam a contrariar esta ideia egoísta que é uma coisa genérica, as pessoas querem uma casa boa. A casa também depende da envolvente. Portanto eu acho que é a unidade de vizinhança de há 100 anos que está lentamente a ser recomposta e transformada, mas que não perde esse valor de comunidade, que continua a existir em Nova Oeiras.

C.C. A propósito do futuro do bairro, acredita que a qualidade do desenho do bairro possa ainda ter pertinência neste novo século, como um caminho qualificado?

J.M.F. Sim, acredito, pois a qualidade elevada das suas características paisagísticas, urbanísticas e arquitetónicas é um valor perene. Recuperando habitações com

aceitação de aspetos técnicos mais atuais; sustentando a arborização por replantações cadenciadas; e continuando os restauros dos arranjos exteriores renovados, toda a área terá bom futuro. O garante disso é a frequente e constante renovação dos seus habitantes.

C.C. - o que o aproximou tanto do bairro, ou seja, o que despertou o interesse para fazer a recuperação do bairro?

J.M.F. - Já conhecia o bairro há anos, por lá morarem amigos desde os anos 1970; fiz com a arquiteta Lurdes Janeiro uma obra de ampliação no bairro, em 1990, que recebeu a primeira Menção Honrosa do Prémio Municipal de Arquitectura de Oeiras; e fiz em 2000 um artigo para o jornal Expresso defendendo a preservação e recuperação das galerias do Átrio Comercial, ameaçadas de demolição, e o presidente da CMO convidou-me de seguida para apresentar um plano de recuperação global, o que aceitei e fiz (com a arquiteta Lurdes Janeiro). A partir daqui fiquei sempre ligado ao bairro, trabalhando com o GALNOV, criado em 2002.

C.C. - Como vê o bairro no contexto geral em relação ao país nos anos 1920?

J.M.F. - Obra única e exemplar, da história moderna da arquitectura, deve ser divulgado e reconhecido nacional e internacionalmente, no seu valor e inovação.

APÊNDICE B

Entrevistas a moradores do bairro residencial de Nova Oeiras

Entrevistas a moradores do bairro

Lisboa, Outubro 2019

Armanda Paiva Sá, 71 anos. Moradora num dos blocos do centro comercial, num apartamento T3. Mora no bairro há 45 anos.

Cláudia Cândido - Gosta de morar em Nova Oeiras? Porquê?

Armanda Paiva Sá - Sim gosto. É tudo muito sossegado, parece uma quinta. Sinto-me muito bem aqui. Foi feito numa altura que havia muito espaço ainda, portanto não estão os prédios colados uns aos outros, nem as torres nem os blocos, não é? Tem muito espaço pelo meio. Eu gosto muito de olhar e só ver verde. 95 por cento de verde e 5 por cento de betão. Praticamente não tem trânsito, o trânsito passa ali ao fundo e também não é constante. Eu acho que está bem concebido.

C.C. - O que gostaria que melhorasse no bairro?

A.P.S. - Há várias coisas, mas principalmente o barulho. De manhã vêm as pessoas com os cães, depois às 10 da noite, as vezes já estou na cama, e vêm as pessoas com os cães for a... a rapaziada que vem beber as suas cervejas e se entreter. Em relação à arquitetura e ao urbanismo está muito bem aliás já encontrei isto assim. O verde agrada-me muito também.

C.C. - Que qualidades destaca no bairro?

A.P.S. - De melhor, tem as pessoas que se dão bem. Os convívios que a gente faz aqui no café.

C.C. - Fez alterações no seu apartamento?

A.P.S. - Não fiz alteração nenhuma. Serve-me perfeitamente. Sinto-me confortável.

Lia Neves, 23 Anos. Mora no bloco B, num apartamento T3. Mora no bairro desde os três anos.

Cláudia Cândido - Gosta de morar em Nova Oeiras? Porquê?

Lia Neves - Sim gosto muito. Gosto porque é muito calminho, é uma zona muito bonita, é ajardinada por toda a parte e acho que isso faz muita diferença, quer para a absorção do ruído dos carros ou só mesmo pelo ar. Eu sempre que chego de Lisboa a Oeiras respiro e sinto um cheirinho de maresia, acho que isso é uma sensação ótima e porque tem, pelo menos aqui dentro desta alameda... tens um super bom clima, ao lado do centro de deficientes, alias o centro de deficientes foi aqui construído porque é uma zona tão calma que eles podem estar a vontade para vir aqui ao café, para ir aos vários serviços. Gosto muito de estar aqui.

C.C. - O que gostaria que melhorasse no bairro?

L.N. - Neste momento gostaria que melhorasse a feira dos moradores de Nova Oeiras, que já não existe há algum tempo, não sei porquê. E gostava de ter uma horta comunitária aqui. Vou ver se a câmara aprova ou não. Há três em Oeiras, mas com uma lista de espera de para aí 200 pessoas para entrarem na horta, e acho que aqui fazia sentido fazer um talhão para cada pessoa. Em termo da estrutura acho que está muito bem conseguido.

C.C. - Que qualidades destaca no bairro?

L.N. - Acho que é o espaço ajardinado. Haver tantos espaços ajardinados que se torna agradável de estar praticamente em qualquer ponto de Nova Oeiras.

C.C. - Fez alterações no seu apartamento?

L.N. - Sim. Vidros duplos porque fazia muito frio e tornámos as cozinhas mais compridas e os quartos mais compridos. O apartamento em si é muito bom, é super confortável. Não é gigantão, mas é ótimo, o tamanho é ótimo. [Cumpriram o regulamento, portanto não fecharam a parte da guarda que tem as grelhas, e fecharam a varanda por detrás

da parte fechada da guarda. Puseram as persianas metálicas como manda o regulamento no lugar das grelhas originais de betão]

Manuel Soares, 71 anos. Mora numa moradia. Mora no bairro há quarenta e sete anos.

Cláudia Cândido - Gosta de morar em Nova Oeiras? Porquê?

Manuel Soares - Sim gosto. Já cá moro há 47 anos, portanto, é um sítio agradável sossegado e perto de Lisboa.

C.C. - O que gostaria que melhorasse no bairro?

M.S. - A arquitetura não estou muito preocupado, é mais a circulação do trânsito, acho que há coisas a melhorar e não estão bem. A estrada de Santo António que vai ao longo da linha e que só tem um sentido, devia ser ao contrário para evitar as concentrações de trânsito.

C.C. - Que qualidades destaca no bairro?

M.S. - De melhor tem o sossego, as coisas estão todas perto, supermercados, esplanadas, centro comercial, os amigos, tenho cá muitos amigos e família, mora cá muita família. Moro numa moradia e venho aqui tomar café.

Alexandre Antunes, 62 anos. Mora numa moradia. Mora no bairro há 59 anos. Vice-presidente da AMNO (Associação de Moradores de Nova Oeiras).

Cláudia Cândido - Gosta de morar em Nova Oeiras? Porquê?

Alexandre Antunes - A zona de convivência dos espaços verdes e a zona habitacional. É uma zona bastante calma, as pessoas são bastante afáveis, já conhecemos aqui

gente há 34 anos, é quase uma família. Não tem o *stress* da vila de Oeiras ou de Santo Amaro ou de Carcavelos, é um bocado recatado.

C.C. - O que mudou no bairro desde a época para que veio cá morar até agora?

A.A. - Tens uma degradação das infraestruturas do bairro. Na parte do bairro que é gerida pelo município, essas infraestruturas não têm sido renovadas de acordo com os projetos que já foram feitos, nem com a calendarização destes projetos, portanto, tu tens zonas que estão claramente degradadas, tens o caso aqui das galerias que tens bocados a cair, tens algumas envolventes das torres que precisam de ser reformuladas por causa do estacionamento e os planos já estão todos feitos para isso. Portanto sentimos um bocado esta parte negligenciada por parte da câmara, em tempos uteis para fazer esta renovação. E depois tens a parte toda das áreas verdes, que tem, parte delas, árvores muito antigas que estão cá desde o tempo do arquiteto paisagista que era o Ribeiro Telles, e parte destas peças já não fazem sentido existirem, tanto que estão a estragar muitas infraestruturas subterrâneas... nos canos, nas regas, nos próprios esgotos, então estas têm de ser renovadas. Estamos com a câmara a tentar fazer uma replantação nos moldes que não choquem muito com o bairro de antigamente.

C.C. - Tem algum aspeto que gostaria que melhorasse no bairro?

A.A. - Essencialmente a parte das infraestruturas e depois tens a parte que tem a ver com os particulares, já não tem a ver com a câmara, que tem a ver com o reavivamento do comércio do bairro. O comércio do bairro tem estado a morrer aos poucos e poucos, e as empresas que têm vindo para aqui são empresas de porta fechada, são laboratórios, são estúdios de fotografia, são gabinetes de arquitetura, portanto, não são abertos ao público, logo isso faz morrer um pouco a atividade que o bairro tem em si. Antigamente tinha aqui um supermercado, tinha mais cafés, as pessoas saíam mais e vinham cá [centro comercial], tinha aqui um banco, tinha o posto de correios, tinha um talho, tinha uma drogaria, portanto tudo isso traz vida ao bairro. Antes tinha mais vida de bairro, tinha mais comércio variado, as pessoas não iam tanto as grandes superfícies, faziam mais vivência no bairro. Já começamos a ter várias gerações que estão a vir para o bairro, começa a ter mais casais com filhos novos que adoram isso, isto é um espetáculo para ter crianças se tu fores ver os espaços verdes aqui a volta, é muito bom

para isso mesmo. As pessoas estão a reviver isso, a parte que falta continua a ser o comércio, a âncora do bairro. Desvantagens, neste momento, têm a ver com o comércio que não existe tem a ver com o bairro ser um local de passagem de um concelho para o outro, e de bairros circundantes para outro. Estacionamento selvagens. Dos aspetos positivos é que continua a ser um oásis em Oeiras, porque é um bairro simpático, um bairro arejado, tens vários espaços verdes agradáveis tanto para famílias como para jovens, e nesse aspeto continua a ser uma coisa única, para além do aspeto arquitetónico, e da maneira como foi contruído o bairro, tem a sua história já, portanto tem um valor que as pessoas sentem-se ligadas a Nova Oeiras.

C.C. - Quais são os aspetos negativos no bairro?

A.A. - Tem a ver essencialmente com a circulação. Este bairro antigamente não era um local de passagem e passou a ser, portanto toda a gente que se desloca de Carcavelos ou da Quinta das Palmeiras para ir para a estação tem de atravessar o bairro, antigamente não era assim. O bairro que era mais ou menos pacato começa a ter trânsito o que para nós é negativo. Tens também o estacionamento. Não há alternativa para o estacionamento à volta da estação de Oeiras, portanto as pessoas vêm estacionar dentro bairro, o que causa bastantes problemas às pessoas que moram no bairro que deixam de ter estacionamento para elas.

C.C. - Que qualidades destaca no bairro?

A.A. - Tem a ver essencialmente, como está disposto o bairro, com esta variante entre habitação coletiva e habitação individual e os espaços verdes, que é uma das mais valias que o bairro tem.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A** - Cópias dos desenhos originais do Bloco A, dos blocos paralelos entre si.
- Anexo B** - Cópias dos desenhos originais dos Blocos B e Bloco C, dos blocos paralelos entre si.
- Anexo C** - Cópias dos desenhos originais das torres.
- Anexo D** - Cópias dos desenhos originais do núcleo central.
- Anexo E** - Recortes de imprensa.

ANEXO A

Cópias dos desenhos originais do Bloco A, dos blocos paralelos entre si

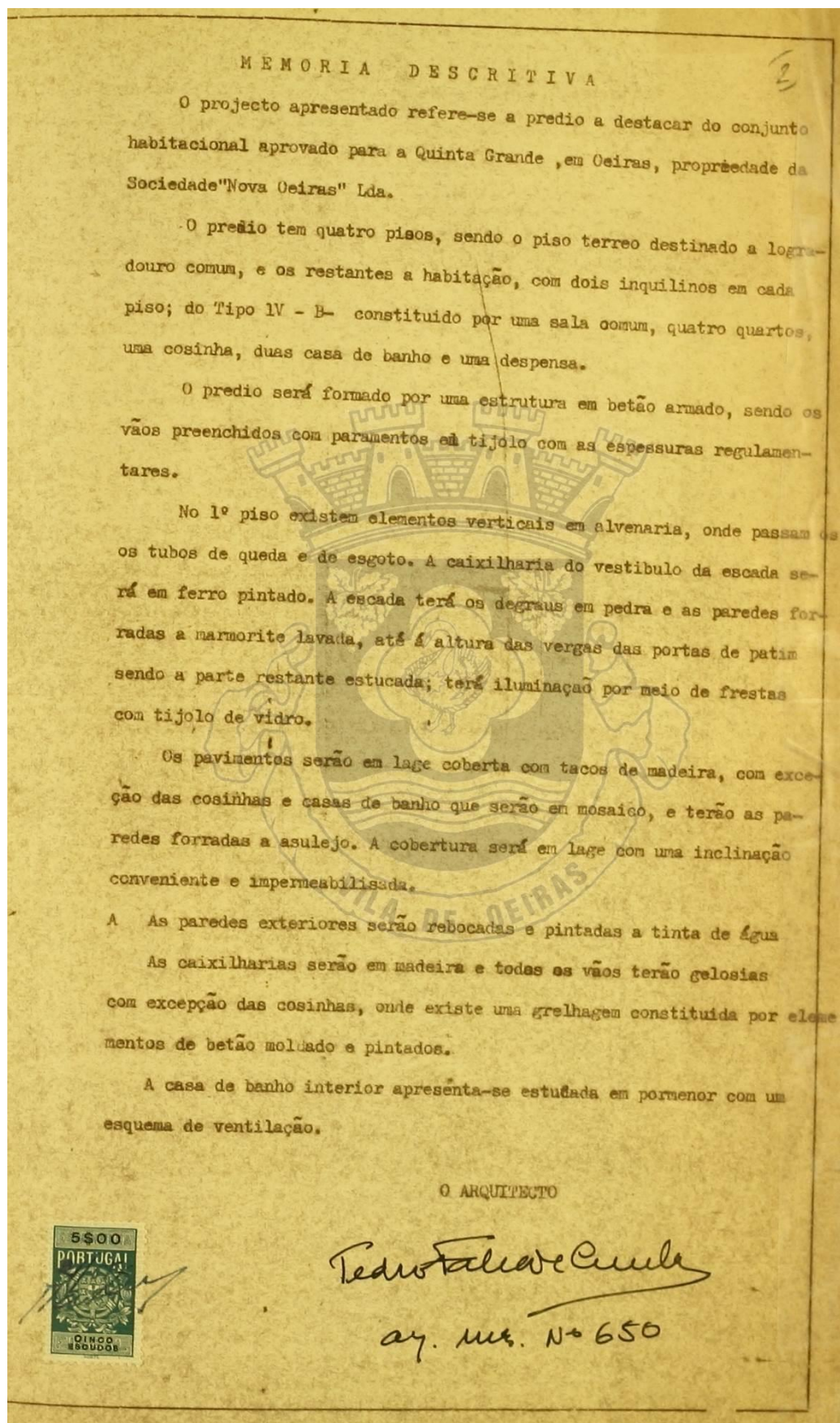
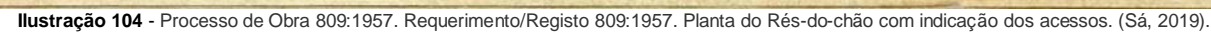


Ilustração 103 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Memória descritiva do Bloco A. (Sá, 2019).



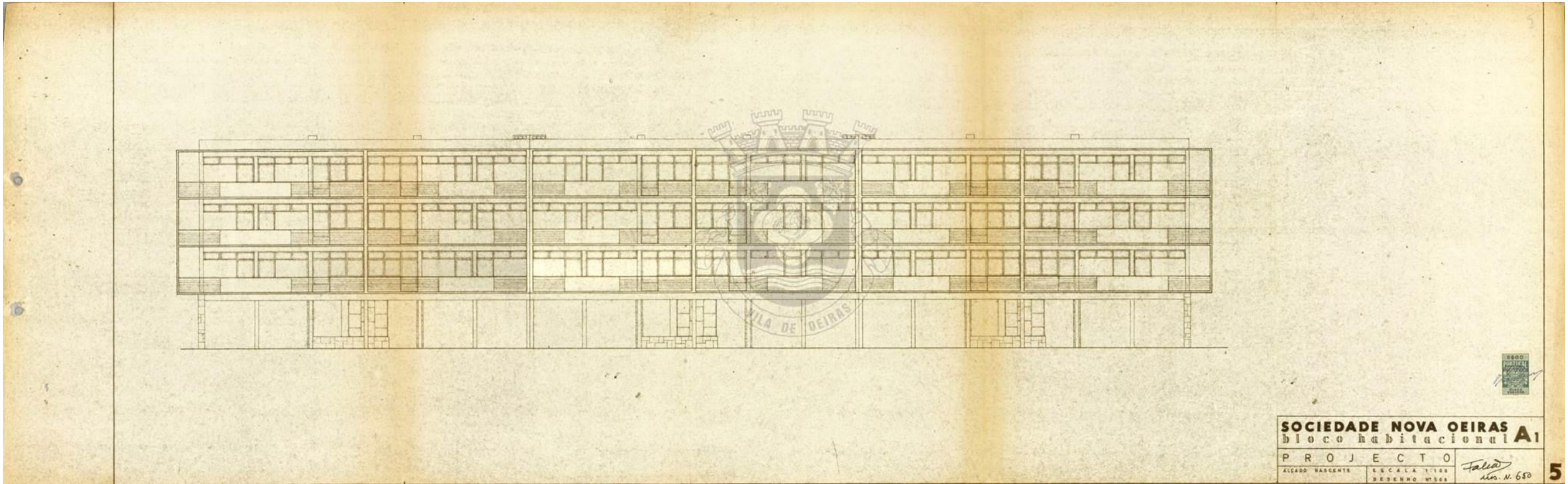


Ilustração 106 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Alçada nascente. (Sá, 2019).

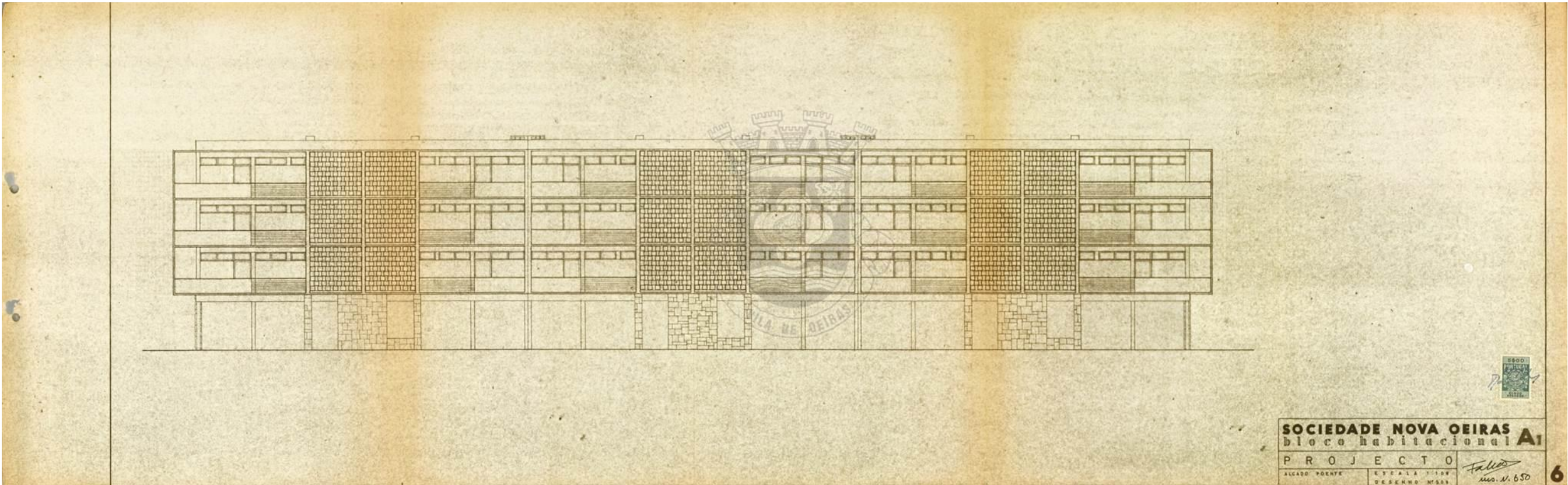


Ilustração 107 - Processo de Obra 809:1957. Requerimento/Registo 809:1957. Alçada poente. (Sá, 2019).

ANEXO B

Cópias dos desenhos originais dos Blocos B e C, dos blocos paralelos entre
si

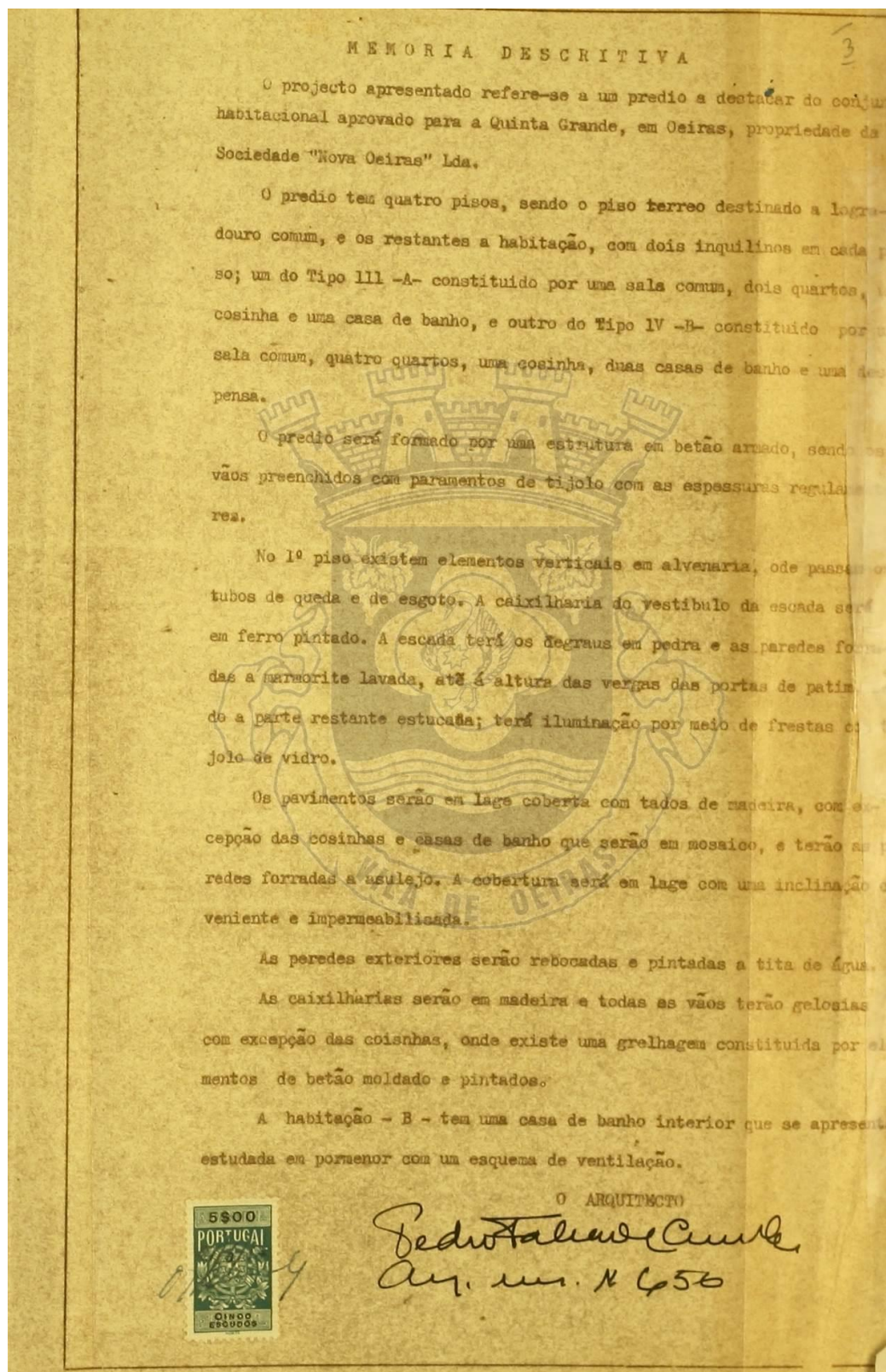


Ilustração 108 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Memória descritiva do bloco B. (Sá, 2019).

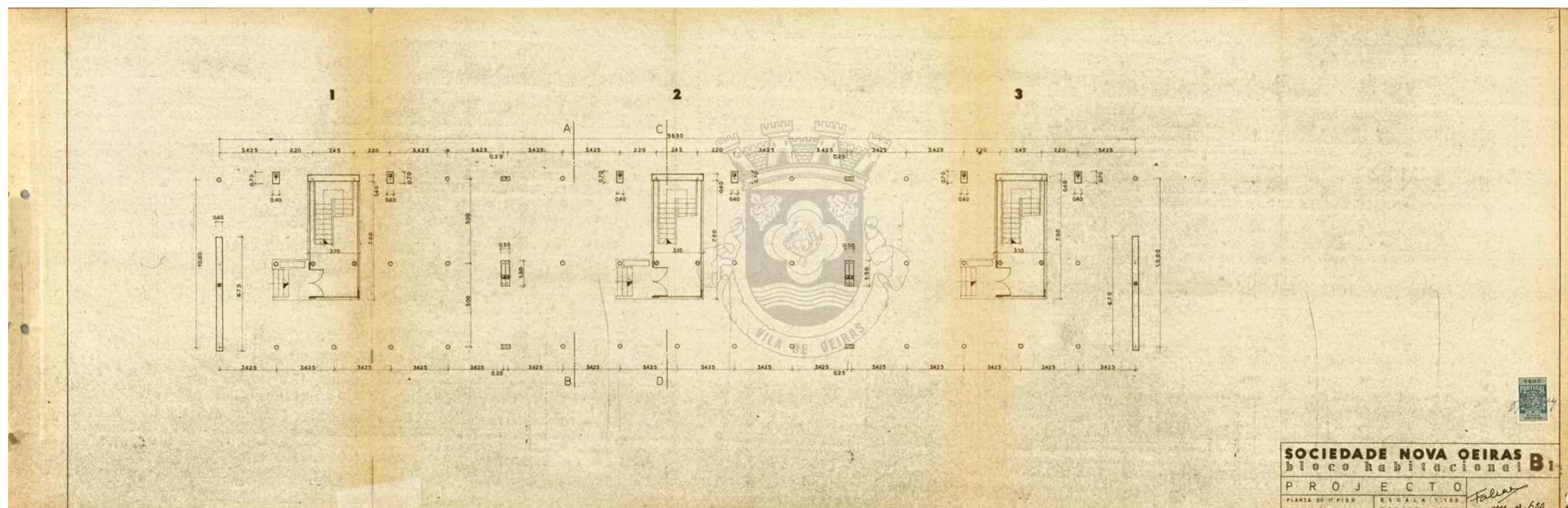


Ilustração 109 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Planta do Rés-do-chão com indicação dos acessos. (Sá, 2019).

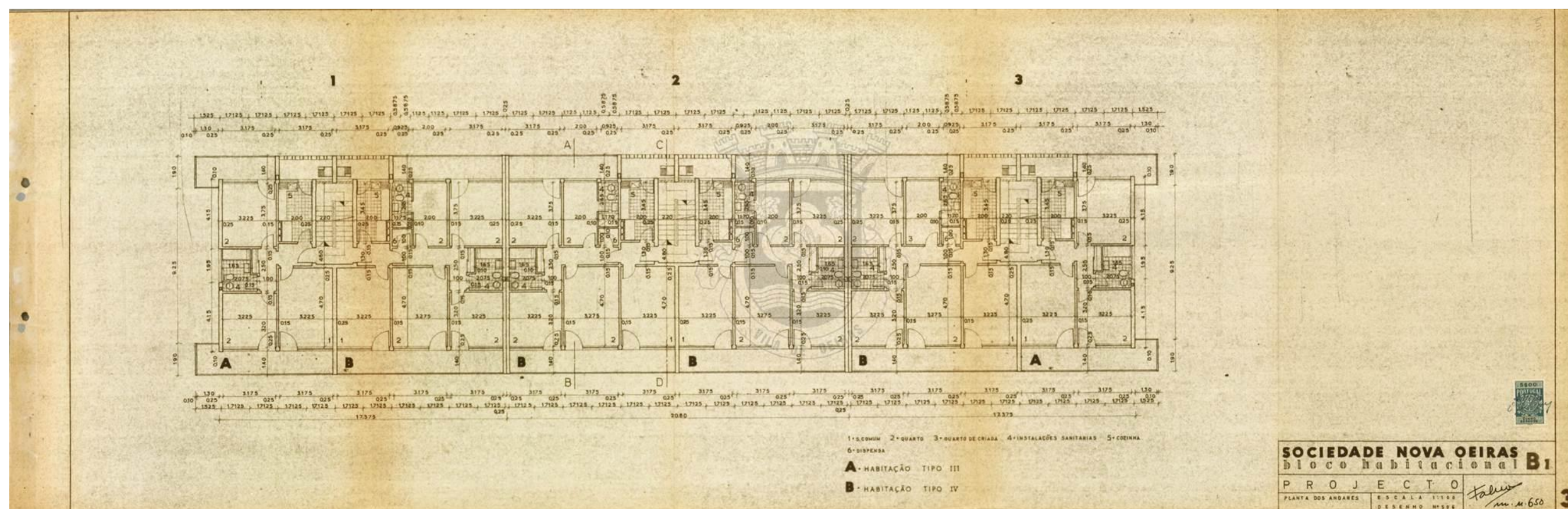


Ilustração 110 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Planta dos pisos (Sá, 2019).

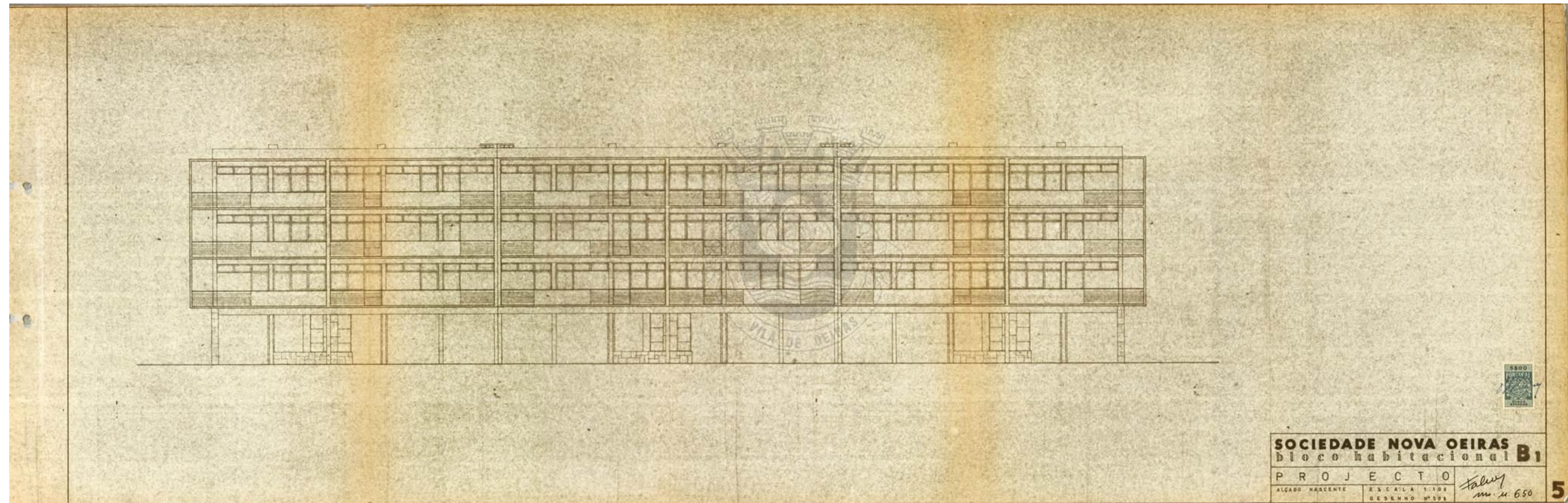


Ilustração 111 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Alçado nascente. (Sá, 2019).

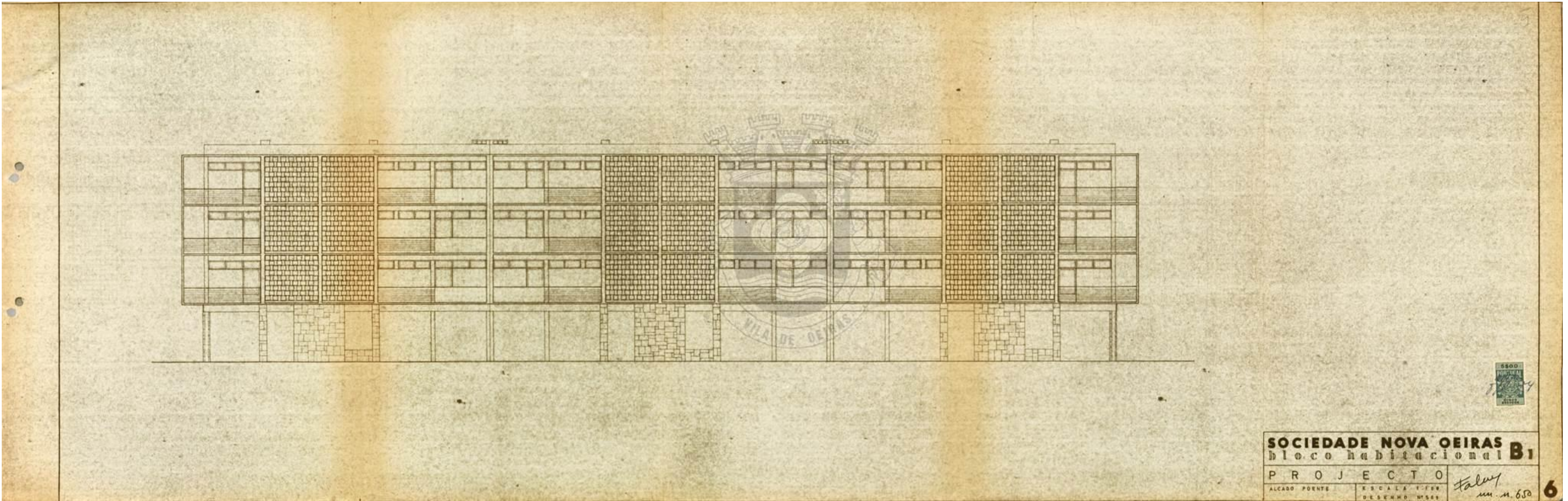


Ilustração 112 - Processo de Obra 812:1957. Requerimento/Registo 812:1957. Alçado poente. (Sá, 2019).

ANEXO C

Cópias dos desenhos originais das torres

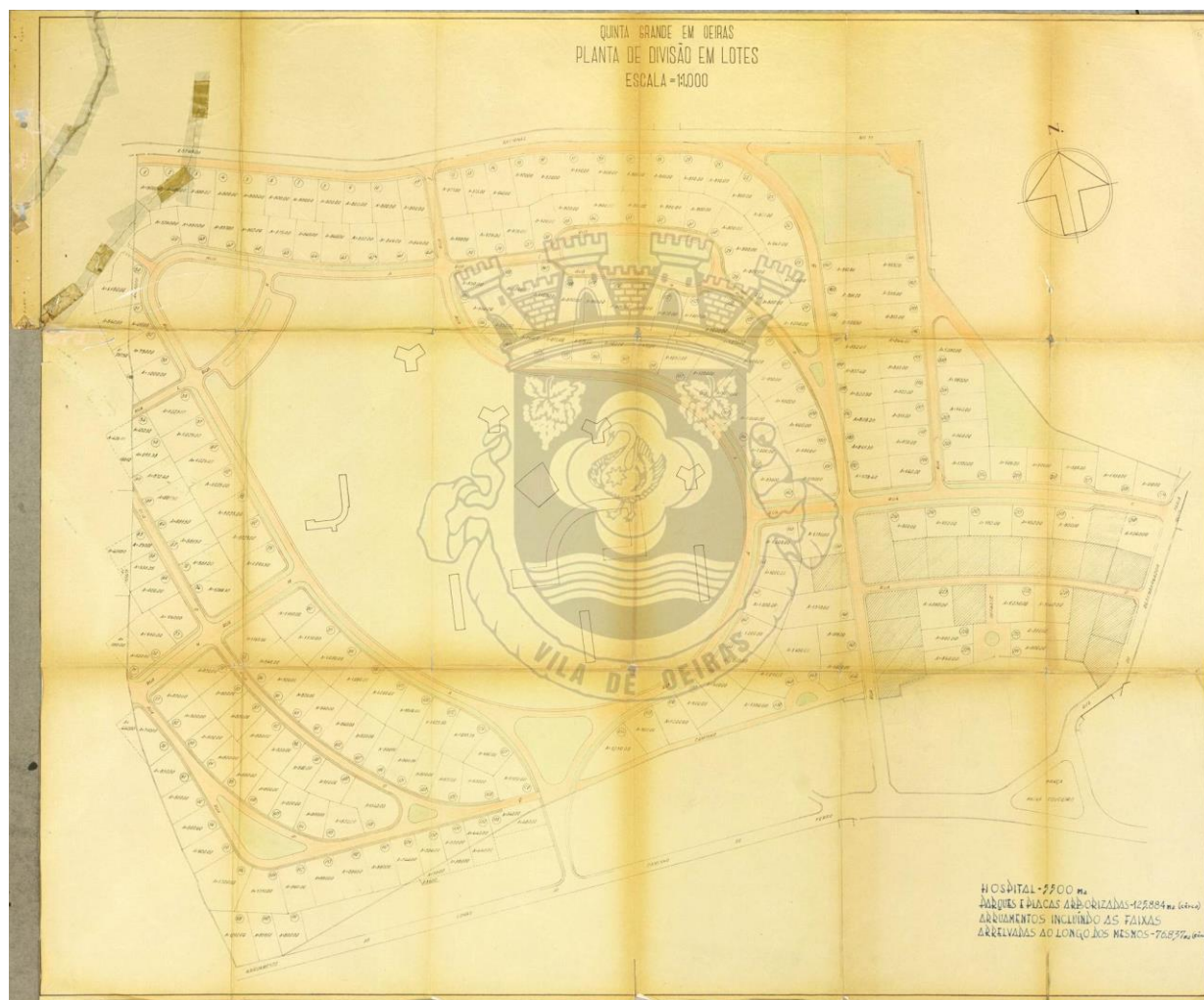


Ilustração 113 - Processo de Obra 660-1954. Requerimento/Registo 685-195. Plano urbano com o centro comercial ainda de base curva de base curva. (Sá, 2019).



Ilustração 114 - Processo de Obra 87-1953. Requerimento/Registo 757-1960. Plano urbano após a alteração do centro comercial. Ainda quatro torres. (Sá, 2019).

Torre D, E, F, H.

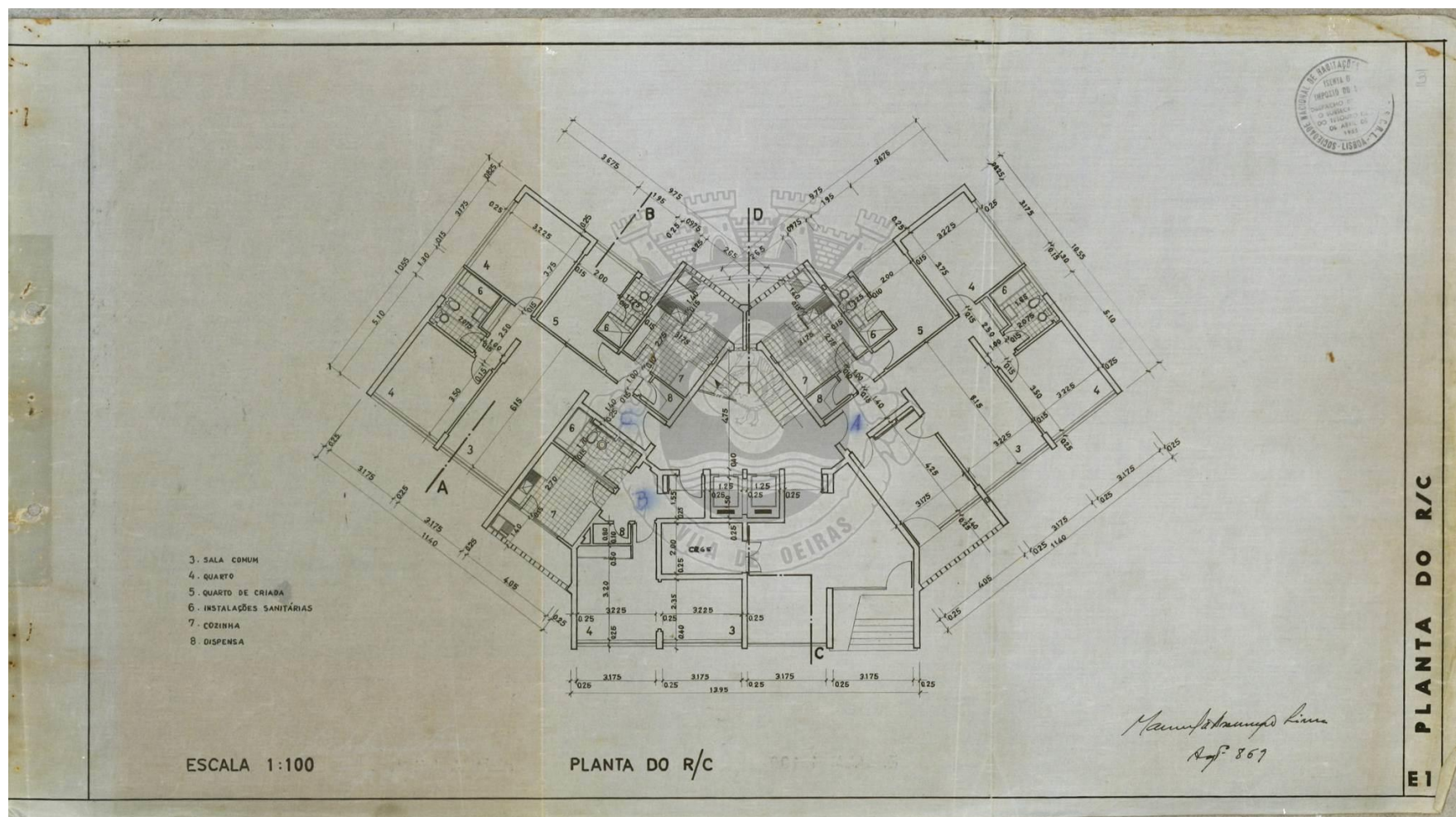


Ilustração 115 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta do Rés-do-chão. (Sá, 2019).

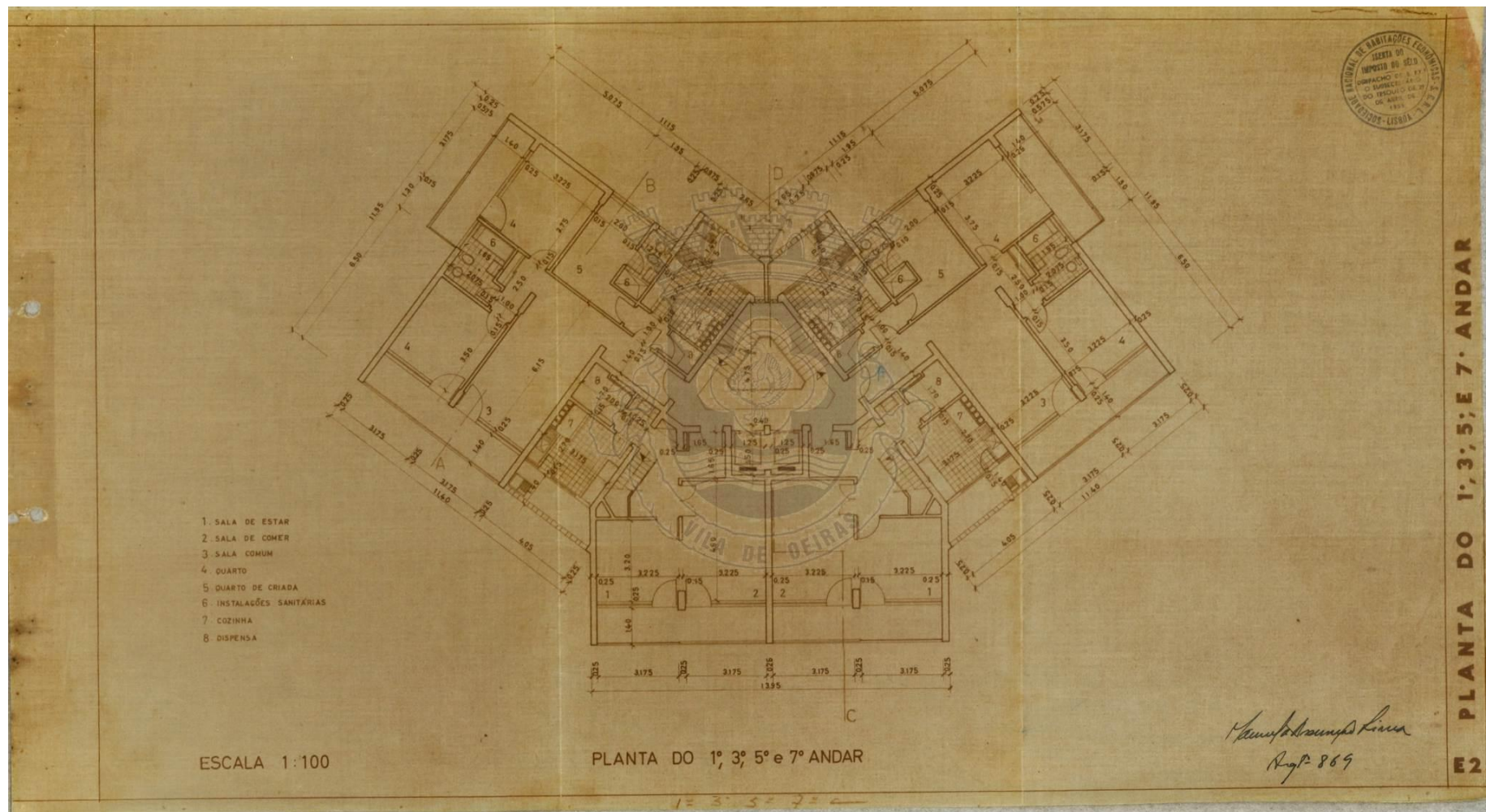


Ilustração 116 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta dos pisos um, três, cinco e sete. (Sá, 2019).

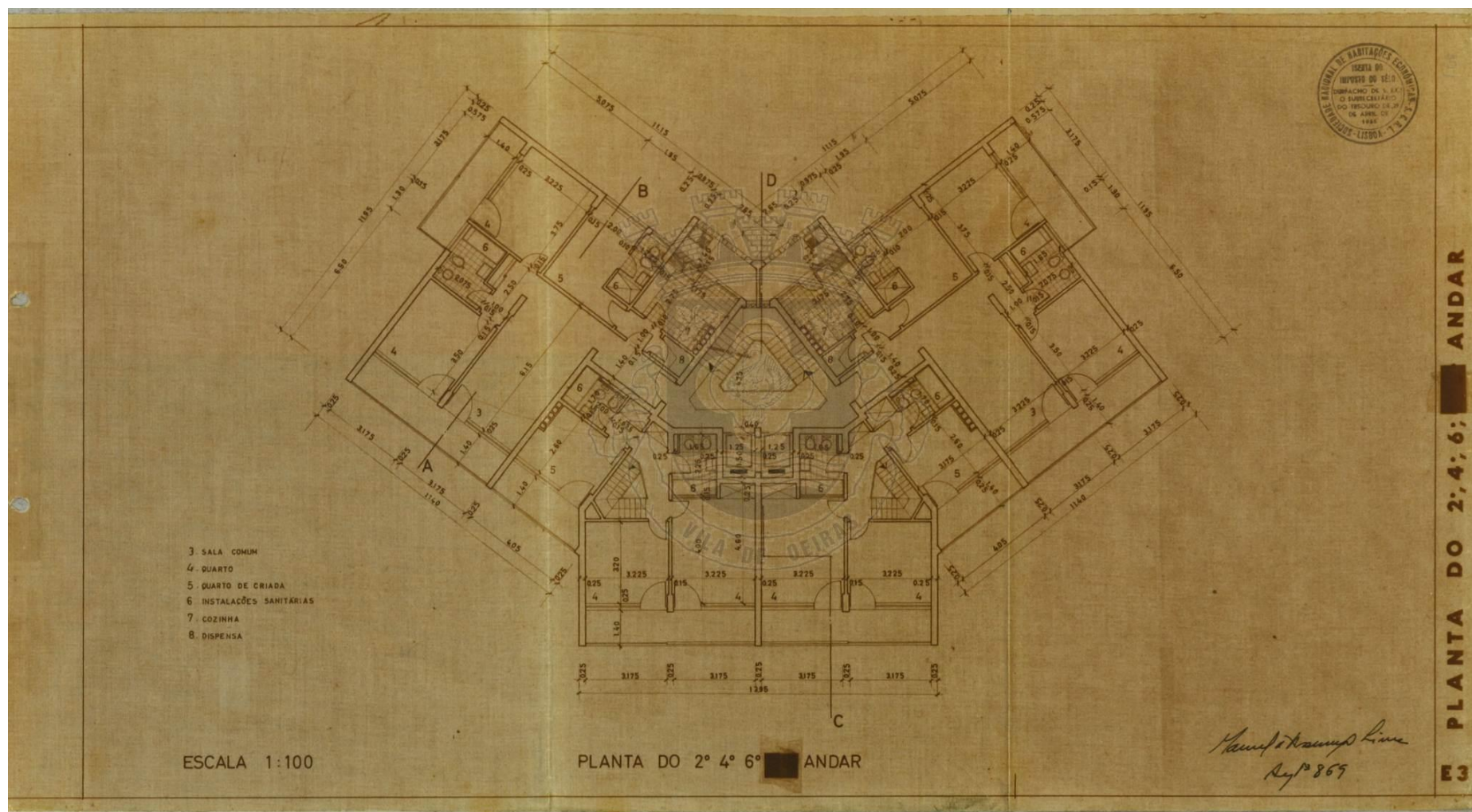


Ilustração 117 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta dos pisos dois, quatro e seis. (Sá, 2019).

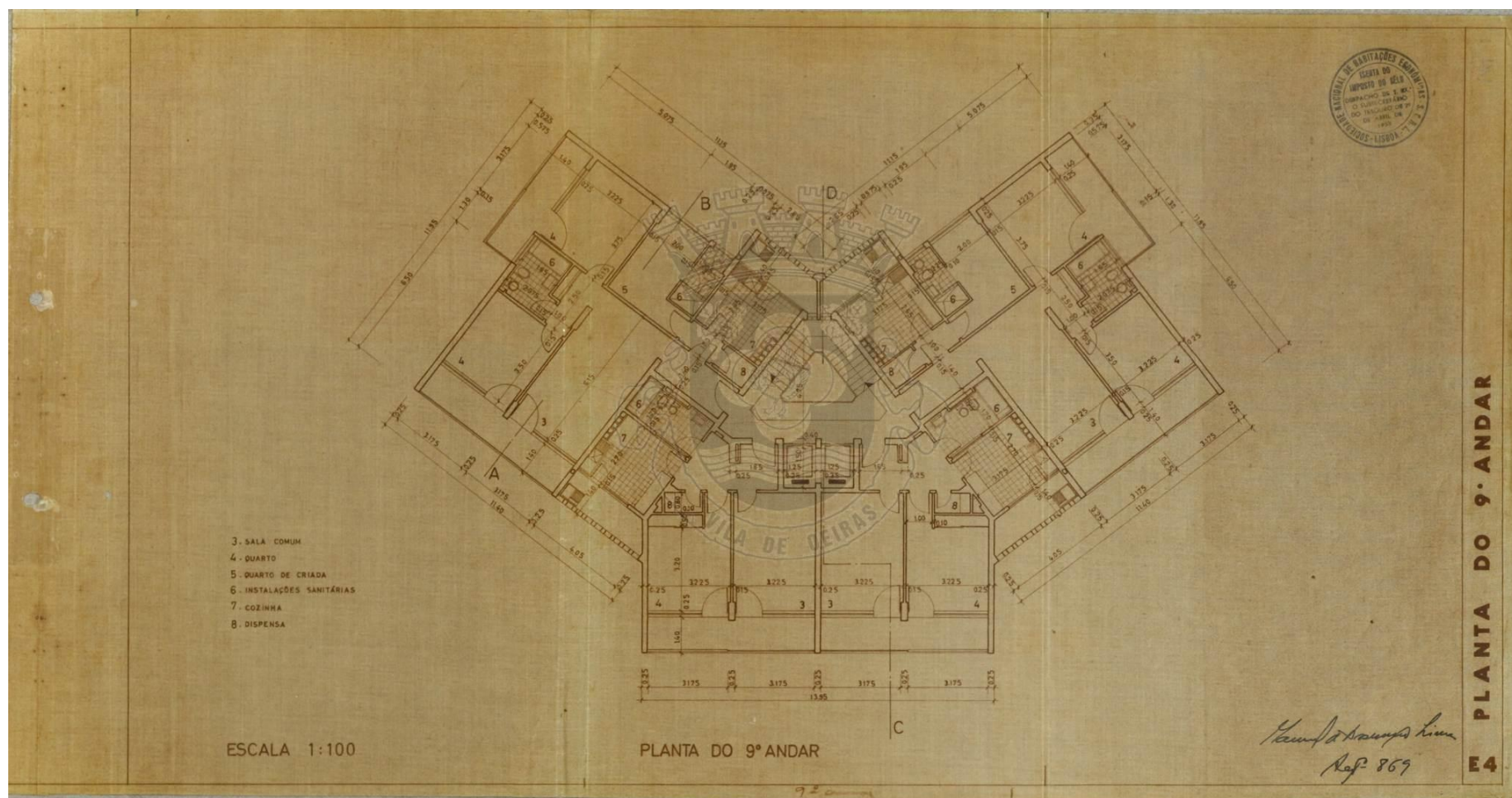


Ilustração 118 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta do piso nove. (Sá, 2019).

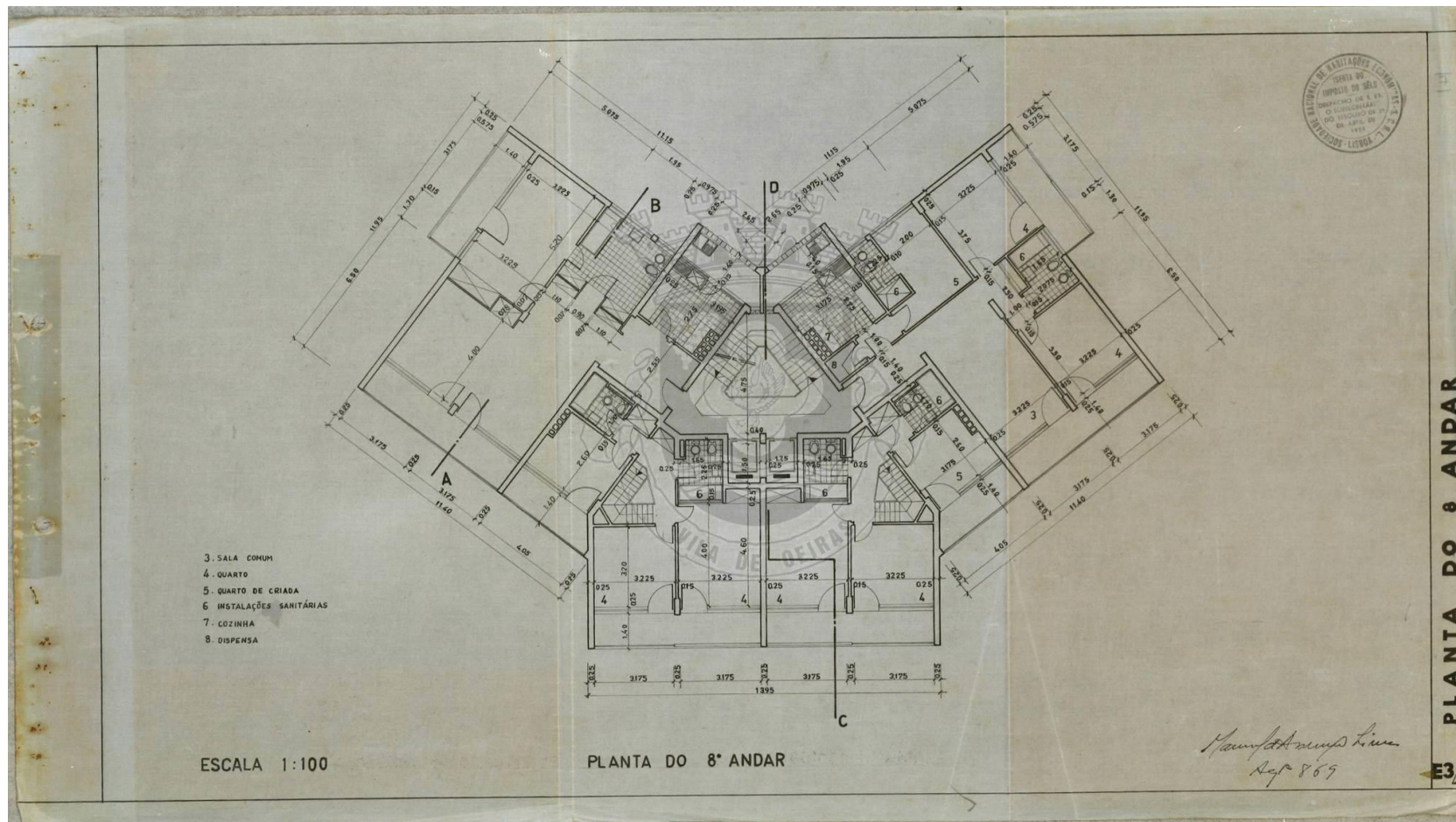


Ilustração 119 - Processo de Obra 1013-1957. Requerimento/Registo DF5932-1962. Planta do piso oito. (Sá, 2019).

Torre G

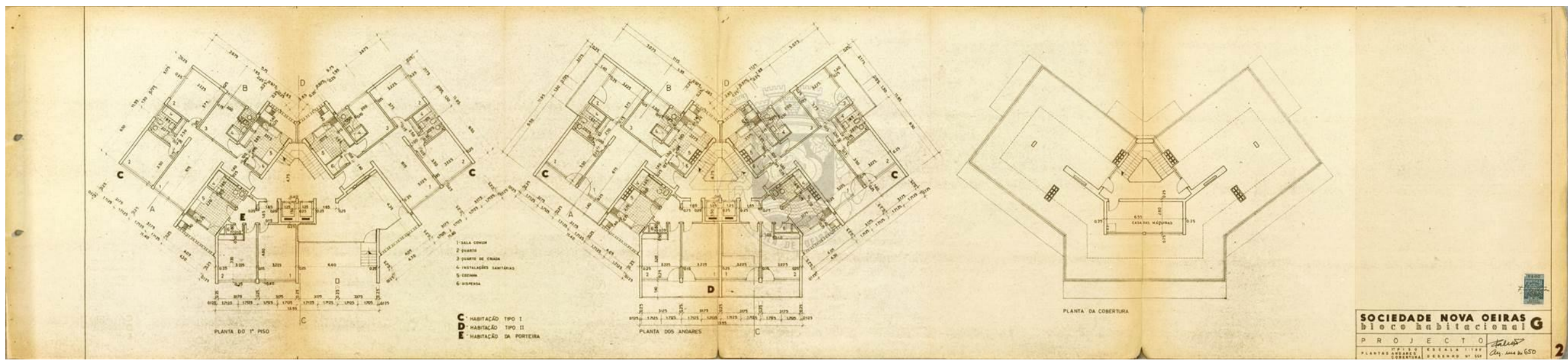


Ilustração 120 - Processo de Obra 1016-1957. Requerimento/Registo 1016-1957. Plantas dos pisos. (Sá, 2019).

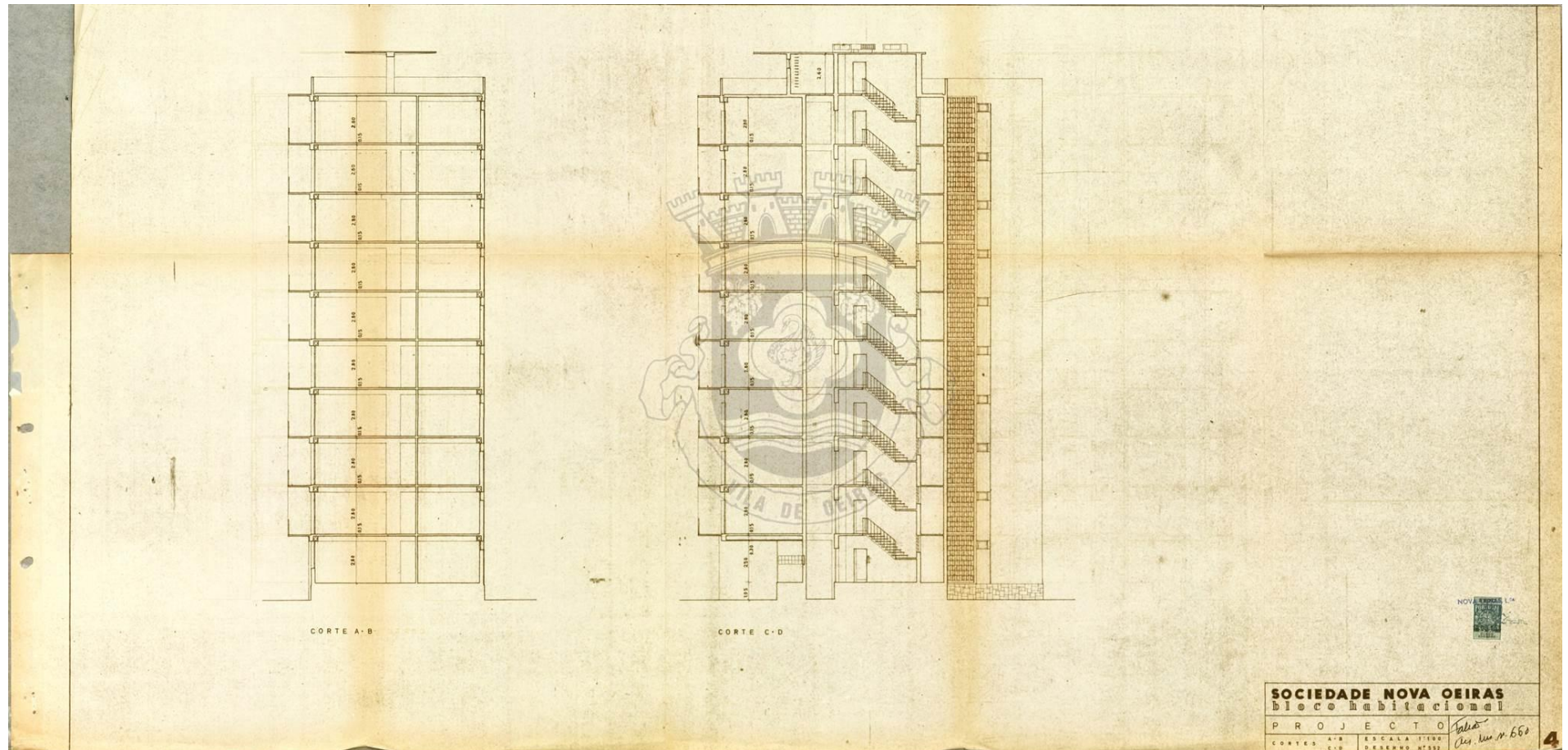


Ilustração 121 - Processo de Obra 1016-1957. Requerimento/Registo 1569-1958. Corte A - B e corte C - D. (Sá, 2019).

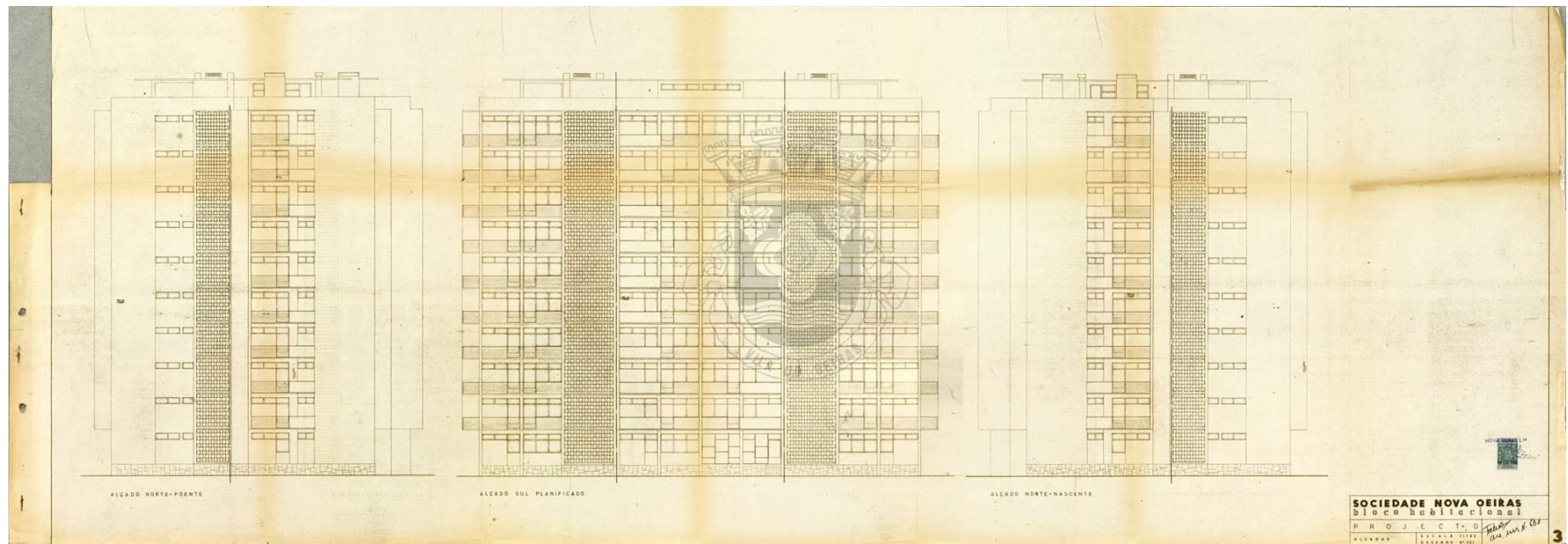


Ilustração 122 - Processo de Obra 1016-1957. Requerimento/Registo 1569-1958. Alçado norte-poente, alçado sul e alçado norte. (Sá, 2019).

Torre I

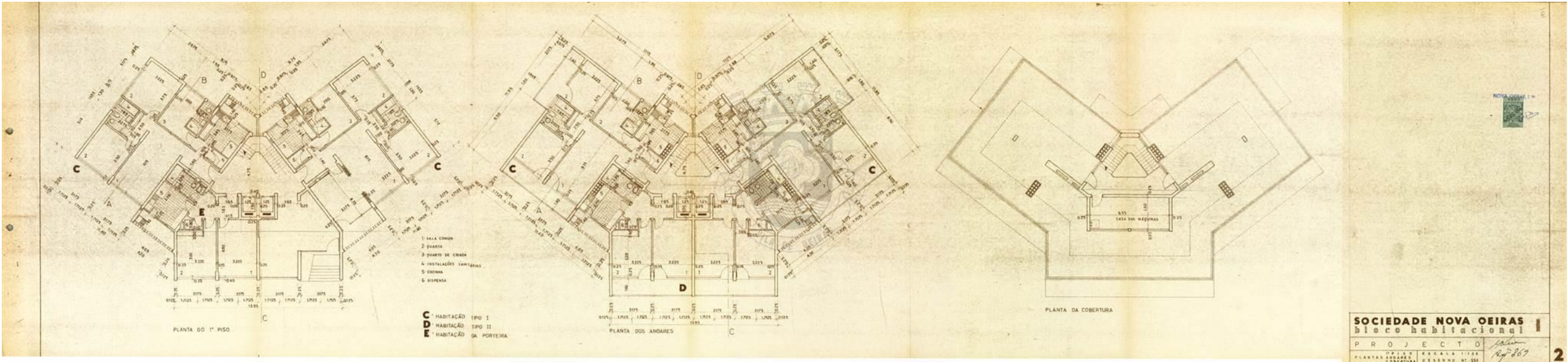


Ilustração 123 - Processo de Obra 1088-1962. Requerimento/Registo 1088-1962. Planta dos pisos e planta de cobertura. (Sá, 2019).



Ilustração 124 - Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo DF5749-1966. Alçado norte-poente, alçado sul e alçado norte-nascente. (Sá, 2019)

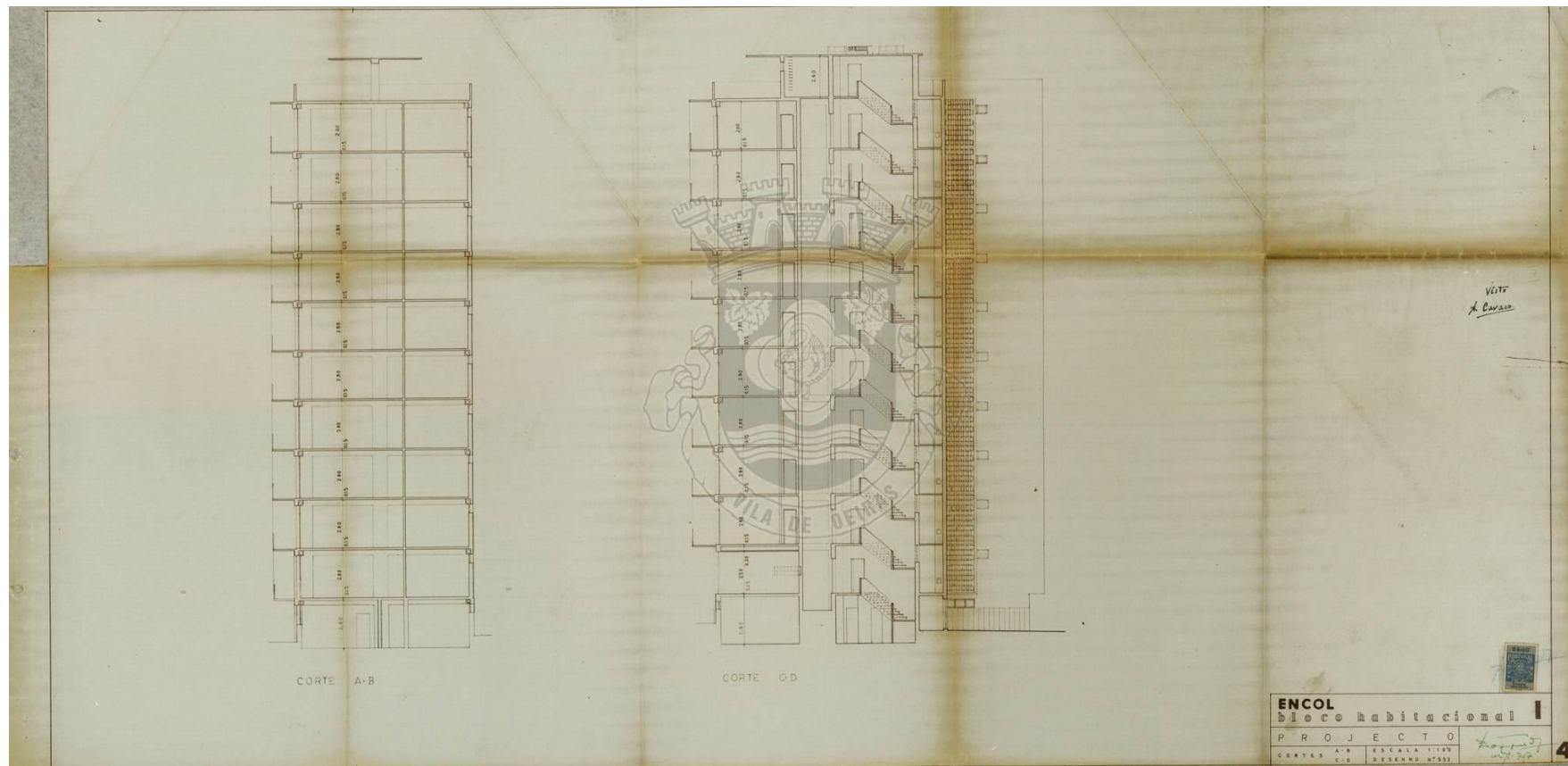


Ilustração 125 - Processo de Obra 31-1965. Requerimento/Registo DF5749-1966. (Sá, 2019).

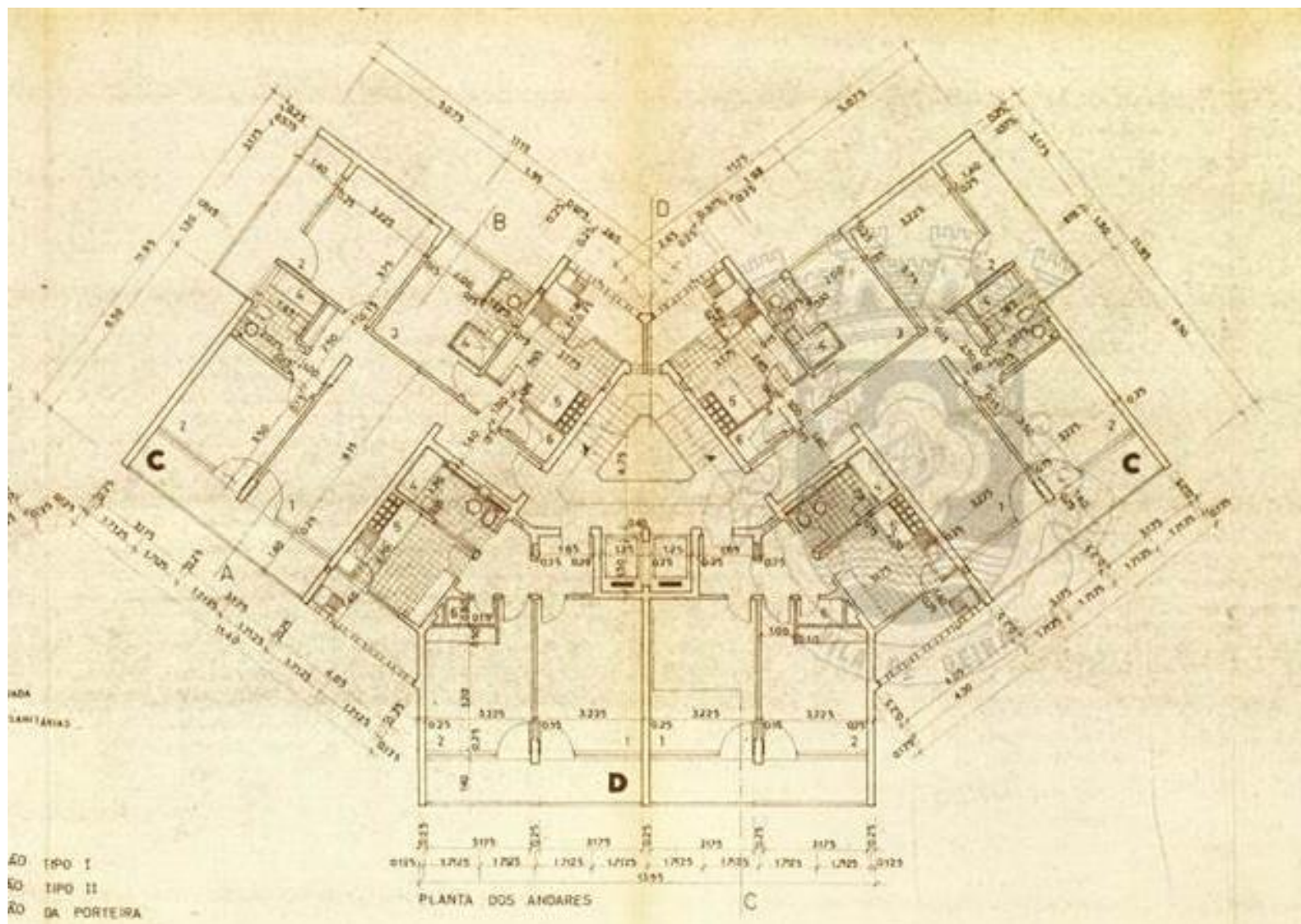


Ilustração 126 - Processo de Obra 1088-1962; Tipo de Projecto ARQ ; Volume 1 ; Requerimento/Registo 1088-1962 - Parte Plantas; Página 6 — Planta da torre I original, ainda com os dois T1 geminados no corpo central e o T4 na ala lateral. (Sá, 2019).

ANEXO D

Cópias dos desenhos originais do núcleo central

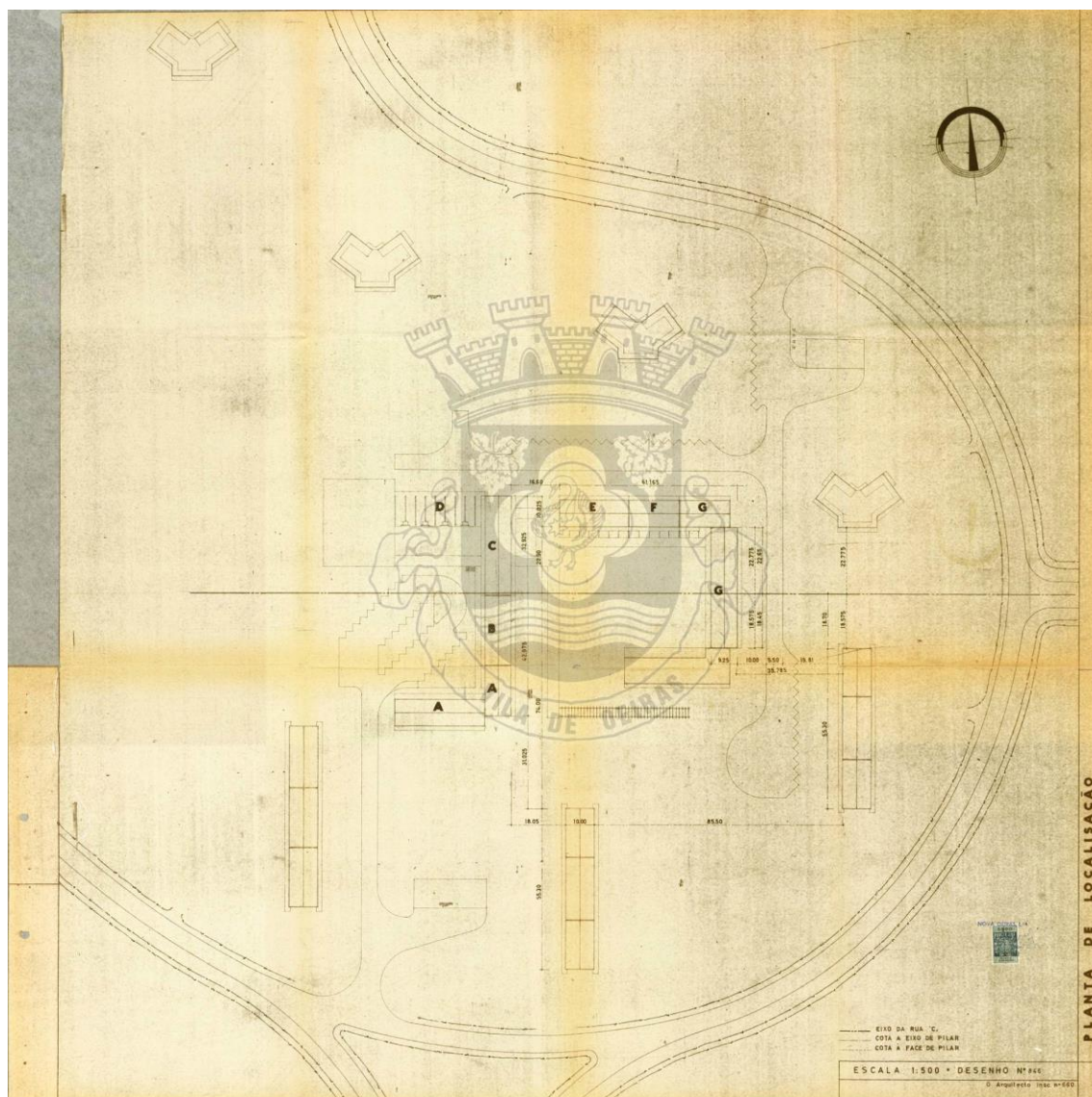


Ilustração 127 - Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registro 80-1959. Planta de localização do centro comercial. (Sá, 2019).

Bloco B

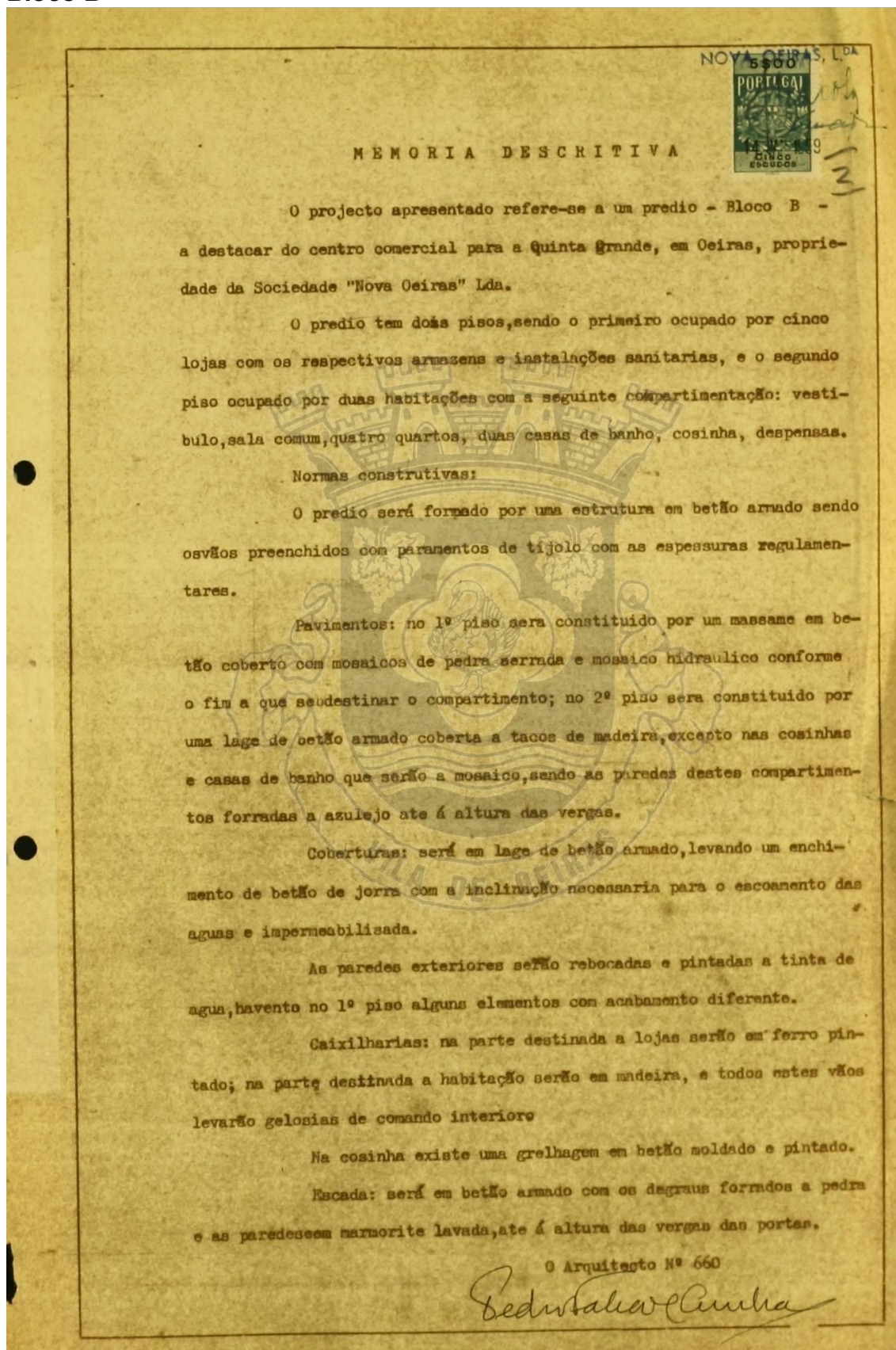


Ilustração 128 - Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 80-1959. Memória descritiva do bloco B. (Sá, 2019).

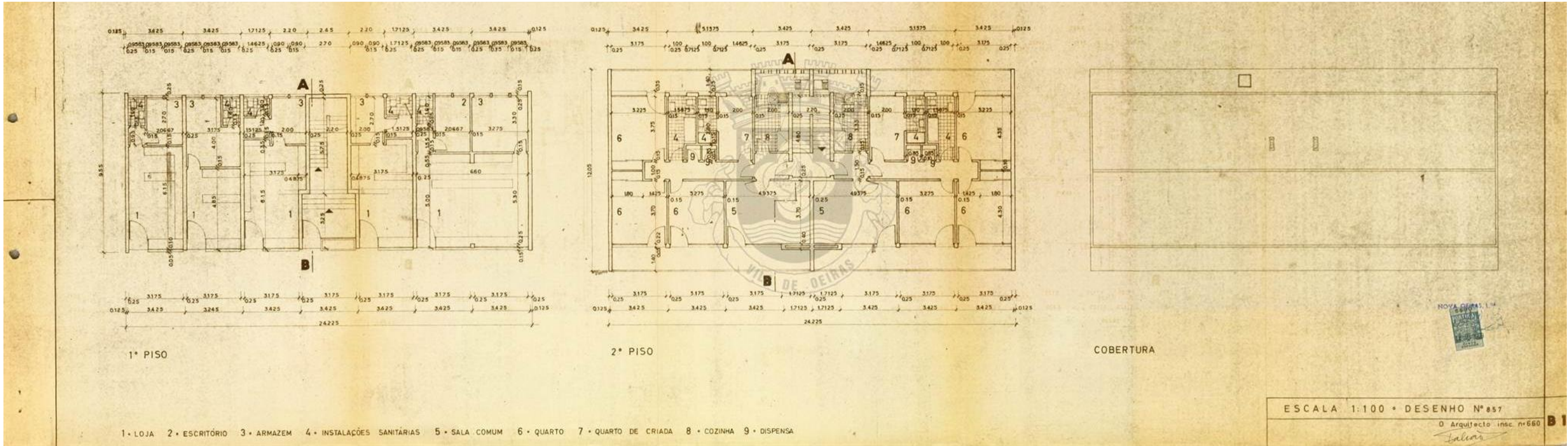


Ilustração 129 - Processo de Obra 80-1959. Requerimento/Registo 80-1959. Planta primeiro piso, segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).

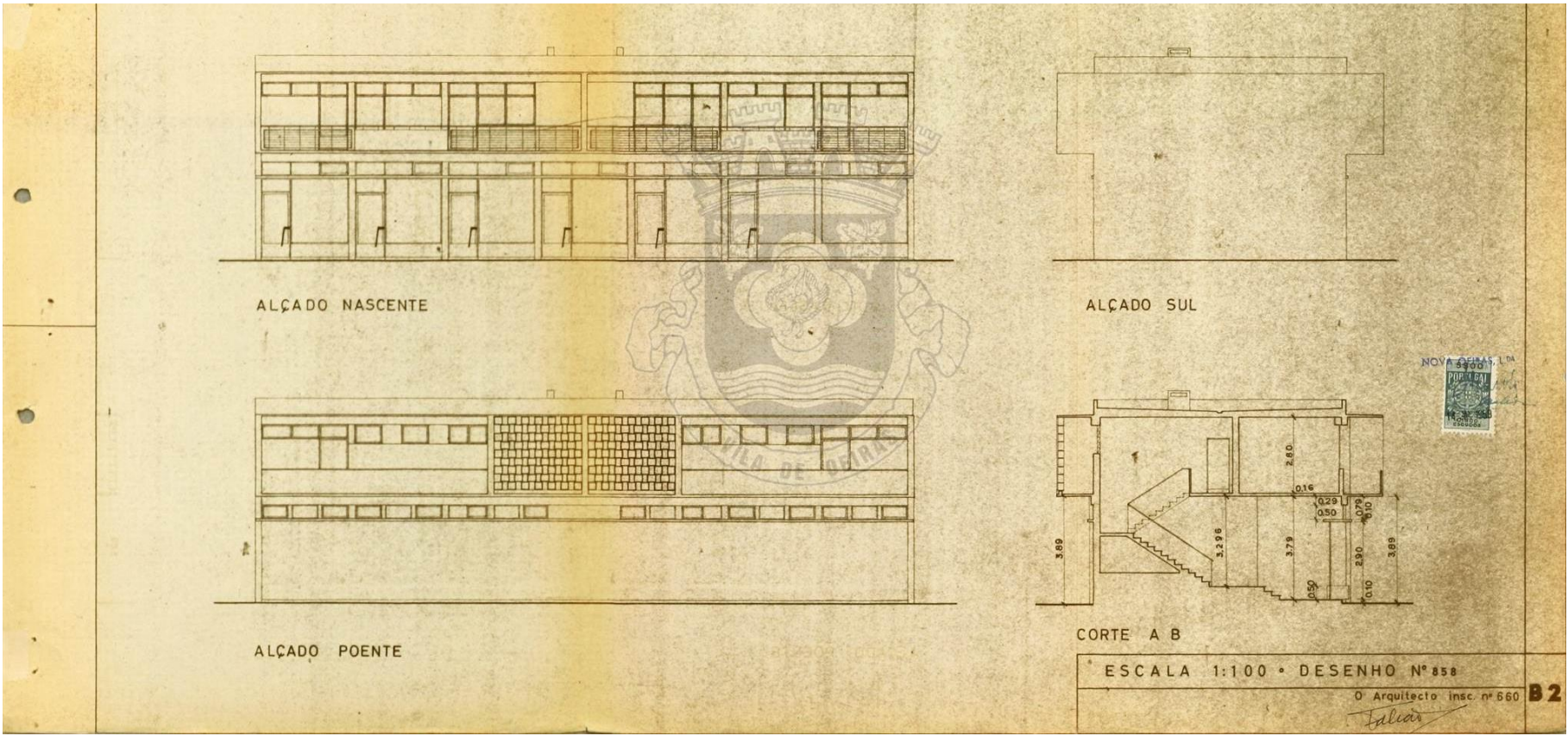


Ilustração 130 - Processo de Obra 80-1959; Tipo de Projecto ARQ ; Volume 1 ; Requerimento/Registo 80-1959. Alçado Nascente, alçado poente, alçado sul e corte A e B. (Sá, 2019).

Bloco C

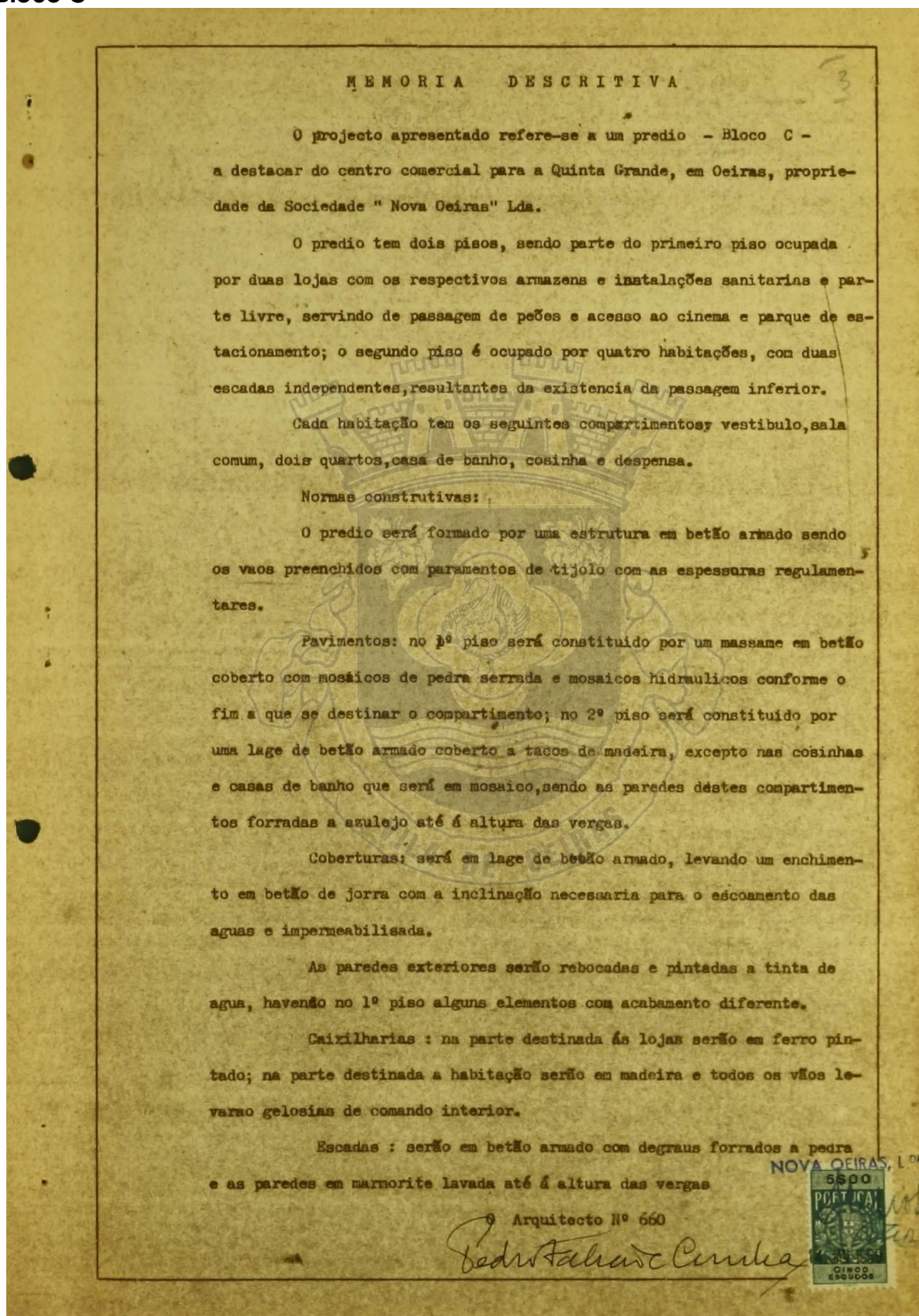


Ilustração 131 - Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959. Memória descritiva do bloco C. (Sá, 2019).

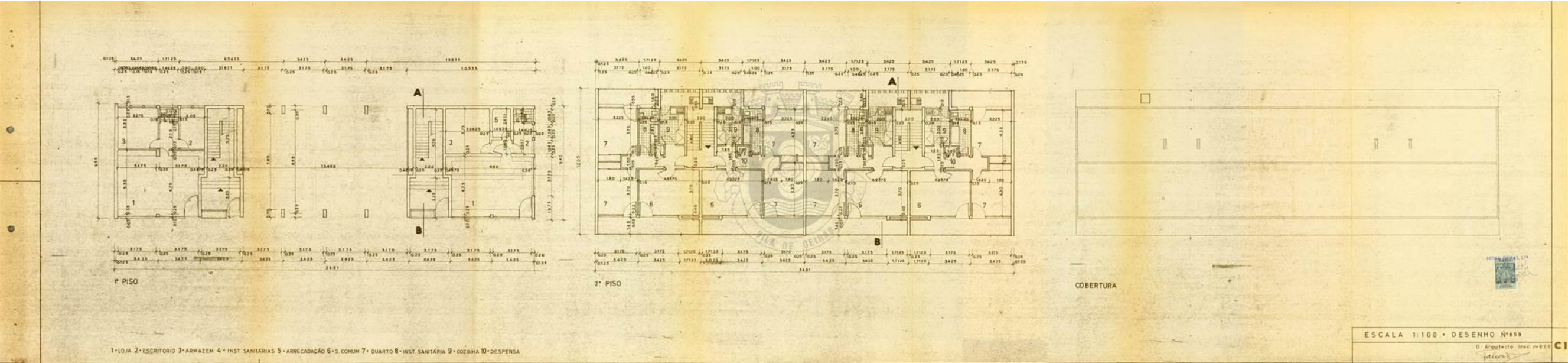


Ilustração 132 - Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959. Planta do primeiro piso, planta do segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).

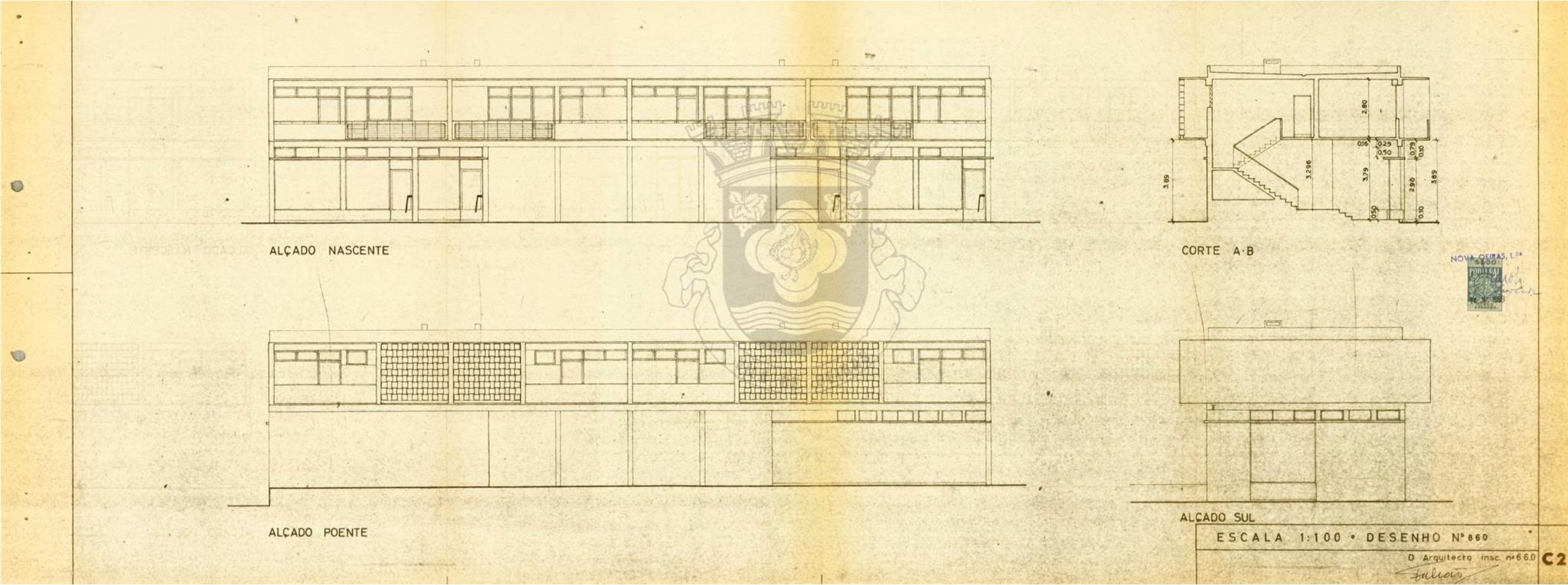


Ilustração 133 - Processo de Obra 81-1959. Requerimento/Registo 81-1959. Alçado nascente, alçado poente, alçado sul, corte A-B. (Sá, 2019).

Bloco D

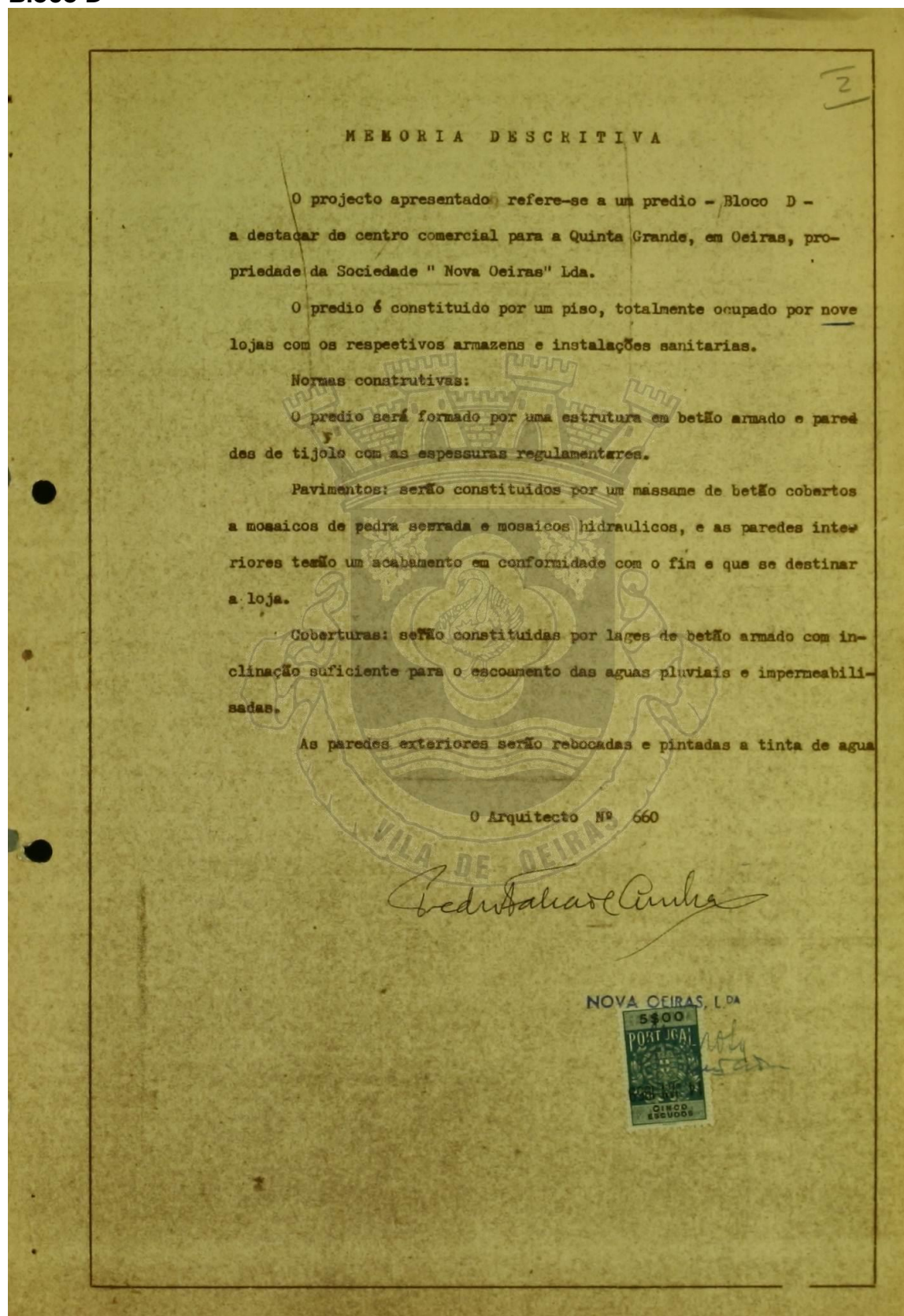


Ilustração 134 - Processo de Obra 82-1959. Requerimento/Registo 82-1959. Memória descritiva do bloco D. (Sá, 2019).

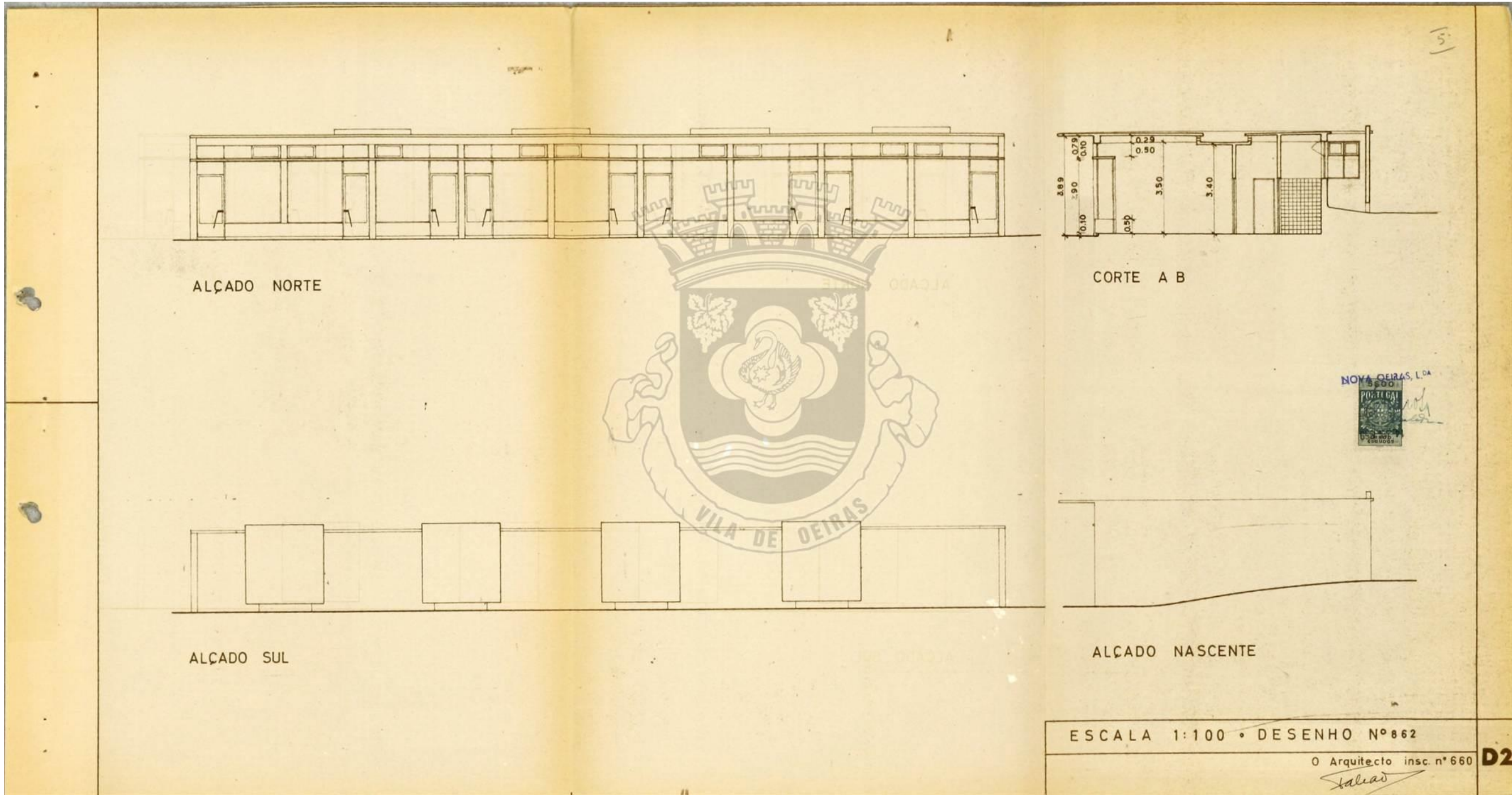


Ilustração 135 - Processo de Obra 82-1959. Requerimento/Registo 82-1959. Alçado norte, alçado sul e corte A-B. (Sá, 2019).

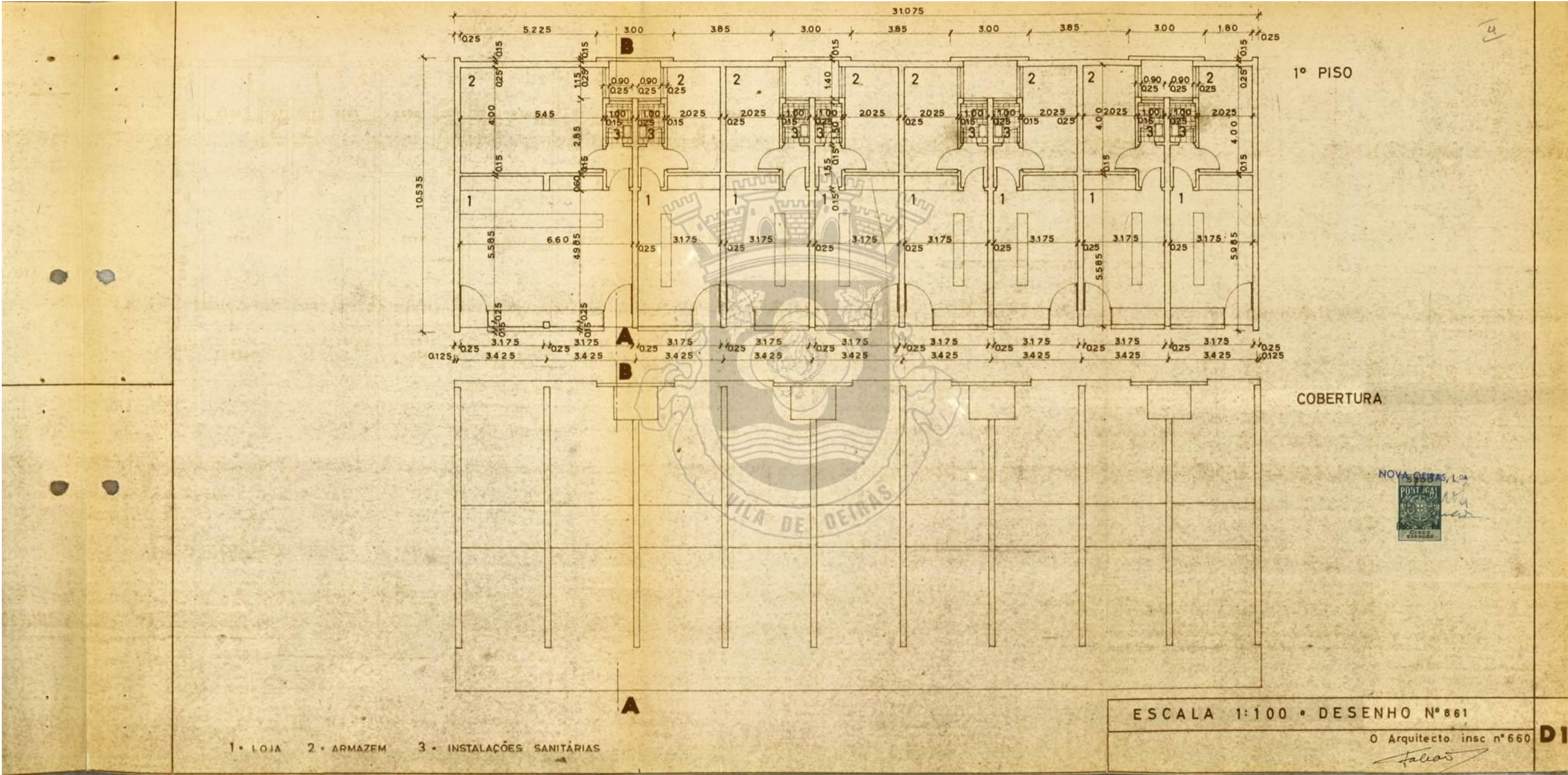


Ilustração 136 - Processo de Obra 82-1959. Requerimento/Registo 82-1959. Planta do primeiro piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).

Bloco E

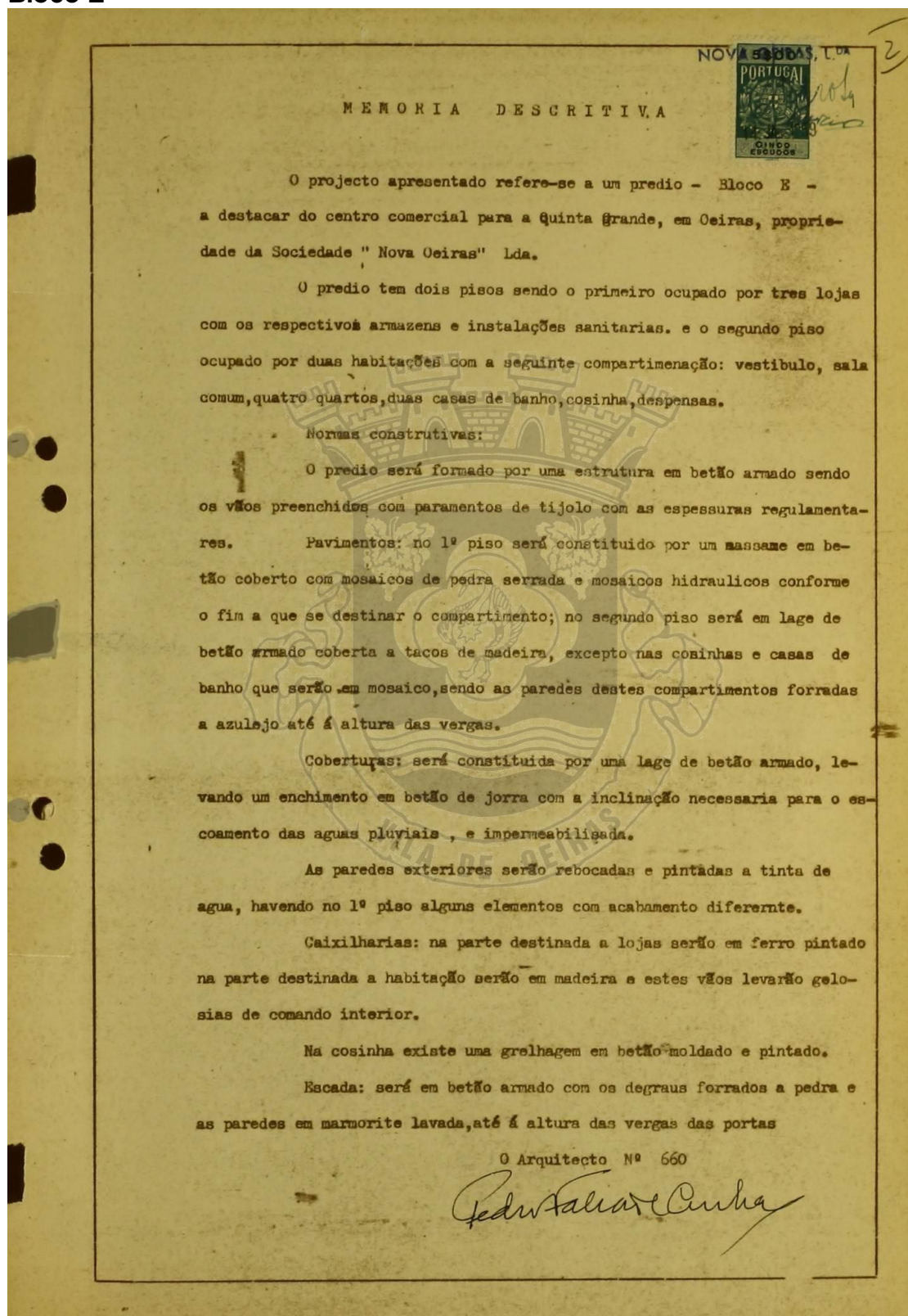


Ilustração 137 - Processo de Obra 83-1959. Requerimento/Registo 83-1959. Memória descritiva do bloco E. (Sá, 2019).

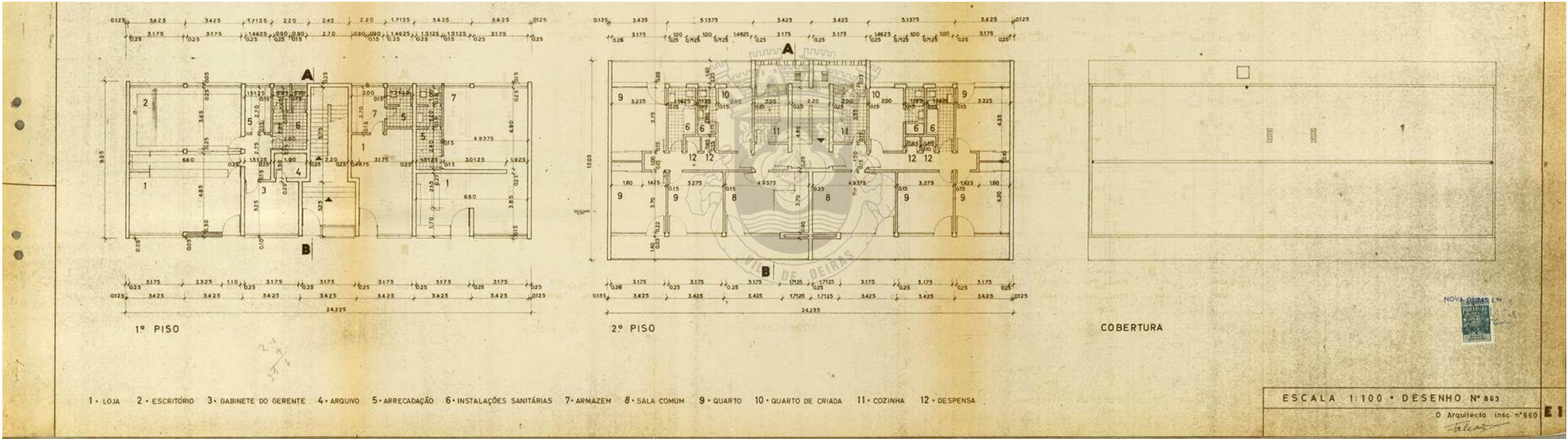


Ilustração 138 - Processo de Obra 83-1959. Requerimento/Registo 83-1959. Planta do primeiro piso, planta do segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).

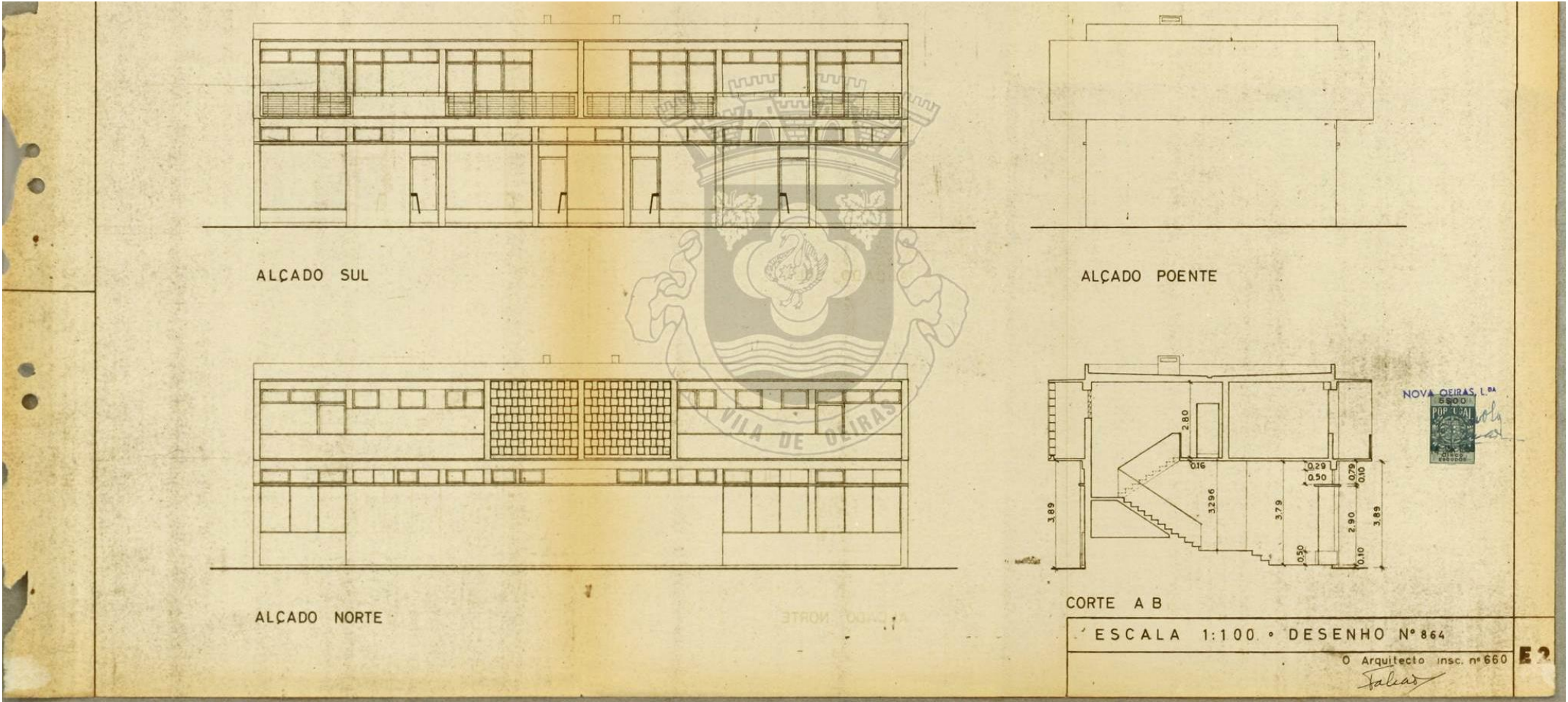


Ilustração 139 - Processo de Obra 83-1959. Requerimento/Registo 83-1959. Alçado sul, alçado poente, alçado norte e corte A-B. (Sá, 2019).

Bloco F

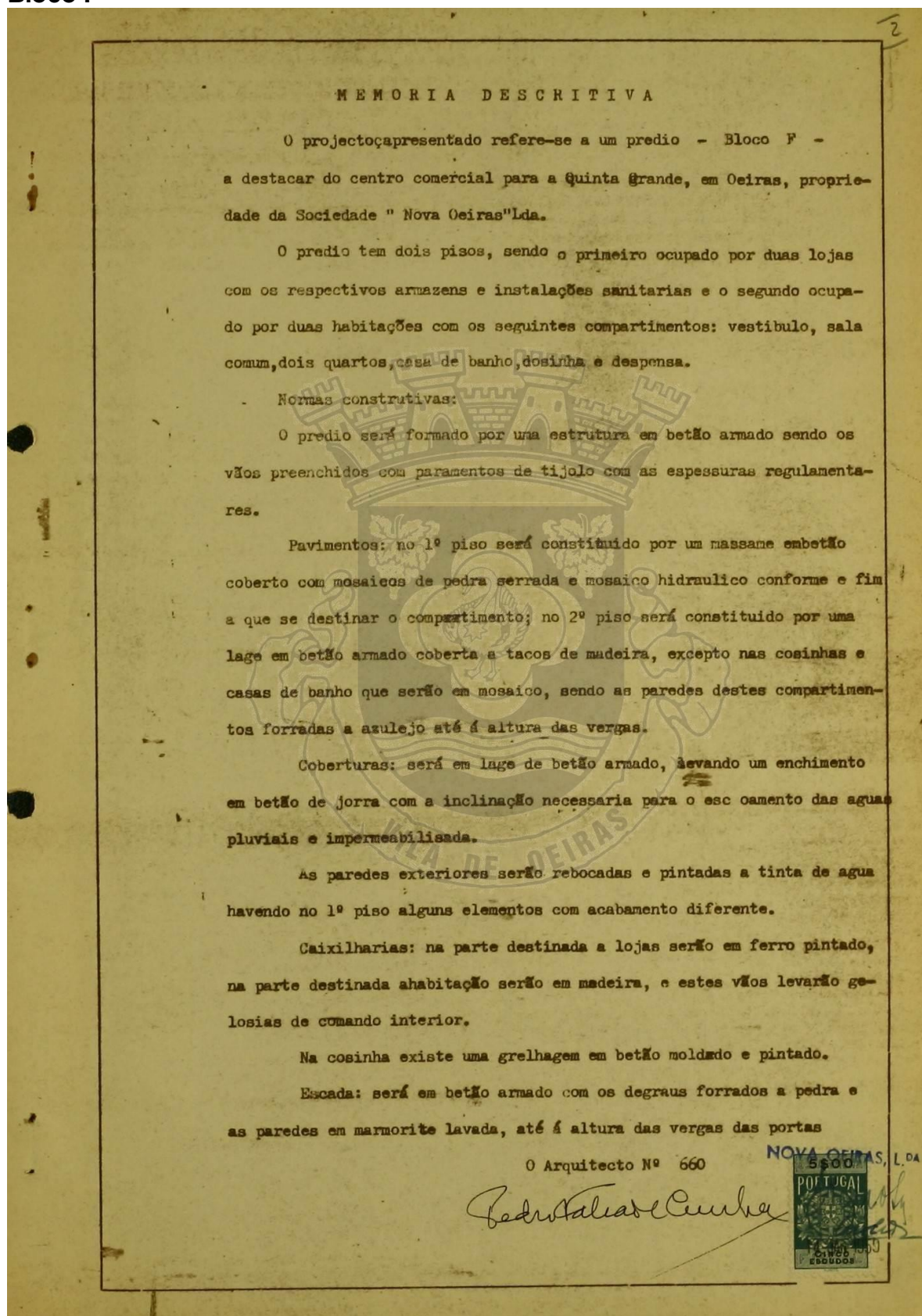


Ilustração 140 - Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 84-1959. Memória descritiva do bloco F. (Sá, 2019).

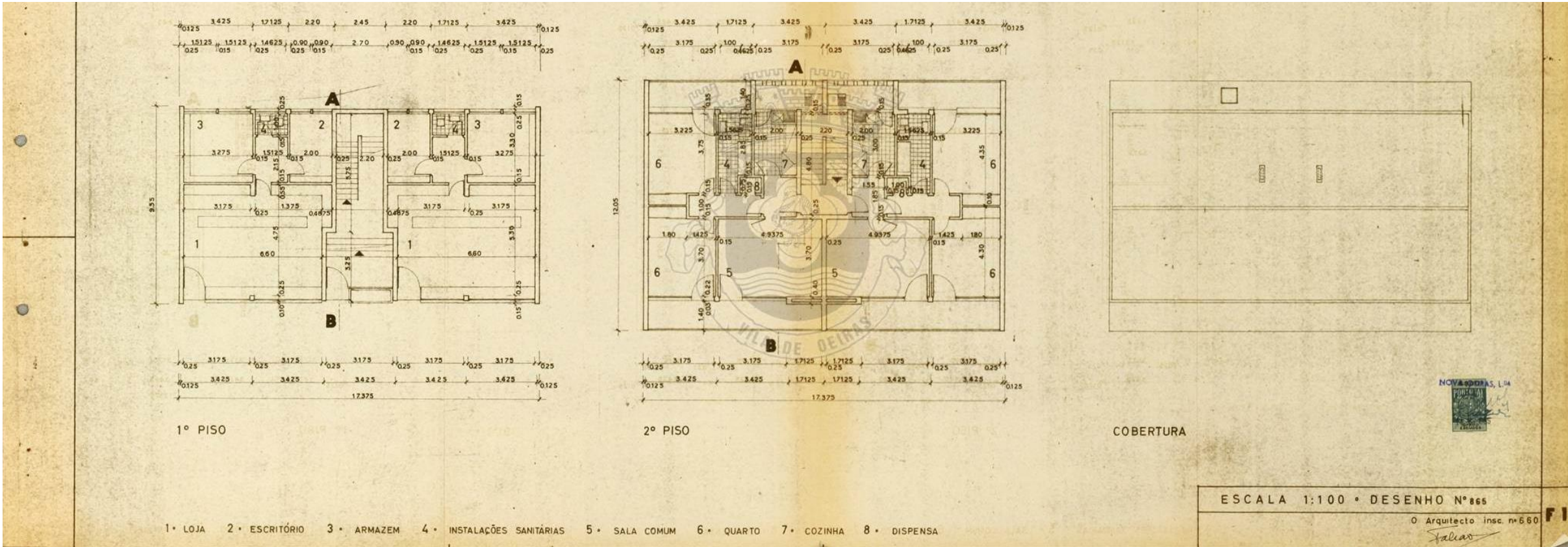


Ilustração 141 - Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 84-1959. Planta do primeiro piso, planta do segundo piso e planta de cobertura. (Sá, 2019).

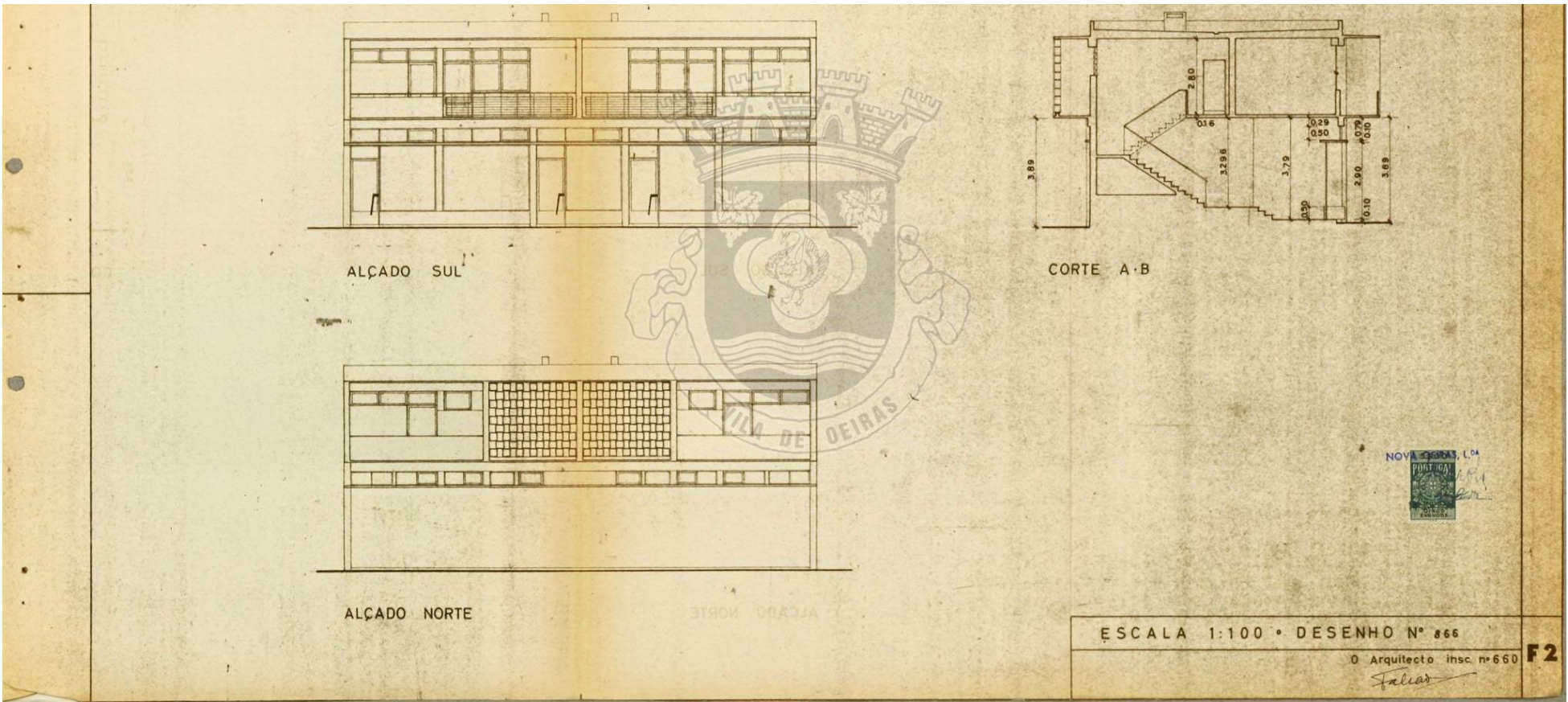


Ilustração 142 - Processo de Obra 84-1959. Requerimento/Registo 84-1959. Alçado sul, alçado norte e corte A-B. (Sá, 2019).

Bloco G

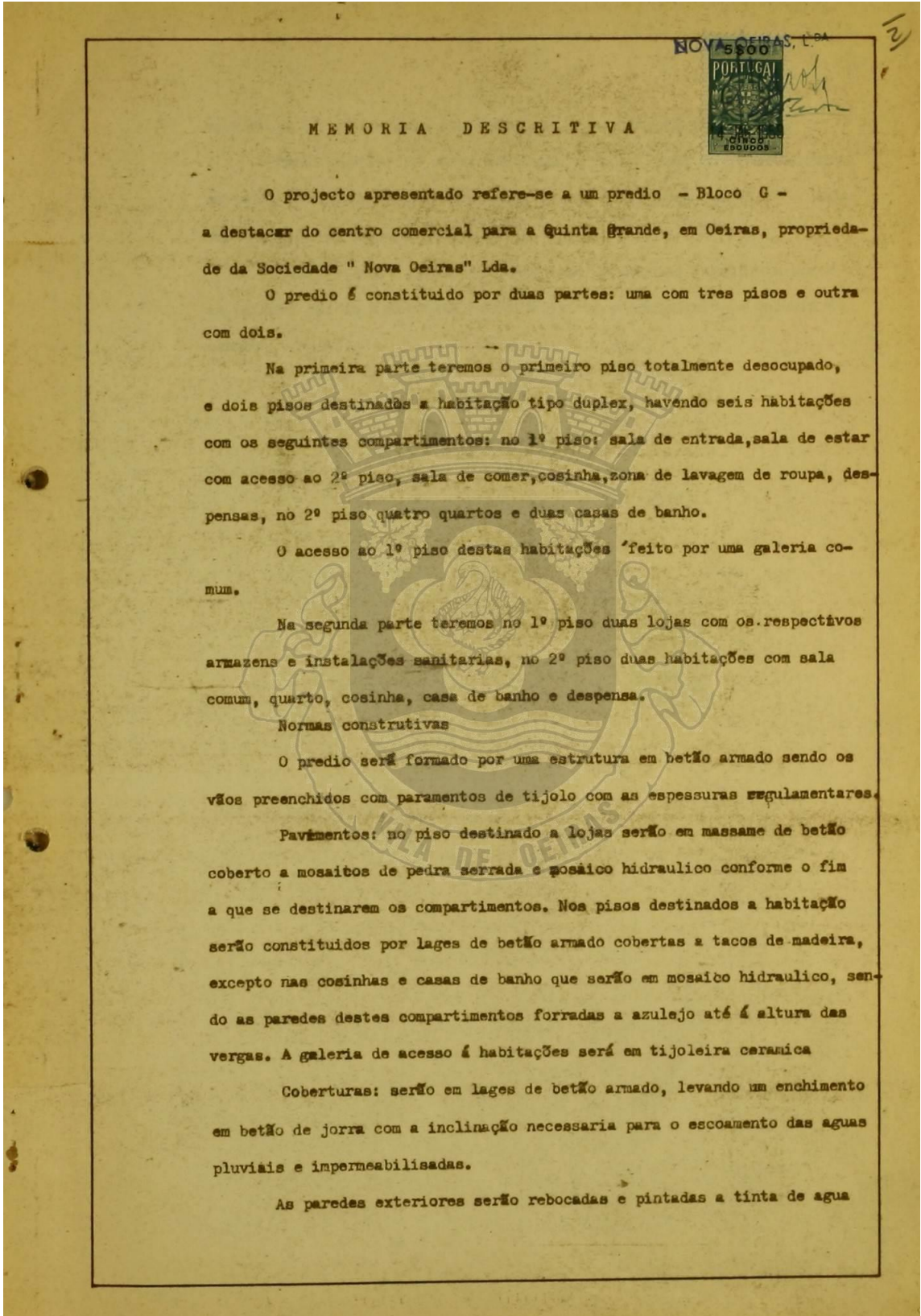


Ilustração 143 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Memória descritiva do bloco G. (Sá, 2019).

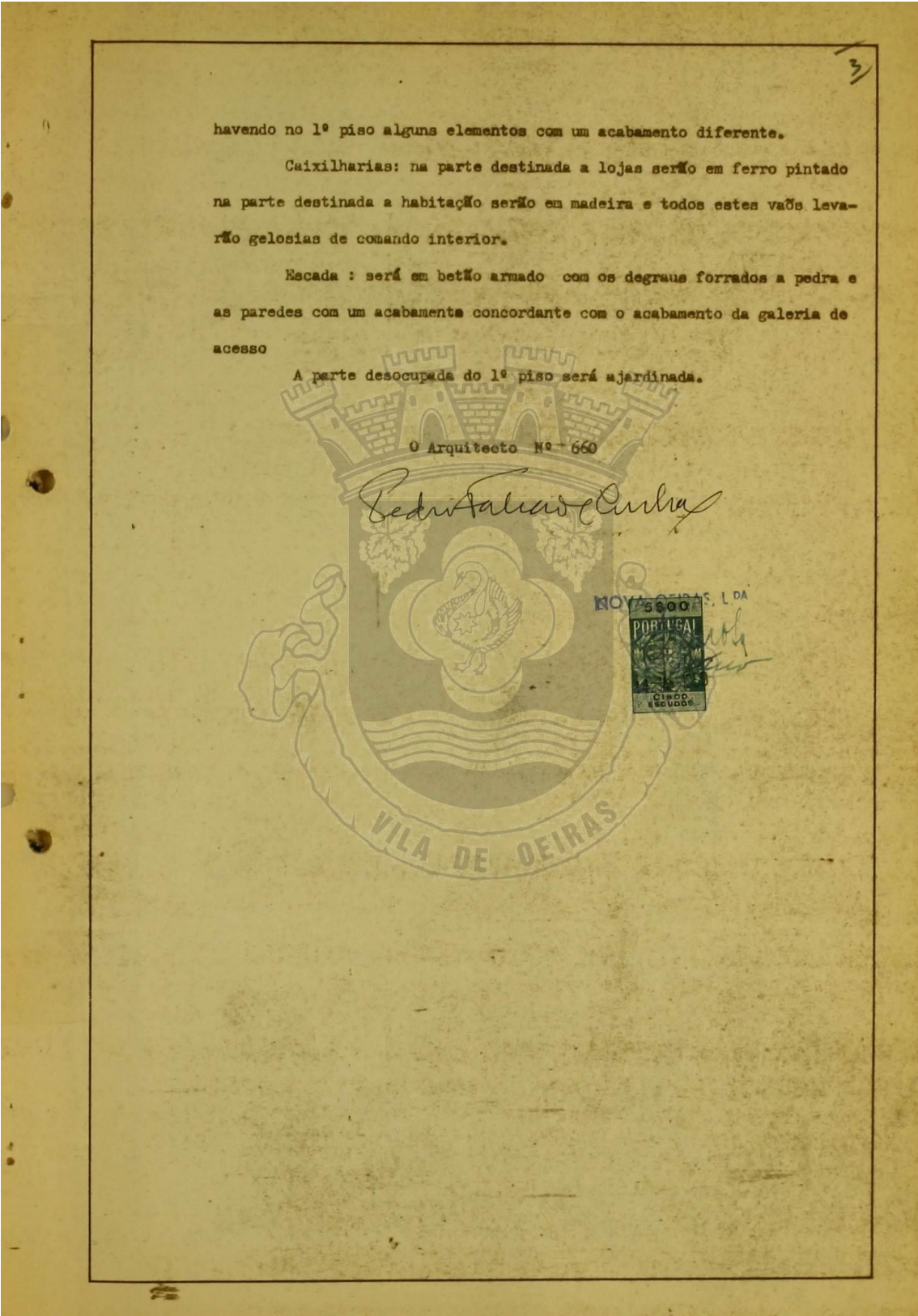


Ilustração 144 - Processo de Obra 85-1959. Registo 85-1959. Memória descritiva do bloco G. (Sá, 2019).

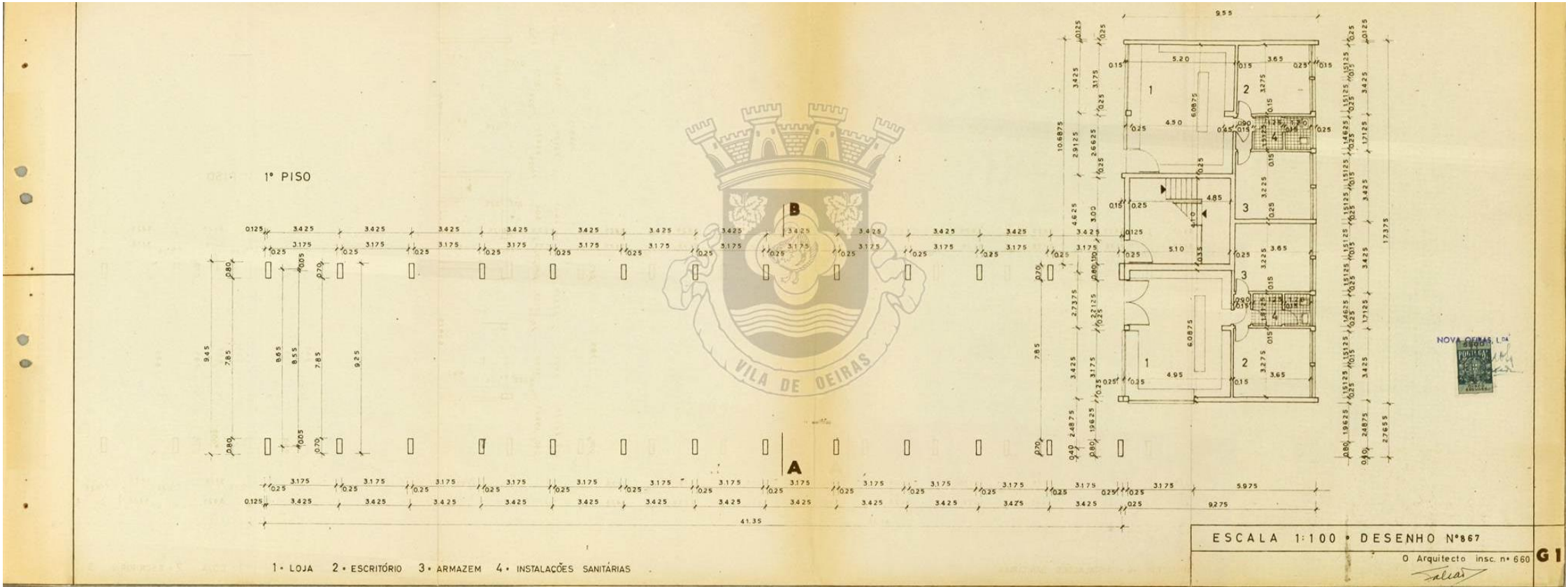


Ilustração 145 - Processo de Obra 85-1959. Registo 85-1959. Planta do primeiro piso onde é possível ver a marcação dos pilotis. (Sá, 2019).

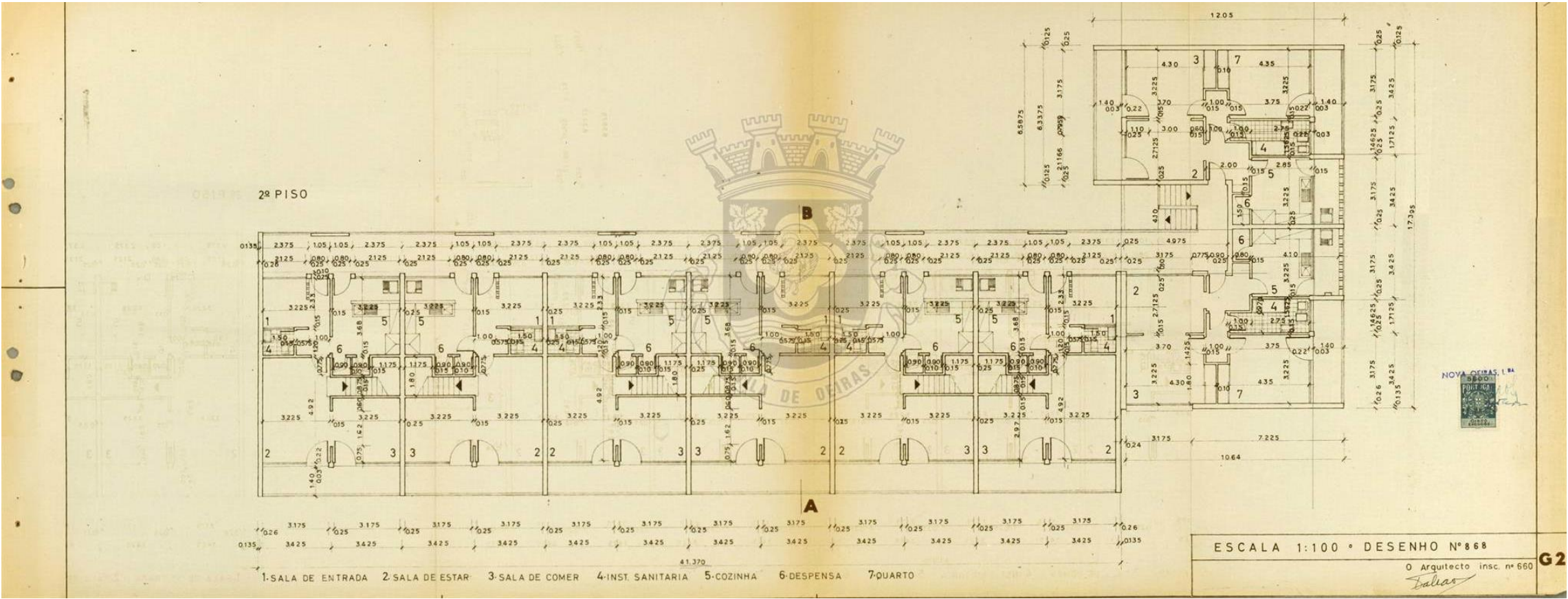


Ilustração 146 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Planta do segundo piso. (Sá, 2019).

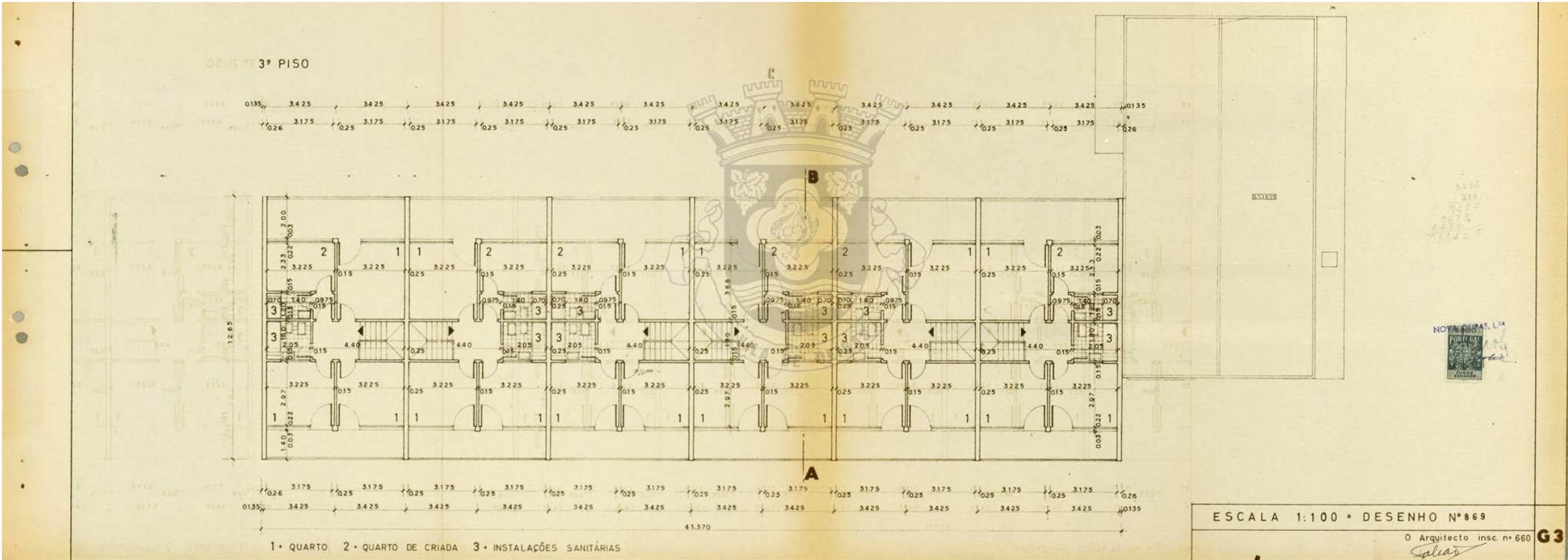


Ilustração 147 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Planta do terceiro piso. (Sá, 2019).



Ilustração 148 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Planta de cobertua. (Sá, 2019).

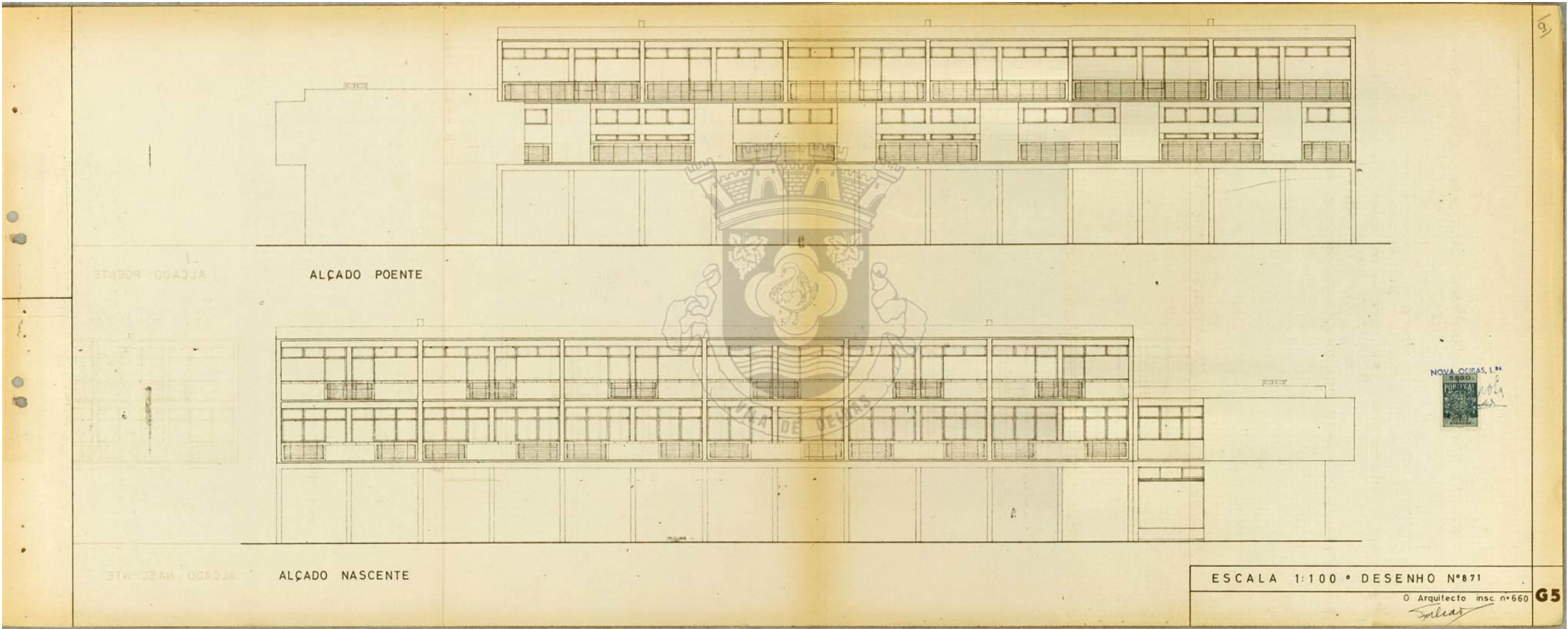


Ilustração 149 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Alçado poente e alçado nascente. (Sá, 2019).

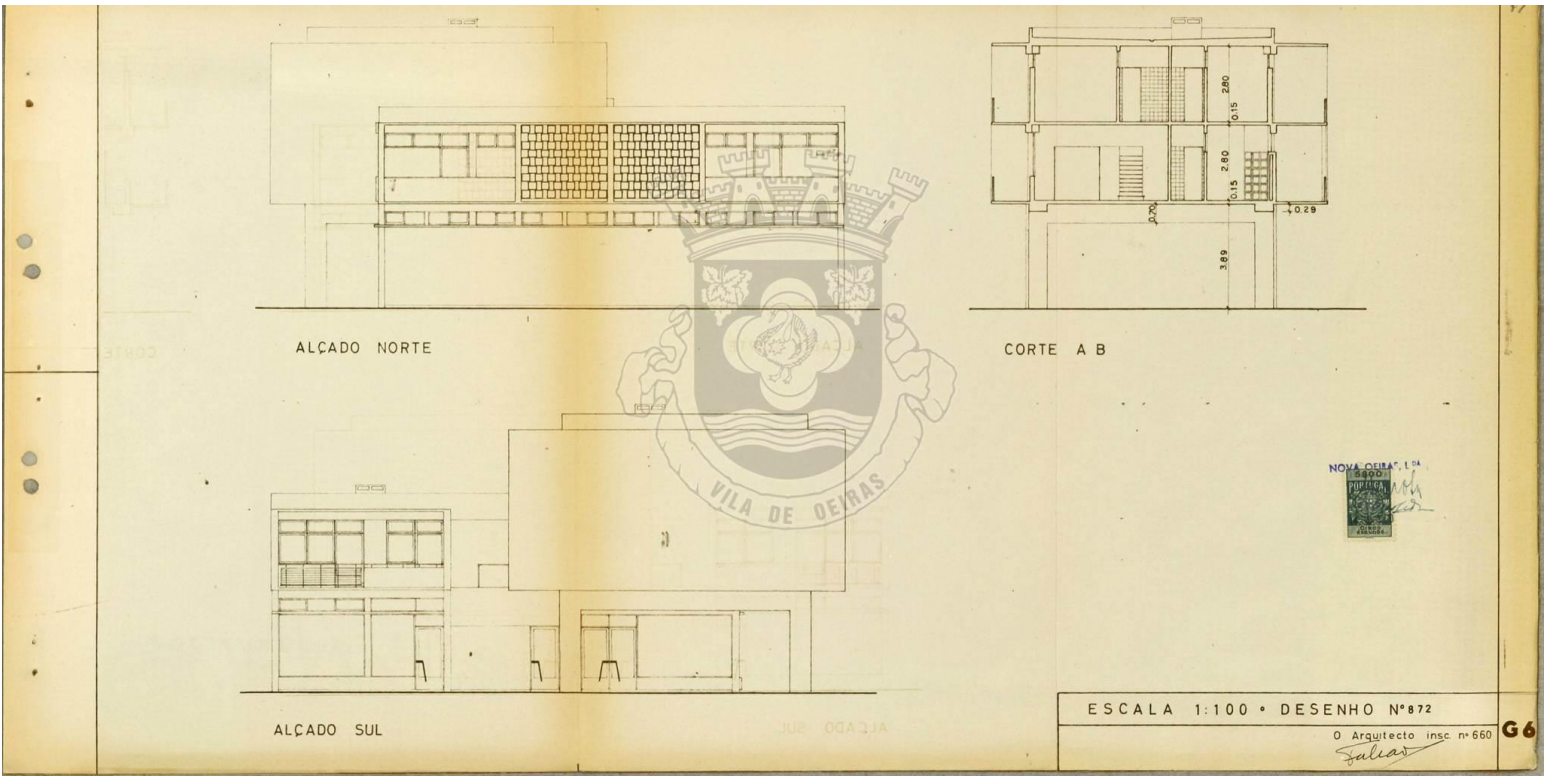


Ilustração 150 - Processo de Obra 85-1959. Requerimento/Registo 85-1959. Alçado norte, alçado sul e corte A-B. (Sá, 2019).

Bloco H

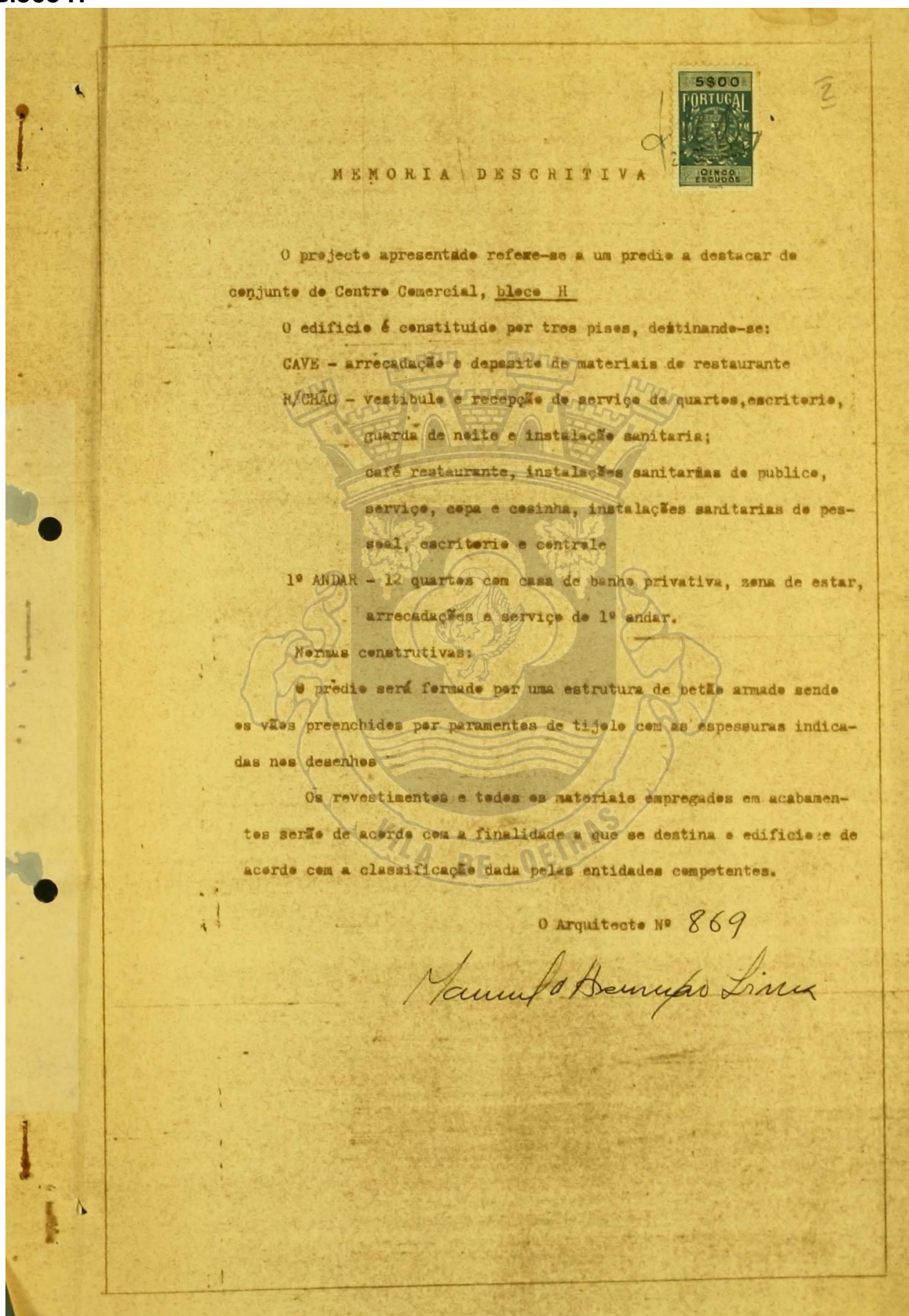


Ilustração 151 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Memória descritiva do bloco H. (Sá, 2019).

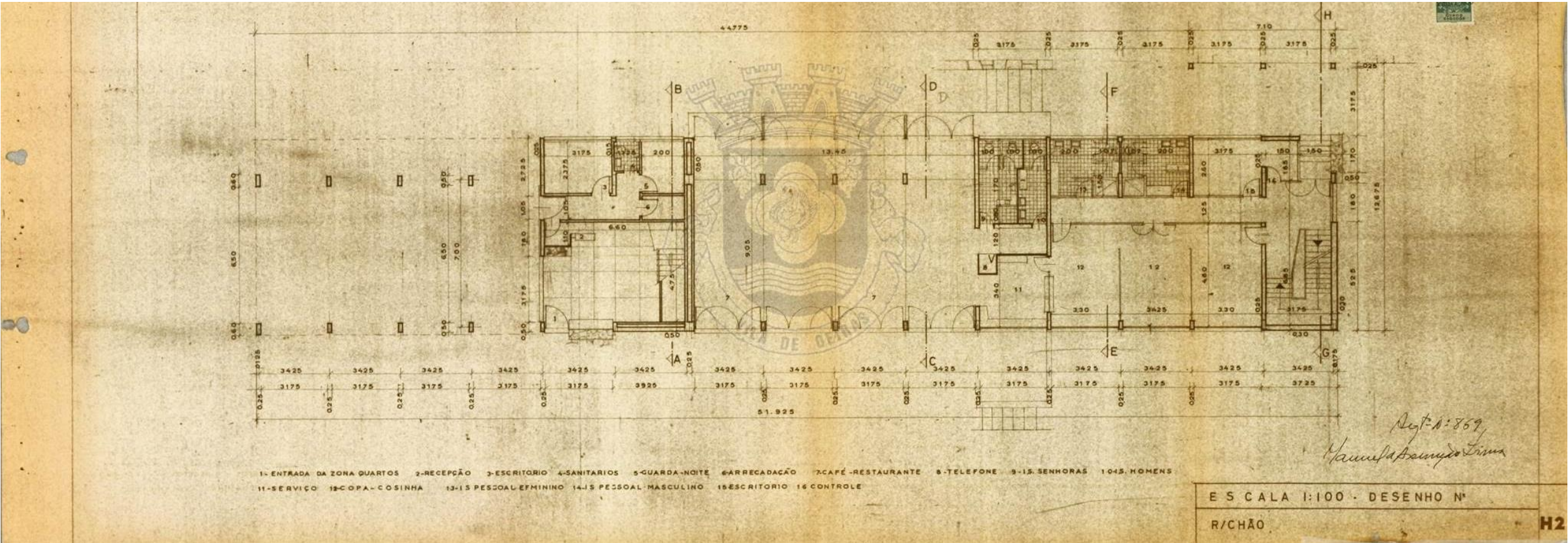


Ilustração 152 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Planta do Rés-do-Chão. (Sá, 2019).

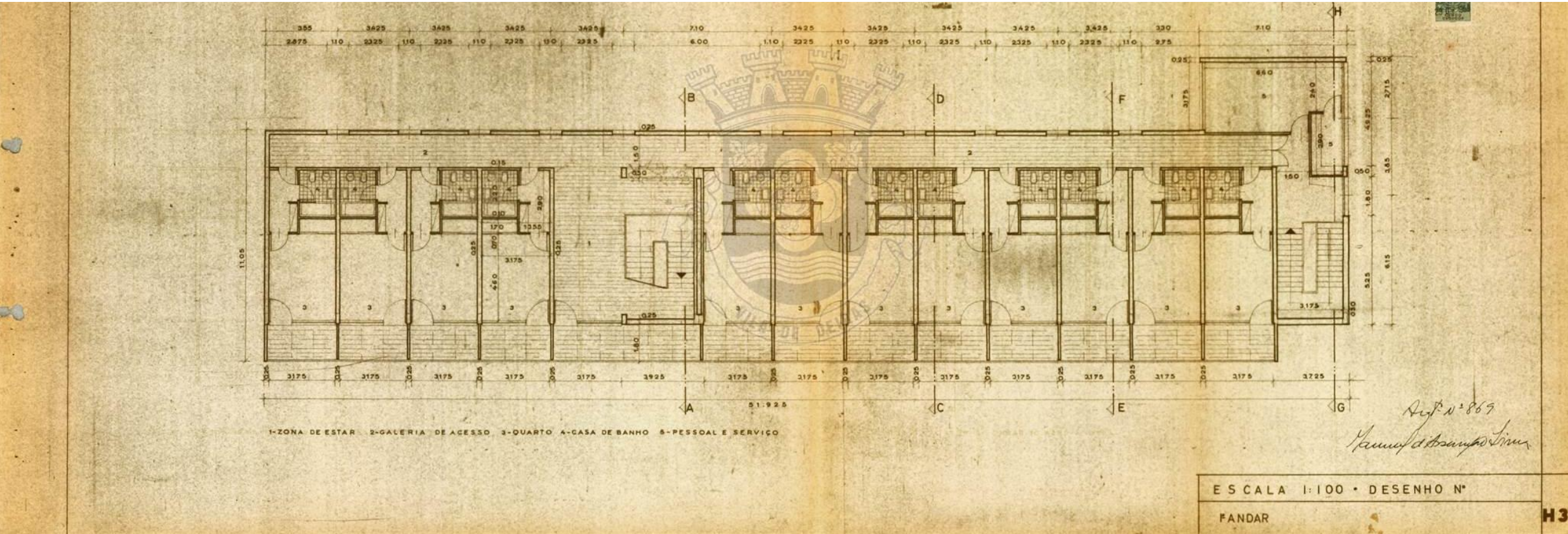


Ilustração 153 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Planta do primeiro andar. (Sá, 2019).



Ilustração 154 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Planta de cobertura. (Sá, 2019).

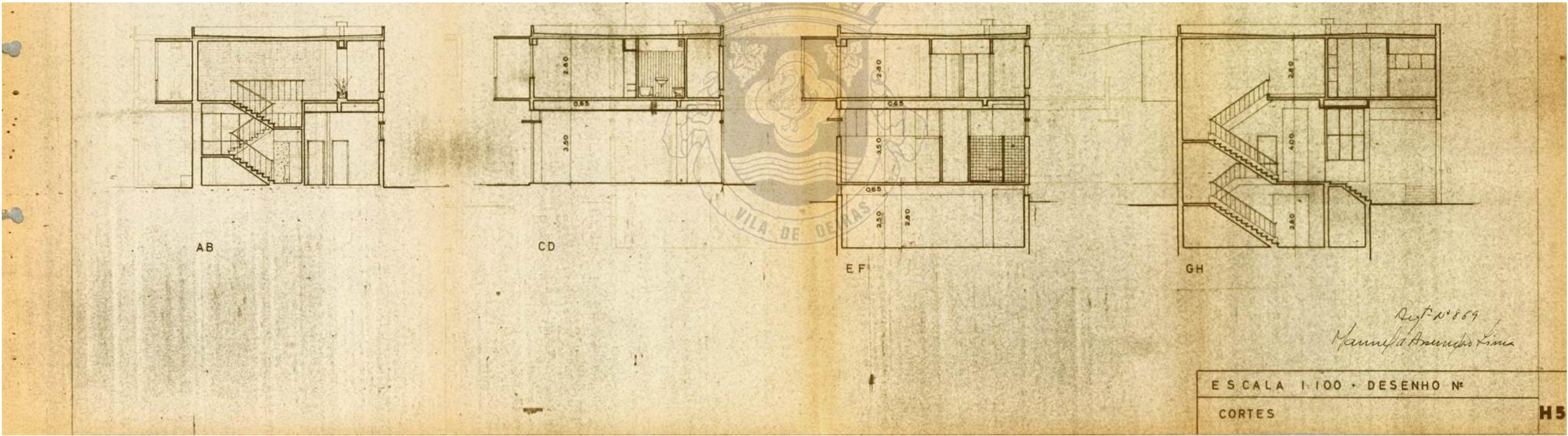


Ilustração 155 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Corte A-B, corte C-D, corte E-F e corte G-H. (Sá, 2019).

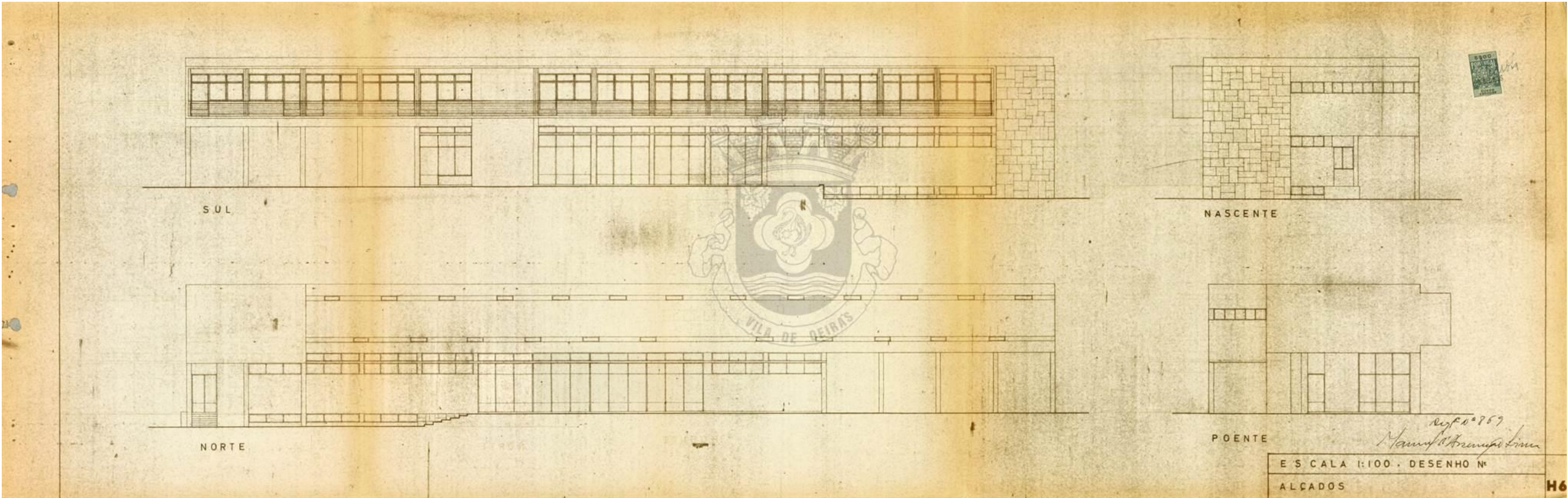


Ilustração 156 - Processo de Obra 1642-1959. Requerimento/Registo 1642-1959. Alçado sul, alçado norte, alçado nascente e alçado poente. (Sá, 2019).

ANEXO E

Recortes de prensa

A PEQUENA CIDADE DE NOVA OEIRAS

IMPLANTADA NUMA DAS MAIS BELAS E APRAZÍVEIS ZONAS DA COSTA DO SOL É UM MODELO PELO SEU CARÁCTER URBANÍSTICO, AO MESMO TEMPO FUNCIONAL E ENCANTADOR

Na vasta área da Quinta Grande, também conhecida pela Quinta do Marquês, por ter pertencido ao marquês de Pombal, entre a linha férrea do Estoril e a antiga Estrada Nacional, a Pente do grande palácio do famoso ministro de D. José, está a construir-se em ritmo admirável a pequena cidade de Nova Oeiras, que ficará a ser, como é fácil adivinhar, pelo que já foi feito, a mais bela das cidades-satélites de Lisboa.

A essa arrojada e inteligente iniciativa mete o ombro a Sociedade Nova Oeiras, Lda., com larga visão e forte capacidade técnica e financeira, pelo que todo o trabalho se desenvolve com a maior segurança.

Enquadrada e embelezada por amplos e bem delineados espaços verdes e ajardinados, Nova Oeiras tem uma excepcional localização, sendo ao mesmo tempo zona de campo, com magníficas ares e marítima, pela proximidade do Oceano, e servida por duas estradas: a antiga Lisboa-Cascais e a Marginal; pelo caminho de ferro, cuja estação fica a cem metros e oferece comboios rápidos e frequentes. Muito perto fica o Estoril, de Oeiras, a algumas centenas de metros, a praia de Santo Amaro, próxima ainda da Torre e de Carcavelos. Não existe, portanto, no litoral português, zona urbana com melhor localização a mais largas metas de comunicação.

A Sociedade Nova Oeiras, Lda., foi criada com o objectivo espe-

cial de promover a urbanização dos terrenos pertencentes aos seus sócios, e o plano envolvia a implantação de um bairro residencial destinado principalmente a unidades familiares, para os que, tendo as suas ocupações em Lisboa, ali pudessem viver e descansar das suas fadigas diárias.

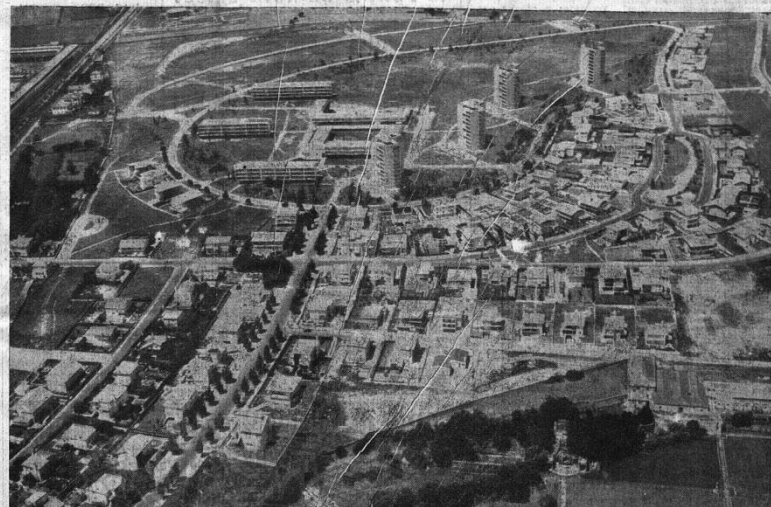
Para que o objectivo fosse atingido muito concorreu o projecto do arquitecto Luís Cristino da Silva, autor do plano que as entidades competentes aprovaram em 1964, e importante e excelente foi a colaboração que no empreendimento deram o arquitecto Pedro Falcão e Cunha, que fez os projectos dos blocos já construídos e do Centro Comercial, e engenheiros Fúlio Garcia, Gonçalo Teles e Samuel Fontes, que se ocuparam dos projectos do parque e jardins em construção.

Dominam o formato conjunto quatro torres, já construídas, cada uma delas com 36 fogos; e estão previstas mais duas torres iguais.

Na zona Norte, servida pela antiga Estrada Nacional, vão ser edificadas 11 blocos colectivos, com 3 andares cada um. A zona Sul, na extrema com a zona de Carcavelos, é destinada a moradias, como, aliás, a maior parte da pequena cidade.

Basea, no total de 120, ocupando mais de metade da área, as construídas, e onde residem já, com suas famílias, três professores universitários, 11 oficiais da Aeronáutica, da Armada e do Exército, 18 engenheiros, 38 comerciantes, 11 funcionários públicos e empregados do comércio, 4 médicos, etc.

O Centro Comercial é um modelo no género, à volta de um encantador jardim. Dispõe de 24 habitações e de 22 estabelecimentos, cada um destes para uso exclusivo de comércio. Foi delineado pelo arquitecto Pedro Falcão e Cunha e realizado di-



Quer o Centro Comercial quer a Estalagem são conjuntos urbanísticos modernos, confortáveis, atraentes. De resto, toda a zona se impõe à admiração de quem já ali foi, pelo seu carácter ao mesmo tempo funcional, aprazível e de grande beleza; e esta bela atitude se tornará quando estiverem concluídos os trabalhos de ajardinamento. E o seu valor social, exprimem-se com uma única afirmação: a de que, concluído o empreendimento, ali habitação cerca de 4000 pessoas, nas melhores condições de higiene, de salubridade, de conforto e de encanto.

A Sociedade Nova Oeiras, Lda.,

Importa, porém, salientar que a cidade Nova Oeiras não é só um extraordinário passo dado no desenvolvimento do importante concelho da bairra-mar; é também uma das obras mais notáveis de urbanização que ao longo da costa portuguesa até hoje se realizaram e um meio eficaz de ajudar ao descongestionamento da capital do País com a implantação de uma zona residencial, social e económica de grande valor estético.

Quem, cruzado o Tamen há poucas dias, visita a Nova Oeiras, só tem motivos para louvar uma empresa que, a par de iniciativa e de capacidade realizadora, mostra alto sentido artístico e gosto apurado — uma empresa de sólida estrutura, que soube criar um elemento de utilidade e de beleza incomparável.

Legendas das gravuras

A direita e de cima para baixo:

- Magnífica vista aérea do Bairro de Nova Oeiras, que ficará a ser, depois de concluído, a mais bela das cidades-satélites de Lisboa.
- Aspecto da Estalagem, do Centro Comercial, que dispõe de dois quartos com casa de banho privativa, e café, restaurante e pastelaria anexas.
- Enquadrados em formosos espaços ajardinados, exprimem-se confortáveis e atraentes moradias.
- Vista parcial do Centro Comercial, do fundo do qual se podem admirar as modernas e sólidas construções.

Do lado esquerdo:

- A passagem coberta do Centro Comercial constitui uma inovação da mais flagrante utilidade. Ao fundo, um dos imóveis tipo-torre, que predominam no novo aglomerado populacional.

Em baixo:

- No primeiro plano desta gravura pode admirar-se o Centro Comercial, sendo-se ao fundo elegantes blocos de tipo-torre.



Ilustração 157- Pág. 20. Data: 1964 - Agosto - 13. Publicação: O século - Lisboa. Código de referência: PT/MOER/CULT-HL/01/ADMPUB/21563. (A pequena, 1964).

8 JORNAL DO COMÉRCIO 30/31-10-965

NOVA OEIRAS — Cidade Jardim

Esplêndida organização urbanística que honra a iniciativa e o trabalho nacional

Quem quer que viaje pelo caminho de ferro de Cascais, não pode ter deixado de notar nos últimos anos o rápido crescimento duma nova cidade que a Ilhargia de Oeiras tem crescido duma maneira espectacular.

da impressionante realização, quem por ali passava pôde observar nos últimos dois anos o perfil activo dos arranha-céus, que constitui o centro do grande aglomerado urbano que ali se desenvolve.

tem de conforto a bem estar espiritual dos seus habitantes, o grande projecto da Nova Oeiras inspirou-se na concepção de cidade-jardim, estando por isso previsto no seu esquema extensas zonas arborizadas que

blocos de dez pisos e, em construção, mais 2, o que tudo se harmoniza perfeitamente com o conjunto.

Procura-se, ainda, a construção de maior numero de habitações colectivas, para benefício dum grande numero de pessoas que obrigatoriamente desempenham as suas funções nas zonas limitadas da Nova Oeiras.

cidade-jardim, que virá a ser, sem dúvida, uma das mais completas, pela variedade de estruturas que nela se apresentam, todas inteligentemente concebidas para a finalidade que se espera venham a desempenhar.

Não se perde de vista, e muito bem, que tudo deve ser rodeado de zonas verdes, que deve portanto haver abundância de árvores e muitas sombras para os felizes habitantes que para ali forem residir.

O centro comercial e a estalagem dois elementos indispensáveis a um conjunto já de si impressionante

Na cidade-jardim de Nova Oeiras prevê-se a instalação de cerca de 3000 pessoas. Esse facto cria naturalmente problemas de abastecimento e de fixação temporária de pessoas que normalmente residem na cidade-jardim. Tendo isso em vista, os planificadores do novo conjunto urbano de-

mente as exigências da técnica, recebeu oficialmente por esse facto o reconhecimento de utilidade turística. A estalagem possui um magnifico salão destinado a café-restaurante que oferece, além das amenidades próprias dum estabelecimento dessa natureza, a possibilidade de um excelente local de convívio, que servindo às aspirações sociais dos habitantes da nova cidade, esta também ao serviço do turista, assegurando-lhe um contacto com a gente portuguesa, sempre tão hospitaleira e servicial.

O aspecto altamente louvável da iniciativa, da Sociedade Nova Oeiras ao lançar-se neste empreendimento e que mais digno de encômio é o de ter posto de parte a preocupação dos lucros, e, sendo já proprietária duma zona que oferece sem dúvida as melhores condições para urbanização, não ter pensado exclusivamente nesse aspecto material, mas visando mais alto, ter feito obra de grande utilidade e de indiscutível beleza, que inevitavelmente vai contribuir para a valorização turística da zona em que se encontra, e assim, por alargamento do próprio País.

Que os seus propósitos eram destinados na medida em que isso é possível, o prova o facto de após ter praticamente construído a cidade-jardim de Nova Oeiras e haver urbanizado parte da Quinta Grande, ter cedido gratuitamente ao Município de Oeiras quase 50% do terreno que lhe pertencia, constituído por parques e

todos os esforços no sentido do projecto ser seguido tal qual foi delineado. Outros colaboradores cujos nomes dignos de menção foram os srs. eng.ºs Pêido Garcia, arquitectos paisagistas Gonçalo Teles e Edgar Pontes (arborização); os eng.ºs Guiliano Perchia, Gasparini Graça e António Venceslau (redes de saneamento).

Justa ainda uma palavra de aplauso ao antigo ministro das Obras Públicas, eng.º José Frederico Ulrich, que aprovou o plano urbanístico da Nova Oeiras. Não se pense, no entanto, que o notável empreendimento nasceu sem dificuldade, pois só depois de 12 anos de esforços ele conseguiu receber a sanção oficial. Antes, a isso se opunha um projecto para a instalação na Quinta Grande de um possível campo de aviação.

Cabem e ficam bem nesta reportagem algumas palavras de louvor para quantos com notável visão do futuro e uma isenção digna dos maiores entomólogos, têm levado por diante o admirável projecto da cidade-jardim de Nova Oeiras, que valorizando o conselho de Oeiras, ao mesmo tempo contribuiu decisivamente para o enriquecimento turístico da zona em que se encontra, a par de pôr ao alcance de muitos atraçáveis viremadas que resolverem, sem dúvida, as mais ambiciosas aspirações de conforto individual num tempo como o presente, em que todos



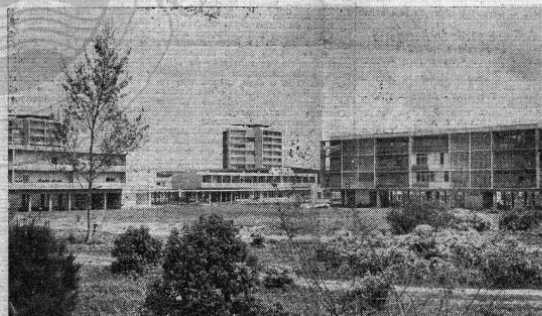
Vista Aérea do Bairro Residencial de Nova Oeiras, Lda.

A notável iniciativa que se deve à Sociedade Nova Oeiras, Lda., nasceu nos vastos terrenos da Quinta Grande de Pombal e está situada, a 15 minutos de Lisboa, a 5 minutos da Estação de Oeiras e próximo das praias de Santo Amaro de Oeiras e Cascais, entre a linha férrea do Estoril e a antiga Estrada Lisboa-Cascais.

Como que a assinalar a importância

No seu conjunto, a grande iniciativa compreende no entanto, além de uma moderna estalagem que acaba de receber autorização para exploração turística, centenas de moradias e um centro comercial capaz de satisfazer as necessidades dos futuros três mil habitantes da nova cidade. Tendo em atenção as modernas concepções que a estas iniciativas estabelecem princípios não apenas utilitários, mas tam-

circundam as novas construções. Crescendo a um ritmo verdadeiramente notável, mesmo considerando o notável dinamismo da Sociedade Nova Oeiras, a nova cidade-jardim pode considerar-se desde já uma realidade, pois já se encontram construídas duas centenas de moradias todas projectadas por arquitectos diplomados, e blocos de três andares no sentido longitudinal na zona em que se encontram,



Um aspecto do Parque



Estalagem do Parque de Nova Oeiras

terminaram a construção dum bem architectado centro comercial, que se deve ao risco do sr. architecto Pedro Pêido Cunha, realizado directamente pela Sociedade Nova Oeiras, o qual dispõe de vinte e quatro habitações e vinte e três estabelecimentos, que estão em condições de preencher perfeitamente as suas funções em ramos de negócios diferentes, pois todos dispõem de espaço suficiente, boa aruminação e excelentes condições para a apresentação dos produtos.

Também para ir ao encontro das necessidades da população flutuante da mesma zona, a Sociedade Nova Oeiras, Lda., edificou na cidade-jardim uma excelente estalagem com 12 quartos, todos com casa de banho privativa, a qual, satisfazendo ampla-

mentar a construção dum bem architectado centro comercial, que se deve ao risco do sr. architecto Pedro Pêido Cunha, realizado directamente pela Sociedade Nova Oeiras, o qual dispõe de vinte e quatro habitações e vinte e três estabelecimentos, que estão em condições de preencher perfeitamente as suas funções em ramos de negócios diferentes, pois todos dispõem de espaço suficiente, boa aruminação e excelentes condições para a apresentação dos produtos.

Também para ir ao encontro das necessidades da população flutuante da mesma zona, a Sociedade Nova Oeiras, Lda., edificou na cidade-jardim uma excelente estalagem com 12 quartos, todos com casa de banho privativa, a qual, satisfazendo ampla-

procurar ter — e justamente — casa própria.

É de justiça salientar o mérito do empreendimento e o dos seus impulsores, pois não são correntes em Portugal, e poucas iniciativas se resistem como esta, de tão evidente utilidade sob vários aspectos.

A obra verdadeiramente admirável, está já praticamente concluída. Reconhecendo, sem hesitar, as excelentes perspectivas que oferece, quantos utilizarem as suas invejáveis vantagens.

A nós, impressiona-nos mais do que tudo, a largueza da iniciativa, a confiança no futuro dos que a pensaram e executaram, levando até ao fim tão notável realização.

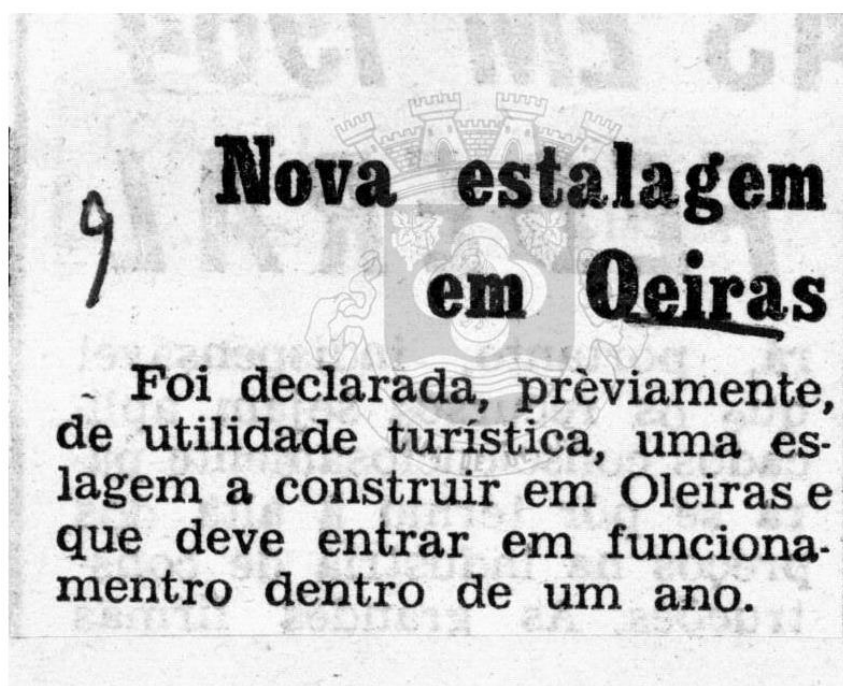


Ilustração 159 - Pág. 23. Data: 1965-Março-22. Publicação: Diário do Norte- Porto. Referência: PT/MOER/MO/CULT-HL/01/tur/23064. (Nova, 1965).

A CIDADE-JARDIM DE NOVA OEIRAS

É JÁ MARAVILHOSA REALIDADE, DE SINGULAR EXPRESSÃO NO CONJUNTO URBANÍSTICO PORTUGUÊS, PELA SUA ADMIRÁVEL CONCEPÇÃO E REALIZAÇÃO



Uma surpreendente vista panorâmica de Nova Oeiras

Numa vasta área de 430 000 metros quadrados, nos terrenos da Quinta Grande, que pertenceu ao marquês de Fomhal, a cem metros da estação do caminho de ferro do Estoril, do lado de Oeiras, e de um conjunto admirável de praias, a servida pela estrada marginal e pela antiga estrada Lisboa-Cascais, surgiu há poucos anos, numa realização feliz, a maravilhosa cidade-jardim de Nova Oeiras, que é, no seu género, em Portugal, a obra mais bela. Não é uma cidade satélite como aquelas que a necessidade de descomprimir as grandes cidades impõe em todo o Mundo, e que nem sempre correspondem, no enquadramento e no conjunto das edificações, às exigências da moderna técnica urbanística. É uma unidade de tipo completamente diferente, uma zona residencial para famílias que pretendem, a par de casas confortáveis, independentes, enquadradas em arvoredo e jardins, e comunicações fáceis, fugir ao tumulto das grandes urbes e a uma vida social que a aglomeração de pessoas de todas as classes torna por vezes bem precária. É um empreendimento que só à escala europeia pode e deve ser considerado, pelas suas características singulares, em que a beleza serve o funcional, e a arte enriquece o conforto, a higiene e a salubridade. É o mais alto e forte padrão da vegetação de um concelho — o de Oeiras — ao rio de história e de tradições e um elemento de decoração importante no progresso da Costa do Sol. É, em suma, uma demonstração do poder de iniciativa e da capacidade de realização da gente portuguesa.

Quando, em 1941, a Sociedade Nova Oeiras, Lda, se estabeleceu com o objectivo de promover a urbanização daquela vasta área da Quinta Grande, na zona compreendida entre a linha férrea e a antiga estrada nacional, a sua firme determinação foi a de criar uma cidade residencial que dispusesse, ao mesmo tempo, de amplos espaços ajardinados e arborizados e oferecesse a alguns milhares de famílias protecção e refúgio. Assim, cerca de cinquenta por cento da área total adquirida foram destinados a arrendamentos e a um amplo parque com espaços ajardinados. Esse parque é circundado por lotes de terreno destinados a moradias e onde, dia a dia, surgem novas e belas construções. Neste momento já ali se encontram construídas quase duas centenas de moradias, além de três blocos longitudinais, de três pisos, cada um e outros de tipo torre, de expressiva graça arquitectónica, com dois pisos cada um; e outros ainda estão projectados, para dar mais forte realidade ao termo cidade-jardim, porque o enquadramento da verdade que a circunda é de incomparável beleza.

A construção de tantas moradias independentes, e blocos de três e dois pisos, prossegue em ritmo acelerado, e permitirá, uma vez concluída, instalar cerca de 2000 habitantes. Todavia, isso obriga a um apetrechamento da admirável zona residencial, com tudo o que torne fácil a vida de tanta gente. Dessa imperiosa necessidade resultou a construção de um grande Centro Comercial, que está à altura da sua função, dispondo de 94 habitações e 23 estabelecimentos, cada um destes para o ramo de negócio, devidamente arrumados e valorizados. Ali foi também construído, segundo as maiores exigências da técnica e do funcionamento, o edifício para uma Estalagem, com 12 quartos, todos com casa de banho privativa — um empreendimento de salustreza que foi considerado pelo S. N. I. de utilidade turística, e que também dispõe de um amplo, confortável e elegante café-restaurant; e também esta realização, Estalagem-café,

restaurant, define bem o espírito da Sociedade, que em tão admirável conjunto julgou indispensável um meio de servir o turista e os próprios habitantes da cidade.

Ao lançarem-se em tão notável empreendimento, já na propriedade de uma zona que oferecia as melhores condições para o efeito — localização, facilidade de comunicações, clima, beleza, natural, etc. — a Sociedade Nova Oeiras, Lda, não elheu a esforços, nem se preocupou com lucros; quis fazer, e fez, uma obra útil e de alta beleza, que não só valoriza a mais importante zona turística do País, como enriquece o concelho de Oeiras. E, para marcar bem a sua despreocupação quanto a lucros, (que seriam, aliás, legítimos), ainda há pouco tempo, depois de construir Nova Oeiras, e de urbanizar toda a área da Quinta Grande, cedeu, gratuitamente, ao Município de Oeiras, quase metade da área total da sua propriedade, constituída por parques, ruas, margens fronteiras aos prédios, arrendamentos parciais, parques de estacionamento, etc., também já construídos pela Sociedade.

Não foram, todavia, agradáveis e fáceis os primeiros passos da Sociedade. Estava feito um projecto para a instalação de um campo de aviação na Quinta Grande e que se opunha ao empreendimento. Só depois de dois anos de intensa luta, o sr. eng. José Frederico Ulrich, então ministro das Obras Públicas, aprovou o notável plano de Nova Oeiras, da autoria do ilustre prof. Cristiano da Silva, que teve como distintos colaboradores, o arquitecto Pedro Falcão e Cunha, Miguel Lima e Sotelo Moura; os arquitectos paisagistas Edgar Fontes e Gonzalo Teles; os topógrafos Wallencamp e Lopes, da Fonseca; o eng. Fulgido Garcia (arborização); o eng. Gusmano Peronha, Gasparini Graca e Wenceslau (redes de saneamento). Esta admirável equipa de técnicos, dos mais competentes, nas suas especialidades, deu à cidade-jardim a expressão que os directores da Sociedade, com tanta inteligência e fervor haviam sonhado.

Porque são raros em Portugal empreendimentos deste género e nenhuma teve até hoje tão forte expressão, há que louvar, com inteira justiça, os homens inteligentes, devotados e esforçados que o tornaram possível, valorizando no mais alto grau o concelho de Oeiras, a Costa do Sol e a Nação, esta última ainda pelo largo contributo para a resolução da aguda crise habitacional.

A cidade-jardim de Nova Oeiras é uma realidade feliz e promissora. É o

testemunho do que podem o espírito de iniciativa, a fé, a competência e a capacidade de trabalho de homens excepcionais, como são os que tornaram possível tão maravilhosa obra.

"NOVA OEIRAS" É JÁ A REALIDADE DE UMA CIDADE-JARDIM

Vizinha paredes meias com a vila de Oeiras, cheia de história e tradições, a vontade forte de homens arrojados, mil vezes posta à prova, fez erguer, nos terrenos da Quinta Grande, que foi do Marquês de Pombal, uma cidade-jardim, maravilhosa realização urbanística, às portas de Lisboa.

O termo «cidade-jardim» tem aqui pleno cabimento pois se é hoje inteiramente verdade que onde existe terreno que o justifique surge logo um denso aglomerado humano, esse nunca foi o propósito da Sociedade que planeou «Nova Oeiras».

Essa Sociedade constituída em 1941 com o objectivo de promover a urbanização dos terrenos da «Quinta Grande», na zona compreendida entre a via férrea e a antiga Estrada Nacional, procurou sempre fazer uma zona residencial, dispondo de amplas áreas ajardinadas, que constituíssem, simultaneamente, protecção e refúgio dos seus habitantes, realidade conseguida devido ao magnífico projecto do prof. Cristino da Silva, que as instâncias oficiais aprovaram.

E porque esse era o propósito que animava os homens empreendedores que constituíram essa Sociedade é que cerca de cinquenta por cento da área total da zona urbanizada foram destinados a arruamentos e a um amplo parque com zonas ajardinadas — projectadas com feliz visão pelos

srs. engrs. Pulido Garcia, Gonçalo Teles e Edgar Fontes.

Nesse parque, circundado por lotes para moradias, erguem-se dia após dia, novas construções. No momento presente já se encontram quase duas centenas construídas, surgindo 3 blocos longitudinais, de três pisos cada um, outros de tipo torre, harmónicos e bem estruturados, de dez pisos cada. Outros ainda se projectam para dar realidade ao termo «cidade» já que os jardins que tudo circundam fazendo uma exuberante cintura de verdura lhe emprestam o encanto que tem tudo o que é edificado à sombra frondosa do arvoredo.

O Centro Comercial é de feliz concepção

A construção, em ritmo acelerado de tantas moradias e blocos de três

para residência, oferecendo-lhes em troca todas as comodidades.

São raros, infelizmente, entre nós, empreendimentos desta envergadura. E esse facto obriga — por essa mesma realidade — a ter palavras de encorajamento a quem o sonhou e está transformando em realidade.

E' que, com a conclusão para breve da sua zona Norte — com limite junto à antiga Estrada Nacional — esta cidade contará com 2500 habitantes.

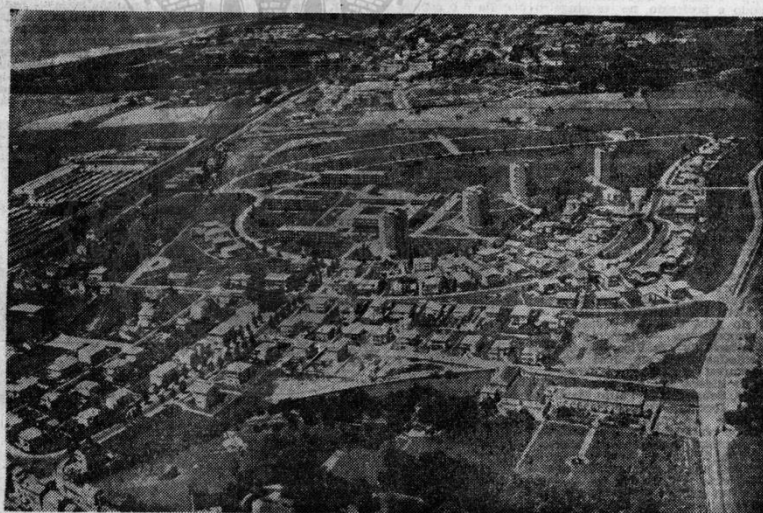
Isto quer dizer que se deu um passo decisivo para a valorização do concelho de Oeiras e para a resolução do agudo problema habitacional.

Um pouco de história

A necessidade de descongestionar as grandes cidades obriga, em toda a parte, à construção de cidades sa-

condições admiráveis para uma realização desta natureza é que homens empreendedores, sem olhar a esforços nem a lucros, pois essa hipótese estava afastada para data longínqua, detetaram mãos a esta obra gigantesca.

Mas, nem tudo foram rosas e facilidades. Opunha-se à realização do projecto o desejo de ver erguer no local da Quinta Grande uma escola de aviação. Por isso, só doze anos após o início da luta é que o enq. José Frederico Ulrich, ao tempo ministro das Obras Públicas aprovou o plano que se deve, como já foi dito, ao prof. Cristino da Silva que teve como colaboradores os arquitectos Pedro Falcão e Cunha, Manuel Lima e Soto Mayor, os arquitectos paisagistas Edgar Fontes e Gonçalo Teles, os topógrafos Wellenkamp e Lopes da Fonseca, o eng. Pulido Garcia, quanto à arborização, e os engrs. Guinapo Feronha e Gagliardi.



e dez pisos, pressupõe um numero elevado de habitantes, cerca de dois mil e quinhentos na fase final da obra. E isso obriga a apetrechar esta zona residencial de tudo o que torne fácil a vida dos seus utentes. Daí a construção dum admirável Centro Comercial, concebido pelo arquitecto sr. Pedro Falcão e Cunha e realizado directamente pela Sociedade «Nova Oeiras».

O Centro Comercial está, realmente, à altura do empreendimento. Dispõe de 24 habitações e 23 estabelecimentos. Cada um deles para o seu ramo de negócios, pois tudo ali está devidamente arrumado, sem faltar um bloco destinado a uma pequena estalagem com 12 quartos, todos com casa de banho privativa, já considerada de Utilidade turística pelo S. N. L. e um café-restaurant. Esta preocupação de não esquecer uma estalagem é bem concludente de que se trata, realmente, duma cidade e que por isso mesmo deve dispor de tudo o necessário para aqueles que a visitam e para aqueles que a habitam e gostam de ser visitados pelos amigos na «cidade-jardim» que elegeram

télties. Nem sempre, porém, essas realizações obedecem a um bom enquadramento e a estudos cuidados que as torne aconselháveis para habitação dum grande grupo populacional. Não é, porém, o caso de «Nova Oeiras», a pequena cidade da Costa do Sol, enquadrada em arvoredo e jardins, vizinha de Lisboa, dispondo de transportes rápidos e acessos inteligentemente estudados. Porque a Quinta Grande

ni Graça, e Wenceslau no que se refere a redes de saneamento.

A zona ocupa uma área de 430.000 metros quadrados e fica a cem metros da estação do caminho de ferro, do liceu de Oeiras e de um conjunto de admiráveis praias e é ainda servida pela estrada marginal e pela antiga estrada Lisboa-Cascais.

Para marcar bem que este arrojado empreendimento não tinha como exclusiva finalidade o lucro, a Sociedade que ia edificar a «Nova Oeiras», além de proceder a toda a urbanização da Quinta Grande, cedeu, graciosamente, ao Município quase metade da área total da «Nova Oeiras» constituída por parques, ruas, margens fronteiras aos prédios, arruamentos parciais, parques de estacionamento, etc., já construídos pela Sociedade.

Além dos benefícios que uma cidade-jardim traz ao concelho onde se ergue e a toda a Costa do Sol, esta magnífica realização oferece também, ao lisboeta, condições admiráveis para resolverem o seu problema habitacional.